



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

REVAN ARAÚJO DE SOUZA

**(DES)CAMINHOS RUMO À APOSENTADORIA: DILEMA DE DOCENTES COM
ABONO DE PERMANÊNCIA EM UMA IFES NO *MEIO DO MUNDO* (1998-2019)**

Macapá
2023

REVAN ARAÚJO DE SOUZA

**(DES)CAMINHOS RUMO À APOSENTADORIA: DILEMA DE DOCENTES COM
ABONO DE PERMANÊNCIA EM UMA IFES NO *MEIO DO MUNDO* (1998-2019)**

Dissertação apresentada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), vinculado à Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), como requisito final para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais.

Orientadora:

Profa. Dra. Norma Iracema de Barros Ferreira.

Coorientadora:

Profa. Dra. Selma Gomes da Silva.

Macapá
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(CIP) Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Mário das Graças Carvalho Lima Júnior – CRB-2 / 1451

S729 Souza, Revan Araújo de.

(Des)caminhos rumo à aposentadoria: dilema de docentes com abono de permanência em uma IFES no Meio do Mundo (1998-2019) / Revan Araújo de Souza. - Macapá, 2023. 1 recurso eletrônico. 141 folhas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Educação, Macapá, 2023.

Orientadora: Norma Iracema de Barros Ferreira.

Coorientadora: Selma Gomes da Silva.

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Estado e reformas previdenciárias. 2. Abono de permanência docente. 3. Aposentadoria na Educação Superior. I. Ferreira, Norma Iracema de Barros, orientadora. II. Silva, Selma Gomes, coorientadora. III. Universidade Federal do Amapá. IV. Título.

CDD 23. ed. – 370

SOUZA, Revan Araújo de. **(Des)caminhos rumo à aposentadoria**: dilema de docentes com abono de permanência em uma IFES no Meio do Mundo (1998-2019). Orientadora: Norma Iracema de Barros Ferreira, coorientadora: Selma Gomes da Silva. 2023. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2023.

REVAN ARAÚJO DE SOUZA

(DES)CAMINHOS RUMO À APOSENTADORIA: DILEMA DE DOCENTES COM ABONO DE PERMANÊNCIA EM UMA IFES NO MEIO DO MUNDO (1998-2019)

Dissertação apresentada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), vinculado à Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), como requisito final para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais.

Aprovação em:
06 de abril de 2023

Banca Examinadora

Profa. Dra. *Norma Tracema de Barros Ferreira*
Presidente – (PPGED/UNIFAP)

Profa. Dra. *Selma Gomes da Silva*
Vice-Presidente – (PROFEI/UNIFAP)

Profa. Dra. *Helena Cristina G. Zueiroz Simões*
Membro Interno – (PPGED/UNIFAP)

Profa. Dra. *Amanda Alves Fecury*
Membro Externo – (PPGCS/UNIFAP)

Prof. Dr. *Adalberto Carvalho Ribeiro*
Membro Interno – (PPGED/UNIFAP)

Profa. Dra. *Leila do Socorro Rodrigues Feio*
Membro Externo – (PPGECM/REAMEC)

Dedico

A *Deus*, força Divina e Espiritual, fonte de inspiração e proteção;

Aos *professores* da turma de Mestrado PPGED/UNIFAP- 2020, sinônimo de abnegação e compromisso com a formação de novos pesquisadores;

Aos *colegas discentes* do Curso de Mestrado PPGED/UNIFAP- 2020,
pelo exemplo de força e fé;

À minha prof/amiga *Norma - Tracema*, incansável na arte de orientar-ação e na graça de reinventar a docência;

À minha prof/esposa *Jaci*, que tem me ensinado o que é o amor e ser amado, incondicional-cotidianamente;

Aos filhos, *Renan, Antônio e Pedro*, fiéis companheiros por consanguinidade, afeto e alma;

À *família*, aos *amigos/amigas*, *colegas de trabalho*,
pela boa-fé e torcida.

AGRADECIMENTOS

À *Universidade Federal do Amapá*, por construir-se fonte prazerosa de trabalho, pesquisa e estudo.

Aos *servidores da PROGEP*, colegas de ofício que não mediram esforços em aplainar os caminhos deste mestrando-servidor.

À *Coordenação* e à *Secretaria/PPGED*, pelo acolhimento e solicitude às demandas discentes.

Aos *professores do PPGED*, por oferecerem um ambiente de aprendizagem instigante e desafiador.

Aos *colegas da turma de Mestrado PPGED/2020*, homens e mulheres de fibra, remanescentes do caos-pandemia.

À Profa. *Norma-Tracema* pela indispensável condução e apoio.

À Profa. Dra. *Selma Gomes*, pela coorientação.

À minha esposa *Jaci*, pela parceria na produção do texto – da concepção à apresentação.

Aos docentes que, de bom grado e na condição de *sujeitos deste estudo*, doaram o seu tempo e dividiram as suas experiências com este pesquisador.

Quando Eu me Aposentar

Não sei quanto tempo faz
Que o ser humano está
Procurando, sem achar,

Algo pra saciar,
Algo pra completar.
Quando eu me aposentar
Quando chegar

A hora de descansar,
Que está sempre pra chegar,
Quanto falta pra acabar?

O que vai saciar?
O que vai completar?
Quando eu me aposentar?
Quando chegar

Fugir da cidade da rotina
Da área de trabalhar,
Sei que movimenta a gente
É essa ansiedade de chegar.

No entanto, até lá
Nada impede de tentar
Ver em volta, respirar

Antes de saciar.
Antes de completar,
Para de procurar,
Pois já está.

por *Tim Bernardes*

RESUMO

O tema do estudo envolve Os Dilemas da Aposentadoria experimentados por Docentes da Educação Superior, no usufruto do Abono de Permanência, em uma Instituição Federal de Ensino Superior/IFES, localizada na Amazônia Setentrional brasileira. A problemática indaga: de que maneira a política de aposentadoria docente, num contexto de reformas previdenciárias, sob a égide do Estado neoliberal, influencia na percepção de perdas e ganhos entre docentes em Abono de Permanência? Daí a premissa de que a turbulência biopsicossocial característica do encerramento da carreira, associada a questões político-econômicas, estimulam docentes a permanecer no Serviço Público, postergando a entrada na aposentadoria. O objetivo incide em compreender a influência das transmutações do Estado neoliberal e da Previdência Social sobre a política de aposentadoria de docentes da Educação Superior, no usufruto do Abono de Permanência. A metodologia consiste em estudo do tipo documental, qualitativo, calcado nos pressupostos da Hermenêutica-dialética, que recorreu à aplicação de entrevista semiestruturada em 17 docentes que atingiram os critérios legais para aposentadoria, mas continuam na ativa. Quanto a resultados, na Categoria Empírica *Estado e (Des)proteção na Velhice*, observou-se que no cenário de sucessivas perdas, a adesão ao trabalho e ao Abono de Permanência simboliza a última instância de proteção do Estado, em contraposição à percepção de (des)proteção à velhice, sacramentada pelo advento da aposentadoria; na Categoria *Vantagens e Desvantagens da Permanência na Ativa*, validou-se a premissa de que professores com percepção de perdas continuam na ativa, constituindo na grande vantagem de sua permanência, ao passo que dissolução do vínculo empregatício apresenta-se como a desvantagem mais significativa; no caso de *Periferia do Capital e Degradação do Trabalho Docente*, apurou-se que em tais condições de trabalho constam distanciamento geográfico, falta de equipamentos e recursos para pesquisa, ensino e extensão, além do preconceito, desvalorização das produções e do pesquisador, visto como periférico; na análise de *Perdas e Ganhos da Aposentadoria*, não se confirmou o pressuposto de que docentes com percepção de ganhos encerram sua carreira sem maiores dificuldades, verificando-se que a quebra do vínculo com a Academia – a maior perda com a aposentadoria – consistiu também na grande desvantagem da permanência na ativa. Na conclusão consta que a ausência de ações efetivas para o desenlace do magistério no Ensino Superior, abre espaço para que o Abono de Permanência se materialize como pseudo-política de preparação para aposentadoria, posto que seu caráter protetivo acolhe os conflitos ensejados pela proximidade do epílogo da carreira – silenciados pela negação de empregados e empregadores perante a ideia de uma aposentadoria compatível com um envelhecimento social e economicamente indesejável.

Palavras-chave: Estado e reformas previdenciárias; Abono de permanência docente; Aposentadoria na Educação Superior;

ABSTRACT

The theme of this study involves the Retirement dilemmas experienced by professors from Higher Education, in the use of the Allowance of Permanence, in a Federal Institution of Higher Education/FIHE, located in the Brazilian Northern Amazon. The problem asks: in which way does the professor retirement policy, in a context of social security reforms, under the neoliberal state, influence the perception of losses and gains among professor members in the Permanence Allowance? The premise that the biopsychosocial turbulence as a characteristic of the end of the career, associated with political-economic issues, encourages professors to stay in the Civil Service, postponing retirement. The objective is to understand the influence of the transmutations of the neoliberal State and Social Security on the retirement policy of professors of Higher Education, in the use of the Allowance for Permanence. The methodology consists of a documental, qualitative study, based on the assumptions of Hermeneutics-dialectics, which used semi-structured interviews with 17 professors who met the legal criteria for retirement, but are still working. As for the results, in the Empirical Category State and (Dis)protection in old age, it was observed that in the scenario of successive losses, adherence to work and to the Permanent Allowance symbolizes the last instance of State protection, as opposed to the perception of (dis)protection in old age, sanctified by the advent of retirement; In the category Advantages and Disadvantages of Remaining Active, it was validated the premise that professors with a perception of loss continue active, constituting the great advantage of their permanence, while the dissolution of the employment relationship is the most significant disadvantage; In the case of the Periphery of Capital and the Degradation of Teaching Work, it was found that in such working conditions are geographic distances, lack of equipment and resources for research, teaching, and extension, in addition to prejudice, devaluation of productions and of the researcher, seen as peripheral; In the analysis of the Losses and Gains of Retirement, the assumption that professors with a perception of earnings end their career without major difficulties was not confirmed, verifying that the breaking of the link with the Academy - the greatest loss with retirement - was also the greatest disadvantage of remaining active. The conclusion is that the absence of effective actions for the outcoming of teaching in Higher Education, opens space for the Permanence Allowance to materialize as a pseudo-policy of preparation for retirement, since its protective character evolves the conflicts caused by the proximity of the epilogue of the career - silenced by the denial of employees and employers before the idea of a retirement compatible with an aging socially and economically undesirable.

Keywords: State and Social Security Reforms; Teachers permanence allowance; Retirement in Higher Education

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Nuvem de Palavras.....	26
Figura 2 - Fluxograma do desenvolvimento na análise Hermenêutica-dialética.....	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Descritores de busca utilizados na plataforma CAPES e Biblioteca SciELO por Categoria, Participante e Contexto (2021)	20
Quadro 2 - Cruzamento dos Descritores de busca utilizados na plataforma CAPES e biblioteca SciELO por Categoria, Participante e Contexto (2021).....	20
Quadro 3 - Resultado de busca em plataformas de pesquisa por critério de inclusão (2021).....	21
Quadro 4 - Produções sobre aposentadoria docente na Educação Superior brasileira, por Autor, Título, Revista... (2000-2020).....	23
Quadro 5 - Perfil demográfico dos participantes da pesquisa (2022).....	31
Quadro 6 - Síntese Horizontal e Vertical das Estruturas de Relevância das Entrevistas (2022).....	35
Quadro 7 - Síntese Horizontal das Estruturas de Relevância - Categoria Estado e (des)proteção na velhice.....	37
Quadro 8 - Síntese Vertical da entrevista de uma participante da pesquisa (2022)	38
Quadro 9 - Cronologia das reformas previdenciárias no Brasil.....	41
Quadro 10 - Síntese Horizontal da Categoria Vantagens e Desvantagens da permanência na ativa..	63
Quadro 11 - Síntese Horizontal da Categoria Periferia do Capital e Degradação do Trabalho Docente.....	83
Quadro 12 - Síntese Horizontal da Categoria Empírica Perdas e Ganhos da Aposentadoria.....	94

LISTA DE SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNS – Conselho Nacional de Saúde
DQV/PROGEP – Divisão de Qualidade de Vida / Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas [AP]
EC – Emenda Constitucional
FHC – Fernando Henrique Cardoso
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFE – Instituição Federal de Ensino
IFES – Instituição Federal de Ensino Superior
LC – Lei Complementar
LDBN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NP – Nuvem de Palavras
OI – Organismos Internacionais
ONU – Organização das Nações Unidas
PARFOR – Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PNE – Plano Nacional de Educação
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SCIELO – *Scientific Electronic Library Online* [Biblioteca Eletrônica Científica Online]
SIGRH – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos [UNIFAP/AP]
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPA – Universidade Federal do Pará
UNIFAP – Universidade Federal do Amapá

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 APROXIMAÇÕES COM O TEMA DE ESTUDO: PANORAMA DA APOSENTADORIA DOCENTE NO CONTEXTO DAS IFES BRASILEIRAS.....	19
1.1 PERCURSO METODOLÓGICO: um olhar sobre aspectos regionais e demográficos dos participantes – de onde e de quem se fala; de quê e como se fala; do que e quando se fala.....	27
1.1.1 De onde e de quem se fala: lugar de contrastes que abriga amazônidas, por ofício e Natureza.....	27
1.1.2 De que e como se fala: aposentadoria à luz da Hermenêutica-dialética como método de compreensão de fala [dos sujeitos]	33
1.1.3 Do que e quando se fala: reformas da Previdência Social em sua cronologia de (des)proteção à Velhice (1988-2019)	39
2 O E(e)STADO DES/PROTETOR DA (IN)PREVIDÊNCIA SOCIAL: PERMANEÇO UM POUCO MAIS OU VOU-ME EMBORA?	45
2.1 CRISE DO CAPITAL E DO ESTADO (DES)PROTETOR DOS FRACOS E OPRIMIDOS: a quem o trabalhador idoso deve recorrer?.....	50
2.2 QUEM VAI AO VENTO, PERDE O ASSENTO? Vantagens e Desvantagens da permanência na cadeira docente.....	62
3 A LÓGICA MAIS-QUE-PERIFÉRICA DO TRABALHO E A DO NÃO-TRABALHO DOCENTE: O <i>STATUS</i> DE UMA IFES NO <i>MEIO DO MUNDO</i>	71
3.1 A “MÁQUINA MERCANTE” MODERNA E O COLONIALISMO INTELECTUAL: da embriogênese do capital periférico à degradação do trabalho docente.....	73
3.2 O LEGADO DA “MÁQUINA MERCANTE” PARA O TRABALHO DOCENTE: afinal, o que se perde e o que se ganha na aposentadoria?	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	103
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	112
APÊNDICE B – Roteiro da Entrevista aplicada aos participantes da pesquisa.....	113
APÊNDICE C – Síntese Vertical das Estruturas de Relevância, por participante.....	114
APÊNDICE D – Síntese Horizontal das Estruturas de Relevância, por grupo participante	119
APÊNDICE E – Núcleos de Sentido (Categorias Empíricas) e Estruturas de Relevância, por Síntese Horizontal e Vertical.....	123

INTRODUÇÃO

O tema deste estudo envolve Os Dilemas da Aposentadoria experimentados por Docentes da Educação Superior, no usufruto do Abono de Permanência, em uma Instituição Federal de Ensino Superior/IFES, incrustada na Amazônia Setentrional brasileira. Trata-se de investigação atinente à fase que antecede a entrada de docentes na aposentadoria, o que pode ocorrer envolta em agravamentos no quadro de saúde e enlutamentos, manifestos na relação entre perdas e ganhos que, neste momento peculiar, assume significados concretos e/ou simbólicos. A turbulência biopsicossocial característica deste advento confronta-se, ainda, com questões ligadas à esfera político-econômica, frequentemente marcada pelo fenômeno já recorrente da usurpação de direitos trabalhistas e de incessantes ataques à Previdência Social – instrumento encarregado de subsidiar renda a seus beneficiários, em caso de afastamento do trabalho, seja por idade, doença, acidentes e outras eventualidades.

O estatuto recém-mencionado que foi criado com a finalidade de proporcionar cobertura nestes momentos delicados da vida, tem oferecido a algumas categorias de trabalhadores, depois de inúmeras reformulações, uma seguridade bastante fragilizada. Tal aspecto enseja mais preocupação para postulantes à aposentadoria levarem aos seus recônditos, após o cumprimento das formalidades que, em nossa cultura, solenemente demarcam o (in)desejoso ato de “dependurar a chuteira”.

Neste aspecto, o jubilamento do trabalho pode significar um alento àqueles que diante dessa fragilidade recorrem com urgência à aposentadoria, apoiados na máxima de que “farinha pouca meu pirão primeiro,” o que torna a aposentadoria uma saída estratégica para o/a trabalhador/a que, diante de tantas perdas, resolve sair de cena salvaguardando algum resquício de seus direitos “adquiridos”. Para os que continuam na ativa, o trabalho pode representar um alento momentâneo, do qual se vislumbra um futuro não muito animador, que enseja cautela e preparação, antes que a temível compulsoriedade realize a “troca de cadeiras”.

Os diferentes sentidos que cercam tão importante instrumento de proteção social usualmente têm causado desconfiança e temor em grande parte da população, principalmente no que se refere aos prejuízos financeiros que as sucessivas reformas da Previdência vêm imputando aos trabalhadores brasileiros. Dentre estes, sobressai um grupo em especial, em torno do qual repousam significativas ameaças e prejuízos – a categoria docente da Universidade –, cujas perdas previdenciárias se acentuaram a partir do advento da Emenda Constitucional - EC 20/98 (BRASIL, 1998).¹ O referido regramento limitou o direito à

¹ EC n. 20, de 15 de dezembro de 1998. Modifica o sistema de Previdência Social, estabelece normas de transição e dá outras providências. (BRASIL, 1988).

aposentadoria especial apenas aos docentes da Educação Básica, excluindo os profissionais do magistério na Educação Superior da possibilidade de redução do tempo de contribuição no momento da aposentadoria.

No que diz respeito aos docentes da Educação Superior repousa, ainda, o dissabor das reformas político-educacionais de alinhamento da educação brasileira às exigências do mercado internacional. Silva (2018), em pesquisa com docentes da Educação Básica do Estado do Amapá, enfatiza que tais reformas tomaram corpo a partir dos anos 1990 e colocaram a referida categoria profissional dentre as mais estudadas quanto à relação entre o trabalho e o acometimento de doenças físicas e mentais.

Sob o título (Des)caminhos rumo à aposentadoria: dilema de docentes com Abono de Permanência em uma IFES no *Meio do Mundo* (1998-2019), o texto versa em torno da política de aposentadoria docente, articulada às reformas da Previdência Social – cenário político que enseja mudanças nas condições objetivas e subjetivas do trabalho. Situação que, por sua vez, influencia na percepção de perdas e ganhos entre docentes em Abono de Permanência² de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), na Amazônia brasileira, região atravessada por disparidades sociais, políticas, geográficas e epidemiológicas que, nos últimos anos, vem apresentando um fato comum às demais regiões do País: o envelhecimento de sua população.

Ressalta-se, ainda, que a opção por aposentadoria como objeto de investigação pauta-se na possibilidade de imersão no inefável território que demarca a fronteira entre o trabalho e o não-trabalho. Ademais, no caso da aposentadoria de docentes de uma IFES localizada numa área sentenciada a uma lógica mais-que-periférica do capital, a pesquisa em curso assume uma posição diferenciada, posto que se propõe a transitar em meio a questões conflitantes, ensejadas pelo fato de ser Universidade Pública que abriga a classe-que-vive-da-educação, ambas incrustadas nesse contexto régio-laboral rico em contrastes, sabores e dissabores. Essa especificidade (re)cria relações dialéticas que fervilham as fronteiras entre as perdas e ganhos frente à aposentadoria; estreitam os limites entre a saúde e o adoecimento cotejados pelas condições de trabalho apresentadas à referida categoria; transforma a Educação Superior do *Meio do Mundo* [o Estado do Amapá], em terra “de todos e de ninguém”.

Os desdobramentos do referido tema convergem para a questão-problema devidamente representada pela seguinte indagação: de que maneira a política de aposentadoria docente, num contexto de reformas previdenciárias, sob a égide do Estado neoliberal, influencia na percepção de perdas e ganhos entre docentes em Abono de Permanência?

² Abono de Permanência – EC n. 41/2003, em cujo Art. 40, § 19, consta que o servidor que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, inciso III, alínea a, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a Abono de Permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, inciso II. (BRASIL, 2003).

Tal questionamento emerge do vertiginoso processo de perda de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, que subverteu o trabalho docente nas Instituições Federais de Ensino (IFE) brasileiras, assentando-o, por um lado, sobre os preceitos da produtividade e, por outro, sobre o rebaixamento das condições objetivas e subjetivas de trabalho. Entenda-se por condições objetivas os instrumentais que este profissional utiliza para a realização de seu trabalho, reservando-se as condições subjetivas àquelas ligadas à formação docente, e às relações sociais de poder e autonomia estabelecidas no âmbito do fazer docente. Tais conceitos serão devidamente caracterizados na terceira seção deste estudo.

Vale destacar que os primeiros debates sobre as condições objetivas e subjetivas do trabalho docente foram inaugurados em meio à onda de reformas dos anos de 1990 – iniciando com os estudos de Basso (1998) e continuando nas pesquisas de Vieira (2008) e Barreto (2009) que, assim como o precursor deste movimento, buscaram compreender as vicissitudes do labor docente, a partir dos significados e dos sentidos econômico-sociais atribuídos ao magistério, bem como da inflexão disso no aviltamento das condições de trabalho que constituem o “chão-fábrica” da Educação pública.

No que concerne à Universidade pública, o perverso cenário de degradação laboral ora desenhado, dentre outros aspectos, refletiu na necessidade de complementação salarial, bem como na cultura de “garimpagem” de bolsas e/ou financiamento externos para a manutenção de pesquisas, sobretudo para aquelas possuidoras de forte apelo comercial. Isso resvala, por fim, na intensificação do trabalho, pressões e conflitos no ambiente laboral, bem como no adoecimento de professores. (ALVES, 2011; ANTUNES, 2009a, 2009b, 2018; MOTA NETO, 2015). Este ambiente eivado de antagonismos, que por vezes articula os ares de insalubridade aos de recompensa, inscreve suas digitais na carreira e no corpo deste servidor, marcado por vicissitudes indelévels, o qual vê a sua atividade intelectual, transformada em ferramenta de produção, repousar no limite fronteiro entre o trabalho material e imaterial.

Essa subjugação do trabalho docente aos ditames do mercado, que atinge a estrutura subjetiva concernente aos atributos relacionais, cognitivos e afetivos do processo de produção docente, torna-se elemento de cobiça do capital. Assim, passa a ser fonte de adoecimento em docentes – situação que influencia no aligeiramento de sua entrada na aposentadoria, ou então em sua permanência no Serviço Público, quando se vê diante da perspectiva de perdas.

Perante o contexto ora exposto, é preciso que se perceba que para além da propalada crise político-econômica que assola o País, a aproximação da aposentadoria implica em crise de ordem subjetiva de magnitude ainda desconhecida. Ao abraçar esta problemática, neste estudo busca-se superar a aparência dos fatos, mirando na totalidade dos fenômenos, haja vista que deste cenário emerge uma relação dialética entre envelhecimento, seguridade social e

trabalho, cotejada por ideologias, relações de poder e comportamentos específicos que enseja vislumbrá-los como processos dinâmicos e complexos.

A questão em foco nesse contexto de “crise”, seja ela de ordem político-econômica ou relativa à mudança do *status* de trabalhador ativo para inativo, às vezes é atenuada com a permanência do Servidor no seu posto de trabalho, ou então, com o seu retorno à ativa após a aposentadoria. Neste aspecto reside apenas a parte mais visível do fenômeno ora abordado, cuja profundidade permanece obscura. Daí a necessidade de analisar a complexidade que cerca a percepção de perdas e ganhos proveniente de tais escolhas, visto que em torno da categoria aposentado gravita uma série de elementos que podem assumir feições tanto positivas quanto negativas. (FRANÇA e SOARES, 2009; LEANDRO-FRANCA, MURTA e IGLESIAS, 2014; SANTOS, 1990), concordam os autores.

Com base no problema-central delineado, formula-se a premissa de que o ideário que permeia a política de aposentadoria do Servidor Público, ao reduzir o padrão financeiro de seus beneficiários, faz com que aqueles com aposentadoria iminente, a vislumbrem sob o prisma do medo – seja da instabilidade econômica atual, seja o de no futuro perder os direitos adquiridos, conquistados por anos a fio. Essa percepção influencia docentes da Educação Superior a postergar a decisão em aposentar-se. Então, esse contingente de Servidores que prefere “abonar” a sua permanência no Serviço Público, à espera do melhor momento/cenário para “dependurar suas chuteiras ou sapatilhas” vivencia essa moratória em meio a sentimentos de perdas, insegurança e incertezas.

Em decorrência da referida premissa, acredita-se que professores que têm percepção de perdas, sejam objetivas ou subjetivas e eventualmente não se prepararam para o advento da aposentadoria, preferem continuar na ativa, ainda que estejam acumulando dissabor. Por outro lado, é lícito considerar que docentes que têm percepção de ganhos na aposentadoria encerram a sua carreira sem maiores intercorrências no que concerne ao aspecto emocional atinente ao desenlace com o mister do magistério.

Para responder ao problema-central eleito nesta pesquisa, bem como testar a premissa básica, traçaram-se os seguintes propósitos: Inicialmente, o objetivo geral incide em compreender a influência das transmutações do Estado neoliberal e da Previdência Social sobre a política de aposentadoria de docentes da Educação Superior, no usufruto do Abono de Permanência, em uma IFES da Amazônia Setentrional brasileira. Na sequência, advieram os objetivos específicos: a) traçar panorama da aposentadoria docente no Brasil, com ênfase aos aspectos regionais e demográficos de uma IFES Amazônida; b) caracterizar a influência da lógica desresponsabilizadora do Estado capitalista na percepção de (des)proteção à velhice, avaliando vantagens e desvantagens em continuar trabalhando, segundo a percepção de

docentes em Abono de Permanência; c) analisar a influência da lógica neoliberal sobre as condições objetivas e subjetivas do trabalho e do não-trabalho docente na Educação Superior, identificando a percepção de perda e/ou ganho entre docentes que continuam na ativa, mesmo após atingir idade e tempo de contribuição para se aposentar.

Adotou-se como corte temporal do estudo, o período de 1998, com a promulgação da EC n. 20/98 (BRASIL, 1998) até 2019, com a publicação da EC n.103/19 (BRASIL, 2019). Quanto aos pilares de sustentação utilizados, repousaram na escolha do *locus* e seleção dos sujeitos da pesquisa. Em relação ao *locus*, escolheu-se a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Instituição de Ensino Superior (IES) criada por intermédio do Decreto n. 98.977, de 2 de março de 1990, cuja estrutura física, recursos humanos e atividades-fim passaram por significativa expansão no período de 2008 a 2012, com a implantação do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI (UNIFAP, 2012, 2015). Tais incrementos, referendaram a UNIFAP como a principal instituição no segmento de Ensino Superior amapaense, contribuindo efetivamente à formação profissional, produção e difusão do conhecimento científico na Região Amazônica.

Antes, na década de 70, século XX, em sua fase inicial, a referida IES era vinculada à Universidade Federal do Pará/UFPA, oferecendo por volta de 500 (quinhentas) vagas, com a preponderância às Licenciaturas. Somente em 1991 realizou-se o primeiro processo seletivo, o então designado Vestibular, ofertando mais cursos, como Direito e Enfermagem, dentre outros. A partir dali, cresceu a oferta de vagas, além da quantidade de cursos, com o surgimento de Graduações em outras áreas do conhecimento. Nos dias atuais, a Instituição atende a cerca de 11 mil alunos e está organizada em sete Departamentos Acadêmicos, dispondo à comunidade 52 cursos de Graduação, seja presencial ou em EaD e ainda, quatro Doutorados, 13 Mestrados e 19 Especializações. A UNIFAP “alongou seus braços” e chegou a outros municípios, com os *campi* de Oiapoque, Mazagão e Santana, em atividade, além de Laranjal do Jari, sem operação pedagógica. (UNIFAP, 2020a).

Em seu quadro funcional, a IFES soma 651 docentes efetivos que, segundo o atual Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI, quadriênio 2020-2024 (UNIFAP, 2020a) têm apresentado, por faixa etária, uma significativa tendência ao envelhecimento, no período de 2015 a 2019, assim distribuído: 40-49 anos (salta de 29,2% para 32,2%); 50-59 anos (passa de 18% para 24,9%); 60-64 anos (sobe de 3,3% para 17,8%), alcançando o maior índice por faixa etária; 65 anos ... (altera de 0,4% para 1,5%). A tendência observada entre os docentes da UNIFAP, cuja idade média subiu de 45 para 47 anos no supracitado quadriênio, corrobora a projeção de crescimento da população amapaense com mais de 65 anos que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, em quarenta anos avançará de 4,11% para 17,87%

de habitantes (BRASIL/IBGE, 2018). Assim, este estudo trata-se de pesquisa empírica, abordagem qualitativa, de incursão documental, com aplicação de entrevista semiestruturada.

Quanto aos sujeitos, inicialmente constavam de 37 docentes, com mais de 60 anos de idade, dos quais 18 haviam optado por aposentar-se. Entretanto, 19 escolheram permanecer em atividade, recorrendo ao Abono de Permanência. (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIGRH/ UNIFAP, 2020b).

Os 18 docentes que constavam como aposentados, em consulta realizada ao SIGRH/UNIFAP (2021), averigou-se que: alguns permanecem no Estado, mas em endereço desconhecido; outros passaram a residir em outras Unidades da Federação/UF; registra-se também aqueles que se encontravam adoentados ou até mesmo senis; além disso, ocorreram sete óbitos, principalmente por COVID-19.³ Tal diminuição no quantitativo de docentes aposentados acabou direcionando a pesquisa exclusivamente para o grupo dos 19 sujeitos que, naquela ocasião, estavam na condição de Abono de Permanência. No entanto, a população restringiu-se a 17 professores – uma não foi localizada, visto que seus contatos (telefone e *e-mail*) estavam desatualizados no SIGRH e foi infrutífera a busca por informações em sua Coordenação de curso. A outra docente, por ser Orientadora desta pesquisa, houve por bem não participar do estudo, na condição de sujeito.

O cenário vivenciado pelos sujeitos em foco converte-se na justificativa de realização deste estudo. Assim é que o contato inicial com a temática remonta aos estudos deste autor na Graduação/UFGA, na disciplina Teoria e Prática de Pesquisa em Psicologia Social, ministrada pela Profa. Dra. Hilma Tereza Tôrres Khoury, responsável pelo incentivo em investigar os motivos psicossociais que influenciavam aposentados a voltarem ao mercado de trabalho.

O aprofundamento dessa temática resultou na elaboração, em 2007, do Trabalho de Conclusão de Curso/TCC intitulado “Motivos psicossociais do retorno ao trabalho em aposentados de baixa qualificação profissional: comparação com variáveis demográficas”. Tal estudo redundou na publicação do artigo científico: *Por que os aposentados retornam ao trabalho?* (KHOURY *et al.* 2010), produzido pela referida docente, em colaboração com seu Grupo de Pesquisa do qual este mestrando fazia parte. Registra-se que o interesse em retornar à pesquisa obteve apoio da referida professora, atualmente aposentada/UFGA. Da mesma

³ Doença infecciosa causada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2). A pessoa infectada tem febre, cansaço e tosse seca, vitimando muito mais idosos e portadores de comorbidades. A contaminação pela doença foi decretada como pandemia, pela ONU, em 11 de março de 2020, sendo que no Brasil, o primeiro caso de contaminação importado fora confirmado dia 26 de fevereiro, em São Paulo, mas a primeira transmissão interna pelo vírus ocorreu em 5 de março. Os casos continuaram a crescer, de modo que no mês de maio de 2020, grande parte dos Estados decretou *lockdown* – barreiras sanitárias e isolamento social – como medida para conter o avanço da doença. (Linha do tempo do Coronavírus no Brasil. **Sanar saúde**, 19 mar. 2020. Disponível em: <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>).

forma, no âmbito da UNIFAP, convém mencionar o apoio da Profa. Dra. Selma Gomes da Silva, coordenadora do Projeto de pesquisa Trabalho, adoecimento e aposentadoria: memórias, histórias de vida e trajetórias de Servidores aposentados no contexto da UNIFAP,⁴ que este pesquisador participa como membro colaborador.

Destacam-se outros elementos que tornam esta pesquisa relevante, além do apoio das referidas pesquisadoras. Trata-se da afinidade deste mestrando com a temática: o fato de trabalhar na UNIFAP, lotado na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), especificamente na Divisão de Qualidade de Vida (DQV); o exercício de atribuições relativas à assistência e à promoção da saúde dos Servidores e o cenário sócio-político que se nos apresenta. Além disso, salienta-se a relevância institucional proveniente desta pesquisa, ao corroborar com o fortalecimento das políticas de promoção à saúde do Servidor, preenchendo uma lacuna existente na política desta IFES, no que se refere à preparação para a aposentadoria.

Na seara das Políticas Educacionais, a investigação dos dilemas experimentados por docentes que adquiriram o direito líquido e certo de se aposentar assim que o queiram e, por algum motivo não o fazem, tem algo de peculiar. Tal aspecto insere a Educação Superior em um contexto mais global: quer seja na confluência entre o Estado e as políticas sociais, à luz dos condicionantes histórico-regionais, socioeconômicos e político-culturais que cercam a Educação em sentido amplo; quer seja na figura do Estado e das ações governamentais ou de suas ausências e/ou (in)eficiências na oferta de políticas que, embora não estejam ligadas estritamente ao *corpus* tradicionalmente circunscrito à educação, dizem respeito ou afetam àqueles que “fazem educação”. Desse modo, a despedida desse universo e o movimento que isso provoca, não destoa do escopo dos temas atinentes às Políticas Educacionais, haja vista a irremediável interdependência entre a ação destes atores e a (re)configuração da cátedra que sistematicamente os acolheu e eles se forjou.

Nessa perspectiva, o referido estudo configura, ainda, um lançar de olhos sobre a percepção de aposentadoria e os possíveis dissabores provocados por aposentadorias mal planejadas, ou sem preparação. Some-se a isso, o alerta à sociedade em torno da importância das políticas voltadas ao planejamento da aposentadoria – item indispensável ao processo de envelhecimento ativo de trabalhadores/as, principalmente deste lado do rio Amazonas, território exuberante em recursos naturais, porém desassistido em medidas voltadas ao acompanhamento de trabalhadores que encerram as suas carreiras no Serviço Público.

A Dissertação organiza-se em três seções, com entrelace entre as discussões teóricas sobre o objeto de pesquisa e as Categorias Empíricas testadas em campo. Dessa maneira, cada

⁴ Projeto de pesquisa que objetiva investigar as conexões de sentido entre Trabalho, Adoecimento e Aposentadoria, por meio de memórias, histórias de vida e trajetórias de servidores aposentados/UNIFAP, aprovado junto ao Comitê de Ética/UNIFAP, sob o n. 3.232.941, mar. 2019.

seção apresenta dinâmica própria, consubstanciada por sínteses, descrições, interpretações e resultados parciais, à luz dos pressupostos Hermenêutico-dialéticos.

Na primeira, intitulada *Aproximações com o tema de estudo: panorama da aposentadoria docente no contexto das IFES brasileiras*, apresenta-se a temática aposentadoria docente na Educação Superior, por meio de levantamento de estudos e pesquisas já produzidos sobre o objeto de investigação – estado da arte/conhecimento. Também delinea-se o escopo do estudo, situando o leitor em relação aos aspectos que demarcam as especificidades regio-demográficas do *Meio do Mundo*, imprimindo ao locus do estudo, aos participantes e à pesquisa, feições que lhes são próprias e, ao mesmo tempo suscetíveis de captura pelos instrumentos, técnicas e método afetos à compreensão dos personagens e das narrativas que emolduram o cenário da Educação Superior amazônica.

Na segunda seção, denominada *O E(e)stado des/protetor da (in)Previdência Social: permaneço um pouco mais ou vou-me embora?* Consta da caracterização da crise do Estado capitalista e suas repercussões nas reformas neoliberais que subverteram o caráter protetor da política de seguridade social e seus reflexos na percepção de (des)proteção à velhice, em docentes da Educação Superior no usufruto do Abono de Permanência. Nesta etapa da pesquisa inicia-se a articulação entre Teoria e empirismo, por meio da análise das Categorias *Estado e (Des)proteção na Velhice*, bem como *Vantagens e Desvantagens da Permanência*.

A terceira seção, *A lógica mais-que-periférica do trabalho e a do não-trabalho docente: o status de uma IFES no Meio do Mundo*, analisa a influência da lógica neoliberal sobre o trabalho e o não-trabalho docente, cujo fenótipo desigual e combinado particulariza o *mister* docente deste lado da linha do Equador. Neste diapasão, evidencia-se os condicionantes históricos e políticos implicados nas condições objetivas e subjetivas de trabalho dos docentes em estudo, além das percepções de perdas e ganhos da aposentadoria entre docentes que continuam na ativa. O enlace Teoria/Empiria culminou com apreciação das categorias *Periferia do Capital e degradação do Trabalho Docente*, além de *Perdas e Ganhos da Aposentadoria*.

1 APROXIMAÇÕES COM O TEMA DE ESTUDO: PANORAMA DA APOSENTADORIA DOCENTE NO CONTEXTO DAS IFES BRASILEIRAS

Nesta seção fez-se aproximações com a temática aposentadoria docente na Educação Superior, por meio de levantamento de estudos e pesquisas já produzidos sobre o objeto desta investigação – estado da arte/conhecimento. Assim, recorreu-se ao protocolo da Revisão Integrativa para a seleção de artigos científicos, calcada em Botelho, Cunha e Macedo (2011). Estes autores asseveram que o rigor procedimental da referida técnica possibilita o vislumbre panorâmico de um tema e/ou problemática ao longo do tempo.

Operacionalmente, a referida estratégia sintetiza o passado da literatura empírica ou teórica, para fornecer uma compreensão mais abrangente de um fenômeno em particular, o que possibilita a geração de novos conhecimentos, revelando o que ainda pode ser estudado. A revisão integrativa pode servir a diferentes finalidades, desde a definição de conceitos, verificação de teorias até o vislumbre de metodologias empregadas em estudos específicos. Por tradição, este método adveio da Saúde, porém outras áreas do conhecimento têm utilizado seus pressupostos, a exemplo do campo organizacional, em estudos da Ciência da Administração e afins.

Desse processo sistemático de análise – que se afigura como uma importante ferramenta para a construção do conhecimento científico – emergem novas e velhas lacunas, desnudando potenciais áreas para o desenvolvimento de pesquisas e novas teorias. Neste caso, Botelho, Cunha e Macedo (2011) afirmam, ainda, que o percurso da Revisão Integrativa deve seguir seis etapas básicas, a saber: 1) formulação da questão da pesquisa; 2) escolha dos critérios para inclusão; 3) identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; 4) categorização dos estudos selecionados; 5) análise e interpretação dos resultados; 6) apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

Na observância de tais preceitos, a primeira etapa da pesquisa partiu da seguinte questão: o que revelam os estudos/pesquisas sobre a aposentadoria de professores nas IFES brasileiras? O objetivo, por conseguinte, foi traçar um panorama das produções acadêmicas sobre aposentadoria docente nos últimos 20 anos (2000-2020). As fontes consultadas foram a biblioteca *SciELO* e a plataforma CAPES, escolhidas por sua abrangência e credibilidade no meio acadêmico. Os dados foram coletados entre os dias 25 e 28 de maio de 2021, utilizando-se dos descritores de busca, a seguir relacionados:

Quadro 1– Descritores de busca utilizados na plataforma CAPES e biblioteca *SciELO* por Categoria, Participante e Contexto (2021)

Descritor 1 (Categoria)	Descritor 2 (Participante)	Descritor 3 (Contexto)
Aposentadoria	Professor	Universidade
		Ensino superior
	Docente	Magistério superior
		Nível superior

Fonte: Elaboração do autor (2021).

A combinação dos descritores de busca apresentados no Quadro1 resultou numa equação de busca que, consoante às orientações de Donato e Donato (2019), estruturou-se da seguinte forma: (Aposentadoria) *AND* (Professor *OR* Docente) *AND* (Universidade) *AND* (Ensino superior) *AND* (Magistério superior) *AND* (Nível superior). A utilização dos Operadores Booleanos (*AND*, *OR*, *NOT*),⁵ elementos que cumpriram a tarefa de ligar os descritores, conforme as referidas autoras, cumpriu a tarefa de ampliar o campo de busca e/ou afastar possibilidades de indexação de resultados alheios à pesquisa. No caso do presente estudo, a combinação dos Descritores ocorreu por meio da utilização do Operador Booleano *AND*, visto que *OR* e *NOT* foram descartados, pois não tiveram o mesmo poder de indexação que *AND*. Por fim, as combinações dos Descritores resultaram nos seguintes cruzamentos:

Quadro 2 – Cruzamento dos Descritores de busca utilizados na plataforma CAPES e biblioteca *SciELO* por Categoria, Participante e Contexto (2021)

CRUZAMENTOS				
Categoria	Operador	Participante		
Aposentadoria	AND	Professor		
Aposentadoria	AND	Docente		
Categoria	Operador	Contexto		
Aposentadoria	AND	Universidade		
Aposentadoria	AND	Ensino superior		
Aposentadoria	AND	Magistério superior		
Aposentadoria	AND	Nível superior		
Categoria	Operador	Participante	Operador	Contexto
Aposentadoria	AND	Professor	AND	Universidade
Aposentadoria	AND	Docente	AND	Universidade
Aposentadoria	AND	Professor	AND	Ensino superior
Aposentadoria	AND	Docente	AND	Ensino superior
Aposentadoria	AND	Professor	AND	Magistério superior
Aposentadoria	AND	Docente	AND	Magistério superior
Aposentadoria	AND	Professor	AND	Nível superior
Aposentadoria	AND	Docente	AND	Nível superior

Fonte: elaboração do autor (2021).

No Quadro 2, há combinação do Descritor 1 (Categoria) com Descritor 2 (Participante), que resultou em duas possibilidades de busca, ou seja, poder-se-ia iniciar a pesquisa com a junção do termo Aposentadoria e Professor, além de Aposentadoria e Docente. Seguindo a

⁵ Operadores booleanos *AND*, *OR* e *NOT*, que significam respectivamente E, OU e NÃO informam ao banco de dados consultado, a relação que o pesquisador estabeleceu entre os termos da pesquisa. O operador *AND* indexa resultados que contenham **todos** os termos da pesquisa; *OR* busca resultados que apresentem pelo menos um dos termos da pesquisa; *NOT* extrai resultados que não contenham os termos relacionados na pesquisa (DONATO; DONATO, 2019).

mesma estratégia, a junção do Descritor 1 (Categoria) com o Descritor 3 (Contexto) produziu quatro combinações lexicais com potencial de busca. Na sequência, a junção do descritor Categoria como o descritor Participante e o descritor Contexto, resultou em oito possibilidades de busca. Ao final, o somatório de todas as probabilidades de busca resultou em catorze cruzamentos, aptos para iniciar a pesquisa nas plataformas escolhidas.

Posteriormente, na segunda e terceira etapa da Revisão Integrativa, definiram-se os critérios de inclusão para as produções indexadas na biblioteca *SciELO* e plataforma CAPES. Os primeiros critérios de inclusão adotados na pesquisa, a saber, estão disponíveis nas referidas plataformas: artigos, Dissertações e Teses completos, gratuitos, citáveis, revisado por pares, publicados em Língua Portuguesa, no período de 2000 a 2020 (Critério I).

No intuito de refinar ainda mais a pesquisa, as produções deveriam contemplar – no seu título, tema, objeto de pesquisa ou resumo – a temática Aposentadoria Docente, no setor do Ensino Superior (Critério II). Além disso, seria desejável conter, nas palavras-chave, alguns dos descritores relacionados no Quadro 1. Excluíram-se as produções que não versavam sobre aposentadoria de professores nas IFES brasileiras (Critério III). A seguir, consta o resultado da pesquisa, conforme os critérios de inclusão adotados na indexação das produções acadêmicas:

Quadro 3 – Resultado de busca em plataformas de pesquisa por critério de inclusão (2021)

Resultado das buscas por plataforma					
	Busca inicial	Critério I	Critério II	Critério III	
SCIELO	N. inicial de indexações	Filtro da <i>SciELO</i>	Pré-seleção: leitura do Título e Resumo	Versar sobre IFES brasileiras	Seleção final
	782	647	135	133	2
CAPES	N. inicial de indexações	Filtro da CAPES	Pré-seleção: leitura do Título e Resumo	Versar sobre IFES brasileiras	Seleção final
	3.093	2.688	405	404	1

Fonte: Elaboração do autor (2021).

No que se refere ao resultado das buscas por produções científicas, segundo os critérios de inclusão definidos na pesquisa, o Quadro 3 demonstra que o número inicial de indexações na biblioteca *SciELO*, que consta de 782 produções, após a primeira seleção (Critério I), apresentou exclusão de 647 itens, ou seja, 82,74% das produções indexadas na primeira busca não seguiram às etapas posteriores. Desta maneira, 135 produções (17, 26%) seguiram a etapa subsequente (Critério II). Desta totalidade, após o término de leitura minuciosa de seus Resumos (Critério III), somente 2 produções (0,25%) foram selecionadas.

A quantidade de produções constantes na plataforma CAPES, associada aos descritores de busca da pesquisa resultou na indexação de 3.093 artigos, Dissertações e Teses, quantidade

bem superior às indexadas na biblioteca *SciELO*, que fez o total de 782 produções. A diferença entre o número inicial de indexações (3.093) e o número de produções que restou (405), após a utilização de filtros da CAPES (Critério I), redundou na exclusão de 2.688 produções, o que equivale a 86,91% das indexações realizadas na primeira etapa da busca. Das 405 produções (13,09%) que seguiram à etapa seguinte (Critério III), somente 1 produção científica atendeu a todos os critérios de inclusão da pesquisa. Isso equivale a 0,032% do total de produções indexadas na plataforma.

Na quarta etapa da Revisão Integrativa, construiu-se uma planilha-resumo com informações básicas sobre os estudos selecionados na pesquisa. Neste momento, procedeu-se à categorização das produções, tendo como base a identificação de autores, títulos, data de publicação, resultado, dentre outros.

Os procedimentos adotados até esta etapa da pesquisa, pautados no rigor do tratamento dos dados, no uso de técnicas padronizadas, além da devida observância à sequência de suas etapas, segundo Botelho, Cunha e Macedo (2011), tornam a Revisão Integrativa confiável e passível de reprodução. As duas etapas seguintes revestem-se de um caráter menos padronizado, uma vez que se trata da análise, interpretação e síntese dos resultados da pesquisa. Desta feita, a junção das etapas da Revisão Integrativas até aqui descritas, encaminharam-se para a apresentação do quadro-síntese, a seguir:

Quadro 4 – Produções sobre aposentadoria docente na Educação Superior brasileira, por Autor, Título, Revista... (2000-2020)

N.	AUTORES	TÍTULO	REVISTA	PALAVRAS – CHAVE	OBJETIVO	TIPO DE PESQUISA	SUJEITOS / COLETA DE DADOS	PRINCIPAIS RESULTADOS
1	Pamela Daniel Machado Nascimento; Andreza Aparecida Polia	Planos para o futuro: uma análise da perspectiva ocupacional de professores universitários para o período da aposentadoria	Cad. Bras. Ter. Ocup. , São Carlos, v. 27, n. 2, p. 390-402, 2019. Fonte: Biblioteca <i>SciELO</i>	Aposentadoria. Professores Universitários. Terapia Ocupacional.	Conhecer a perspectiva ocupacional para a aposentadoria dos professores universitários do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Federal da Paraíba/UFPB.	Estudo Empírico, abordagem Qualitativa, Exploratório-descriptivo	Questionário semiestruturado e questionário sócio demográfico aplicado em 11 professores universitários	Necessário que haja um investimento por parte das universidades em projetos de extensão ou pesquisa, e até mesmo criação de grupos nos quais o planejamento para a aposentadoria seja o assunto em pauta para que os fatores que os impede de experienciar esse momento sejam revistos e trabalhados, para que ganhos possam ser percebidos como mais gratificantes que as perdas .
2	Jacqueline de O. Moreira	Imaginários sobre aposentadoria, trabalho, velhice: estudo de caso com professores universitários	Psicologia em Estudo , Maringá, v. 16, n. 4, p. 541-550, 2011. Fonte: Biblioteca <i>SciELO</i>	Velhice. Aposentadoria. Trabalho docente.	Desvelar os conceitos e imaginários relativos à velhice, ao trabalho e à aposentadoria entre professores universitários com mais de 60 anos que continuam trabalhando.	Estudo Empírico, abordagem Qualitativa Estudo de caso	Entrevista semi estruturada aplicada em 6 professores	O imaginário negativo em relação à velhice leva os entrevistados a desvincular velhice e aposentadoria e que o trabalho, devido à sua valorização em nossa cultura, é tido como central na vida. Assim sendo, manter o vínculo empregatício oferece diversos ganhos , como manter a valorizada condição de trabalhador e afastar os fantasmas de perdas e limitações da velhice; e, por fim, permite articular aposentadoria e continuidade do vínculo empregatício.
3	Maria Neide Sobral; Deise Juliana Francisco	O (não) lugar do aposentado na instituição: memórias de docentes	Revista Educação em Questão , Natal, v. 57, n. 52, p. 1-30, 2019. Fonte: Periódicos CAPES	Aposentadoria. Professor universitário. Carreira. Educação.	Analisar o processo de preparação, aposentadoria e pós-aposentadoria de docentes universitários do Departamento de Educação da UFS.	Estudo Empírico, abordagem Qualitativa	Entrevista autobiográfica aplicada em 6 professores	Evidencia-se que o “lugar vazio” deixado pelo docente universitário na instituição onde passou boa parte de sua vida é ocupado, quando ele passa a ser inativo, pelo novo lugar na instituição que é o de “arquivo”.

Fonte: Elaboração própria, com resultado de pesquisa em periódicos na plataforma eletrônica CAPES e na biblioteca *online SciELO* (25 a 28 maio de 2021).

A quinta e a sexta etapas da Revisão Integrativa consistiram, enfim, na análise e interpretação dos resultados, além da revisão/síntese do conhecimento produzido. Nesta parte da pesquisa, apontaram-se as pistas e os achados concernentes à indagação inicial, ou seja, cenário da produção do conhecimento/ o estado da arte acerca da aposentadoria docente, no âmbito do Ensino Superior.

As informações contidas no Quadro 4 apontam para o predomínio da área de saúde, representada pela Psicologia e Terapia Ocupacional, no que concerne aos estudos sobre aposentadoria docente nas IFES brasileiras. Esta predominância também foi notada nos estudos que versavam sobre a aposentadoria de docentes de outros segmentos de ensino. Observação similar a esta foi realizada por Cabral (2019), que levantou as produções bibliográficas sobre o trabalho docente na Educação Superior, além da aposentadoria desses profissionais, no Brasil e em Portugal, entre 2004 e 2016. Em sua análise, a autora constatou que seu objeto de estudo era de interesse de diversas áreas, porém os achados apontaram para o predomínio da área de Saúde, disseminado em três áreas da CAPES (Saúde e Sociedade, Enfermagem, Motricidade) e Psicologia. Na área de Educação, os estudos sobre a aposentadoria e o trabalho docente na Educação Superior não haviam despertado o interesse de grande parte dos pesquisadores brasileiros. Embora a pesquisadora paraense tenha utilizado outras fontes, método de pesquisa e descritores, constatou-se que, após 5 anos, este cenário permanece quase inalterado.

Outro ponto de confluência com os estudos de Cabral (2019) e que merece destaque, é a baixa incidência de estudos sobre o processo de aposentadoria de docentes que labutam em IFES brasileiras. Todavia, não se pode dizer que a temática aposentadoria não seja objeto de investigação científica. O que se pode apontar, efetivamente, é que a maior parte das produções acadêmicas sobre aposentadoria docente, indexadas nas plataformas pesquisadas, entre 2000 e 2020, incide sobre profissionais que não trabalham no espaço acadêmico.

Ao observar este fenômeno, metaforicamente, poder-se-ia dizer que a Academia, “ao olhar para a grama (aposentadoria) da vizinhança, tem percebido que esta se encontra mais verde que a sua”. É possível que tal ideia apresente o modo peculiar segundo o qual os docentes universitários percebem o seu entorno: a vida-de-aposentado de outras categorias parece-lhes muito mais atraente do que a sua. Neste caso, deduz-se que os números deixam este fenômeno em aberto – não conseguem dimensionar a complexidade deste comportamento da Academia.

Olhar para o desconhecido, por esta lógica, escapa ao poder dos números. Melhor acreditar que este dado revele uma parte da mensagem, apenas. Quiçá, a “fertilidade das terras alheias” utilize-se dos números como subterfúgio, como mote silenciador de um tema que urge por falar sobre si mesmo. A Academia, nesta perspectiva, tem feito arauto do futuro dos outros

e silenciado os seus. A síntese presente no Quadro 4 também revela que os estudos selecionados são, em sua totalidade, empíricos, de abordagem qualitativa, com aplicação de entrevistas semiestruturadas em um quantitativo que girou em torno de 6 a 11 sujeitos. Em meio a essa “lacuna científica”, tais pesquisas, de certo modo, imprimem rosto, voz e um ar de humanidade à “aridez” impingida à aposentadoria docente.

Em relação aos achados, os estudos de Nascimento e Polia (2019) e Moreira (2011), atribuem um lugar privilegiado à percepção de perdas e ganhos na análise do imbricado universo experiencial que envolve a despedida do trabalho, o advento da aposentadoria e da velhice. Além disso, Nascimento e Polia (2019) alertam sobre a necessidade da implementação de políticas de preparação para aposentadoria, como mecanismo “compensatório” para os docentes perceberem os ganhos na aposentadoria como mais gratificantes que as perdas. Por seu turno, a pesquisa de Moreira (2011) reconhece a centralidade do trabalho na vida das pessoas, posto que a manutenção do vínculo se constitui como um ganho significativo frente às perdas advindas das limitações impostas pela velhice.

Por fim, Sobral e Francisco (2019) refletem sobre o peso subjetivo das mudanças de lugar impostas pela aposentadoria e pelo medo do esquecimento institucional. Isto porque na inevitável troca de assentos, provocada pela aposentadoria, o “lugar vazio” deixado pelo docente universitário passa a ser ocupado pelo seu novo lugar na Instituição – o de “arquivo” [no rol de inativos da Academia].

Ressalta-se que o esboço panorâmico das produções acadêmicas sobre aposentadoria docente das últimas décadas mostrou-se, em certa medida, cristalizado. Neste aspecto, para além das questões numéricas, há muito o que se pesquisar, levando-se em consideração, sobretudo, as peculiaridades das regiões brasileiras, as relações de poder implícitas na Ciência, além das disparidades entre as diversas áreas do conhecimento. Tal asserção fornece pistas sobre a quantidade de pesquisas que são realizadas em determinadas áreas, temas e localidades, em detrimento de outras, que caminham “a passos” muito lentos. Afinal, se este descompasso se mantém, suspeita-se que existam justificativas para mantê-lo em pleno vigor. Tais apontamentos são dignos de observância, reflexão e, tomara, sirvam à quebra de paradigmas.

Convém mencionar, ainda, que durante esta fase da pesquisa, os principais resultados dos estudos que estão constantes no Quadro 4, foram transformados em Nuvem de Palavras (NP). Trata-se do emprego de uma técnica que Vasconcelos-Silva e Araújo-Jorge (2019) apresentam como recurso alternativo à análise de textos e divulgação de resultados de pesquisas de abordagem qualitativa:

Figura 1 – Nuvem de Palavras relativa ao resultado de produções sobre aposentadoria docente na Educação Superior brasileira (2000-2020)



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Nascimento e Polia (2019); Moreira (2011); Sobral e Francisco (2019).

Em análise à Fig. 1 vê-se que na NP as palavras de maior frequência – **aposentadoria** ($f=3$) e **velhice** ($f=3$), seguidas das palavras **empregatício** ($f=2$), **perdas** ($f=2$), **ganhos** ($f=2$), **instituição** ($f=2$), **lugar** ($f=2$), **manter** ($f=2$) e **vínculo** ($f=2$), emergem como distintas categorias de análises do fenômeno **aposentadoria** ($f=3$) e **velhice** ($f=3$). Dentre estas, as categorias **manter** ($f=2$), **perdas** ($f=2$) e **ganhos** ($f=2$) assumem um lugar de relativa significância como categorias de análise do universo experiencial da aposentadoria e velhice.

A aproximação com o objeto de pesquisa, por intermédio da Revisão Integrativa, desnudou o cenário das produções científicas sobre aposentadoria docente nas IFES brasileiras, nas últimas décadas. Tal procedimento forneceu pistas acerca das categorias empíricas que mantêm íntima relação com o universo da aposentadoria, permitindo, enfim, o delineamento dos procedimentos metodológicos aplicados na pesquisa em tela, evidenciados na próxima subseção e seus desdobramentos.

1.1 PERCURSO METODOLÓGICO: um olhar sobre aspectos regionais e demográficos dos participantes – de onde e de quem se fala; de quê e como se fala; do que e quando se fala

Nesta subseção delinea-se o escopo do estudo em epígrafe, situando o leitor em relação às particularidades régio-demográficas que imprimem ao *locus* e aos participantes da pesquisa características que lhes são próprias. Isso fornece pistas sobre o “o local de onde se fala e sujeitos de quem se fala,” “assunto de quê se fala e como se fala,” “tema do que se fala e quando se fala”. Semelhante dinâmica materializa os instrumentos utilizados para dar visibilidade a esse conjunto de personagens em suas peculiares narrativas.

1.1.1 De onde e de quem se fala: lugar de contrastes que abriga amazônidas, por ofício e Natureza

Em relação a um dos lugares de onde se fala e que agora, torna-se elemento sobre o qual se fala, trata-se do Estado Amapá, localizado à margem esquerda da foz do Rio Amazonas, cuja capital, segundo o olhar autóctone de Ferreira (1993) consiste na única cidade do Brasil banhada por este “caudaloso” rio. A cidade de Macapá é conhecida como capital do Meio do Mundo, por ser a única capital brasileira cortada pela linha do equador, que divide os hemisférios norte e sul. (PORTO E TOSTES, 2022). Estando nas proximidades do monumento do Marco Zero do Equador que demarca tal linha, o *locus* da pesquisa. Conforme Sarney e Costa (2004), o território “abraçado” por este “mar de água doce” soma uma superfície territorial de 140.276 Km², o que correspondendo a 1,6% das terras brasileiras e a 3,6% da extensão da Região Norte. Faz fronteira com o Estado do Pará, Suriname e Guiana Francesa.

As referidas terras foram longamente disputadas por grandes potências coloniais (França, Inglaterra, Holanda e Portugal), haja vista sua posição estratégica no extremo Norte do País. Sua história diferencia-se dos outros Estados brasileiros, já que por mais de quatrocentos anos, fez parte do Estado do Pará. Em 1943, ocorreu o seu desmembramento, fato que elevou o o Amapá à condição de Território Federal. Quarenta e cinco anos depois, em 1988, foi alçado ao patamar de Estado. (FERREIRA, 1993; LOBATO, 2009). É apontado como o Estado de maior conservação ambiental do Brasil, mantendo grandes vales, como Jari, Cajari, Maracá, dentre outros. O texto de Sarney e Costa (2004, p.13) nos apresenta uma região cheia de rios especialmente belos, que encantam seus moradores e a quem aqui se achega:

Aqui o rio Amazonas, indiferente a tudo, abre sua boca num estuário imenso. Tolda de barro as águas azuis. Serpenteia por igarapés, rios, estreitos, canais. Invade florestas, oscila nas marés e nas estações. A margem esquerda vem entrando entre ilhas e bancos de areia, recebe o rio Jari, majestoso, tranquilo que se despenca das alturas nas cachoeiras belas de Santo Antônio. Chega largo e já com a cabeleira ondulante das primeiras ondas. Na frente, só o céu e as águas. Ao lado aparece a cidade de Macapá, densa de história, com o seu Forte de São José.

Sarney e Costa (2004) afirmam, sem divulgar as fontes, que o nome Amapá significa “onde a terra acaba”. Considerando o fato de que nesta região começam ou acabam as águas do rio Amazonas, concluem que o significado, por este ângulo, faz todo o sentido. Segundo Lopes (1947) o termo amapá, formado pela junção da partícula AMA (Chuva) com PA ou PABA (Lugar, estância, morada) é de origem indígena, atribuído ao povo Nuaruaque e significa “o Lugar da Chuva”, denominação que também é condizente. O pesquisador maranhense também informa que a planta *Hancornia amapa*, recebeu esse nome em homenagem ao lugar.

De acordo com o IBGE (BRASIL, 2022), a população amapaense foi estimada, no ano de 2021, em 877.613 habitantes – quantitativo disperso por seus 16 municípios, sendo o mais populoso Macapá, capital que aporta mais de 500 mil pessoas, e o que possui a menor quantidade de moradores é Pracuúba, com pouco mais de 5 mil habitantes. A economia amapaense está ligada aos recursos naturais, com predominância da exploração de matérias-primas, exploração de ouro, manganês e extrativismo vegetal. Na esfera pública, o quantitativo de servidores lotados na Administração pública, Defesa e Seguridade Social, em 2020, somou 52.637 pessoas. As manifestações culturais são ligadas a movimentos religiosos como a Festa do Divino Espírito Santo, Festa de São Thiago – município de Mazagão –, e o Marabaixo, em veneração à Santíssima Trindade, manifestado pelas danças, músicas e ladainhas, em sua maioria, praticadas por remanescentes de quilombos, raça ligada às origens do povo amapaense.

No que se refere à educação, o Estado conta com três Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, a saber: Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); Universidade do Estado do Amapá (UEAP); e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP). Conta, ainda, com algumas IES privadas: Centro de Ensino Superior do Amapá (CEAP); Faculdade de Tecnologia do Amapá (META); Faculdade de Tecnologia Apoena (FTA); Faculdade Brasil Norte (FABRAN); Faculdade de Macapá (FAMA), atual Anhanguera; Faculdade de Teologia e Ciências Humanas (FATECH); Faculdade de Ensino Superior da Amazônia (FESAM); Faculdade SEAMA; Instituto de Ensino Superior do Amapá (IESAP); Instituto Macapaense de Ensino Superior (IMMES) e Universidade Estácio de Sá. Eis, portanto, a apresentação do local “de onde se fala,” seguindo na próxima subseção, à identificação dos sujeitos “de quem se fala.”

A propósito dos sujeitos de quem se fala, conforme dito anteriormente, trata-se de 17 docentes que optaram pela continuidade na ativa, apoiados no Abono de Permanência, após o cumprimento de critérios objetivos para adesão à aposentadoria. A seleção dos referidos sujeitos obedeceu aos seguintes critérios de inclusão e exclusão:

I - **Inclusão:** docente em Abono de Permanência que exerce atividade nos *Campi* Marco Zero, Oiapoque, Mazagão ou Santana, devendo assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE A).

II - **Exclusão:** docente em Abono de Permanência que: não for localizado ou que não assine o TCLE; estiver cedido para outro Órgão da esfera Federal, Estadual ou Municipal; esteja afastado da UNIFAP para qualificação, tratamento de saúde ou congêneres.

Na fase de aproximação com os sujeitos do estudo, o pesquisador apresentou formalmente o projeto de pesquisa ao Pró-reitor de gestão de pessoas – PROGEP/UNIFAP. Solicitou-se acesso à lista com nomes, endereço, contato telefônico, bem como o *e-mail* de docentes que estavam na condição de Abono de Permanência.

Por conta da pandemia de COVID-19, na fase de coleta das informações, deu-se preferência às entrevistas por meio remoto. Caso o participante não dispusesse dos meios tecnológicos, acesso ou conhecimento necessário para operar as plataformas digitais escolhidas para a coleta das informações, o local escolhido para sua acolhida e entrevista presencial, caso concordasse, foi a sala 2, de Capacitação da PROGEP, localizada na Rodovia Josmar Chaves Pinto, km 2 - Jardim Marco Zero, CEP 68903-419, cidade de Macapá, Estado do Amapá. Caso o participante, por algum motivo, não pudesse comparecer ao referido local, a coleta dos dados seria realizada em local de sua preferência. Ressalta-se que os protocolos de segurança sanitários (distanciamento social, uso de máscaras e álcool em gel) prescritos em razão da pandemia de COVID-19 foram cuidadosamente obedecidos.

Esteves *et al.* (2020, p.11) asseveram que a coleta de informações *online* apresenta vantagens e desvantagens, as quais podem surgir em função da natureza da atividade, pois na “ausência de entrevistador pode ocorrer de o respondente não entender a questão, ou dar respostas vagas. Além disso, há chances de que as respostas registradas sejam muito diferentes das possíveis respostas de não respondentes. Isso pode afetar a qualidade dos dados coletados.” Em observância a tais orientações, realizou-se a coleta dos dados de forma individual, conforme a disponibilidade do entrevistado. A condução do inquérito pautou-se na cordialidade e no respeito à opinião do outro. Os objetivos de cada quesito do Roteiro de Entrevistas (APÊNDICE B) foram elucidados e, não restando dúvidas, procedeu-se à entrevista.

Ademais, foi garantido ao participante o sigilo quanto à sua identidade e o compromisso de que as informações obtidas serão utilizadas unicamente para fins científicos, assegurando confidencialidade, rigor acadêmico e ético em relação aos seus dados pessoais, relatos e críticas. O participante teve, e ainda terá, a liberdade de retirar-se em qualquer momento da pesquisa, independentemente do motivo.

A pesquisa em tela foi submetida à Plataforma Brasil e obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa/UNIFAP, conforme Parecer CEP/UNIFAP n. 5.414.554, em 18 de maio de 2022. O referido procedimento visou atender às exigências da Resolução CNS n. 466 (BRASIL, 2012).⁶ De acordo com a aludida legislação, esta pesquisa se encaixa na modalidade de risco mínimo, ao prever somente a realização de entrevistas com docentes em Abono de Permanência, de modo que isso não implicará em nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas, psicológicas e sociais dos participantes do estudo.

Deste modo, os riscos decorrentes da participação na pesquisa podem ser de ordem emocional, visto que ao relatar suas experiências frente ao advento da aposentadoria, isso pode aflorar lembranças, sentimentos de alegria, saudade, tristeza ou ansiedade. Caso isso acontecesse, o suporte psicológico necessário seria prontamente dispensado por este pesquisador-psicólogo ou ainda, seriam realizados os encaminhamentos que cada situação exigisse. De posse do TCLE, devidamente assinado pelo entrevistado, este pesquisador garantiu que tomaria as providências necessárias para que as informações prestadas sejam arquivadas em local apropriado.

Os docentes foram interpelados, conforme roteiro de entrevista semiestruturado elaborado e testado previamente (APÊNDICE B), entre os meses de junho e outubro de 2022. A entrevista mais longa durou cerca de 40 minutos, enquanto na mais curta levou-se 20 minutos, aproximadamente. Do total de entrevistas, 12 ocorreram de forma presencial e 5 foram realizadas na modalidade *online*, por meio de plataforma de videoconferência. As entrevistas, com anuência dos sujeitos, foram gravadas e depois transcritas, na íntegra.

A síntese de cada entrevista foi, posteriormente, apresentada a seus respectivos depoentes, para que sugerissem possíveis ajustes, de modo a sentirem-se fielmente retratados. Em observância ao compromisso de sigilo à identidade dos participantes, optou-se por utilizar denominações fictícias. No quadro subsequente consta um cuidadoso perfil demográfico dos participantes da pesquisa:

⁶ Resolução n. 466/2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, incorporando sob a ótica do indivíduo e das coletividades, referenciais da bioética, tais como: autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, dentre outros, e visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado. (BRASIL, 2012).

Quadro 5 – Perfil demográfico dos participantes da pesquisa (2022)

Participante	Idade	Naturalidade	Estado civil	Dependentes	Tempo de serviço na IFES (em anos)	Tempo de adesão ao Abono (em anos)	Tempo de serviço em outros locais (em anos)	Classe/nível	Faixa renda bruta
E1-Esp.BENTO	67	Amapá	Separado	1	28	2	10	Adjunto IV	8 mil -10.999,00
E2-Dra.ELIETE	59	Amapá	Casada	0	19	5	19	Associado II	17 mil -19.999,00
E3-Dr.REGIS	60	Amapá	Casado	2	16	4	24	Associado IV	23 mil -26.999,00
E4-Dra.SUZY	57	Pará	Solteira	1	28	4	8	Associado III	20 mil -22.999,00
E5-Dra.VILMA	61	Paraíba	Casada	2	23	2	6	Associado II	17 mil -19.999,00
E6-Dra.LIZETE	67	Amapá	Viúva	2	28	4	15	Associado III	20 mil -22.999,00
E7-Ms.OTO	73	Amazonas	Separado	2	28	8	9	Adjunto IV	11 mil -13.999,00
E8-Dr.ALEX	64	Pará	Casado	1	18	4	24	Adjunto IV	14 mil -16.999,00
E9-Ms.SÁ	68	Amapá	Casado	1	18	10	15	Adjunto IV	11 mil -13.999,00
E10 Dra.DANIELA	58	Amapá	Casada	0	24	1	12	Associado III	17 mil -19.999,00
E11-Dra.JOICE	61	Amapá	União	3	26	8	13	Associado IV	14 mil -16.999,00
E12-Dr.FRANK	65	Amapá	União	1	28	8	13	Associado IV	20 mil -22.999,00
E13-Dra.RITA	68	Pará	Casada	0	28	14	15	Titular	23 mil -26.999,00
E14-Dra.EUNICE	60	Amapá	Casada	0	23	5	10	Associado IV	20 mil -22.999,00
E15-Dra.IZABEL	63	Amapá	Solteira	1	28	4	9	Associado III	20 mil -22.999,00
E16-Dr.CÉSAR	60	Goiás	Solteiro	1	28	4	10	Titular	11 mil -13.999,00
E17-Ms.CREUZA	64	Pará	Solteira	0	28	12	18	Adjunto IV	8 mil -10.999,00

Fonte: Ficha de Assentamento Funcional – SIGRH/UNIFAP (2022), com adaptação do autor.

Análise dos dados demográficos dos 17 sujeitos da pesquisa indica que o grupo é formado por 10 docentes do gênero feminino e 7 do masculino, com idade entre 57 anos e 73 – em média 63 anos. Quanto à renda bruta, organizaram-se os valores em seis faixas de renda, dispostos nesses intervalos: primeira = R\$ 8.000,00-R\$ 10.999,00; segunda = R\$ 11.000,00-R\$ 13.999,00; terceira = R\$ 14.000,00-R\$ 16.999,00; quarta = R\$ 17.000,00-R\$ 19.999,00; quinta = R\$ 20.000,00-R\$ 22.999,00; e sexta = R\$ 23.000,00-R\$ 26.999,00. O valor mínimo foi de R\$ 8.375,72, o máximo ficou em R\$ 26.158,13, sendo o valor médio de renda na ordem de R\$ 17.422,20 – mediana R\$ 19.157,27.

O tempo mínimo de adesão ao Abono de Permanência ficou em 1 ano e o máximo de 14 anos, com tempo médio de adesão do grupo em 6 anos – mediana 4 anos. O cruzamento entre as variáveis categóricas gênero e titulação indicou que a maioria das docentes do gênero feminino possui Doutorado ($f = 9 \Leftrightarrow 52,9\%$), em comparação aos docentes do gênero masculino ($f = 4 \Leftrightarrow 23,53\%$). Em relação ao título de Mestre, entre os docentes do gênero masculino o quantitativo ficou em ($f = 2 \Leftrightarrow 11,76\%$), contra ($f = 1 \Leftrightarrow 5,88\%$) entre docentes do gênero feminino. Dentre o grupo masculino, somente um professor ($f = 1 \Leftrightarrow 5,88\%$) é detentor do título de Especialista, ao passo que no rol de docentes do gênero feminino não foi encontrado nenhuma com essa titulação.

Por fim, o cruzamento entre as variáveis categóricas titulação e gênero e as variáveis numéricas renda bruta, tempo de serviço e tempo de adesão ao Abono de Permanência, indicou que os docentes Doutores ($f = 13$) possuem renda bruta média de R\$ 19.609,50, tempo de serviço médio de 24 anos na IFES, 5 anos de adesão ao Abono de Permanência. Docentes com título de Mestre ($f = 3$) auferem renda bruta média de R\$ R\$10.959,36 (primeira faixa de renda), tempo médio de serviço de 25 anos e estão, em média, há 10 anos na condição de Abono de Permanência. Por outro lado, docente com título de Especialista ($f = 1$) possui renda bruta de R\$ 8.375,77 (primeira faixa de renda), tempo de serviço de 28 anos e 2 anos de adesão ao Abono de Permanência.

No que se refere ao gênero feminino ($f = 10$), as docentes possuem renda bruta média de R \$19.218,81 (quarta faixa de renda), somam 26 anos de tempo de serviço e 6 anos de Abono de Permanência. Comparando a renda média das docentes gênero feminino ($f = 10$) com docentes gênero masculino ($f = 7$), percebeu-se uma ligeira queda na renda bruta média dos docentes do gênero masculino, que ficou em R\$ 14.855,60 (terceira faixa de renda) e no tempo médio de serviço (23 anos) masculinos. Quanto ao tempo de adesão ao Abono de Permanência ambos perfizeram 6 anos, em média. Docentes que se declararam solteiros ($f = 4$), separados ($f = 2$) e união estável ($f = 1$) alcançaram maior tempo médio (28 anos) no serviço público. Os participantes que se declararam casados ($f = 8$) alcançaram o menor tempo médio (21 anos) no Serviço Público, por outro lado, auferem a maior renda média, R \$19.348,74, valor situado na quarta faixa de renda.

A grande maioria dos entrevistados é natural da própria Região Amazônica, assim distribuídos: Amapá ($f = 10 \Leftrightarrow 58,82\%$); Pará ($f = 4 \Leftrightarrow 23,53\%$); Amazonas ($f = 1 \Leftrightarrow 5,88\%$) perfazendo um total 15 $\Leftrightarrow 88,23\%$. Quanto aos nascidos fora da Região, somaram 2 (11,77%), sendo uma no Nordeste e outro professor da Região Centro-Oeste.

Desses dados depreende-se, ainda, que docentes do gênero feminino ($f = 10$) possuem maior titulação do que seus colegas do gênero masculino ($f = 7$), além disso, somam maior renda e tempo de serviço; docentes Doutores auferem a maior renda bruta; docentes com título de Mestre estão há mais tempo no Serviço Público e em Abono de Permanência. No que tange à quantidade de dependentes, docentes gênero feminino ($f = 10$) e docentes do gênero masculino ($f = 7$) declararam, no cômputo geral, a mesma quantidade de dependentes (9). Encerrada a apresentação dos sujeitos, parte-se ao desvelo do Método de pesquisa e das transmutações impostas à aposentadoria.

1.1.2 De que e como se fala: aposentadoria à luz da Hermenêutica-dialética como método de compreensão de fala [dos sujeitos]

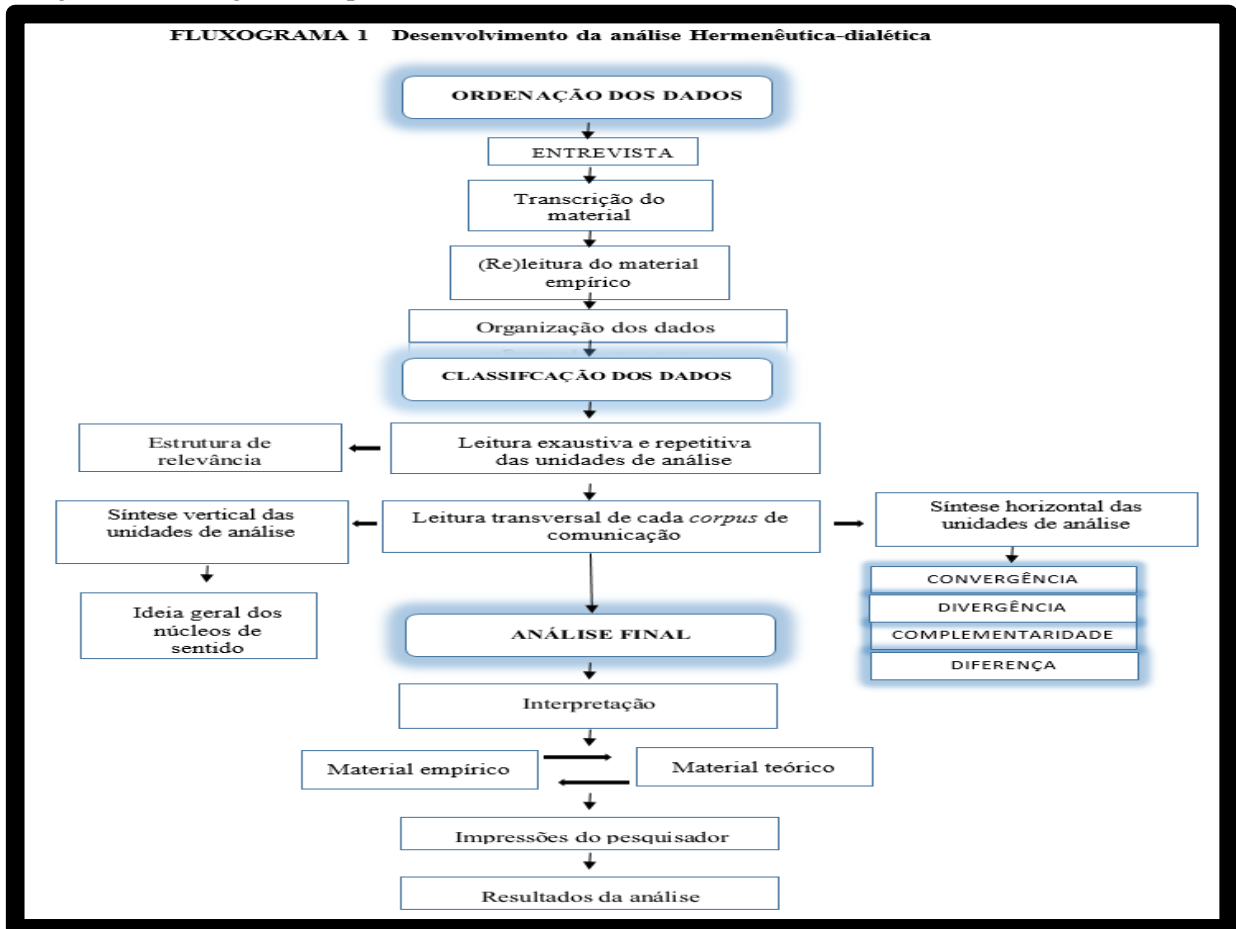
No que concerne à exploração do fenômeno de que se fala – aposentadoria docente –, buscou-se formas de como se falar adequadamente sobre este objeto. Assim, a Hermenêutica-dialética, método de análise, interpretação e compreensão de distintos fenômenos foi escolhido para sustentar o diálogo entre autores, participantes e este incipiente pesquisador, mediatizados pelo interesse na construção de conhecimento. Minayo e Deslandes (2002, p. 96) sintetizam que o processo de compreensão, conforme os preceitos hermenêuticos, consiste na possibilidade de interpretar, de estabelecer relações e extrair conclusões em todas as direções. Adverte que nesta tarefa, o investigador estará suscetível a erros e antecipação de juízos. Assim, a compreensão só alcança *status* de possibilidade quando as opiniões prévias, formadas no início da caminhada investigativa, se desprendem de sua rigidez arbitrária.

Neste aspecto, a entrevista semiestruturada, instrumento bastante utilizado em pesquisas qualitativas, torna-se uma estratégia útil à Hermenêutica-dialética, uma vez que segue um roteiro que tramita entre a entrevista aberta – onde o entrevistado discorre livremente sobre um tema, e a entrevista estruturada – na qual o participante responde um questionário pré-formulado, ou seja, na entrevista semiestruturada o roteiro é flexível, em certa medida. Nesta perspectiva, à luz dos princípios Hermenêutico-dialéticos, organizou-se o roteiro das entrevistas em torno das Categorias Empíricas que emergiram dos *insights* e das teorias evidenciadas neste estudo. Tal estratégia manteve coerência com o objeto e os objetivos desta investigação, conforme preceituam Minayo, Deslandes e Gomes (2011).

Partidário do entrelace entre Teoria e Categorias Empíricas, Moraes (2003, p. 199-200) afirma que “toda categorização implica uma teoria” e que as categorias têm sua validade garantida quando não fogem à premissa de que “os sujeitos autores dos textos analisados precisam se ver representados nas descrições e interpretações feitas”. Desse modo, a junção desses elementos, conforme os pressupostos hermenêuticos e dialéticos, outorga às descrições e interpretações do *corpus* da pesquisa aragem propícia ao desvelo de novas compreensões e novas relações - intra e extra categoria.

Assim, a dinâmica que encaminhou o diálogo com os participantes da pesquisa englobou quatro categorias empíricas (APÊNDICE B): *Estado e (des)proteção na velhice; Vantagens e Desvantagens da permanência no trabalho; Periferia do capital e degradação do Trabalho Docente; e Perdas e Ganhos da aposentadoria*. Tais Categorias relacionam-se às discussões teóricas e premissas da fase anterior às entrevistas, conforme fluxograma, a seguir:

Figura 2 - Fluxograma do processo de desenvolvimento da análise Hermenêutica-dialética (2022)



Fonte: Elaborado pelo autor apoiado em Assis e Jorge (2006); Minayo (2006); Olivatti, (2019).

A Hermenêutica-dialética, em conformidade com Assis e Jorge (2006), Minayo (2006) e Olivatti (2019), obedece ao percurso esboçado na Figura 2, aspecto que nesta pesquisa foi regidamente seguido, a saber:

1) **Ordenação dos dados** – envolveu a transcrição e revisão minuciosa das falas, complementadas por sinalização das pausas, silêncios, entonação de voz, ou seja, dos comportamentos não verbais que acompanharam o discurso dos entrevistados, acrescido das primeiras impressões sobre o *corpus* do texto. Isso foi apensado ao material que posteriormente foi lido e relido. Por fim, organizou-se o depoimento de cada participante conforme as questões norteadoras (APÊNDICE B), com o propósito de identificar e ordenar os núcleos de sentido;

2) **Classificação dos dados** – consistiu na “leitura flutuante” do material em busca das estruturas de relevância (trechos que transmitiam a ideia central de cada núcleo de sentido). De posse dessas informações, construiu-se o quadro-síntese das entrevistas (Quadro 1). Nesta etapa, a leitura transversal das estruturas de relevância já permitia observar alguns distanciamentos e interconexões entre os depoimentos. Isso ficou mais evidenciado no cruzamento entre as sínteses vertical e horizontal. A primeira apresenta a ideia central de cada

depoimento a respeito dos núcleos de sentido; a segunda revela as convergências, divergências, complementaridades e diferenças contidas nos depoimentos dos entrevistados, a partir das estruturas de relevância. Ao final dessa etapa, a síntese desse material foi apresentada a cada depoente, que avaliou possíveis inconsistências entre o significado de sua fala e o sentido que fora empregado por este pesquisador;

3) **Análise final** – caracterizou a finalização do processo hermenêutico-dialético, momento de interlocução do pesquisador com a teoria, com o *corpus* dos dados e com suas percepções sobre o fenômeno em análise. Seguem os primeiros passos em direção à análise dos dados, à luz dos pressupostos Hermenêutico-dialéticos:

Quadro 6 - Síntese Horizontal e Vertical das Estruturas de Relevância das Entrevistas (2022)

NÚCLEOS DE SENTIDO	E1	E2	E3	E4...	SÍNTESE HORIZONTAL
Estado e (des)proteção na velhice					Convergência, Divergência, Complementaridade e Diferença das ideias centrais (E1, E2...).
Vantagens e Desvantagens da permanência					
Periferia do capital e degradação do Trabalho Docente					
Perdas e Ganhos da aposentadoria					
SÍNTESE VERTICAL	Ideia central de E1 sobre cada Núcleo de Sentido.	Ideia central de E2 sobre cada Núcleo de Sentido.	Ideia central de E3 sobre cada Núcleo de Sentido.	Ideia central de E4 sobre cada Núcleo de Sentido.	

Fonte: elaborado pelo autor apoiado em Assis e Jorge (2006); Minayo (2006); Olivatti, (2019).

O Quadro 6 mostra na primeira coluna os *Núcleos de Sentido*, estruturas norteadoras da entrevista aplicada aos sujeitos (APÊNDICE B) que, consubstanciadas nas discussões e pressupostos teóricos vinculados à pesquisa, apresentaram ao entrevistado quatro temas geradores de diálogo representativos das grandes categorias de estudo (primeira coluna, entre Núcleo de Sentidos e Síntese Vertical). Dessa estrutura inicial, inicia-se a fragmentação dos textos, processo no qual emergem as subcategorias – conjunto de significantes que Minayo (2006) nomeia de *Estruturas de Relevância*. A sintetização desses elementos e a explicitação das possíveis conexões entre as referidas unidades ou estruturas que formam o *corpus* textual, fornecem a matéria-prima necessária para a construção da estrutura do metatexto.

A dinâmica de construção do Quadro 6 se deu por meio da leitura e releitura dos aspectos manifestos, todavia o método Hermenêutico-dialético permite a interpretação dos aspectos implícitos do *corpus* textual, por meio do olhar daquele-que-pesquisa. Eis a tarefa mais complexa e bela da pesquisa, ensejada pela disposição do pesquisado em “fazer-se conhecido”

e pelo esforço do pesquisador em dar sentido ao/em “fazer conhecimento”. Desta maneira, a aproximação das representações do pesquisador com o universo daquele que se fez pesquisado começou de forma indireta com a teoria, e posteriormente com a entrevista, ocasião em que se conhece o outro, em suas particularidades.

Faz-se oportuno mencionar que a entrevista veio e trouxe consigo um tesouro de valor inestimável, ocorrendo a esse entrevistador que a gravação das verbalizações, por mais longa e completa que fosse, não expressaria a plenitude daquela experiência; a parte mais rica ficaria para trás – a vivência daquele pesquisador que se deixou pesquisar, no epílogo de sua carreira, deixando a impressão de que “foi o que o fôlego permitiu”... Por se tratar de uma relação de troca, fez-se questão de patentear a estima, a consideração empática e o compromisso de realizar um trabalho no qual os entrevistados pudessem se ver representados por este Método que por eles e/ou deles fala.

Passada a euforia provocada pelo contato com os participantes da pesquisa, veio a fase marcada pelo debruçar solitário do pesquisador sobre o texto, mediado por suas impressões sobre a entrevista – momento em que teoria, modulações, silêncios e pausas na fala precisavam interagir e ganhar materialidade, onde o dito e o não dito urgiam por fazer sentido. Imerso no que se pode designar como solidão criativa, este incipiente pesquisador Hermenêutico-dialético precisou dar um sentido ao seu papel: um observador ávido por conhecer, que mergulha no universo experiencial de outrem, explora aquilo que o “fôlego” permite e emerge com seus achados e impressões.

Convém mencionar que a parte mais pesarosa está por vir: eis que na superfície e com fôlego recuperado, veio à tona a angústia daquilo que restou subliminar, bem como o peso da oportunidade desperdiçada pelo entrevistador, na ocasião. Nesse contexto, o distanciamento físico de minha fonte de pesquisa ganhou outra dimensão e isso, aos poucos, começou a fazer todo o sentido. Percebi que dissipada a emoção da entrevista e admirando o que objetivamente restou, alguns aspectos daquele encontro tornaram-se mais claros e ricos.

Todo esse processo começou a fazer sentido com o esboço das sínteses, demonstrado no Quadro 7, a seguir, ilustração na qual se utilizou o Núcleo de Sentido *Estado e (des)proteção na velhice*, a título de exemplo. É conveniente advertir que a referida categoria será objeto de apreciação na seção posterior. O propósito ora traçado consistiu em inteirar o leitor do entrelace entre Núcleos de Sentido, Estruturas de Relevância e Síntese Horizontal:

Quadro 7- Síntese Horizontal das Estruturas de Relevância - Categoria Estado e (des)proteção na velhice

Categoria empírica: Estado e (des) proteção na velhice
Eu me sinto desprotegido e isso não começa só quando a gente aposenta, não. É durante todo o período de trabalho (E1-Esp. BENTO).
Como servidora pública, fui menos prejudicada do que os meus colegas que virão a se aposentar, porque eles vão cair no teto da Previdência. (E2-Dra. ELIETE).
Algo que me sufoca é exatamente na aposentadoria [...] entrar um governo que reduza nosso salário. (E3-Dr.REGIS).
Afeta, a falta de política para atender o aposentado, que é descartado nesse país, sofre preconceitos. Quem está na velhice sabe! (E4 - Dra. SUZY).
Se tirarem essa simbólica aposentadoria, não vou me sentir desprotegida [...] Eu sou uma pessoa que trabalha e investe a partir do que eu posso ter. Agora se eu for analisar politicamente, eu acho tamanha injustiça você ser uma profissional que você dá vida a tanta gente e você enfrentar os últimos dias de sua vida com um salário que não condiz [...] Eu não sei, amanhã se eu precisar fazer altos gastos de saúde e isso pode acontecer, a gente nunca sabe o dia de amanhã e você não ter condições de investir na sua saúde na velhice...(E5- Dra. VILMA).
A velhice é um processo natural do ser humano e eu quero ter dizer que estar na Universidade e ter esta possibilidade de se aposentar com um salário, como Doutora, me garante uma qualidade de vida melhor do que aqueles que não tiveram acesso a um curso superior... (E6 - Dra. LIZETE).
Estou vendo a situação do pessoal que está entrando [...]. Eu acho que nós ainda vamos sair com salário integral ou bem próximo, talvez. Então, em relação a isso, estou confiante que não vai afetar. (E7 - Ms. OTO).
A cada dia, estamos percebendo, na prática, que o Estado está assim: cada um que dê o seu jeito, dê conta de sua aposentadoria, da sua saúde, da sua educação e tudo o mais. Daqui a cinco anos vai mudar a lei da previdenciária? Daqui a dez anos, de novo? E aí, vai ficar todo tempo correndo atrás de algo que nunca se vai alcançar? [...] um adolescente, um jovem que entra no mercado de trabalho hoje, ele não sabe se vai se aposentar um dia. Ele não sabe mais! Afeta, mas talvez não afete tanto a mim, sabe? Quer dizer, meus filhos, meus colegas, meus netos, pode me afetar dessa forma. Não, tudo bem, eu posso ter uma boa aposentadoria, que eu já estou próximo, mas e um colega meu, que não tenha a mesma condição? (E8 - Dr. ALEX).
A divisão de renda no Brasil é muito desigual [...]. Viver com um salário mínimo e ainda ajudar neto, filho! O Estado não enxerga isso. Tudo isso fica na invisibilidade. Isso me afeta? Sim, afeta, como estudioso do assunto...me afeta pela preocupação com a dignidade do ser humano. (E9 - Ms. SÁ).
Isso me preocupa, por esse pessoal que está entrando agora.... Não só no caso do meu filho, por ex., mas a sociedade de modo geral [...]. Os velhos estão voltando a trabalhar hoje, imagina daqui a vinte anos. (E10 - Dra. DANIELA).
De maneira geral afeta [...]. Chega a ser desumano, porque você prestou serviços para sociedade e na hora que a saúde está debilitada, as políticas públicas do Estado não ajudam. Se você não tiver um plano de saúde, dinheiro para sair da doença, vai ficar à mercê da sorte. (E11 - Dra. JOICE).
As reformas mais contundentes, praticamente, eu fiquei isento. Então, agora para quem entrou depois, essas perdas vão ser muito maiores [...]. Vai ter uma perda, mas espero que seja pequena em relação aos colegas meus, que estão em outra situação. (E12 - Dr. FRANK).
Olha, eu acho que nesse momento não afetaram, mas a partir do momento em que eu me aposentar vão afetar, sim [...]. É o valor do INSS que vai passar a ser descontado[...]. Então, isso vai ser uma grande desvantagem para qualquer pessoa que vai fazer a opção pela aposentadoria. (E13- Dra. RITA).
Quando se vai envelhecendo, vai precisando de mais coisas: é plano de saúde que aumenta, remédio que você tem que comprar, um exame a mais, é uma porção de coisas [...]. Tudo é muito mais difícil, então, essa é uma preocupação, assim, quando você vai se aposentar, você precisa estar organizado bastante para isso. (E14 - Dra. EUNICE).
Nós que estamos numa lei anterior às reformas neoliberais, em relação àqueles que irão se aposentar no futuro, estamos nos aposentando em um momento, melhor para nossas vidas, no sentido de qualidade de vida, mas a gente tem que pensar no social, nessas reformas que, realmente, vêm prejudicando a aposentadoria. (E15- Dra. IZABEL).
Eu cuidei de fazer as minhas reservas [...]. A minha vida é muito simples e o que eu ganho é suficiente. Ah! Eu não vou me aposentar porque vai diminuir 30% ou 40%? Não, essa redução não vai alterar em nada. (E16- Dr. CÉSAR).
Olha, eu acho que a reforma da previdência vem afetar todo mundo, né? Apesar de que, no meu caso, eu acho que o impacto eu praticamente não sinto, é bem menor, mas a gente se sente afetado, porque vai afetar o outro. Tudo que afeta o outro acaba afetando a gente também, porque a gente vive numa engrenagem, né? (E17- Ms. CREUZA).

Hermenêutica - Síntese Horizontal das Estruturas de Relevância (cont. Quadro 7)	
<p>Partiu-se da análise de um trecho da verbalização do primeiro sujeito: E1 - Esp. BENTO que se sente desprotegido em todo o seu percurso laboral, assim, a desproteção na velhice é encarada com relativa naturalidade. Complementaridade: E3 - Dr. REGIS mostra apreensão, apesar dos direitos adquiridos, porque não descarta que futuros governos reduzam o valor da sua aposentadoria. O depoimento de E5 - Dra. VILMA mostra Convergência com o de Bento e Regis, posto que a docente analisa, inicialmente, essa questão sob a perspectiva pessoal, reafirmando o seu estilo de vida (simples) como contraponto à possibilidade de desproteção na velhice. Depois, reafirma a sua indignação em relação ao valor dos proventos da aposentadoria docente no Brasil, não desconsiderando eventualidades (doença, cuidados médicos) que possam ocorrer no futuro. Nestas circunstâncias, a percepção de desproteção na velhice assume outros contornos e dimensões, tanto é fato que E13 - Dra. RITA e E14 - Dra. EUNICE também demonstram preocupação com as perdas financeiras advindas de sua adesão à aposentadoria e o reflexo disso nos infortúnios (doenças) que possam acontecer no futuro. Divergência: E4 - Dra. SUZY percebe a desproteção relativa à ausência de políticas públicas para aposentados, que são propensos a doenças, preconceitos, bem como ao descarte social. E11 - Dra. JOICE reforça o aspecto de proteção social na velhice, manifestando angústia diante do tratamento que Estado dispensa aos aposentados. Sente que pode, em algum momento, ficar à mercê deste Estado (des)protetor. Por seu turma, E9 - Ms. SÁ reflete acerca das desigualdades sociais e de seus reflexos na aposentadoria, criticando o papel exercido pelas políticas públicas na proteção das pessoas mais vulneráveis, invisibilizadas pela inépcia do Estado. Diferença: Os sujeitos da pesquisa E2 - Dra. ELIETE; E6 - Dra. LIZETE; E7 - Ms. OTO; E8 - Dr. ALEX; E10 - Dra. DANIELA; E12 - Dr. FRANK; E15 - Dra. IZABEL e E17 - Ms. CREUSA percebem a questão da desproteção na velhice sob uma ótica empática, ao se solidarizarem com as pessoas que não tiveram as mesmas oportunidades acadêmicas e profissionais que as suas, além da situação de seus pares e entes, que irão ser aposentados em outro regime previdenciário e, por conseguinte, estarão bem mais desprotegidos na velhice. Diferença: Por fim, E16 - Dr. CÉSAR argumenta que seu estilo de vida simples, além das suas reservas financeiras, afastam preocupações relativas à desproteção na velhice.</p>	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na primeira parte do Quadro 7 apresenta-se a ideia central dos depoimentos (Estruturas de Relevância) sobre o Núcleo de Sentido, transformado na Categoria Empírica Estado e (des)proteção na velhice. Na segunda parte, esses elementos foram confrontados, por meio da Síntese Vertical, onde se identificaram as Convergências, Divergências, Complementaridades e Diferenças entre as Estruturas de Relevância de cada depoimento.

Na sequência, no Quadro 8 consta a síntese da entrevista de uma participante, abarcando os quatro Núcleos de Sentido utilizados na pesquisa e suas respectivas Estruturas de Relevância:

Quadro 8 - Síntese Vertical da entrevista de uma participante da pesquisa (2022)

<p>SÍNTESE VERTICAL E4 - Dra. SUZY</p>	<p>Pondera que as vantagens de sua permanência na ativa consistem na manutenção do vínculo institucional e na vantagem pecuniária do abono de permanência. Considera que as perdas salariais, provenientes da quebra do contrato empregatício materializam o lado negativo/desvantajoso da aposentadoria. Apesar disso, a aposentadoria inaugura uma fase de maior autonomia em relação ao seu tempo livre (ganho). Deduz que a relação entre a localização periférica de sua IFES e a degradação do trabalho docente, não se trata de algo novo e que isso reverbera para a qualidade da produção científica. Enquadra a questão da (des) proteção na velhice no cenário cultural de desresponsabilização das pessoas e dos entes estatais com a pessoa idosa. Sente-se vítima do preconceito intergeracional, (dos seus seus pares) e teme que isso se naturalize. Admite que seus impasses em relação a decisão de aposentar ou não, envolvam aspectos financeiros (perdas objetivas), o que fortalece sentimentos de insegurança na velhice. Projeta um futuro de autocuidados físico e mental, realização de projetos pessoais e de fortalecimento espiritual.</p>
---	--

Fonte: Elaborado pelo autor.

Cabe lembrar que a apresentação do percurso metodológico desta investigação, iniciou pelo esboço de estudos já produzidos sobre o objeto desta pesquisa – estado da

arte/conhecimento. Ademais, foi possível evidenciar o escopo da matéria em epígrafe, caracterizando o lugar de onde se fala, os sujeitos de quem se fala, de que e como se fala. Na sequência, consta a identificação do subitem “do que e quando se fala.”

1.1.3 Do que e quando se fala: reformas da Previdência Social em sua cronologia de (des)proteção à Velhice (1988-2019)

Para delimitar a abrangência do objeto do qual se fala, foi preciso circunscrevê-lo no corte temporal /1998-2019, cujo marco inicial foi a promulgação da EC n. 20/98 (BRASIL, 1998) – estatuto que introduz a lógica de dilatação da vida útil do trabalhador, aliada à diminuição da cobertura da seguridade social ao aposentado –, até o momento da publicação da EC n.103/19 (BRASIL, 2019) que, sob o discurso falacioso da retirada de privilégios do funcionário, aproximou as regras da aposentadoria do Serviço Público àquelas da iniciativa privada, sedimentando ainda mais a gritante desigualdade na correlação de forças entre o capital e o trabalhador – a maior vítima dos ataques reformistas.

Isso fica evidente nos (re)arranjos político-mercantis-estatais que caracterizaram o avanço do capital na esfera pública, com seus ataques à classe trabalhadora. O resultado consiste na acomodação da burguesia num patamar cada vez mais privilegiado (acumulação do capital), bem como no ajustamento da classe trabalhadora num degrau cada vez menos privilegiado (diminuição de direitos).

Convém destacar que o aumento da longevidade, alavancada pelo desenvolvimento tecnológico na área de saúde e melhoria na qualidade de vida das pessoas, concorre para que o Brasil, até 2025, ocupe o sexto lugar dentre os países com maior número de idosos no Mundo, segundo relatório emitido pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2006). Na ótica do Poder constituído, esse cenário ameaça o equilíbrio das contas públicas e causa grande impacto ao Sistema Previdenciário, exigindo a (re)formulação de políticas para que o trabalhador envelheça trabalhando.

A aprovação da Emenda Constitucional 41/03 (BRASIL, 2003), dirigida aos Servidores públicos, é bem ilustrativa desse movimento de cunho reformista. Isso por incentivar a adesão ao estatuto do Abono de Permanência, mecanismo que suspende a contribuição previdenciária mensal do Servidor, que tendo cumprido os requisitos para aposentadoria decida pela permanência na ativa, podendo ficar nesse *status* até atingir a idade-limite para aposentadoria compulsória, estipulada para 75 anos, o que ocorreu a partir da Lei Complementar - LC 152/15 (BRASIL, 2015a). Anteriormente, durante a vigência da EC 88/15 (BRASIL, 2015b), cognominada como a “PEC da bengala”, a idade mínima exigida para a compulsoriedade correspondia a 70 anos.

Manobra política desta natureza garante mão de obra qualificada e experiente para a manutenção de serviços essenciais e também assegura economia na folha de pagamento, com impacto positivo no ajuste das contas públicas. A estratégia de abonar a permanência desse Servidor garante que o Estado se exima de pagá-lo para que fique “em casa” – na condição de aposentado –, além de economizar em gasto com o salário e qualificação daquele que vai sucedê-lo, se não tiver qualificação análoga.

Com a adoção de tal medida, a quantidade de Servidores públicos integrantes da dependência administrativa Executivo Federal, sob a proteção do Abono de Permanência, passou a atingir número recorde, chegando a 101 mil. Mantê-los na ativa importou ao Governo economia na ordem de R\$ 11,9 bilhões, em conformidade aos dados do Ministério do Planejamento (BRASIL, 2018a).

Esse movimento reformista, marcado pela usurpação dos direitos da classe trabalhadora, intensificou-se nas legislações e regramentos circunscritos ao período em epígrafe. Antes, o Art. 7º CF/88 foi um dos que mais sofreram ataques, por seu conteúdo considerado “protecionista”, posto que a referida cláusula relacionava uma série de conquistas da classe trabalhadora, dentre elas a aposentadoria, que a Constituição assim expôs: “são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social”, inciso XXIV – aposentadoria (BRASIL, 2016). A partir daí os direitos sociais aludidos na referida Lei e a ideia de provisão para o futuro, subjacente ao modelo de partição em que o sistema previdenciário se assentava, foram perdendo espaço frente às reformas impostas aos direitos sociais, atingindo em cheio a Previdência Social brasileira.

A narrativa que alimentava o ideário reformista respaldava-se nas mudanças observadas no perfil demográfico da população, na remodelagem das relações de trabalho e produção, combinadas ao crescimento das taxas de desemprego e informalidade no contexto nacional contemporâneo (CAVALLIERI, 2009). O referido *modus operandi* afastou o princípio de proteção social da Previdência e abriu caminho, a passos largos, ao mercado das previdências privadas e à exploração de um nicho de mercado promissor e rentável – a complementação da aposentadoria do trabalhador.

O Quadro 9, a seguir apresentado, ilustra a cronologia das reformas previdenciárias no Brasil, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, passando pela Emenda Constitucional n. 20, datada de 15 de dezembro de 1998, vindo a culminar com a promulgação da EC n. 103, de 12 de novembro de 2019:

Quadro 9 - Cronologia das reformas previdenciárias no Brasil

Legislação/data	Ementa	Governo
CF/1988	Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXIV – aposentadoria.	Sarney (1985-1990)
Lei 8.212, jul. 1991 8.213, jul. 1991	Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio [...]. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social [...].	Collor (1990-1992)
EC 3, mar. 1993	Altera os art. 40, 42, 102, 103, 150, 155, 156, 160, 167 CF/88.	Itamar Franco (1992-1994)
Lei 8.688, 21 jul. 1993	Dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade do servidor público civil dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas [...].	
Lei 9.032, abr. 1995	Dispõe sobre o valor do salário mínimo, altera dispositivos das Leis n. 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991 [...].	
LC 84, jan. 1996	Institui fonte de custeio para a manutenção da Seguridade Social, na forma do § 4º do art. 195 da Constituição Federal [...].	
EC 19, jun. 1998	Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas, finanças públicas e custeio de atividades a cargo do DF [...]	FHC (1995-2002)
EC 20, dez. 1998	Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição[...].	
Lei 9.630, abr. 1998	Dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil ativo e inativo dos Poderes da União, autarquias e fundações públicas [...].	
Lei 9.717, nov. 1998	Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do DF e dos Municípios, dos militares dos Estados e do DF [...].	
Lei 9.876, nov. 1999	Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis n. 8.212/1991 e 8.213/1991 , [...].	Lula (2003-2010)
EC 41, dez. 2003	Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da CF, revoga o inciso IX, § 3º, art. 142 da CF e dispositivos da EC 20/1998 [...].	
Lei 10.887, jun. 2004	Dispõe sobre a aplicação de disposições da EC 41/ 2003 , altera dispositivos das Leis n. 9.717/1998, 8.213/1991 e 9.532/1997.	
EC 47, jul. 2005	Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da CF, para dispor sobre a previdência social, [...].	Dilma (2011-2016)
EC 70, mar. 2012	Acrescenta art. 6º à EC 41/2003, estabelecendo critérios ao cálculo e correção dos proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até a data da publicação daquela Emenda Constitucional.	
Lei 12.618, abr. 2012	Institui o regime de previdência complementar para servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive membros dos órgãos que menciona; fixa limite máximo à concessão de aposentadoria e pensão no regime de previdência, tal como o art. 40/CF; autoriza a criação de 3 entidades fechadas de previdência complementar (Funpresp-Exe, Funpresp-Leg e (Funpresp-Jud); altera dispositivos da Lei 10.887/200, [...].	
Dec. 7.808, set. 2012	Cria a Funpresp-Exe, dispõe sobre sua vinculação no âmbito do Poder Executivo [...].	
EC 88, maio 2015	Altera o art. 40 da CF , relativamente ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral, e acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Dilma (2011-2016)
Lei 13.183, nov. 2015	Altera as Leis n. 8.212/1991, e 8.213/1991 , para tratar da associação do segurado especial em cooperativa de crédito rural e, ainda essa última, para atualizar o rol de dependentes, estabelecer regra de não incidência do fator previdenciário, regras de pensão por morte e de empréstimo consignado, a Lei n. 10.779/2003, para assegurar pagamento do seguro-defeso para familiar que exerça atividade de apoio à pesca, a Lei n. 12.618/2012 , para estabelecer regra de inscrição no regime de previdência complementar dos servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, a Lei 10.820/2003, para dispor sobre o pagamento de empréstimos realizados por participantes e assistidos com entidades fechadas e abertas de previdência complementar e a Lei 7.998/1990; [...].	
LC 152, dez. 2015	Dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da CF .	
PEC 287, dez. 2016 [rejeitada]	Altera os art. 5º, 37, 40, 109, 114, 149, 167, 195, 201, 203 e 250 da CF para dispor sobre os RPPS, estabelecendo regras de transição [...].	Temer (2016-2018)
PEC 6, fev. 2019 convertida na EC 103, nov. 2019	Altera o sistema de previdência social e prevê regras de transição e disposições transitórias.	Bolsonaro (2019-2022)

Fonte: Adaptado de Cabral (2019) e Souza (2017).

Nesta seara de reformulações outra medida adotada pelo Estado brasileiro, no contexto de reformas previdenciárias, foi dilatar o tempo de vida produtiva dos trabalhadores, aumentando a idade mínima para aposentadoria integral, com a adoção da chamada “regra de pontos” – soma da idade e tempo de contribuição, devendo resultar em 85 pontos para mulheres e 95 para homens. A referida regra, introduzida pela Lei 13.183/15 (BRASIL, 2015), permitia ao trabalhador acessar a aposentadoria sem a incidência do fator previdenciário.⁷ Cumpririam a regra de transição (meio termo entre as regras novas e antigas) somente aqueles profissionais que não preenchessem os requisitos para a obtenção de aposentadoria especial.

A função de magistério, primeiramente regulada pelo Decreto 53.831/1964 (BRASIL, 1964), depois pelas EC 18/1981 (BRASIL, 1981) e 20/1998 (BRASIL, 1998), alcança a mais recente reforma da Previdência – a EC 103/2019. Bastante modificada, sobretudo no tocante às regras da aposentadoria especial do professor, essa legislação passou a exigir idade mínima para a concessão do referido direito, além de alterações de outros benefícios.

O direito à aposentadoria especial passou a ser concedido somente àqueles que exercem funções de magistério na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio). Coube à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) a definição de que o exercício de funções alheias à sala de aula, como coordenação, organização administrativa, direção escolar, não descaracterizam o ofício do magistério, passível, então, ao direito à aposentadoria especial.

Em relação ao docente da Educação Superior, Bísvaro (2016) afirma que suas perdas se acentuaram a partir do advento da Emenda Constitucional 20/98, instrumento que subjugou a categoria ao cálculo do fator previdenciário, enquadrando-a nos ditames “lipoaspirantes” do neoliberalismo. No bojo dessas reformas, o autor insiste que o docente universitário – sujeito deste estudo – foi quem sofreu as maiores perdas, à medida que tais alterações serviram ao propósito de aumentar o seu tempo de contribuição e diminuir sua renda.

O acontecimento ora exposto representa que o ocupante do cargo de magistério superior entrou na referida EC como segurado especial e saiu como contribuinte comum, sujeito às mesmas regras que regem as aposentadorias de outras categorias de trabalhadores, quebrando a isonomia de classe para com seu congênere da Educação Básica. Por trás deste pacote de reformas, abriu-se caminho à avassaladora marcha pela usurpação dos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, perpetrada pelos ideais de acumulação flexível e de Estado Mínimo neoliberais.

⁷ Cálculo que leva em consideração o tempo de contribuição, idade e expectativa de vida da população como critérios para concessão de aposentadorias. Lei 13.183/15 (BRASIL, 2015).

A análise da legislação em foco, combinada ao problema de pesquisa, remete a outros ordenamentos jurídicos abordados na sequência do texto. Assim é que a Política Nacional do Idoso (Lei 8.842 – BRASIL, 1994) e o Estatuto do Idoso (Lei 10.471 – BRASIL, 2003) aludem à criação e à manutenção de programas de preparação para aposentadoria nos setores público e privado. Ademais, a Portaria Normativa 3/13 (BRASIL, 2013) orienta Órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal a envidar esforços para garantir aos Servidores envelhecimento ativo, educação e preparação para a aposentadoria.

Tais normativas, engendradas no seio da reestruturação produtiva do capital, surgem com o propósito de dar cobertura à crescente fragilidade dos mecanismos de proteção do trabalhador, propugnadas nas diferentes reformas previdenciárias brasileiras. Nesse aspecto, Lima e Lima (2017) advertem sobre os riscos subjacentes a essas reformas, considerando que as mesmas devem ser vislumbradas sob o ângulo do pacote de ofensiva neoliberal que, no século XX, aportou em solo nacional, provocando significativas transformações nas relações de trabalho, o que resvala no conjunto de regramentos que balizam o trabalho e o não-trabalho.

Deste ideário, campeiam as condições básicas para a subjugação dos trabalhadores da educação ao binômio competitividade-productividade. Os efeitos colaterais dessa dualidade manifestam-se na perda de autonomia e da saúde, bem como no esfacelamento do caráter coletivo e das possibilidades político-organizativas da categoria, imprimindo-se-lhes mais um capítulo à saga da precarização do Trabalho Docente.

Assim, o auspicioso projeto de remover da Educação o posto de promotora de valores sócio-político-culturais, para a admissão do modelo de Educação com valor econômico, adentrou às Instituições Federais de Ensino/IFE, alterando o seu *status* de agente “privilegiado” de transformação social. A alternância ora registrada gerou uma efervescência diferenciada no ambiente acadêmico, marcada por: acirramento de competição entre professores, diante das exigências por qualificação profissional; escassez de financiamento para projetos de pesquisa; disputa por vagas em Programa de Pós-Graduação; manutenção de elevada produtividade.

Na ótica do Estado, esse contexto ameaçador converge à reformulação de políticas de “enxugamento” da máquina pública e de regramentos que prolonguem a vida útil do Servidor Público. Neste caso, a EC 41/03 (BRASIL, 2003) apresenta-se como prova cabal dessa nova (des)ordem, ao incentivar a adesão de funcionários ao Abono de Permanência – regramento que suspende sua contribuição previdenciária mensal, desde que tenha cumprido os requisitos para aposentadoria e opte por permanecer na ativa.

Depois desta análise, torna-se lícito dizer que o ideal gerencialista inerente à lógica neoliberal, que maltrata o docente e coisifica sua produção científica, foi-se incorporando às

políticas previdenciárias e educacionais brasileiras. Tanto é que a aprovação da Emenda Constitucional 20/98, da LDB 9.394/96 e do Plano Nacional de Educação/PNE-2014 ratificaram o modelo de acumulação flexível do capital, ao incentivar a adoção de vínculos previdenciários mais econômicos e frágeis e cancelar a interferência da iniciativa privada em matéria de interesse público.

Como retomada à análise do Quadro 9, vê-se que o corte temporal adotado no presente texto (1998-2019) ilustra as principais reformas que espraíram os ideais neoliberais à esfera do trabalho e da Previdência. Note-se que isso ocorreu após a Ditadura Militar, no transcorrer de governos civis: Fernando Henrique Cardoso [FHC] que, ao imprimir quatro alterações previdenciárias, cimentou as bases de um regime com acentuadas nuances privatistas, porém coube às gestões de Luiz Inácio Lula da Silva [Lula] e de Dilma Vana Rousseff [Dilma] o amadurecimento desta lógica mercantilista, inclusive porque essa mandatária orquestrou seis mudanças na legislação afeta à aposentadoria.

Ressalta-se que a lógica gerencialista persistiu na curta gestão de Michel Miguel Elias Temer Lulia [Temer], que engendrou a malograda PEC 287/2016, visando alteração de onze Artigos/CF, para estabelecer duras regras de transição no âmbito dos regimes previdenciários. Partidário dessa lógica, Jair Messias Bolsonaro [Bolsonaro], logrou êxito nesta empreitada, ao aprovar a conversão da PEC 6/2019 na EC 103/2019, modificando o sistema de previdência social e estabelecendo regras de transição e disposições transitórias. Eis que os ataques à aposentadoria ganham um novo capítulo na odisséia imposta aos trabalhadores.

Não há de se olvidar que esse período retratado expôs os sinais de superexploração do trabalho, por meio de: intensificação da exigência de produtividade; desregulação das condições de trabalho, terceirização de atividades-meio a atividades-fim na esfera pública; esfacelamento do movimento sindical; flexibilização dos direitos trabalhistas; recrudescimento da informalidade; precarização da Seguridade Social e adoecimento da classe trabalhadora.

Com base neste cenário, compreende-se que as transmutações “vendidas” como necessárias ao “bom” desempenho do Estado, no que tange à (des)proteção dos trabalhadores, convergiram para um alvo em potencial, que fora alçado ao posto de detentor de inúmeros privilégios: o Servidor Público. A caracterização dessa dinâmica, concebida na permanência de docentes da Educação Superior na ativa, após atingir critérios para aposentadoria, será analisada no seguimento do texto.

2 O E(e)STADO (DES)PROTETOR DA (IN)PREVIDÊNCIA SOCIAL: PERMANEÇO UM POUCO MAIS OU VOU-ME EMBORA?

A seção em tela visa caracterizar a crise do Estado capitalista, suas repercussões na onda de reformas neoliberais que subverteram o caráter protetor da política de seguridade social e seus reflexos na educação. Para tanto, investigaram-se as justificativas da permanência de docentes da Educação Superior na ativa, apoiados no Abono de Permanência, confrontando-as com a percepção de (des)proteção estatal à velhice.

A tessitura dos elementos que compõem o cenário de transmutação estatal, bem como as nuances advindas do amadurecimento do capitalismo encontram ressonância teórica em Apple (2003); Carnoy (1987); Dardot e Laval (2018); Harvey (2005); Lyotard (1986); Maluf (2019); Marx e Engels (2008); Vaz (2019), dentre outros. O arranjo desta tela prossegue com a matiz de cores da Educação, que teve apoio em Evangelista (2014), bem como em Shiroma e Evangelista (2014). Afinal, Behring (2008); Carlos *et al.* (1999); Faleiros (2010); França (1999); Lima e Lima (2017), além de Peroni, Lima e Kader (2018), mesclam a esta composição sarapintada, os tons advindos do contexto sócio-político da Previdência Social e da aposentadoria brasileiras.

A articulação entre Teoria e Categorias Empíricas, aos moldes de Moraes (2003), fez-se por meio de duas Categorias: *Estado e (Des)proteção na Velhice e Vantagens e Desvantagens da Permanência*. As discussões erigidas em torno da primeira Categoria articulam a base teórica sobre a lógica desresponsabilizadora do Estado, com a percepção de (des)proteção na velhice entre docentes da Educação Superior em Abono de Permanência, que se encontram no limiar entre a percepção de (des)amparo do mundo do trabalho e a de (des)proteção da aposentadoria. No problema de pesquisa indaga-se: de que forma a lógica desresponsabilizadora do Estado influencia na percepção de (des)proteção à velhice?

O pressuposto decorrente é o de que além da propalada crise político-econômica que assola o País, a aproximação da aposentadoria implica em desordem subjetiva de magnitude ainda desconhecida. Neste caso, muitos nutrem o desejo de protelar a aposentadoria, por causa dos dilemas diante da decisão de se aposentar, visto que o Estado tem-se responsabilizado cada vez menos com o custeio de proventos condignos aos que encerram a carreira no Serviço Público. Esses agentes, inversamente, são forçados a assumir a complementação de suas rendas, engrossando a fileira dos abandonados pelo Estado. Tais elementos, ensejam a necessidade de analisar a percepção de desamparo à velhice, bem como as vantagens e desvantagens provenientes de continuar na ativa, porquanto que em torno da Categoria Aposentadoria gravita uma série de elementos que podem assumir feições tanto positivas quanto negativas.

Diante deste cenário, na segunda Categoria, delineiam-se as vantagens e desvantagens – objetivas e subjetivas que incentivam estes docentes a postergar a sua “vida útil” no Serviço Público. Elegeu-se a questão-problema que indaga: quais as vantagens e desvantagens de continuar trabalhando, mesmo podendo se aposentar, em termos objetivos? Acredita-se que as incertezas que cercam o encerramento da carreira docente e a perspectiva de perdas objetivas e subjetivas que ameaçam o horizonte da aposentadoria, influenciam estes profissionais a vislumbrar a continuidade na ativa como uma decisão mais vantajosa do que a desvinculação com a Academia. Trata-se, sobretudo, de um grupo Servidores que cumpriram todos o requisitos para o abandono da cátedra, possibilidade que pode se concretizar a qualquer momento e, mesmo assim, optaram pela dilatação de sua trajetória acadêmico-laboral.

O esforço por articular elementos teóricos sobre a gênese do estado de coisas que impulsionou as reformas neoliberais do chamado Estado moderno, cujo ideário colimou para a desproteção do trabalhador, perpassou, antes, pelo esclarecimento de algumas Teorias que tentaram, à luz das ciências, evidenciar o surgimento do Estado. Tais explicações esbarram, em sua grande maioria, na ausência de elementos seguros que deem conta de reconstruir a História e os modos de vida das primeiras comunidades humanas. Esse fato concorre para que as narrativas existentes apresentem-se recheadas de contradições, constituindo-se, por fim, em conjecturas que frutificaram de raciocínios hipotéticos.

Neste caso, as evidências de que carece a História encontram-se envoltas nas “brumas da era pré-histórica.” (MALUF, 2019, p. 113). Assim é que os primeiros indícios da formação dos Estados, segundo o que se extraiu da indução dos “sábios”, apontam para uma embriogênese natural, suscitada com a evolução das sociedades humanas. Tais explicações, guardadas as diferenças de enfoque e limitações, corroboram a tese de que a organização política resultou da dominação e exploração social, política e econômica de algumas classes sociais sobre outras. Portanto, foi desse devir, marcado pela luta dos contrários – de modo explícito ou velado –, que emergiu o Estado.

Conforme autores da área, com destaque para Norberto Bobbio (1909-2004), as definições de Estado variam ao sabor do período histórico de referência, tendo como ponto de convergência a concepção de que o Estado corresponde a um conjunto de instituições que absorvem, em maior ou menor grau, as demandas da sociedade. Em relação a este aparato institucional como instrumento no exercício de poder entre governos e governados, Bobbio (1987, p. 15) assume que:

O Estado, ou qualquer outra sociedade organizada onde exista uma esfera pública, não importa se total ou parcial, é caracterizado por relações de subordinação entre governantes e governados, ou melhor, entre detentores do poder de comando e destinatários do dever de obediência, que são relações entre desiguais. A sociedade natural, como descrita pelos *jusnaturalistas*, ou a sociedade de mercado na idealização dos economistas clássicos, na medida em que são elevadas a modelo de uma esfera privada contraposta à esfera pública, são caracterizadas por relações entre iguais ou de subordinação.

Em relação ao poder que se estabelece entre as esferas estatal e social, Harvey (2005) tem concepção análoga à do filósofo italiano ora em relevo, ao considerar que o Estado, no desenvolvimento de suas atividades, tornou-se instrumento de dominação, alimentando uma série de contradições. Uma delas diz respeito ao poder exercido pela classe dominante que, ideologicamente, se manifesta de forma velada. Para isso, a referida classe, buscando apaziguar o referido conflito, produz o discurso que a razão de ser do Estado reside na promoção do bem comum. O pensador britânico assinala, ainda, que instrumentos de dominação específicos podem ser transformados, pela ação política, em mecanismos para dominação de classe. Isso se efetiva pela introdução de conceitos como os de justiça, direito, liberdade dentre outros, que são apresentados como se tivessem um significado descolado de qualquer interesse.

Atualmente é bastante difundida a ideia de que o Estado se firmou como fiel depositário dos interesses da classe que detém a propriedade dos meios de produção. Nesta vertente, destaca-se a concepção de Marx e Engels (2008, p.10) de que o conflito seria a única forma de alterar a realidade, haja vista que:

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, membro das corporações e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns aos outros e envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito (MARX; ENGELS, 2008, p.10).

Assim sendo, Marx e Engels (2008) propuseram que ao se avaliar os meandros da contradição que subjaz à luta de classes, revelar-se-ia o papel que o Estado assumiu em espaço, tempo e sociedades específicos. Tal compreensão reforça a tese de que a história das sociedades mesclou-se à história das lutas de classe, donde o Estado inclinou seu “braço protetor” para o lado da classe que se consagrou hegemônica. Nesta tarefa, Estado e classe dominante, em unísono, tentaram apaziguar as contradições insurgentes, mascarando as suas necessidades como se estas fossem, incontestavelmente, do interesse de todos. Por fim, Vaz (2019) pondera que, caso se conceba uma teoria marxiana de Estado, ela, necessariamente, firmar-se-ia na inconciliação dos interesses dos proprietários dos meios de produção e dos assalariados. Dessa feita, o conflito seria a única forma de alterar essa realidade.

Nesta mesma linha de raciocínio, enfoques como o de Harvey (2005) corroboram que o Estado, ao desenvolver suas atividades, tornou-se instrumento de dominação, alimentando internamente uma série de contradições. Uma delas diz respeito ao poder exercido pela classe dominante que, ideologicamente, se manifesta de forma velada. Para isso, a referida classe, na tentativa de apaziguar o referido conflito, produz o discurso de que a razão de ser do Estado reside na promoção do bem comum.

Harvey (2005) assinala, ainda, que alguns instrumentos de dominação específicos podem ser transformados, pela ação política, em instrumentos para dominação de classe. Isso se efetiva pela introdução de conceitos como os de justiça, direito, liberdade etc., que são apresentados como se tivessem um significado descolado de qualquer interesse ou classe específica. Desse modo, as relações sociais de troca e de valor de troca que sustentam o modo capitalista de produção partem desses princípios, para instalar na classe subalterna a percepção de que seus integrantes portam-se no mercado em pé de igualdade aos integrantes da classe dominante, principalmente no que tange à (in)justa medida de troca, que ocorre sob os olhos lenientes do agente alçado ao posto de regulador dessas relações – o Estado. Neste viés, o intermediador capitalista deve amparar e aplicar um sistema legal para salvaguardar os conceitos de propriedade, de igualdade, de liberdade e direito, dentre outros, posto que correspondem às relações sociais de troca que sustentam o modo de produção capitalista.

No que se refere à relação entre o Estado e o capitalismo, Harvey (2005) conclui que o primeiro se manteve sempre presente, apoiando a todo momento o modo de produção capitalista e o consumo. Neste processo, as transmutações estatais que se fizeram necessárias, decorreram do processo de amadurecimento do próprio capitalismo. O autor sustenta isso, apoiado na expansão das atividades – algumas devidamente mascaradas – que materializaram a ação do Estado na defesa e garantia dos interesses do capital e no advento da *democracia social burguesa*, que abriu caminho ao modo de produção capitalista, ditando os ritos e o ritmo da reestruturação do Estado.

Para Carnoy (1987), que abraça o ideário harveyniano, o Estado é um aparelho de exercício do poder, que dispensa o interesse geral e acolhe o de um grupo específico – o da classe dominante. Portanto, o Estado, na lógica capitalista assume tarefa de mediar o conflito de classes que nutre em seu seio, zelando por manter um tipo de ordem que reproduz o poder econômico da referida classe social. Isto se efetiva por meio dos setores governamentais, que criam um sistema capaz de organizar e concentrar o poder repressivo como ferramenta para manter o controle da classe hegemônica sobre os meios de produção e consumo, que assim capilariza as suas relações de poder e interesse para o Estado e outras instituições sociais.

Essa lógica, consubstanciada na criação de um sistema pseudo-interdependente composto pelo Estado, Governo e capitalismo, incentivou Harvey (2005) a envidar esforços numa abordagem essencialmente teórica sobre o Estado. Tal estratégia, segundo o autor, revelaria com maior nitidez aquilo que é orgânico e conjuntural em relação ao papel assumido pelo Estado em situações específicas.

A própria história desse enlace se encarrega de demonstrar que capitalismo e democracia burguesa, por exemplo, relacionam-se de maneira orgânica e não conjuntural. Sob esse ângulo, Carnoy (1987) chancela que a indissolubilidade entre ações governamentais e Estado dá pistas de que qualquer tentativa de entender partes desse sistema, não pode prescindir de análise dos fundamentos histórico-político-econômicos e das metas do setor governamental que, em certo período histórico, usufrui da estrutura e instituições do Estado.

Até aqui, o que se depreende da acepção dos aludidos autores é que as formas de atenuar os conflitos que se insurgiram na base do Estado obedecem a um padrão que: 1) perpassa pela manutenção de narrativas que mascaram as reais intenções da classe dominante e do Estado; 2) necessita da introdução de conceitos que passem a impressão de que há um equilíbrio de forças entre as classes sociais, respaldado num sistema legal que fora mantido sob a falácia de salvaguardar os direitos de todos; 3) realiza a distribuição de parcias doses de benesses aos convalescentes cidadãos, de modo que se forme um consenso; 4) resta aos que insistem em confrontar a ordem instaurada, provar da mão “restauradora” do Estado, por meio dos seus inúmeros instrumentos coercitivos de controle e punição.

Ao que indica, o discurso falacioso utilizado pelos grupos dominantes encontra amparo na controvertida máxima de que “os fins justificam os meios.”⁸ A propósito dessa situação, Apple (2003) adverte para a desfaçatez de tais narrativas, as quais se apresentam aos incautos como “lobo em pele de cordeiro”, com acenos reformistas que se auto proclamam redentores, mas que efetivamente não libertam a ninguém, à medida que servem, tão somente, para a conservação e à reprodução do modo de produção capitalista e abrem caminho no sentido da consolidação de uma cultura cuja tendência é a de naturalizar a exploração econômica do trabalho, pelo capital.

Na busca de aproximações com a problemática da aposentadoria docente, convém arrolar pistas que transcendam a aparência dos fatos. Por isto, as reflexões travadas a seguir,

⁸ Essa máxima não consta no texto de *O príncipe*, de Nicolo Maquiavel. Inclusive, há um consenso entre estudiosos de que tal frase jamais tenha sido escrita pelo pensador italiano. Inclusive Eugênio Bucci afirma que Maquiavel nunca escreveu a frase “os fins justificam os meios” – síntese rasteira que gerou mal-entendidos. **Revista Época** – edição eletrônica, 21 abr. 2016. Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/colunas-e-blogs/eugenio-bucci/noticia/2016/04/os-meios-determinarao-os-fins.html>

debruçam-se nas posturas assumidas pelo capital e pelo Estado, no enfrentamento de suas crises, cujas repercussões parecem resvalar tanto nas condições objetivas e subjetivas do trabalho docente (relacionadas aos trabalhadores ativos), quanto nos aspectos objetivos e subjetivos que ameaçam o não-trabalho (atingindo os trabalhadores que estão na iminência de aposentadoria). Na complexa tessitura de tais elementos cabe verificar as repercussões por trás das posturas assumidas pelo capital e pelo Estado em sua interminável “ode de favores à burguesia”. Tal enredo, entoadado ao som de um entusiástico gosto por reformas e modernismos, vem acompanhado ao fundo por um incessante coro que ecoa a reprisada mantra da crise. Convém observar, enfim, de que maneira esta “aura de crises” colimou ao (des)amparo da classe trabalhadora, sobretudo no momento em que os sentidos e os significados de elementos já conhecidos, como produtividade, trabalho, saúde, vitalidade, família, lazer, dentre outros, urgem por ressignificação e acolhimento.

2.1 CRISE DO CAPITAL E DO ESTADO (DES)PROTETOR DOS FRACOS E OPRIMIDOS: a quem o trabalhador idoso deve recorrer?

A cada dia, estamos percebendo, na prática, que o Estado está assim: cada um que dê o seu jeito, dê conta de sua aposentadoria, da sua saúde, da sua educação e tudo o mais. Daqui a cinco anos vai mudar a lei da previdenciária? Daqui a dez anos, de novo? E aí, vai ficar todo tempo correndo atrás de algo que nunca se vai alcançar?

por E8 - Dr. ALEX.

Na tentativa de desvelar os meandros da capilarização da lógica empresarial para setores estratégicos da esfera estatal, Dardot e Laval (2018) explicam, aos moldes de Bobbio (1987), como esta invasão subverteu o caráter protetor do Estado, transformando-o em agente avaliador e regulador, usando para este fim o seu aparato institucional para reconfigurar as relações dialéticas de poder entre governos e governados. Tal metamorfose fortaleceu o enxugamento da máquina pública, marca do Estado Mínimo,⁹ que “lipoaspirado,” ganhou fôlego para realizar mudanças estruturais voltando-se para o seu interior e passando a mirar na remodelagem de sua relação com esferas públicas, sobretudo as implicadas na administração estatal, além dos elementos que materializam sua existência, como território, população e sua própria soberania, o que fez com que o Estado, em alguns momentos, manifestasse certa crise de identidade.

⁹ A ideia de não intervenção estatal, do *jusnaturalismo*, do utilitarismo, bem como do progresso econômico, confirmam o advento do liberalismo clássico, que teve expoentes Adam Smith (1723-1790), John Locke (1632-1704) Stuart Mill (1806-1873), David Ricardo (1772 -1823). Porém, o Estado Mínimo (minarquismo) foi introduzida por Robert Nozick, em sua obra *Anarquia, Estado e Utopia* (1974), para quem o Estado Mínimo limitava-se “às funções restritas de proteção contra a força, o roubo, a fraude, de fiscalização do cumprimento de contratos e assim por diante...”. (NOZICK, 1991, p. 7).

Para Faleiros (2010) a crise identitária protagonizada pelo Estado origina-se de sua própria natureza, isto é, da incumbência de gerir o pacto social de cidadania. Neste caso, a saída com vista a aumentar seu poder de governança, foi abandonar a sobrecarga proveniente das expectativas de bem-estar que pairam sobre si, em busca da agilidade necessária ao capital e de uma identidade que transparecesse agradável “a gregos e troianos”. Concluídos os ajustes necessários, a metamorfose alcança, então, o seu desfecho – o Estado tendenciosamente toma forma de empresa, afastando-se literalmente dos fundamentos da democracia liberal moderna, revertendo os direitos sociais que imprimiam relativo *status* de cidadania aos indivíduos em direitos privados e contratuais atinentes ao indivíduo-consumidor.

Tal transmutação, aos olhos de quem se agarra ao trabalho formal, em razão do prenúncio da aposentadoria e de seus dissabores, encontra materialidade na flagrante omissão do Estado como a coisa pública, denunciada por Dardot e Laval (2018), cujo efeito colateral manifesta-se no final da carreira laboral, na forma de temor à desproteção na velhice. É o caso de E11 - Dra. JOICE que, neste aspecto, considera-se afetada pelas mudanças estruturais que repercutiram na remodelagem da lógica do Estado.

A docente em foco classifica como “desumano” o tratamento que o Estado dispensa ao trabalhador envelhecido, após uma vida inteira de labor e contribuição previdenciária. Sente-se afetada por tal desproteção, angustiada pela possibilidade de se quedar perante o agente (des)protetor, justamente nos infortúnios da vida. Desta feita, protege-se sob o abrigo do Abono de Permanência, enquanto aguarda o melhor - ou o pior - momento para “sair à chuva” e arriscar caminho à aposentadoria: *Chega a ser desumano, porque você prestou serviços para sociedade e na hora que a saúde está debilitada, as políticas públicas do Estado não ajudam. Se você não tiver um plano de saúde, dinheiro para sair da doença, vai ficar à mercê da sorte.*

A preocupação de Dra. Joice, com os efeitos das perdas advindas da aposentadoria e o reflexo disso nos infortúnios (doenças) que possam acontecer no futuro, é compartilhada com E5 - Dra. VILMA, E13- Dra. RITA e E14 - Dra. EUNICE. A primeira, ao expor a sua opinião sobre a desproteção na velhice, afirma que:

Se tirarem essa simbólica aposentadoria, não vou me sentir desprotegida [...] Eu sou uma pessoa que trabalha e investe a partir do que eu posso ter. Agora se eu for analisar politicamente, eu acho tamanha injustiça você ser uma profissional que você dá vida a tanta gente e você enfrentar os últimos dias de sua vida com um salário que não condiz [...] Eu não sei, amanhã se eu precisar fazer altos gastos de saúde e isso pode acontecer, a gente nunca sabe o dia de amanhã e você não ter condições de investir na sua saúde na velhice...

A depoente primeiro analisa essa questão sob a perspectiva pessoal, reafirmando o seu estilo de vida simples como contraponto à possibilidade de desproteção na velhice. Depois, numa perspectiva “política” reafirma a sua indignação em relação aos valores pagos aos

docentes aposentados, além da injustiça social a que os mesmos são expostos, principalmente pelas instituições que deveriam protegê-los. Apesar de seu otimismo inicial, não descarta um futuro de dificuldades, sobretudo econômicas, em razão de demandas familiares e eventos de força maior (doença, cuidados médicos) que possam ocorrer no futuro.

E13- Dra. RITA, sob ângulo parecido, analisa os efeitos do estatuto (des)proteção na velhice da seguinte forma:

Olha, eu acho que até agora não afetaram, mas a partir do momento em que eu me aposentar vão afetar, sim [...]. É o valor do INSS que volta a ser descontado[...]. Então, isso vai ser uma grande desvantagem para qualquer pessoa que vai fazer a opção pela aposentadoria.

Para a participante, a adesão à aposentadoria expõe o trabalhador a vários prejuízos, o econômico, inegavelmente, é um deles. Assim, o acúmulo de perdas trazidas pelo tempo, sejam objetivas ou subjetivas, encontra seu primeiro desfecho na aposentadoria – situação indesejada que, desta feita segundo E14 - Dra. EUNICE, requer cautela e preparação:

Quando você vai envelhecendo, você vai precisando de mais coisas: é um plano de saúde que aumenta, é um remédio que você tem que comprar, é um exame a mais, é uma porção de coisas [...]. Tudo é muito mais difícil, então, essa é uma preocupação, assim, quando você vai se aposentar, você precisa estar organizado bastante para isso.

Com tantas preocupações, a docente reforça a necessidade de preparação objetiva como contraponto à percepção de (des)proteção do Estado, sobretudo na etapa em que se intensificam os cuidados com a saúde. A antecipação deste cenário, como medida preventiva, exige estratégia de governança individual que contemple as expectativas de bem-estar que foram tornadas sua responsabilidade. Faleiros (2010) adverte que tal movimento serve ao ideário minimalista nozickiano que redundou neste estado de coisas. Na mesma perspectiva, Dardot e Laval (2018) alertam que as estratégias de governança – operadas no plano concreto – e o procedimento de conformação de subjetividades, uma vez conectados a um mercado mediado pela concorrência, transfere às pessoas esse *modus operandi*, forçando-as a se relacionarem nas mesmas condições mercadológicas implantadas pelo capitalismo.

Eis, portanto, o ideário moderno que sustenta a “fábrica capitalista”, instância que ao longo do tempo especializou-se em criar a “doença”, seguida da prescrição de um receituário preestabelecido, recheado de medidas profiláticas que não observam as idiossincrasias de seus pacientes. Levando-se a situação a termo, seria como se o capitalismo fosse o “mal”, porém ao mesmo tempo a “cura” – de si mesmo, é claro! A saída para esta situação, que parece contrassenso, seria fazer o quanto antes as suas reservas ou, ainda, não abdicar do trabalho e permanecer na ativa, seguindo as prescrições exaradas pelo capital.

Esta foi a estratégia adotada por E1 - Esp. BENTO, que sente o peso da desproteção em toda a sua jornada: *Eu me sinto desprotegido e isso não começa só quando a gente aposenta,*

não. É durante todo o período de trabalho. Depreende-se que para quem se acostumou a conviver com a percepção de (des)proteção do Estado, a tendência é a de encarar este estado de coisas como algo natural, mesmo sabendo que o cenário encaminha-se para uma significativa piora, com o advento da aposentadoria. Ademais, o docente enxerga na postergação de sua vida laboral, a oportunidade para investir na progressão de sua carreira, com posterior ganho financeiro, para compensar as perdas salariais advindas da aposentadoria. Em suas palavras, isso ocorrerá no momento em que: *mesmo aposentado posso retornar ao mercado de trabalho, desta vez, na iniciativa privada.*

Situação parecida foi encontrada no depoimento de E3 - Dr. REGIS, que apreensivo, não descarta a possibilidade de que futuros governos reduzam o valor da sua aposentadoria, apesar dos seus direitos adquiridos: *uma das coisas que me sufocam é exatamente na aposentadoria [...] entrar um governo que reduza nosso salário.* Neste caso, a percepção de desproteção na velhice ganha outros contornos e dimensões, provocados sobretudo, pela ameaça de uma reforma da previdência que reduza seus rendimentos a um patamar incompatível com suas necessidades na velhice.

À maneira de E16- Dr. CÉSAR, a saída para afastar de seu horizonte a sensação de desproteção na velhice, é internalizar a lógica do capital, resguardando-se da seguinte maneira: *eu cuidei de fazer as minhas reservas [...]. A minha vida é muito simples e o que eu ganho é suficiente. Ah! Eu não vou me aposentar porque vai diminuir 30% ou 40%? Não, essa redução não vai alterar em nada.* O argumento de Dr. César, sob ângulo particular, assemelha-se em certa medida ao de sua colega, Dra. VILMA, ao justificar que o seu estilo de vida simples, além das suas reservas financeiras, funcione como ação profilática aos dissabores relativos à desproteção da velhice.

Na percepção desses docentes, o recrudescimento da lógica (des)responsabilizadora do Estado, no seio das reformas imputadas à aposentadoria, que não descartam cortes tidos como necessários ao Sistema Previdenciário, aliado às vicissitudes do envelhecimento, entrechocam-se por diferentes ângulos e intensidades na percepção de desproteção na velhice, por parte dos entrevistados. Ciente dessa repercussão no comportamento dos postulantes à aposentadoria, Faleiros (2010) conclui que essa onda reformista tratou, antes, de remodelar o ideal de solidariedade entre as gerações, subjacente aos fundos para a manutenção do trabalhador nas situações de doença e velhice, transformando-o em território dominado por fundos de pensões alinhados ao capital financeiro. Neste ínterim, abriu-se “temporada de caça” aos proventos da aposentadoria, criando no segmento de pensões, uma aura de (in)segurança, competitividade e individualismo, cujo efeito colateral não se pode dimensionar em sua totalidade.

Na esteira desse processo, Dardot e Laval (2018) asseveram que o Estado tornou sua ação híbrida no trato com o ente público, posto que o apanágio de pensar a coisa pública, além de sua atribuição política para proteger o bem comum, saem da esfera do direito público, passando a compor o espaço do direito privado, relegando a soberania popular – ou o que restou dela –, a um plano cada vez mais subalterno. O verdadeiro objetivo, neste caso, foi o de abrir as portas à concorrência irrestrita, seja ela individual ou coletiva. No caso de transferências de responsabilidades relativas à proteção das pessoas, repete-se o desabafo de E8 - Dr. ALEX, a respeito desse estado de coisas:

Cada dia, estamos percebendo, na prática, que o Estado está assim: cada um que dê o seu jeito, dê conta de sua aposentadoria, da sua saúde, da sua educação e tudo o mais. Daqui a cinco anos vai mudar a lei previdenciária? Daqui a dez anos, de novo? E aí, vai ficar todo tempo correndo atrás de algo que nunca se vai alcançar?

A preocupação do entrevistado transforma-se em empatia com pessoas que não tiveram as mesmas oportunidades, além da situação de seus pares e entes, que enfrentarão um regime previdenciário mais pernicioso, ainda. Estes, estarão bem mais desprotegidos na velhice: *um adolescente, um jovem que entra no mercado de trabalho hoje, ele não sabe se vai se aposentar um dia. Ele não sabe mais!* Porém, o pré-aposentado considera que tais incertezas cercam a aposentadoria de todos, indistintamente.

Neste mar de incertezas, o ideário empresarial foi-se cristalizando nas organizações como um todo. O termo *governança*, por exemplo, construído amplamente cultuado pelo neoliberalismo, sedimentou-se nas instituições públicas, modificando ou substituindo os modos de gerir do Estado pelo jeito de condução e/ou gerenciamento das empresas. No tocante ao fazer político, a governança, paulatinamente, substituiu a palavra soberania, mudança que parecia inócua aos desavisados, mas repercutiu fortemente na metamorfose dos aspectos internacionais, geopolíticos e geoeconômicos concernentes ao Estado.

A indignação de Dr. ALEX ressoa nos auspícios da escola neoliberal, mais um dos “ideários modernos” que, na esteira desse projeto, almeja a transferência da educação – dever do Estado –, para a esfera doméstica, ou seja, a transferência de responsabilidades da esfera pública e coletiva para a esfera privada e individual. Dessa feita, a lógica que passa a imperar na Escola, segundo Laval (2018), perpassa pela desinstitucionalização, desvalorização e desintegração de todos os valores que dão sentido ao aprendizado, além dos elementos que compõem o espaço escolar. Conforme essa lógica, ao se distanciar desses ideais, a Escola aproxima-se cada vez mais dos ditames da empresa.

Com base nos pressupostos do neoliberalismo escolar,¹⁰ os indivíduos é que deverão capitanear recursos privados necessários para sua formação. Dessa maneira é que a escolha da instituição que habilitará o indivíduo para uma “proveitosa” inserção no mercado de trabalho, estará calcada na oferta de um ensino que tenha sua qualidade aferida, escalonada e adaptada a um mercado liquefeito, incrustado na livre circulação de mercadorias e competição – um modelo de ensino subserviente à ótica neoliberal.

Tais modificações, consubstanciadas pela dissolução do real significado dos serviços públicos, causam impacto decisivo na própria ideia de sujeito político. Tal pressuposto, no entanto, não deve perder de vista, é claro, que o que está em jogo é a própria dimensão do conceito de política. Isto porque o que antes era considerado de interesse coletivo e do bem comum perde-se, cada vez mais, no vazio do consumo individual e imediato.

Na conjuntura em tela, Educação e Escola vêm sofrendo transmutações para incorporar a ideologia neoliberal, tanto em suas dinâmicas de funcionamento quanto nos discursos que orientam as suas reformas. Laval (2018) exemplifica que a escola republicana, antes voltada à formação do cidadão e ao saber como valor social, cultural e político, passa a encarnar a formação do *capital humano*, instituída com o propósito de repassar conhecimento que seja valorizável economicamente. Assim é que sob a pretensão de um pseudo nivelamento, tem-se um trabalhador livre para um trabalho flexível; um trabalhador autodisciplinado para um sistema organizacional vigilante e punitivo, disposto a fazer malabarismos num mercado concorrencial e instável.

Assim, a expansão da privatização escolar e do *mercado educativo* sustenta-se num velho discurso falacioso que avilta as deficiências da administração pública e enaltece o direito dos pais em relação à escolha da “melhor” escola para seus filhos. Laval (2018) apresenta um conjunto de práticas educacionais que se afirmaram em solo brasileiro, consoante ao discurso de que a rapidez dos resultados alcançados no ensino estariam condicionados a uma necessidade de mercado. Ressalta-se que esse mesmo discurso depreciativo e de soluções rápidas, resvalou para o Servidor Público, agente acusado de deter uma série de vantagens e privilégios que justificariam mudanças nas regras das aposentadorias de algumas categorias.

Destaca-se ainda que tais narrativas, reverberadas por diferentes governos, assumiram feição de mantra que abriu caminho, por outra via, à escancarada interferência de organismos privado-mercantis na esfera pública. Essa melodia inebriante foi harmoniosamente arranjada para que seus ouvintes, encantados com o tom salvacionista de suas notas, fossem docilmente

¹⁰ Termo que designa certo modelo escolar que considera a educação um bem essencialmente privado, cujo valor é econômico, acima de tudo, haja vista o teor de uma série de documentos exarados por Órgãos Internacionais.

atraídos com os sons que emanavam de intelectuais orgânicos neocoloniais que se esmeraram em compor um enredo que instaurasse uma “aura” de consentimento nas classes subalternas.

Enfim, o apaziguamento das relações entre Estado e capital se sustenta de variadas formas. Ao que indica, criar receitas e depois prescrevê-las a entes periféricos tem funcionado, pelo menos para os organismos privado-mercantis que, escancaradamente, fincam seus “esteios de boas” intenções no âmago da esfera pública que, ao que parece, aprendeu a conviver com tais htoospedeiros em suas entranhas.

Na tentativa de reunir mais elementos de discussão aos questionamentos suscitados nesta subseção, recorre-se a Behring (2008), que também apresenta um panorama do capitalismo globalizado em sua hodierna sede por reformas. Estas, disfarçadas “sob a pele” dos famigerados ajustes estruturantes, foram “benevolentemente” apresentadas, mais uma vez, como salvo-conduto aos países periféricos que quisessem desembarcar na idílica ilha da modernidade, aquela mencionada por Lyotard (1986), o que até aqui, não soa como novidade.

Neste caso, para Behring (2008), o Brasil entrou tardiamente nesse processo de “modernização,” fato compensado pela rapidez na implementação de um pacote de reformas que, literalmente, potencializou os efeitos destrutivos das medidas estatais, nas esferas da educação, trabalho, assistência social e previdenciária. Isso se evidenciou na forte adesão a essa nova ordem na vigência dos governos de Fernando Affonso Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, que culminaram na reconfiguração do papel do Estado e das classes sociais, em favor das reformas orientadas para e pelo mercado externo.

O quadro ora retratado corresponde à tentativa de “modernização Tupiniquim”, bem aos moldes do que se convencionou para o estudo da divisão internacional do trabalho. Conforme os termos de Lima (2005), Oliveira (2003), Passos e Arruda (2017), esse fato vem ao encontro do entendimento defendido pelos revolucionários soviéticos Vladimir Lênin (2012)¹¹ e Leon Trotsky (2017),¹² ocorrendo de *forma desigual e combinada*, posto que das particularidades do processo sócio-histórico brasileiro eclodiu um capitalismo mimético, espelhado no modelo imperialista, mas que conservou as características fenotípicas marcantes do arcaico, somadas

¹¹ Para Lênin (1870-1924) na obra **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012, o *desenvolvimento desigual* do capital constitui-se numa marca dos modelos de economia capitalistas que agregam no seu território diversas economias em diferentes etapas históricas.

¹² Conforme Trotsky (1879-1940), a confluência entre o aparato tecnológico, político e cultural dos países avançados e as relações sociais dos países subalternizados, cria base ao desenvolvimento *combinado* do capital, padrão adotado nos países que misturam o novo ao arcaico. O autor considera a lei das desigualdade dos ritmos de Lênin, argumentando que o referido fenômeno decorre da “lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas.” (vide a obra **A história da Revolução Russa**. Trad. E. Huggins. Brasília, DF: Senado Federal, Edição do Centenário, 2017, p.347).

aos traços sutis do ambicionado arquétipo moderno. Por seu turno, Coelho (2014) entende que dessa miscigenação corporificou-se um capitalismo periférico-dependente, que passou a se espelhar nas conquistas materiais e ideológicas dos países avançados, regozijando-se com as “migalhas que caíam de suas mesas”, enquanto aguarda a aquiescência do dominador e, quiçá, o desejoso passaporte de saída da periferia do capital.

Torna-se lícito dizer, então, conforme Peroni, Lima e Kader (2018, p.17) que se não fosse somente o retardo em relação à modernização, os latino-americanos também perderam o encontro com o Estado de Bem-estar Social. Dessa forma, as ditaduras e o Estado Nacional Desenvolvimentista, experimentados deste lado dos trópicos, nos impuseram características históricas de pouca cultura democrática. Assim, frisam as autoras, precisamos “democratizar a democracia”. A saída, então, foi negociar a democracia, que passa a ser atribuição da Terceira Via, por intermédio da participação do terceiro setor na execução de tarefas da alçada do Estado, principalmente, no âmbito das políticas sociais. Isso leva a compreensões distintas – e certa confusão – a respeito das definições e do papel da Democracia e do Estado. Um claro exemplo disso é que a concepção de democracia passa a ter pesos e medidas distintas – conquanto para o neoliberalismo a democracia atrapalhe o livre andamento do mercado, para a Terceira Via a democracia deve ser fortalecida, pois lhe garante um amplo mercado a ser explorado.

Ao final, trata-se de caminhos distintos que levam ao mesmo destino: a exploração mercadológica. Tal movimento, marcado por essa heterogeneidade semântica e consequentes ataques à acepção de democracia, tem provocado a corrosão e o descrédito dos aparelhos democráticos, principalmente daqueles situados “no lado mais desgastado da corda”. Do lado de cá, é possível identificar mais claramente as instituições e os alvos desse processo sistemático de depredação, cuja relação dialética encontra-se intrinsecamente calcada na problemática ora apreciada.

A Universidade pública, palco de antológicas disputas e, ao mesmo tempo, arauto dos aparelhos democráticos, vem sobrevivendo a esses ataques, graças à abnegação e ao compromisso social assumido por parte de seu quadro de professores. É o caso do docente E16 - Dr. CÉSAR, que vê o exercício da docência como se este representasse sua contrapartida pela ajuda que recebeu do Estado:

Quando eu entrei para dar uma aula numa Universidade Federal, é retribuindo tudo que o Estado fez por mim. Tudo que o Brasil, de outra forma, fez por mim, você entendeu? Porque, dependendo do local e em outras circunstâncias, eu jamais teria conseguido estudar, eu jamais teria conseguido fazer um nível superior, eu jamais chegaria a uma Universidade Federal.

A satisfação que reveste o seu trabalho, sustenta-se na constatação de que a Universidade Pública, apesar de todas as dificuldades, tem cumprido o seu papel, renovando e

qualificando o seu quadro docente e formando, sobretudo, alunos provenientes de contextos socioeconômicos vulneráveis. O mesmo sentimento aplica-se a docentes que perceberam, na dinâmica daquele espaço, ocasião de avanço na carreira e contribuir, junto a seus pares e alunos, no crescimento da própria universidade e do Estado. Por isso, E11 - Dra. JOICE compensa o gosto amargo das perdas trazidas pela aposentadoria, com o doce sabor do dever cumprido. Ao final, segundo ela, o sentimento que fica “*é você ter aquela satisfação do dever cumprido com a sociedade, com a família [...] Je dizer: meu Deus, eu contribuí, eu fiz a minha parte!*”

Para E17- Ms. CREUZA, apesar dos pesares, a Universidade “*abriu os caminhos para mim no campo da pesquisa [...]. É a pesquisadora da universidade, não é uma pesquisadora qualquer, tem um respaldo e a gente precisa disso.*” Neste sentido, E6 - Dra. LIZETE, confessa que “*foi por estar na Universidade que eu senti o desejo de crescer.*” Ao confrontarmos este cenário de realização pessoal e de elogio às benesses do Estado, àquele recentemente descrito, em que os docentes entrevistados demonstravam revolta com a lógica desresponsabilizadora do Estado quanto à proteção das pessoas na velhice, percebe-se significativa mudança de perspectiva – as narrativas dos referidos docentes, bem como o discurso neoliberal tem sua razão de ser. Ao que parece, o apregoado pela lógica do acúmulo de capital humano, encontrou amparo na aludida divergência, posto que segundo esse ideário, o investimento em qualificação apresenta-se como uma grandeza diretamente proporcional ao retorno financeiro que será auferido no mercado, após a comercialização dessa mão de obra qualificada. Eis os fundamentos que embalam as narrativas de operários e patrões.

O fato é que, conforme Apple (2003) não existe capitalismo bom, tampouco uma formação de Estado desinteressada. Ambos, independentemente do tempo e espaço, serviram – e ainda servem – a propósitos que não configuram obra do acaso. Resta saber em que momento e sob quais condições se lucra com isso. Sobre esta questão, Laval (2018) adverte que o referido capital humano só é valorizado quando é útil ao mercado. Que o digam, então, os aposentados, o exército de reserva e os desalentados do capitalismo.

Nesta perspectiva, a Universidade pública, espaço plural e, por conseguinte, repleto de antagonismos, ao cumprir o seu papel, não está imune ao jogo de interesses que, segundo Peroni, Lima e Kader (2018), concorre para obstar a democratização da educação pública, posto que o privado influencia ou define o público não apenas na agenda, mas na execução das políticas, definindo o conteúdo e a gestão da educação, com profundas consequências para a democratização da educação. Com as mudanças no conceito de igualdade, já aludidas, ficam reforçadas também as políticas individualizadas, focadas em desenvolver habilidades e

capacidades, com o retorno à forte teoria do *capital humano*¹³ e à meritocracia, em conformidade com a qual o sucesso e o fracasso ficam sob a responsabilidade e o risco dos clientes, e não de sujeitos envolvidos na situação, com direitos que deveriam materializar-se em políticas sociais.

Vale enfatizar que a força subjacente ao ideário do capital humano extrapola seus tentáculos meritocráticos para o pós-trabalho, resvalando, inclusive, na forma com que E6 - Dra. LIZETE enxerga a postura (des)responsabilizadora do Estado no que concerne à (des)proteção na velhice. A referida docente, observa que a onda neoliberal tem afetado aos idosos, em todos os lugares, a ponto de se auto considerar umas das pessoas “privilegiadas”, pois com muito esforço, conseguiu estudar e progredir na carreira, podendo assegurar, na aposentadoria um ganho superior ao daqueles que não tiveram tais oportunidades. Seu argumento evidencia que:

Essa desproteção não é uma questão local, mas sim mundial. [...] A velhice é um processo natural do ser humano e eu quero te dizer que estar na Universidade e ter esta possibilidade de se aposentar com um salário, como Doutora, me garante ter uma qualidade de vida melhor do que aqueles que não tiveram acesso a um curso superior.

Apesar de reconhecer-se “privilegiada” na onda de reformas neoliberais que “lipoaspiram” os resquícios de proteção social conquistado pela classe trabalhadora, Dra. LIZETE questiona o papel da Academia nesse estado de coisas que transfere as obrigações do Estado à iniciativa privada e os reflexos disso na vida das pessoas: *Qual é a força que a Academia tem tido para mudar alguma coisa, especialmente na escolha dos nossos representantes na Assembleia Legislativa Estadual, na Câmara dos Vereadores?* Tal questão ressoou em E9 - Ms. SÁ, que reflete sobre a relação entre a desigualdade social e a percepção de desproteção na velhice. Na condição de docente universitário, assevera, ainda, que a questão em tela o afeta na perspectiva de estudioso e ser humano. Por fim, critica o papel das políticas públicas na proteção das pessoas mais vulneráveis, invisibilizadas pela inépcia do Estado:

A divisão de renda no Brasil é muito desigual. [...] Viver com um salário mínimo e ainda ajudar neto, filho! O Estado não enxerga isso. Tudo isso fica na invisibilidade. Isso me afeta? Sim, afeta, como estudioso do assunto...me afeta pela preocupação com a dignidade do ser humano.

A adoção de uma postura empática em relação às demais pessoas, no que se refere ao estatuto de desproteção na velhice e um silêncio indiferente ao questionamento de Dra. Lizete,

¹³ No entendimento de Gary Becker (1930-2014), economista norte americano, a teoria do capital humano considera a Educação um bem particular, investimento capaz de garantir retorno a longo prazo, por intermédio do aumento da produtividade e das consequentes vantagens financeiras e sociais ensejadas pela competitividade no mercado. Tal ideário, segundo Laval (2018) encontrou amparo nas narrativas neoliberais e tem provocado mudanças profundas nas diferentes concepções de ensino.

prosegue nos depoimentos de E2 - Dra. ELIETE, E7 - Ms. OTO, E8 - Dr. ALEX, E10 - Dra. DANIELA, E12 - Dr. FRANK, E15 - Dra. IZABEL e E17 - Ms. CREUSA, os quais veem a questão da desproteção na velhice sob uma ótica ampliada, solidarizando-se com as pessoas que não tiveram as mesmas oportunidades acadêmicas e profissionais que as suas, além da situação de seus pares e entes, que irão se aposentar em outro regime previdenciário. Estes estarão bem mais desprotegidos na velhice.

É perceptível que reflexões acerca das redefinições do papel do Estado, dos limites entre o público e privado, da interminável crise do capital e de sua inflexão na democracia e nos direitos sociais, têm encontrado em Shiroma e Evangelista (2014) riqueza conceitual e analítica. As autoras aduzem que é possível verificar em tais redefinições uma mudança significativa nas prioridades, estratégias e formas de governar a Educação. Ressaltam, ainda, que nesse processo é dada grande ênfase na reforma da gestão – influenciando nas condições objetivas –, e na formação, com reflexo nas condições subjetivas do trabalho docente. Tais mudanças, auspiciadas por uma gama de atores neoliberais, sustenta-se no argumento da inadequação da educação às demandas do século XXI.

Apple (2003) ao desvelar os posicionamentos, interesses e expectativas da *Nova Direita* em relação ao processo educacional e à Escola, afirma que as estratégias desse grupo hegemônico perpassam pelo discurso da precariedade, recheado sempre de conteúdos que guardam estreita ligação com o emocional e a realidade das pessoas. O enredo (re)afirma-se na mantra da perda: os *neoliberais* sustentam seu discurso de melhoria, calcados na ideia de *perda* de mercado e da competitividade em função da inadequação do sistema educacional às demandas da economia, culpando pais, professores e alunos; os *neoconservadores* alegam *perda* de suas tradições e costumes; os *populistas autoritários* reclamam da *perda* dos valores cristãos e; finalmente, a *nova classe média* engrossa o discurso da *perda* da qualidade do ensino, colocando oportunamente sua expertise a serviço do capital. O autor adverte, por fim, que tal estratégia, orquestrada sob a perversa batuta do capital, acaba por escolher, de antemão, os grupos que irão perder ou ganhar um “lugar ao sol” nesta secular disputa, ou ainda, o “lado da corda” que sofrerá a maior tensão e desgaste.

Isto fica mais evidente quando se corporificam as alianças reformistas. Movimentação que desvela o reflexo da face desses pseudo-mecenas, enredados em ardis e oportunas cumplicidades, que deram uma “guinada à direita”. Ao final, para Evangelista (2014), seria como se os atores reformistas que estão em cena insistissem em formar um “homem de novo tipo” para atuar em um mundo de “velho tipo”. Essa leitura respalda-se no deliberado imobilismo retratado no adágio que diz que “está tudo como dantes no quartel de Abrantes”.

Destarte, o campo de disputa que se abateu sobre o Estado, tornando suas atribuições objeto de cobiça de grupos antagônicos, retrata, também, as nuances das questões econômicas e sociais de uma dada circunstância. Este movimento possui valor pedagógico, posto que:

Coloca de um lado as ditas ‘filosofias da transformação’ e de outro as ‘filosofias da aceitação’, travando uma disputa que adquire determinados contornos e na qual são utilizados instrumentos que variam de acordo com os ambientes sociais onde essa luta é realizada. (MARTINS, 2005, p.179).

Isso mostra que os conflitos travados sob o teto do Estado, tomaram forma e rosto diferenciados. Ganham mais sutileza, mas a violência persiste, como se fosse a velha política do “Pão e Circo” com ares de modernidade, porém conservando o sentido: uns brigando por migalhas, em um espetáculo que não lhes parece grotesco, enquanto os patrocinadores de tal cena continuam a se banquetear - à custa do “público”, seja do erário ou à expensa da platéia.

Nessa arena reformista, a Educação Superior não se eximiu de compor tal cenário, uma vez que as mudanças perpetradas pela contrarreforma universitária e pelos ideais de acumulação flexível e Estado Mínimo colimaram para as universidades públicas com seu projeto de privatização. A conjunção desses fatores, em tempo e espaço específicos, para Souza (2016) corporifica o objeto-mor do campo de pesquisa em políticas educacionais, ou seja, a relação que se firma entre a demanda social por educação e o posicionamento do Estado diante desta demanda, considerando as suas relações, em sentido amplo, com o universo da educação. Assim, a pesquisa em tela não se absteve de incursionar nesta problemática, articulando ingredientes novos e velhos neste universo, introduzidos a partir da análise dos diferentes apontamentos que compõem a totalidade da aposentadoria da classe-que-vive-da-educação.

Os achados sobre a Categoria Empírica *Estado e (des)proteção na velhice* frutificaram de distintos olhares. Todavia, o cenário que emoldura essa tela, apontou para o Abono de Permanência e suas vantagens e desvantagens, ora objetivas ora subjetivas, como a última instância de proteção do Estado, de onde se aguarda o melhor - ou o pior - momento para arriscar salto à aposentadoria, o que reforça a tese de preparação objetiva para velhice, como contraponto à percepção de (des)proteção do Estado. Destarte, alguns apostam em seu estilo de vida modesto, outros em suas reservas financeiras, outros apegam-se à falsa segurança de seus direitos adquiridos e, por fim, neste mar de incertezas, tem aqueles que preferem continuar a sua jornada laboral em outros espaços e ritmos, como forma de atenuar as perdas financeiras e subjetivas provocadas pelo advento da aposentadoria.

Com efeito, tais medidas são tomadas, ancoram-se na desconfiança cabal do desamparo do Estado, após a vida inteira dedicada à batalha em suas fileiras. Neste universo, há os que se indignam com o descaso perante a aposentadoria da classe-que-vive-da-educação, mas também

há quem reconheça as benesses do Estado, sejam individuais (estudar, trabalhar e ascender na carreira pública), ou coletivas (crescimento acadêmico e profissional de seus pares e alunos). A percepção de (des)proteção do Estado veio das projeções de perdas com a aposentadoria e o reflexo disso nos infortúnios e/ou doenças que possam acontecer. O prognóstico é que isso ocorra, simultaneamente, à velhice.

Nessa configuração, a permanência no trabalho, por intermédio do Abono de Permanência, tem estruturado um ritual de passagem carregado de simbolismos que se institucionaliza à margem do serviço público. Este período de latência acolhe os conflitos ensejados pela aposentadoria – silenciados por empregados e empregadores –, e acomoda a percepção de desproteção à velhice – que nos apresenta uma aposentadoria e um envelhecimento social e economicamente indesejáveis.

2.2 QUEM VAI AO VENTO PERDE O ASSENTO? Vantagens e Desvantagens da permanência na cadeira docente

A desvantagem é porque eu sempre estou fazendo várias coisas ao mesmo tempo [...]. Então, eu me sinto bem no que eu faço e não tracei o plano B, que seria aquele plano que você vai sair [...], porque não vai ter jeito, vou ficar até a *expulsória*... (E10 - Dra. DANIELA).

A articulação entre Teoria e Categorias Empíricas, ao modo de imprimir densidade epistemológica ao problema de pesquisa e à clarificação dos objetivos traçados neste estudo, prosseguem na subseção ora empreendida. Desta vez, discute-se a Categoria *Vantagens e Desvantagens da permanência na ativa*, incursionando-se sobre a seguinte questão: quais as vantagens e desvantagens de continuar trabalhando, mesmo que em termos objetivos já se reúna pré-requisitos à aposentadoria? Assim, objetiva-se avaliar as vantagens e desvantagens da continuidade ao trabalho de 17 docentes do ensino superior que preferiram aderir ao Abono de Permanência, ao invés da aposentadoria. Pressupõe-se que a falta de preparação para a despedida da cátedra e de tudo que isso representa, faz com que estes docentes percebam o advento da aposentadoria numa perspectiva de perdas e não de ganhos. Daí a preferência por prolongar a sua vida útil seja a alternativa mais acessível, enquanto se preparam, ao seu modo, para o desenlace com a Academia.

A adesão destes Servidores ao Abono de Permanência reforça a ideia de que no decorrer da vida, o trabalhador se insere em estruturas e representações sociais que não o preparam devidamente para o afastamento do trabalho, muito menos para envelhecer, como entendem Carlos *et al.* (1999). Nesse cenário, muitos nutrem o desejo de protelar a aposentadoria, por causa dos diversos sentimentos experimentados diante da decisão de se aposentar. A propósito disto, França (1999) menciona que alguns até pretendem fazê-lo, contudo não gostariam de

encerrar completamente sua trajetória produtiva, realizando outra atividade profissional; outros, ainda, manifestam o desejo de realmente não trabalhar, no entanto, sem a devida preparação ficam sem ter ideia do que fazer, com o advento da aposentadoria.

A seguir, a Categoria empírica *Vantagens e Desvantagens da permanência na ativa*, ora apreciada, é apresentada em forma de síntese horizontal, em observância aos preceitos metodológicos da Hermenêutica-dialética:

Quadro 10 - Síntese Horizontal da Categoria Vantagens e Desvantagens da permanência na ativa

Categoria empírica: Vantagens e Desvantagens da Permanência na Ativa
Hoje, eu vejo que tem muitas perdas ao se aposentar, então, estou me qualificando para me aposentar em melhores condições de qualificação e de progressão na carreira. (E1-Esp. BENTO).
O abono de permanência é um incentivo a mais, porque ainda há muito a realizar no ambiente de trabalho. Se eu não tivesse esse abono de permanência, ainda assim, acho que permaneceria trabalhando, por causa que ainda não consigo me ver aposentada. (E2-Dra. ELIETE).
A vantagem é financeira. Me aposentar, garantindo os direitos já adquiridos. (E3-Dr. REGIS).
Eu acho que é se manter no vínculo institucional, receber o abono permanência. (E4 - Dra. SUZY).
A desvantagem é o limite de tempo. A vantagem de permanecer na ativa é a continuidade de minha produção acadêmica. (E5- Dra. VILMA).
Para mim é vantagem, porque estimula você a seguir. Esse benefício, ele ajuda na sua renda e o fato de continuar na ativa também ajuda a trabalhar os neurônios, para não irem morrendo. Então, essa vantagem que eu vejo em permanecer é ter condições de ainda ser uma memória viva na educação do Estado. (E6 - Dra. LIZETE).
Não tem desvantagens, nesse caso não. Com relação às vantagens, é o abono em si, por causa dessa questão da devolução da contribuição. E também de continuar em atividade, que é uma coisa que eu não queria ficar, digamos parado, sair...me aposentar. (E7 - Ms. OTO).
Olha as vantagens que a gente tem, a vantagem do abono, é a vantagem financeira, também de estar produzindo [...] Continuar trabalhando, produzir e se sentir útil à universidade. (E8 - Dr. ALEX).
A desvantagem que eu vejo, é esse afastamento assim, da família, dos filhos. A vantagem é você interagir com as ciências, interagir com a Academia, como um todo. (E9 - Ms. SÁ).
A desvantagem é que eu fico ocupando uma vaga que poderia ser de outra pessoa. Eu acho que isso é uma desvantagem para a sociedade, e não para mim. A única vantagem, assim que eu vejo, é porque eu tenho o objetivo de chegar a titular. [...] que eu devo chegar daqui há quatro anos, três anos e pouco [...] Então, eu vou esperar mais um pouquinho, mais esse tempinho. (E10 - Dra. DANIELA).
Uma desvantagem em continuar trabalhando [...] é o salário defasado [...] porque é algo que não depende de você. A vantagem de estar trabalhando é porque contribui para a saúde mental, para a dignidade humana... (E11 - Dra. JOICE).
A desvantagem é você continuar amarrado, ter que cumprir todo aquele ritual que é colocado para quem trabalha. Você não está livre! Em relação às vantagens, existe uma questão que eu acho que é fundamental, que é a questão da sociabilidade [...], manter o vínculo com o trabalho [...] e encerrar a carreira como titular. (E12 - Dr. FRANK).
A desvantagem é porque eu sempre estou fazendo várias coisas ao mesmo tempo [...], me sinto bem no que eu faço e não tracei o plano B, que seria aquele plano que você vai sair[...] porque não vai ter jeito, ou vou ficar até a expulsória ou eu vou sair antes. No momento, a grande vantagem para mim é estar trabalhando, estar em contato com os professores. (E13- Dra. RITA).
No momento, eu vejo como vantagem continuar trabalhando, porque eu tenho saúde, tenho disposição, me sinto muito motivada, faço o planejamento das aulas com muito carinho e eu quero sempre fazer algo novo. (E14 - Dra. EUNICE).
A vantagem é o prazer de estar na sala de aula, de estar pesquisando, de ter realmente uma relação profissional [...] Isso independe da questão salarial, porque existe um prazer de estar na sala de aula, de estar discutindo, conhecendo, e isso aí é uma das vantagens. Então, é bem mais vantajoso eu estar na sala de aula, não porque eu tenho o abono de permanência, mas porque além disso, existe prazer em estar na sala de aula. O dinheiro não é mais o que conta, logicamente que ele tem a sua importância da vida de todos nós... (E15- Dra. IZABEL).
Quando é muito bom, então, eu não vejo desvantagem. É vantajoso em dois aspectos: primeiro, é nível de responsabilidade que se assume. Você não vai encontrar um atestado médico meu na universidade [...] O segundo aspecto é que para mim é muito prazeroso. Quando o seu trabalho é um prazer, você pensa, o que é que eu vou trocar que vai me dar mais prazer? Então é muito bom, e é um dos motivos porque hoje eu analiso se eu devo ou não me aposentar. (E16- Dr. CÉSAR).
Só vejo vantagem porque eu não tenho vontade de me aposentar, porque, primeiro, eu acho muito ruim quando a gente chega num determinado momento da vida, que a gente se sente muito mais produtivo, muito mais capaz, a gente se sente muito mais maduro, muito mais em condições de contribuir com o trabalho da gente, contribuir com aquilo que a gente gosta de fazer, aí dizem que a gente já tem que parar. (E17- Ms. CREUZA).

Hermenêutica - Síntese Horizontal das Estruturas de Relevância (cont. Quadro 10)

Convergências: Os participantes E1 - Esp. BENTO, E2 - Dra. ELIETE, E3 - Dr. REGIS, E8 - Dr. ALEX, E14 - Dra. EUNICE, E15 - Dra. IZABEL e E17 - Ms. CREUSA não apontaram as desvantagens da permanência na ativa.

Convergências: Os participantes E6 - Dra. LIZETE, E7 - Ms. OTO e E16 - Dr. CÉSAR disseram não haver desvantagens em permanecer trabalhando. **Convergências:** E3 - Dr. REGIS aponta o retorno financeiro do Abono de Permanência como a principal. E1 - Esp. BENTO, não deixa o fator financeiro explícito, mas enxerga na postergação de sua vida laboral, a oportunidade para investir na progressão de sua carreira, com posterior ganho financeiro para compensar as perdas salariais advindas da aposentadoria. E6 - Dra. LIZETE prefere permanecer na ativa, pois o abono de permanência ajuda em sua renda; o ofício ajuda na manutenção de sua saúde, sobretudo, mental; e a visibilidade mantém a sua condição de memória viva da educação amapaense. E7 - Ms. OTO pondera que as vantagens de sua permanência consistem no valor pecuniário do abono de permanência, além da manutenção do vínculo institucional. E8 - Dr. ALEX, ressalta a vantagem financeira de sua permanência, a oportunidade de continuar produzindo e útil à universidade. E11 - Dra. JOICE acredita que continuar na ativa ajuda sua saúde mental e a faz sentir-se útil. Percebe-se que alguns colocaram os aspectos financeiros em primeiro plano, enquanto outros buscaram um equilíbrio entre as demandas objetivas (monetária) e as subjetivas (progressão, senso de utilidade, produção acadêmica). **Diferenças:** E2 - Dra. ELIETE e E4 - Dra. SUZY secundarizam o incentivo financeiro do abono de permanência em favor da manutenção do vínculo institucional e da produção acadêmica. **Complementaridades:** para E2 - Dra. ELIETE a conservação do vínculo institucional, mantém afastado o estigma da inatividade. E4 - Dra. SUZY reflete que a permanência na IFES tem mostrado o lado preconceituoso de alguns de seus pares com os docentes mais velhos. Para E9 - Ms. SÁ e E12 - Dr. FRANK manter-se na ativa aumenta a sobrevida de suas relações interpessoais e institucionais, o que lhes permite saborear, em tom de despedida, os frutos de tais conquistas. E12 - Dr. FRANK acrescenta que além dessa vantagem, ao dilatar sua permanência, ganha tempo para progredir ao último nível da carreira. **Convergências:** E10 - Dra. DANIELA também planeja alcançar o mesmo nível e a permanência na ativa é o caminho. **Convergências:** E5 - Dra. VILMA, E6 - Dra. LIZETE, E7 - Ms. OTO e E8 - Dr. ALEX citam o prosseguimento de suas produções científicas como uma das vantagens da permanência na ativa. **Convergências:** de modo geral, a maioria dos entrevistados assume que a vantagem de continuar trabalhando é, justamente, manter a cadeira. Nesta perspectiva, os outros ganhos tornam-se secundários. Todavia, deve-se considerar que alguns aspectos podem influenciar nessa permanência, como por exemplo, a percepção de saúde e vitalidade, a possibilidade de ascensão na carreira, bem como a satisfação com a docência. **Complementaridade:** E14 - Dra. EUNICE justifica a sua permanência afirmando que se sente saudável, produtiva e que exerce o seu ofício com prazer. **Convergência:** E17 - Ms. CREUSA também se sente produtiva, motivada e deseja contribuir com a Universidade. **Convergência:** E15 - Dra. IZABEL e E16 - Dr. CÉSAR afirmam que exercem o seu ofício com muito prazer. Esse é o principal motivo de sua permanência. E13 - Dra. RITA reforça, ainda, a importância do contato com seus pares na sua decisão de continuar trabalhando. **Diferença:** E5 - Dra. VILMA assevera que a desvantagem da permanência é a sua finitude, com a chegada da compulsoriedade. Já E13 - Dra. RITA aponta o acúmulo de trabalho como desvantagem. **Divergência:** E9 - Ms. SÁ acredita que a dilatação de sua vida laboral, prolonga também, o distanciamento de sua família. Isso é desvantajoso. E10 - Dra. DANIELA assevera que ao continuar ocupando uma cadeira docente, impede a renovação na Academia. E11 - Dra. JOICE vê a defasagem salarial como desvantagem de sua continuidade. E12 - Dr. FRANK fala das amarras impostas pelo trabalho, que não isentam nem os que estão prestes a se aposentar.

Fonte: elaborado pelo autor.

Em relação à questão-problema que abre esta subseção, observou-se que dentre o rol de 17 participantes, 8 (47,06%) não emitiram opinião sobre as desvantagens de sua permanência na ativa. O teor das respostas dos outros entrevistados ($f=9$; 52,94%) ficou dividido em duas perspectivas: 3 participantes afirmaram não haver desvantagens e 6 apontaram algumas dificuldades em permanecer trabalhando.

No primeiro grupo, encontram-se os docentes que não esconderam o fato de que a manutenção do vínculo institucional, garante-lhes um pagamento subjetivo que transcende ao valor dos proventos oficiais. A esse respeito, Ribeiro e Smeha (2009) apontam que o prazer, a vaidade e o valor social atrelado à identidade produtiva representam os fatores que mais contribuem para a permanência do professor universitário no exercício da sua profissão.

Esta “gratificação emocional”, ao que indica, tem gerado nestes professores um apego à continuidade, apoiados sobretudo nos elementos positivos ligados à docência. É o caso de

E6 - Dra. LIZETE cuja visibilidade, garantida pela manutenção do ofício, serve de bálsamo aos efeitos nocivos do “exílio” posposto à aposentadoria: *então, essa vantagem que eu vejo em permanecer é ter condições de ainda ser uma memória viva na educação do Estado*. Neste caso, transparece que há o superdimensionamento do senso de exclusão imposto pela aposentadoria – com a perda concreta do posto de professor efetivo –, combinada ao fatídico esquecimento institucional.

Nesse aspecto, Sobral e Francisco (2019, p. 25) afirmam que a “troca de cadeiras” provocada pela aposentadoria não é algo automático e tão simples assim. Para ilustrar a situação poder-se-ia resgatar, por analogia, o adágio popular que adverte que “quem vai ao vento, fica sem o assento,” posto que diante dessa indelicadeza – tomar o assento do outro –, cada um reage de forma particular. Assim, as referidas autoras afiançam que aqueles que “cedem” seus assentos são impelidos a encarar a circunstância de que “ao deixar a instituição o seu lugar é ocupado rapidamente e, de fato, precisam lidar com o esquecimento depois de haver atuado por décadas na instituição, com desvelo e responsabilidade”. Simbolicamente, para Dra. LIZETE a solução para esse dilema é “manter-se firme e forte em seu assento”.

E16 - Dr. CÉSAR também não vê desvantagem em continuar trabalhando. Justifica sua adesão ao Abono de Permanência relacionando os aspectos que considera primordiais na sua tomada de decisão: *o primeiro ponto é o nível de responsabilidade que nós temos que ter [...]. O segundo aspecto é que para mim é muito prazeroso [...], a decisão tem sido difícil por isso, porque eu vou ter que abrir mão desse prazer pra conhecer o que tem do outro lado*. Para não deixar dúvidas acerca de sua satisfação com o “salário afetivo” recebido, o docente reforça que o motivo de sua permanência no trabalho *não é, jamais será, questão pecuniária, pode ser outras, mas hoje não vejo nenhuma outra coisa, só vejo vantagem em continuar*. É importante ressaltar que o referido entrevistado enquadra-se no regime de Dedicção Parcial, com 20 horas semanais e exerce cargo fora da IFES.

Nascimento e Polia (2019) argumentam que docentes ocupantes de cargo universitário, cujo principal motivo do ofício não é o financeiro, sentem-se satisfeitos com a profissão que abraçaram e com os desafios e senso de utilidade implícitos no trabalho. Para estes, o afastamento desse ambiente reforçador, pode ser vivenciado de forma muito desprazerosa. As autoras alertam, ainda, que não raro, tais professores encaram a carreira no Ensino Superior como sinônimo de realização pessoal, paixão, responsabilidade social ou até mesmo como sacerdócio. Neste mesmo diapasão, KHOURY *et al.* (2010), asseveram que as pessoas não trabalham motivadas unicamente por necessidades materiais, mas também e, principalmente, por necessidades psicológicas e sociais.

Os depoimentos de Dra. LIZETE e Dr. CÉSAR sobre as desvantagens de sua permanência, acabaram se transformando em enaltecimento das vantagens, pelo simples fato de que para eles, a principal vantagem é permanecer. O restante (visibilidade, reconhecimento, prazer) apresenta-se como bônus, quem sabe secundário, terciário...

E7 - Ms. OTO, assim como seus pares, não enxerga desvantagem na sua permanência na ativa, porém associa a manutenção do vínculo institucional ao incentivo pecuniário do Abono de Permanência, aliado à oportunidade de continuar vinculado à instituição. No caso de Ms. OTO, nota-se uma subalternização dos aspectos subjetivos do ofício docente em detrimento dos aspectos objetivos da remuneração ou, ainda, uma releitura daquilo que os outros depoentes consideraram mais vantajoso. De todo modo, um olhar, ou melhor dizendo, uma vantagem não anula a outra. O contexto pode nos ajudar a compreender essa divergência: Ms. OTO é o mais velho do grupo, auferir renda menor que os depoentes anteriores, não vislumbra perspectivas de progressão na carreira para além do Mestrado e, no momento da entrevista, enfrentava problemas de saúde que o impediam de exercer a docência, restando-lhe ocupar cargo administrativo, enquanto aguarda a “expulsória”.

Neste sentido, a permanência no trabalho, testa os limites do seu corpo diante do desejo de continuar ativo após a aposentadoria, além de que a percepção de perdas monetárias o alerta para a necessidade de *continuar trabalhando [...] de maneira mais reduzida, mais calma, mas nunca parar. Talvez não mais dando aula, porque eu posso até dar aula em faculdades particulares, mas essa questão do magistério em si não pretendo mais seguir, estou me aposentando exatamente nesse aspecto.* Diferentemente de seus colegas, o desalento de Ms. OTO com o labor, provocado por questões de ordem objetivas (doença, afastamento da docência, perdas financeiras), outorgam um novo sentido ao “salário afetivo” pago à docência e, conseqüentemente, ressignifica o termo permanência, que neste caso, poder-se-ia chamar de teste de aptidão física, visando à continuidade de sua vida laboral.

No segundo grupo, ficaram os docentes que analisaram as desvantagens de sua permanência à luz dos aspectos objetivos, colocando o cansaço físico, afastamento da família, o avançar da idade, defasagem salarial, dentre outros, como entraves à sua permanência no trabalho. No entanto, tais docentes não negam o fato de que componentes subjetivos assumam papel importante como fontes de fixação ao trabalho.

Para E5- Dra. VILMA o inconveniente da permanência no trabalho é sua finitude, imposta pelo avanço implacável das horas. Expressa que *a desvantagem é o limite de tempo e, a partir desse advento enumera as perdas que a esperam, ao irromper da aposentadoria: perda direta com toda a produção da universidade; não poder apresentar um projeto de Extensão;*

projetos financiados eu também não vou poder participar; perder o brilho, o encantamento por essa atividade que você realiza a todo momento, a toda hora. Desse modo, a perda do vínculo significa, antes, o fenecer de sua relação com o encantador universo acadêmico, fonte de realização pessoal, ameaçada pelo crepitar do tempo sobre o deleitoso mister do magistério. Assim, a docente se expressa:

Essa experiência de transmitir para os outros... essa experiência parece dar vida longa, parece que tu não vais morrer, parece estar transferindo a sua vida para outro e eu tenho medo de perder esse encantamento, eu confesso. Por isso que eu sempre coloco como objetivo oferecer o meu trabalho, mesmo sabendo que vai ter uma limitação, mas me oferecer como colaboradora para não perder esse brilho, para não perder esse encantamento.

O encantamento a que Dra. VILMA se refere, eivado de prazer pelo magistério, figura dentre os aspectos de ordem subjetiva que, associados à satisfação pessoal, contribuem para a fixação do professor no trabalho, por intermédio da percepção de aptidão física e mental necessária ao trabalho e, sobretudo, pela possibilidade de transmitir o seu legado a novos profissionais, contribuindo à formação dos mesmos (RIBEIRO; SMEHA, 2009). As autoras afiançam, ainda, que tais elementos instauram uma relação de grandezas diretamente proporcionais que repercute na vida pessoal destes docentes, ou seja, quanto maior o envolvimento, maior a dificuldade de afastamento.

Ao sentimento de satisfação, segundo Hopf (2002), juntam-se outros elementos que potencializam as benesses de continuar trabalhando, a saber: o gosto de ser professor, a estima pela área de conhecimento em que atua, a necessidade de ficar em movimento, o orgulho pelas sanções e prêmios conquistados, dentre outros. Em relação ao envolvimento com o trabalho, E13- Dra. RITA alimenta uma contradição interessante, percebendo como desvantajosa a sobrecarga de trabalho (administrativo, acadêmico e doméstico) que acumula, mesmo estando na pré-aposentadoria. Todavia, advém desse envolvimento com o trabalho e com os professores a grande vantagem de permanecer na ativa:

A desvantagem é porque eu sempre estou fazendo várias coisas ao mesmo tempo [...], me sinto bem no que eu faço e não tracei 'o plano B', que seria aquele plano que você vai sair [...] porque não vai ter jeito, ou vou ficar até a expulsória ou eu vou sair antes. No momento, a grande vantagem para mim é estar trabalhando, estar em contato com os professores.

A docente reclama do excesso de trabalho e adverte que caso não surja problema, sua intenção é esperar a “expulsória”. Assim como a Dra. RITA, outros participantes mantêm uma rotina laboral exaustiva, no sentido de que isso os impeça de pensar na aposentadoria. Tal mecanismo de defesa, ao que indica, consiste na maneira menos dolorosa de vivenciar as perdas advindas da aposentadoria, ou seja, quanto menos pensar na aposentadoria, melhor!

Ressignificar as desvantagens implícitas no tempo interposto entre as horas dedicadas ao trabalho e o desfrute do convívio familiar, foi o que fez E9 - Ms. SÁ, apontando essa faceta

do trabalho como um dos entraves diante de sua postergação na docência. Dificuldade compensada pelos ganhos subjetivos provenientes da interação com o ambiente acadêmico – motivo de sua permanência na ativa.

Quanto a docentes que decidiram manter o vínculo por questões objetivas, E3 - Dr. REGIS aponta o retorno financeiro do Abono de Permanência como a principal vantagem. E1 - Esp. BENTO não deixa o fator financeiro explícito, mas vê na postergação de sua vida laboral, a oportunidade para investir na progressão de sua carreira, com posterior ganho financeiro para compensar as perdas salariais advindas da aposentadoria. E6 - Dra. LIZETE prefere permanecer na ativa, pois o Abono de Permanência ajuda em sua renda; o ofício ajuda na manutenção de sua saúde, sobretudo, mental; e a visibilidade mantém seu legado vivo na memória das pessoas. E7 - Ms. OTO pondera que as vantagens de sua permanência consistem no valor pecuniário do Abono, além da manutenção do vínculo institucional. E8 - Dr. ALEX ressalta na vantagem financeira de sua permanência, a oportunidade de continuar sendo útil à Universidade. E11 - Dra. JOICE acredita que continuar na ativa ajuda sua saúde mental e a faz sentir-se valorizada.

Percebe-se que alguns colocaram os aspectos financeiros em primeiro plano, enquanto outros buscaram um equilíbrio entre as demandas objetivas (monetária) e as subjetivas (progressão, senso de utilidade, produção acadêmica). No geral, diante da existência de alguma perda e/ou ameaça no horizonte, as justificativas convergem para uma vantagem em comum: “manter a cadeira”, senão...

E10 - Dra. DANIELA parece discordar desta asserção (manter a cadeira), dizendo que *a desvantagem é que eu fico ocupando uma vaga que poderia ser de outra pessoa. Eu acho que isso é uma desvantagem para a sociedade, e não para mim.* Todavia, mergulha em contradição, ao assegurar que *a única vantagem, que eu vejo, é porque eu tenho o objetivo de chegar a Titular.¹⁴ [...] que eu devo chegar daqui a quatro anos, três anos e pouco*”. Apesar da percepção de que ao ocupar uma cadeira, impede a renovação na Academia, a docente ampara sua permanência na cátedra, apoiada na possibilidade de ascender ao nível mais alto de sua carreira. Assim sendo ela verbaliza: *“eu vou esperar mais um pouquinho, mais esse tempinho”*.

Em análise à questão, E12 - Dr. FRANK acrescenta que dentre outras vantagens a postergação de sua permanência garante-lhe mais tempo para galgar, da mesma forma que a

¹⁴ Cargo instituído pela Lei 12.772/2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal [...], estipulando em seu Art. 1º, inciso II, o Cargo isolado de provimento efetivo, de nível superior, de Professor Titular-Livre do Magistério Superior. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12772.htm. Acesso em: 8 mar. 2023.

Dra. DANIELA, mais um degrau da carreira. Para tanto, é preciso que “esquentem” um pouco mais os seus assentos. Hargreaves (2001), ao analisar os “malabarismos” realizados pela classe docente para atender a crescente demanda imposta pelo trabalho, elegeu o tempo como uma das categorias de análise do trabalho docente.

Para além das questões objetivas, o tempo também se configura como horizonte, subjetivamente definido, de possibilidades e limitações. Apesar de o referido autor referir-se ao tempo na perspectiva de formação do trabalho docente, seus pressupostos guardam relação com o objeto desta pesquisa, uma vez que para os docentes em estudo, o tempo oficial na cátedra esvai-se objetivamente, enquanto as demandas subjetivas anseiam por mais tempo para preparar o terreno para a chegada aposentadoria e, contraditoriamente, alimentam dilemas em relação ao usufruto do tempo livre na aposentadoria.

Essa contradição reforça o argumento de Carlos *et al.* (1999) sobre o peso das representações sociais implicadas no mundo do trabalho e de sua interferência no despreparo das pessoas para o desvencilhamento das garras do labor, ou seja, na modernidade as pessoas gastam muito tempo se preparando para trabalhar, passam a maior parte do tempo trabalhando e, lamentavelmente, dispõem de pouco tempo para prepararam a sua despedida e, segundo o desejo do capital, o mínimo tempo possível na aposentadoria. Tanto tempo respirando os ares do trabalho, faz com que “uma profusão de DNA laboral entre em nossas veias”, misture-se ao nosso ser, formando uma relação quase que indivisível. Os relatos dos sujeitos desta pesquisa indicam que não se pode extirpar o “bom hospedeiro” em um único golpe. E11 - Dra. JOICE sugere que o ideal seria que o ritmo de afastamento ocorresse *em contagem regressiva, passo a passo, na qual você tem um preparo de saúde mental, um preparo emocional...*

Tal divisibilidade/separação, custosa aos olhos dos entrevistados, apoia-se na máxima de que os prejuízos/desvantagens da permanência não podem ser maiores que os benefícios/vantagens, sejam eles materiais ou imateriais. Essa relação contábil entre perdas e ganhos, que passa a impressão de que nunca fecha, precisa ser digerida aos poucos, aos moldes da fórmula sugerida pela Dra. JOICE.

No que concerne às vantagens de ordem subjetiva, E8 - Dr. ALEX ressalta a oportunidade de continuar produzindo e útil à Universidade. E11 - Dra. JOICE acredita que continuar na ativa ajuda sua saúde mental e a faz sentir-se útil. E14 - Dra. EUNICE justifica a sua permanência afirmando que se sente saudável, produtiva e que exerce o seu ofício com prazer. E17- Ms. CREUZA também se sente produtiva, motivada e deseja contribuir com a Universidade. E15- Dra. IZABEL e E16- Dr. CÉSAR afirmam que exercem o seu *métier* com muito prazer. Essa é a principal vantagem de suas permanências. E13- Dra. RITA reforça,

ainda, a importância do contato com seus pares na sua decisão de continuar trabalhando. E12 - Dr. FRANK e E9 - Ms. SÁ podem até reclamar das amarras impostas pelo trabalho, que não isentam nem aqueles que estão prestes a se aposentar, mas reconhecem que manter-se na ativa aumenta a sobrevida de suas relações interpessoais e institucionais, restando-lhes saborear, em tom de despedida, os frutos de tais conquistas.

Ferreira *et al.* (2005) ao investigarem motivos psicossociais do retorno de aposentados ao trabalho remunerado, constataram que fatores de natureza individual – necessidade de atualização e de se sentir produtivo – mantinham correlação significativa com aspectos de caráter interpessoal – conviver com pessoas e passar experiência para outras pessoas. Embora a pesquisa dos referidos autores versem acerca de aposentados que retornaram à ativa remunerada, a validade de seus achados, preservadas as diferenças de enfoque, podem se estender a esta pesquisa, posto que os fatores que influenciaram o retorno daqueles sujeitos, compõem, ao que indica, as vantagens e desvantagens que os mantêm “firmes no batente”.

Desse modo, elegeu-se o relato de E17- Ms. CREUZA para representar este grupo de professores, cujas vantagens subjetivas de permanecer na ativa falam mais alto do que outros aspectos. Assim ela se expressou:

Só vejo vantagem porque eu não tenho vontade de me aposentar. Primeiro, eu acho muito ruim quando se chega num determinado momento da vida, que a gente se sente muito mais produtivo, muito mais capaz, maduro, muito mais em condições de contribuir com o trabalho e com aquilo que a gente gosta de fazer, aí dizem que a gente já tem que parar!?

Em referência à Categoria Empírica *Vantagens e Desvantagens da permanência na ativa*, percebeu-se que alguns colocaram os aspectos financeiros ora em primeiro plano; noutro busca-se equilíbrio entre as demandas objetivas (monetária) e as subjetivas (progressão, senso de utilidade, produção acadêmica, dentre outros); noutro momento, ainda, se enalteceram as vantagens subjetivas (prazer da docência, fatores interpessoais), em detrimento das vantagens objetivas. De modo geral, sobressaiu que a maior vantagem de continuar trabalhando é, justamente, manter a cadeira.

De modo contrário, a maior desvantagem é perdê-la. Nesta perspectiva, as outras vantagens tornam-se secundárias. Todavia, deva-se considerar que alguns aspectos podem influenciar nessa permanência, como por exemplo, a percepção de saúde e vitalidade, o senso de utilidade, a possibilidade de ascensão na carreira, a vantagem financeira do Abono de Permanência, bem como a satisfação com a docência. Por outro lado, fatores considerados desvantajosos, como o ageísmo, além do adoecimento docente ou de seus familiares, podem influenciar na adesão à aposentadoria.

3 A LÓGICA MAIS-QUE-PERIFÉRICA DO TRABALHO E A DO NÃO-TRABALHO DOCENTE: O STATUS DE UMA IFES NO MEIO DO MUNDO

A gente sabe que isso é mais um discurso para que os entes externos exerçam poder econômico sobre a América Latina. Isso é um fato, prejudica a nossa produção. Agora, eu não parto desse princípio para não fazer nada e justificar que não dá para fazer determinada atividade, porque nós não recebemos recurso, porque não é destinado mais recursos para uma universidade do Norte, porque ela é periférica em relação a São Paulo... [...]. Tudo isso é verdade, mas eu não uso esse discurso para paralisar os sonhos e minhas aspirações dentro da instituição.
(E5- Dra. VILMA).

Esta seção tem por objetivo compreender a influência da lógica neoliberal sobre o trabalho e o não-trabalho docente, analisando as Perdas e Ganhos envolvidas na aposentadoria, segundo a percepção de 17 docentes da Educação Superior que atingiram os critérios objetivos para se aposentar, mas continuam trabalhando numa IFES incrustada no *Meio do Mundo*.

Para tanto, recorreu-se a autores que refletem sobre as transformações do mundo do trabalho e da classe-que-vive-do-trabalho (ALVES, 2011; ANTUNES, 2009a, 2009b, 2018; LINHART, 2013; MÉSZÁROS, 2008; MOTA NETO, 2015; MOTTA e LEHER, 2017; OLIVEIRA, PEREIRA e LIMA, 2017). Lançou-se mão, ainda, de pesquisadores que caracterizaram tais mudanças à luz da miscigenação que imprimiu ao capitalismo periférico emergente, um fenótipo desigual e combinado (LÊNIN, 2012; LIMA, 2005; OLIVEIRA, 2003; PASSOS e ARRUDA, 2017; TROTSKY, 2017). Sobre a relação ofício docente/condições objetivas e subjetivas de trabalho e suas repercussões na saúde da classe-que-vive-da-educação, convocou-se Bastos (2019); Basso (1998); Silva (2018), além de Vieira (2008).

Ademais, docentes que prenunciam a sua desobrigação com o trabalho formal, juntamente com Bacal (1988); Cardoso (2007) e Soares (2019) são chamados a dialogar sobre a categoria não-trabalho, revestida com a conotação de tempo livre disposto à fruição na aposentadoria. Todavia, o sentido adotado neste texto considera que o tempo livre da jornada de trabalho não significa, necessariamente, tempo livre ou tempo de lazer, posto que neste tempo livre pode conter uma série de obrigações profissionais, familiares ou sociais. Por conta disso, a categoria lazer, em sentido estrito, pode falsear a realidade. Neste caso, os autores referendados para essa discussão, preferem analisar o tempo considerado como lazer a partir de seu significado funcional-utilitarista e de seu lugar privilegiado na cadeia de consumo.

A propósito da problemática, indaga-se: de que maneira a lógica neoliberal influencia o trabalho e o não-trabalho de docentes que atingiram os critérios objetivos para se aposentar, mas valendo-se do Abono de Permanência, continuam trabalhando numa IFES situada a Região Norte brasileira? Apura-se, ainda, como a percepção sobre Perdas e Ganhos da aposentadoria podem influenciar na permanência destes docentes na ativa?

Acredita-se que as reformas atinentes à política de aposentadoria do docente, circunscritas à redução de seus ganhos financeiros, aliada à perda do *status* de trabalhador produtivo, faz com que tais Servidores, ao se aproximarem da aposentadoria, a vislumbrem sob o prisma do medo e da angústia. Como forma de ilustrar os fatos ora em apreciação, mencionam-se tanto a instabilidade econômica atual, cuja percepção de perdas projeta-se à aposentadoria, na forma de ameaça aos direitos previdenciários, conquistados por anos a fio, quanto a adaptação à identidade de aposentado, provocada pela ruptura dos referenciais de reconhecimento interno do sujeito.

Esta efervescência de acontecimentos e sensações pode, então, influenciar estes Servidores a “abonarem” sua permanência no Serviço Público. Desta forma, põem-se à espera do melhor momento/cenário para “pendurar suas chuteiras ou sapatilhas”. (DUARTE e MELO-SILVA, 2009; FRANÇA, 2002; MARANGONI *et al.*, 2016; SANTOS, 1990; SILVA, 1999; SOARES *et al.*, 2007; ZANELLI, SILVA e SOARES, 2010).

As categorias empíricas adotadas nesta seção corresponderam à *Periferia do Capital e degradação do Trabalho Docente*, além de *Perdas e Ganhos na Aposentadoria*. Entende-se que a junção de dados empíricos com as discussões teóricas que fundamentam este estudo facilitam a elucidação de fatos, bem como desvelam o significado de registros documentais e de pressupostos teóricos que, eventualmente, foram dissipados pela distância objetiva com a realidade empírica dos sujeitos. A análise de tais categorias ajuda também na clarificação dos sentidos e significados daquilo que, por algum motivo, não foi expresso verbalmente, porém se encontra manifesto em pausas, modulações de voz e silêncios.

As discussões sobre a primeira categoria, giram em torno dos condicionantes históricos e políticos implicados nas condições objetivas e subjetivas de trabalho dos docentes em estudo, cujo mister encontra-se incrustado numa lógica mais-que-periférica do capital. Na segunda categoria, discute-se as percepções de perdas e ganhos da aposentadoria e suas repercussões na decisão de tais docentes em continuar trabalhando numa IFES amazônica, em detrimento da possibilidade de se aposentar, em termos objetivos. Os dados foram produzidos por meio de pesquisa documental e empírica, apoiada em entrevista semiestruturada, lançando-se mão dos pressupostos da Hermenêutica-dialética como recurso de análise, interpretação e compreensão do fenômeno em estudo, conforme se pode observar nas duas subseções deste texto.

3.1 A “MÁQUINA MERCANTE” MODERNA E O COLONIALISMO INTELECTUAL: da embriogênese do capital periférico à degradação do trabalho docente

O professor é do Norte, é de uma Universidade pequena... Você produz tanto, você tem a mesma titulação, você faz, mas ele não se compara ao professor que está lá [...] numa outra, que tenha mais protagonismo nacional. Então, a gente que está numa universidade de periferia faz um esforço danado, se dedica muito para dar formação com qualidade para nossos alunos, estuda, faz investimento, mas eu vejo que mesmo assim, não há essa valorização... A gente está numa zona periférica, tudo aqui para nós é mais difícil... (E14 - Dra. EUNICE).

Ao buscar elementos no processo sócio-histórico das colônias latino-americanas, final do séc. XV, que corroborem a tese de que o nosso Continente nasceu sob a égide do labor, Antunes (2009a) descortina os meandros dos caminhos de organização, luta e trabalho ressignificados por aqueles que buscam, ainda hoje, superar o ranço impregnante da colonização. Os representantes desta estrutura de dominação (colonizadores), encantados, à primeira vista, com as riquezas das novas terras e com a inocência dos recém-candidatos à exploração, perceberam que haviam descoberto, deste lado dos trópicos, o ambiente favorável para semear o embrião de uma lógica mais-que-periférica de exploração econômica do trabalho pelo capital. Da maturação desse percurso, emergiram a *nova morfologia do trabalho* e o *novo proletariado*,¹⁵ categorias engendradas por um regime de exploração de trabalho não menos cruel do que aquele que subjugou o contingente de povos escravizados – africanos e indígenas.

Assim sendo, a aurora do trabalho e da conformação da classe-que-vive-do-trabalho daqui, apresentou características distintas daquelas observadas no Velho Continente, a começar pelo processo de transição, que se deu de forma quase que direta do trabalho rural para o escravo e, deste, para o trabalho assalariado industrial. Diga-se quase que direta, e não rápida! Aconteceram muitos desvios nesta rota. Na prática, nem tudo seguiu ritmo célere, pois a fuligem da industrialização que trazia os ideais de luta da classe trabalhadora, desembarcaram tardiamente no Brasil, e mais atrasados ainda, os sintomas da crise que descortinam os sinais de cansaço estrutural do capital, no Velho Mundo, revelando suas raízes com maior contundência e nitidez, foram sentidos no território tupiniquim, porém não menos intensos.

A semente lançada deste lado da linha do Equador, às margens do Rio Amazonas, extremo Norte do País, enraizou-se na terra, no seio das pessoas e instituições, de modo que sobre tais elementos, ainda paira forte e pujante, o ranço da exploração. Ao fazer esta análise, a partir da capilarização desta lógica exploratória para esfera educacional, E7 - Ms. OTO aponta que as características da IFES em que trabalha (nova e periférica), misturam-se às feições do

¹⁵ O Brasil sofreu mudanças significativas na representação das forças sociais de trabalho durante a fase de financeirização do capital e avanço tecnocientífico – fase em que a informalidade, a precarização e o desemprego, todos estruturais, ampliaram-se intensamente. Esse movimento complexo e contraditório não se deu sem trazer profundas alterações para a luta de classes no Brasil”. (ANTUNES, 2009a, p. 142).

próprio Estado (ente federado). Local em que muitos chegam, fixam residência, crescem, ou se desencantam, abandonando-o. Por analogia, ocorre o mesmo à Universidade:

Eu acho que essa condição de a gente ser uma Universidade recente e periférica, isso repercute muito, até no desenvolvimento do próprio Estado: a gente é considerado um Estado desenvolvido, mas pobre. Eu não vejo, a curto prazo, nenhuma perspectiva de mudança. Vamos continuar, por algum tempo, nessa condição, apesar de a gente ter feito muito esforço [...]. Muitos professores que vêm fazer concurso aqui é por interesse, talvez – eles vêm de fora e depois de algum tempo vão embora. Os nossos daqui têm muitas reclamações, professores desiludidos com o curso e com a Universidade.

O docente Ms. OTO observa que o território amapaense sofre os efeitos do processo de degradação imposto às universidades locais. Seria como se um Estado desenvolvido, fatalmente conduzisse suas universidades ao desenvolvimento. No entanto, vive-se um cenário que, segundo o decano, ratifica o absenteísmo e rotatividade do quadro docente de sua IFES. Lamenta por não enxergar, a médio ou longo prazo, perspectivas de mudanças neste quadro.

A relação entre capital e sociedade, ilustrada pelo docente, assemelha-se à concepção de conjuntura orgânica, evidenciada no Funcionalismo Estrutural, teoria que considera a sociedade (um todo complexo) formado por partes (pessoas, instituições, etc.) que desempenham suas atribuições, separadamente. A reunião desses elementos, completa e sistematicamente, explicaria o todo. Lyotard (1986), ao realizar uma leitura do estado de coisas que redundou na sociedade pós-moderna, concebe essa teoria no bojo do *modelo tecnocrático*, que apregoava que capital e sociedade trabalhariam em uníssono, em busca do bem comum, de maneira que um desenvolveria o outro. Essa teoria não vigorou no Velho Mundo, tampouco fez “carreira” deste lado da Linha do Equador.

Por sua vez, a docente E5- Dra. VILMA, consciente da narrativa imperialista que abriu caminho à exploração capitalista na América Latina, apresenta-se como umas das representantes daqueles que vêm de fora, deparam-se com as dificuldades da periferia e permanecem, não desistindo de seus sonhos e do intento de fazer diferença, em terras alheias:

A gente sabe que isso é mais um discurso para que os entes externos exerçam poder econômico sobre a América Latina. Isso é um fato, prejudica a nossa produção. Agora, eu não parto desse princípio para não fazer nada e justificar que não dá para fazer determinada atividade, porque nós não recebemos recurso, porque não é destinada mais verba para uma universidade do Norte, porque ela é periférica em relação a São Paulo [...]. Tudo isso é verdade, mas eu não uso esse discurso para paralisar os sonhos e minhas aspirações dentro da Instituição. (E5- Dra. VILMA).

Dra. VILMA revela que não se deixa levar por tais discursos que, na sua acepção, naturalizam o imobilismo e vitimizam pessoas e instituições. Mota Neto (2015) chancela que o ranço do colonizador, uma vez impregnado na cultura do colonizado, impede que este não se liberte dos esteios da dependência capitalista, em seu seio fincados.

Ms. OTO, amazonense radicado no Amapá, afiança que, desta relação secular, decorre a seguinte contradição: *a gente é considerado um Estado desenvolvido, mas pobre*. Avalia-se

que, na verdade, o docente quis dizer: nós somos um Estado rico (minérios, fauna, flora...), mas pobre, na acepção estrita do termo. Esse enredo lembra-nos que o capitalismo centro-periferia não ficou num passado longínquo – ele permanece, “impávido, colosso”, apesar do “mar” de crises infundáveis que espalham a seu respeito. Que o digam os nossos habitantes primevos...

E6 - Dra. LIZETE e E8 - Dr. ALEX percebem a Universidade numa perspectiva de desafios, mas também de oportunidades sobretudo para os docentes oriundos do próprio Estado, que mesclam sua história, seus feitos e sua trajetória profissional, à história da Universidade. A Dra. LIZETE considera que *foi por estar na Universidade que eu senti o desejo de crescer*. Deste modo, a localização geo-periférica de sua IFES e sua predisposição ao crescimento abriram uma janela de oportunidades para que ambas pudessem avançar na produção de conhecimento e crescer profissionalmente. Esperam, ainda, que a referida instituição continue avançando no cenário acadêmico.

Sob esse viés, Dr. ALEX o enxergou no enredo da falta, aspecto evidenciado por E9 - Ms. SÁ (*falta isso, falta aquilo...*), o que constitui combustível na luta por melhores condições objetivas de trabalho, nos seguintes termos, *aqui é complicado, não tem nada pronto, tudo está em construção. Nós sofremos muito por isso, pela falta de condições*. Apesar do cenário que, para muitos poderia significar desânimo e quiçá, abandono do posto de trabalho, para o docente *isso não nos desmotiva. A gente está sempre lutando para que possa melhorar...para fazer um curso, uma Universidade cada vez melhor*.

No mesmo segmento, E16- Dr. CÉSAR, afirma que apesar das dificuldades, a Universidade pública tem cumprido seu papel de formar e transformar aqueles que abraçam esta preciosa oportunidade. Sustenta isso, apontando exemplos de renovação do quadro docente da instituição e de órgãos do Estado com ex-alunos, sobretudo por aqueles oriundos de contextos socioeconômicos vulneráveis.

Ao analisar a situação ora descrita, Antunes (2009b), entende que à contraditória e persistente crise que foi fincada nos pilares que davam sustentação ao modo de produção capitalista, prescreveu-se tratamento superficial, circunscrito à sua dimensão fenomênica,¹⁶ apenas. Poder-se-ia dizer metaforicamente que “por lá se fez omelete sem quebrar os ovos”, posto que se remodelou o ciclo reprodutivo do sistema, sem alterar os seus fundamentos basilares mais importantes.

¹⁶ Antunes afirma que apesar de a crise estrutural do capital apresentar determinações mais profundas, a resposta capitalista ao enfrentamento dessa crise ocorreu superficialmente, na sua dimensão fenomênica. Desse modo, resolveu-se “reestruturá-la sem transformar os pilares essenciais do modo de produção capitalista. Para as forças da Ordem, tratava-se, então, de reestruturar o padrão produtivo estruturado sobre o binômio taylorismo e fordismo, procurando, desse modo, repor os patamares de acumulação existentes no período anterior”. (ANTUNES, 2009b, p.38).

Por aqui, oportunamente, foram introduzidos outros ingredientes a essa impalatável mistura que, administrada em doses homeopáticas, potencializou os efeitos colaterais nos trabalhadores que, assim como os ameríndios à época da colonização, não tinham desenvolvido os “anticorpos” necessários para suportar o gosto amargo desse tão alardeado progresso, oferecido mais um vez pelo visitante-invasor que, do alto de sua “benevolência”, assegurava aos remanescentes do colonialismo, a superação da secular “crise” que assolava o seu peculiar jeito-de-gerir-periférico.

Ao que parece, indicar tratamento superficial para questões estruturais, não é novidade para essas cercanias. É o que aponta E10 - Dra. DANIELA, afirmando que:

Eu acho que uma coisa que contribuiu positivamente para o nosso trabalho [...], foi a internet: se quiser, você está em todo lugar e tem acesso a todas as produções [...]. A gente talvez não tenha a infraestrutura, por exemplo, a biblioteca desejada [...]. Então, aqui precisa melhorar, o nosso meio de trabalho precisa melhorar [...]. Eu digo que ser periferia é um problema, mas não é tão grave quanto era, sei lá, há vinte, trinta anos.

Dra. DANIELA revela que as dificuldades impostas pela condição periférica de sua IFES eram muito piores, a chegada da *internet* minimizou o isolamento político e geográfico da universidade, outorgando-lhe ares de modernidade. Acredita que a Universidade precisa avançar, principalmente, nos aspectos concernentes à infraestrutura física. A deficiência nesta área repercute na pesquisa, ensino e extensão que, apesar das limitações apresentou melhora no decorrer dos anos, graças à chegada da tecnologia.

Ressaltam-se as transmutações do Estado capitalista, visando transferir a educação – dever do Estado –, para a esfera privada e doméstica, ou seja, da área pública e coletiva para o âmbito privado e individual (EVANGELISTA, 2014; LAVAL, 2018; MÉSZÁROS, 2008; SHIROMA e EVANGELISTA, 2014). Dentre tais autores, notadamente Laval (2018) concebe que tais mudanças perpassam pela desinstitucionalização, desvalorização e desintegração de todos os valores que dão sentido ao aprendizado com valor social. Daí a consequente oferta de um modelo de ensino que tenha qualidade e valor de mercado aferidos, escalonados e adaptados a um mercado liquefeito, incrustado na livre circulação de mercadorias e competição – um modelo de ensino afeto à ótica neoliberal.

A tecnologia, nessa perspectiva, serve a “gregos e troianos” à medida que facilita o trabalho docente, conforme Dra. DANIELA observou, e por outra via, promove a clivagem de pesquisas circunscritas à área de interesse do mercado, provocando o desmonte de algumas áreas do conhecimento, dentro da Educação Superior brasileira; fomenta, ainda, o surgimento de cursos à distância, treinamentos rápidos, apostilados, produtos tecnológicos ligados à educação, além da infiltração de conglomerados empresariais no espaço público de ensino e, mais uma vez, o magistério Superior não está imune a isso.

A disparidade na distribuição de recursos, por área de conhecimento, conforme E4 - Dra. SUZY, não se trata de algo novo e, no panorama ora apreciado, apresenta-se como mais um dos reveses enfrentados pelos docentes das IFES consideradas periféricas:

Falta principalmente recursos. Não sei como é que está agora, eu nem tenho acessado, mas os editais são para poucos [...]. O que não é de agora. Isso aí é o que marca o nosso trabalho...a nossa profissão, é essa dificuldade, não é? Antes era muito pior [...]. Isso é motivo de desânimo e reflete um pouco no desenvolvimento científico da Universidade, reflete na baixa produção científica.

Tal situação, assevera a docente entrevistada, reverbera para a qualidade da produção científica e motivação de pesquisadores. Linhart (2013) adverte que esse cenário incita a competitividade entre os pares e o culto à produtividade nos limites do (in)tolerável, refletindo, por fim, em aspectos subjetivos do trabalhador, inclusive, daquele investido em cargo, por meio de concurso público. Os estudos de Oliveira, Pereira e Lima (2017) destacam que, dentre outras mazelas encontradas na Educação Superior, a contradição entre escassez e disputa por financiamentos para projetos de Extensão e Pesquisas, além da cobrança por produtividade, sem o consoante aporte institucional, aumenta sobremaneira o abismo que intencionalmente separa a categoria docente.

Na composição deste cenário que, no decorrer do tempo, provocou o rebaixamento das condições de trabalho e da saúde da categoria docente, algumas alianças, já evidenciadas, foram construídas no sentido manter essa ordem e instaurar uma aura de consentimento na sociedade. No que concerne ao trabalho docente, Lazzarato e Negri (2001) o veem como exemplo clássico do processo de imaterialização da força de trabalho. Dessa forma, o circunscrevem no limiar imponderável entre Academia – *locus* de produção de conhecimentos socialmente úteis – e ofensiva neoliberal, que segundo Antunes (2009b) e Alves (2011), não desiste de tripudiar sobre os corpos, subjetividades e valores da classe-que-vive-do-trabalho.

Silva, S. (2018), ao se debruçar sobre a relação entre o ofício da docência e o sofrimento psíquico detectado em professores do Amapá, revelou que uma das grandes dificuldades em compreender esta relação reside na apreensão da subjetividade dos envolvidos neste processo. Tal fenômeno acontece em decorrência do fato de que concorrem de um lado um sistema macro – composto pelo universo subjetivo da produção capitalista – e de outro, um sistema menor, porém não menos complexo, composto pelo trabalho docente, tido pela autora como particularmente imaterial.

Com base neste pressuposto, faz-se mister retornar aos estudos de Oliveira, Pereira e Lima (2017), que identificaram na literatura da última década, os tipos de adoecimentos mais prevalentes em docentes universitários do ensino público. Destacam-se as doenças do tipo psicossomáticas, seguidas pelas de fundo psíquico e, por último, os adoecimentos e sintomas

físicos. Os dados obtidos, em conformidade com as autoras, evidenciam que as condições objetivas e subjetivas inerentes ao modo de produção capitalista atentam contra a saúde da classe-que-vive-da-educação.

Do mesmo modo, ao investigar as atividades de docentes da UNIFAP, Bastos (2019), tendo como parâmetro a precarização das condições de trabalho, alerta para o risco à saúde física e emocional daqueles que exercem seu labor sob a lógica da intensificação do trabalho. O reflexo disso, se faz notar no emaranhado entre produção material e imaterial, que caracteriza o trabalho do docente da Educação Superior, cuja produção científica e acadêmica, efetivada em artigos, livros etc., concretiza a dimensão material de seu trabalho. Porém, a construção de tais produtos depende de componentes intelectuais para a sua “fabricação”, ou seja, perpassa obrigatoriamente pela dimensão imaterial do trabalho, aspecto não mensurado no processo de produção docente.

Nesse sentido, Vieira (2008, p. 162) define *condições objetivas de trabalho* como os ingredientes envolvidos na realização do labor diário. A oferta ou a escassez desses elementos pode facilitar ou dificultar o trabalho, interferindo na qualidade final do produto. Assim, as condições objetivas englobam um grupo de componentes ligados à estrutura física/espacial, à organização do trabalho e aos recursos didáticos indispensáveis às especificidades do trabalho docente. Sob essa ótica, melhor dizer que “as condições objetivas são compreendidas como os instrumentos de trabalho, os meios utilizados pelos docentes para a objetivação de sua prática; [...] a realidade, contudo, tem sido perversa quanto a essas condições,” arremata a autora.

Basso (1998, p. 26-27)) afirma que a análise do trabalho docente não deve prescindir do exame das relações que se estabelecem entre as condições objetivas e as condições subjetivas de trabalho. Essas últimas, por estarem ligadas à formação do docente, devem ser consideradas na perspectiva de que tal profissional compreenda o sentido de sua própria atividade. Vistas assim, as condições subjetivas são inerentes ao trabalho humano, à medida que o fazer consciente é que imprime uma autonomia maior ou menor ao trabalho e isso depende do grau de objetivação no qual o trabalhador está inserido. Nos termos do autor, dessa relação entre trabalho consciente, autonomia e condições de objetivação do trabalho docente, deduz-se que:

Para exercer essa autonomia, as condições subjetivas - formação, incluindo a apropriação do significado de seu trabalho - apresentam-se como fundamentais. Essa autonomia, garantida pela própria particularidade do trabalho docente, indica que os professores podem dificultar as ações de especialistas, do Estado etc., com pretensão de controle de seu trabalho. [...] O controle, portanto, é de difícil execução no âmbito da sala de aula, permanecendo a autonomia do professor neste espaço. O controle pode efetivar-se muito mais pela formação aligeirada do professor - que por falta de conhecimentos profundos sobre conteúdos e metodologias, vê-se obrigado a reproduzir o conteúdo do livro didático - do que por outras vias. As ocorrências na sala de aula dependem principalmente do professor e de suas condições subjetivas.

A junção desses ingredientes, em um mesmo receituário, resultou num capitalismo periférico-dependente, caracterizado pela miscigenação do arquétipo moderno ao arcaico – ícone multiforme de desenvolvimento que imprimiu às terras conquistadas um fenótipo desigual e combinado (LÊNIN, 2012; LIMA, 2005; OLIVEIRA, 2003; PASSOS e ARRUDA, 2017; TROTSKY, 2017). Em relação ao histórico ranço periférico-dependente que paira sobre a IFES em que trabalha, E13- Dra. RITA avalia que os reflexos dessa condição periférica já foram muito piores. A situação melhorou em vários aspectos, contudo a referida instituição ainda é pequena, considerando, inclusive, outras IFES da Região Amazônica. Reconhece, ainda, que os avanços se devem, em grande medida, ao protagonismo do corpo docente:

Olha, eu posso dizer assim que hoje a UNIFAP já melhorou bastante em relação ao que nós tínhamos em 2005, ou mesmo quando ela se implantou [...]. Agora é lógico, a nossa Universidade em relação a outras, ainda é pequena, isso não é por conta de nenhum gestor, isso tudo é uma questão histórica.

Dra. RITA, assim como E15- Dra. IZABEL, E1-Esp. BENTO e E2-Dra. ELIETE experimentam os dissabores de ser Universidade “periférica” por meio dos retrocessos e avanços (orçamentários e infraestruturais) que mudaram a feição da Universidade, ao longo do tempo. Reconhecem que parte destes avanços deve-se ao protagonismo do corpo docente, cujas razões, por mais distintas que sejam, têm enfrentado o mar de crises que ameaçam a educação na Região Amazônica. Tal movimento, orquestrado por organismos privados-mercantis, tem provocado o desmonte da Educação Superior brasileira e de seus trabalhadores, sob a égide do desenvolvimento do capitalismo moderno.

Excelente ilustração dessa conjuntura, advinda da arte, consta no soneto *À cidade da Bahia*, do poeta Gregório de Matos Guerra (1623-1696), em seu lamento diante do avanço da “máquina mercante”, expresso nos versos (BOSSI, 1992, p.94 *apud* SAVIANI, 2019, p. 60):

<i>Triste Bahia! Ó quão dessemelhante</i>	<i>Deste em dar tanto açúcar excelente</i>
<i>Estás e estou do nosso antigo estado!</i>	<i>Pelas drogas inúteis, que abelhuda</i>
<i>Pobre te vejo a ti, tu a mi empenhado,</i>	<i>Simples aceitas do sagaz Brichote.</i>
<i>Rica te vi eu já, tu a mi abundante.</i>	
<i>A ti trocou-te a máquina mercante</i>	<i>Oh se quisera Deus que de repente</i>
<i>Que em tua larga barra tem entrado,</i>	<i>Um dia amanheceras tão sisuda</i>
<i>A mim foi-me trocado e tem trocado</i>	<i>Que fora de algodão o teu capote!</i>
<i>Tanto negócio e tanto negociante.</i>	

Pelo visto, não é de hoje que se esboça algum tipo de desconfiança ao singrar da “máquina mercante”. Nesta perspectiva, Antunes (2009a) volta-se mais uma vez ao percurso sócio-histórico do labor latino-americano e apresenta as nuances dos movimentos de insurreição que notabilizaram a rebeldia como traço marcante desse povo. O autor apresenta a

eclosão do movimento sindical no cenário de reestruturação produtiva do capital e pondera sobre o período do trabalhismo na Argentina (Perón), Brasil (Vargas) e México (Cárdenas). Lembremo-nos dos golpes militares do século XX e de seu flerte com o capitalismo.

Os fatos ora em apreço ocorreram durante o alvorecer da indústria manufatureira que, revigorada pela eclosão da Primeira Guerra Mundial, bem como pelo consequente processo de intensificação industrial e fluxo migratório europeu, lançou a sua “máquina mercante” à procura de novos mercados. Não foi por obra do acaso que, desta vez, a rota certamente traçada, a levava novamente ao Brasil.

Na viagem, os eminentes visitantes-invasores traziam na bagagem não mais as velhas bugigangas para oferecer aos nativos e, sim, um receituário de medidas infalíveis de progresso e benesses que culminaram com a nova ordem que ditou a intensificação, a flexibilização e a precarização das condições de trabalho como regra para desenvolver, nos trabalhadores locais, anticorpos que os tornassem mais resistentes aos contundentes desafios do mercado. Assim, a pujança das terras colonizadas de outrora e a rebeldia de seus habitantes, contrastaram com a *desertificação neoliberal*,¹⁷ que, vindo a bordo da versão moderna da “máquina mercante”, desembarcou em solo ameríndio, dele se apossou e arrefeceu os ânimos das contra-argumentações que se insurgiram nos países neocolonizados.

Nesta linha de raciocínio, Mota Neto (2015) recorre a Frantz Fanon (2008) para advertir que a relação entre capitalismo e domínio pelo trabalho nos povos colonizados, sob a perspectiva da análise marxista, deve ser concebida para além das questões de ordem material e econômica. Sem isto, corre-se o risco de desconsiderar a humanidade daquele que é colonizado, imperando, nesta relação, algo que poderia ser designado de *zona do não-ser*, lugar extraordinariamente estéril e árido à semente da humanidade, destino final e inexpugnável que se relegou a negros/as e mulheres colonizadas.

O pesquisador paraense afirma, ainda, que a “simbiose” entre racismo colonial e capitalismo, por exemplo, fez com que países que se tornaram independentes de seus colonizadores não alcançassem a verdadeira libertação, pois sua dependência se fez perpetuar na herança capitalista ali disseminada. O mesmo ocorreu com a semente do racismo que, naquele solo plantada, frutificou e naturalizou a superioridade de ricos e brancos sobre pobres e negros, dentre outros.

¹⁷ Antunes (2009a, p. 119) assim define o fenômeno típico dos anos 1990, quando as transformações no capitalismo brasileiro alinharam-se ao “receituário pragmático desenhado pelo Consenso de Washington, advento que desencadeou uma onda enorme de desregulamentações nas mais distintas esferas do mundo do trabalho.”

A dissolução da colonização da Ásia e África e o pós-Guerra Fria encerra a fase do colonialismo da modernidade e inaugura o começo da colonialidade global. “A *nova era dissemina* [...] pelo chamado mundo pós-colonial, relações desiguais entre centro-periferia, bem como relações assimétricas de poder nas esferas raciais, de gênero e de trabalho.” (MOTA NETO, 2015, p. 67, grifo nosso). Assim sendo, o conceito de decolonialidade é tributário desse contexto e não destoa, portanto, das argumentações e conceitos de Antunes (2009a), tampouco com o aviso de Matos Guerra, apresentado por Saviani (2019), pois como ora assevera Mota Neto (2015), a colonialidade afirma-se na busca de superação das condições aviltantes impostas pela modernidade a grupos subalternizados, principalmente aqueles oriundos de espaços de colonização ou processos similares de submissão.

Experiência muito próxima às ponderações ilustradas pelos autores acima, foi evidenciada por E9 - Ms. SÁ) que, em linhas gerais, denominou de “olhar periférico”. O docente, em seu relato, confessa que ao chegar à Academia e participar das primeiras reuniões de Colegiado de Curso, o panorama que encontrou foi de: *peças chorando, choramingando, porque eles não tinham papel, porque eles não tinham isso, não tinham aquilo... Eles viviam intensamente [...] mas, era só para chorar, reclamar, brigar, focar...* Ms. SÁ retrata essa experiência vivida, alertando que o grande desafio a ser enfrentado na periferia do capital, trata-se de engendrar meios para suplantar a cultura alienante que enraizou a ideia de dependência e de incapacidade nestas terras:

O que está dentro dessa chamada periferia [...], nós ajudamos a quebrar, não só esse olhar periférico, esse olhar de colonizado, esse olhar de inferiorizado, mesmo estando numa Universidade Federal. Nós conseguimos mostrar [...] que poderíamos, sim, fazer uma evolução [...]. Mostrar que não podemos nos prender, que não somos menos capacitados de quem mora no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro [...]. É isso que eu acho que falta aqui para nós.

As verbalizações de Ms. SÁ demonstram o peso dos aspectos subjetivos no recrudescimento da cultura imobilista evidenciada por Dra. Vilma. Neste mesmo diapasão, E14 - Dra. EUNICE e E17- Ms. CREUZA concordam que o apego à cultura externa tem impregnado o espaço acadêmico, estigmatizando grupos e pessoas. Isto está cristalizado de tal forma, que algumas pesquisas e pesquisadores são mais valorizadas externamente do que em sua “própria casa”:

Então, a gente que está numa universidade de periferia, a gente faz um esforço danado, [...] se dedica muito [...] a gente estuda, [...]faz investimento, mas eu vejo que mesmo assim, não há essa valorização... a gente está numa zona periférica, tudo aqui para a gente é mais difícil. Eu fui para UNICAMP, tinha preconceito. Na Espanha, meu Deus, eu fui tratada como uma deusa!

Dra. EUNICE revela, ainda, que a condição periférica de sua IFES requer um esforço maior da comunidade, no que tange à produção acadêmica, posto que a valorização, o reconhecimento e o protagonismo científico têm-se tornado algo longínquo. E12 - Dr. FRANK

argumenta que o peso da degradação do trabalho docente é sentido no grande esforço que estes empregam para produzir algo que, na maioria das vezes, já é uma realidade em regiões centralizadoras do capital. Ms. CREUZA exemplifica que os diálogos e trocas acadêmicas, obstaculizadas pelo preconceito interno e pela cultura de valorização do externo, têm incentivado docentes a firmarem parcerias externas, por serem mais valorizados naqueles espaços acadêmicos do que em sua própria IFES. Por sua vez, na tentativa de amenizar os dissabores da periferia, E3-Dr. REGIS viu na formação de parcerias externas, a oportunidade para melhorar a sua produção científica, bem como atrair recursos para suas pesquisas.

As argumentações apresentadas neste trabalho, assinalam que a colonialidade, a exemplo do soneto de Matos Guerra, constitui-se num grito de alerta diante da incursão da “máquina mercante” que continua, assim como a de outrora, a singrar os mares em busca de novas formas de exploração e novos mercados. Eis, por fim, a gênese do cenário desafiador que cotidianamente é interposto aos trabalhadores na América Latina: resistir ao fetiche da “máquina mercante”.

Neste contexto, emerge uma das áreas de exploração/colonização e, ao mesmo tempo fonte de resistência, que tem sido a Educação. Isto porque a “nau mercante” aponta a sua artilharia tendo como alvo a Escola republicana, no firme propósito de destituí-la do posto de promotora de uma educação com valor sócio-político-cultural, para admitir um modelo de educação com valor econômico.

Outra área objeto desta “corrida ao ouro” que, diferentemente da Educação, não apresentou muita resistência, trata-se da Previdência Social. Tal campo constitui alvo em potencial do mercado das previdências privadas, que atingiu em cheio o caráter de proteção social e de solidariedade entre trabalhadores, implícito na seguridade.

Neste momento, é oportuno ressaltar que os mecanismos engendrados na Previdência Social robustecem processos de exclusão e individualismo, os quais condenam os aposentados a um legado perpétuo de exploração mercadológica. Na sequência, o Quadro 11 apresenta a síntese das argumentações dos entrevistados em torno da Categoria Empírica Periferia do Capital e Degradação do Trabalho Docente, devidamente sistematizada na forma de Estruturas de Relevância, cujo teor foi confrontado em suas Divergências, Convergências, Complementaridades e Diferenças:

Quadro 11 - Síntese Horizontal da Categoria Periferia do Capital e Degradação do Trabalho Docente

Categoria empírica: Periferia do Capital e Degradação do Trabalho Docente
Eu vejo a Universidade muito desconfortável em relação à produtividade se comparada às outras universidades da região [...]. Mas com toda essa dificuldade ela está produzindo[...]. Se tivesse uma melhor infraestrutura, certamente produziria melhor. (E1-Esp. BENTO).
Só amando muito o que se faz para poder fazer bem feito, porque a gente depende de orçamento/recurso para realizar nossas pesquisas, para fazer o nosso trabalho. (E2-Dra. ELIETE).
Eu minimizei todo esse problema buscando integração[...]. Com as parcerias a gente melhora a produção científica e se torna mais competitivo na captação de recursos. (E3-Dr.REGIS).
Falta principalmente recursos. Não sei como é que está agora, eu nem tenho acessado, mas os editais são para poucos e isso não é de agora. Isso aí é o que marca o nosso trabalho...a nossa profissão, é essa dificuldade, não é? Antes era muito pior [...]. Isso é motivo de desânimo e reflete um pouco no desenvolvimento científico da universidade e na baixa produção. (E4 - Dra. SUZY).
A gente sabe que isso é mais um discurso para que os entes externos exerçam poder econômico sobre a América Latina. Isso é um fato, prejudica a nossa produção. Agora, eu não parto desse princípio para não fazer nada e justificar que não dá para fazer determinada atividade, porque não é destinado mais recursos para uma universidade do Norte, porque ela é periférica em relação a São Paulo [...]. Tudo isso é verdade, mas eu não uso esse discurso para paralisar os sonhos e minhas aspirações dentro da instituição. (E5- Dra. VILMA).
Foi por estar na universidade que eu senti o desejo de crescer [...] Então, eu não tenho percebido essa degradação do trabalho docente na universidade, muito pelo contrário, eu vejo as oportunidades que a Universidade tem dado a professores e técnicos para crescerem no Mestrado, Doutorado, Pós-doutorado... Trata-se de uma Universidade que está localizada na periferia da periferia e esquecida pelo Poder Público, mas eu entendo que ela contribuiu para que eu crescesse e meu trabalho também fosse profícuo. Agora as condições materiais que a Universidade me possibilita, não têm impedido de eu trabalhar a construção do conhecimento [...] A minha compreensão sobre universidade periférica, é que ela tem muito a avançar. (E6 - Dra. LIZETE).
Eu acho que essa condição de a gente ser uma universidade recente e periférica, isso repercute muito, até no desenvolvimento do próprio Estado: a gente é considerado um Estado desenvolvido, mas pobre. Eu não vejo a curto prazo, nenhuma perspectiva de mudança. A gente vai continuar, por algum tempo nessa condição, apesar de a gente ter feito muito esforço [...]. Muitos professores vêm fazer concurso aqui, por interesse talvez; vêm de fora e depois de algum tempo vão embora. Os nossos daqui têm muitas reclamações, professores desiludidos com o curso e com a Universidade. (E7 - Ms. OTO).
Olha, aqui é complicado, não tem nada pronto, tudo está em construção. Nós sofremos muito por isso, pela falta de condições [...]. Mas isso não nos desmotiva. A gente está sempre lutando para que possa melhorar...para fazer um curso, uma universidade cada vez melhor. (E8 - Dr. ALEX).
O que está dentro dessa chamada periferia [...], nós ajudamos a quebrar; não só esse olhar periférico, esse olhar colonizado, inferiorizado, mesmo estando numa Universidade Federal. Nós conseguimos mostrar [...] que poderíamos, sim, fazer uma evolução [...] mostrar que não podemos nos prender, que não somos menos capacitados de quem mora no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro [...]. É isso que falta aqui para nós. (E9 - Ms. SÁ).
Eu acho que uma coisa que contribuiu positivamente para o nosso trabalho[...] foi a internet, que se você quiser, você está em todo lugar, você tem acesso a todas as produções[...] A gente talvez não tenha a infraestrutura, por exemplo, a biblioteca desejada[...]. Então, aqui precisa melhorar, o nosso meio de trabalho precisa melhorar [...]. Então, ser periferia é um problema, mas não é tão grave quanto era... sei lá, há vinte, trinta anos atrás. (E10 - Dra. DANIELA).
De uma maneira direta ou indireta influencia, [...] porque os alunos são de lá, [...] é uma área de fronteira [Campus Binacional - Oiapoque]. Você vê muita entrada de drogas, o fluxo de bebidas é muito intenso, o custo de vida é altíssimo. Isso é um fator muito negativo para a gente que mora lá, estuda e trabalha. (E11 - Dra. JOICE).
Isso evidentemente afeta um monte de coisas. As interações, o esforço científico para atingir o mesmo patamar de alguém que está onde as interações são maiores, onde tem boa condição, que é garantida pela centralização do capital, ou seja, faz com que o trabalho seja mais degradante de quem está numa região como a nossa. O mais degradante é se gastar mais para fazer a mesma coisa de quem está no centro do capitalismo. (E12 - Dr. FRANK).
Olha, eu posso dizer assim que hoje a UNIFAP já melhorou bastante em relação ao que nós tínhamos em 2005, ou mesmo quando ela se implantou [...]. Agora é lógico, a nossa Universidade em relação a outras, ainda é pequena, isso não é por conta de nenhum gestor, isso tudo é uma questão histórica...(E13- Dra. RITA).
O professor é do Norte, é de uma Universidade pequena...Você produz tanto, você tem a mesma titulação, você faz, mas ele não se compara ao professor que está lá [...] numa outra, que tenha mais protagonismo nacional. Então, a gente que está numa universidade de periferia, faz um esforço danado, se dedica muito para dar formação com qualidade para nossos alunos, estuda, faz investimento, mas eu vejo que mesmo assim, não há essa valorização... A gente está numa zona periférica, tudo aqui para nós é mais difícil... Eu fui para UNICAMP, tinha preconceito. Na Espanha, meu Deus, eu fui tratada como uma deusa (E14 - Dra. EUNICE).

Os recursos que chegam para a pesquisa, na Universidade, são mínimos e isso certamente contribui à degradação do ensino, à precarização do trabalho, e logicamente a universidade vai ficar cada vez mais refém de um orçamento que não chega para que ela possa desenvolver Pesquisa e Extensão, funcionando realmente como uma universidade que prepara profissionais e pesquisadores. (E15- Dra. IZABEL).
Uma das coisas que mais me surpreende na universidade federal é que ela cumpre o papel dela[...] Eu acho assim, a universidade pública deve ser para os mais necessitados e eu vejo a dificuldade de alguns alunos [...] Eu vejo os meus colegas[...] que hoje estão dando aula lá, com Doutorado, alguns foram meus alunos. (E16- Dr. CÉSAR).
Esses problemas que nós temos na Universidade, exatamente por sermos um escolão de terceiro grau. É uma das coisas que eu questiono muito com meus colegas, a gente é desvalorizada, desrespeitada pelos nossos próprios colegas [...] A gente não tem diálogo aqui, aí para eu ter esse diálogo, eu tenho que sair daqui [...] aqui eu não tenho trocas [...]. Eis mais uma dificuldade de a gente ser da periferia, não é? (E17- Ms. CREUZA).
Hermenêutica - Síntese Horizontal das Estruturas de Relevância
<p>Convergência: entrevistados relacionaram aspectos objetivos (precariedade infraestrutural e financeira), além dos aspectos subjetivos (preconceito, desvalorização profissional) como entraves à produção científica, no contexto periférico da IFES em que atuam. Complementaridade: relatos concorrem para o protagonismo docente como contraponto a esse cenário desalentador e como mecanismo de superação das dificuldades interpostas à Academia. E13- Dra. RITA e E15- Dra. IZABEL experimentam os dissabores de ser Universidade periférica por meio dos retrocessos e avanços (orçamentários e infraestruturais) que mudaram a feição da universidade, ao longo do tempo. E13- Dra. RITA reconhece que historicamente, muito se avançou, graças ao protagonismo do corpo docente. E1-Esp. BENTO percebe que a IFES em que atua tem enfrentado diversas dificuldades, contudo, mantém-se produtiva, graças ao empenho de seus pesquisadores. A despeito das dificuldades impostas ao seu labor, E2-Dra. ELIETE considera que o amor ao ofício aplaca o cansaço e o desânimo que, vez ou outra, lhe sobrevém. E3-Dr.REGIS ratifica que tal situação pode ser minimizada com a formação de parcerias institucionais.</p> <p>Complementaridade: E10 - Dra. DANIELA revela que as dificuldades impostas pela condição periférica de sua IFES eram muito piores, a chegada da <i>internet</i> minimizou o isolamento político e geográfico da universidade. E4 - Dra. SUZY deduz que a relação entre localização periférica de sua IFES e degradação do trabalho docente, não se trata de algo novo e que isso reverbera para a qualidade da produção científica. Convergência: E6 - Dra. LIZETE e E8 - Dr. ALEX percebem a Universidade numa perspectiva de desafios e de oportunidades, sobretudo, para os docentes oriundos do próprio Estado, que mesclam sua história, seus feitos e sua trajetória profissional, à história da Universidade. Complementaridade: E7 - Ms. OTO parte da premissa de que características da Universidade (nova e periférica), misturam-se à feição do Estado. Local em que muitos vêm, progridem, crescem junto com o Estado, ou se desencantam, abandonando-o. Por analogia, ocorre o mesmo à Universidade. Complementaridade: E5- Dra. VILMA apresenta-se como uma fiel representante daqueles que vêm de fora, se deparam com as dificuldades da periferia e permanecem, não desistem de seus sonhos e lutam por fazer diferença. Divergência: E9 - Ms. SÁ acredita que o grande desafio é suplantando a cultura alienante que enraizou a ideia de dependência e de incapacidade, na periferia do capital. Conclui que a Universidade não está imune disso. Complementaridade: E14 - Dra. EUNICE e E17- Ms. CREUZA concordam que o apego à cultura externa tem impregnado o espaço acadêmico, estigmatizando grupos e pessoas. Isto está cristalizado de tal forma, que algumas pesquisas e pesquisadores são mais valorizadas externamente do que na sua “própria casa”. Divergência: E11 - Dra. JOICE, que trabalha na região transfronteiriça Amapá-Guiana Francesa, percebe que essa condição periférica afeta muito mais os discentes, que sofrem inúmeras mazelas econômicas e sociais. Divergência: E12 - Dr. FRANK argumenta que o peso da degradação do trabalho docente é sentido no esforço que estes empregam para entregar o mesmo que se produz nas regiões centralizadoras do capital. E14 - Dra. EUNICE conclui que a condição periférica de sua IFES requer um esforço maior da comunidade acadêmica, posto que a valorização e o protagonismo científico tem se tornado algo longínquo. Finalmente, E16- Dr. CÉSAR afirma que apesar das dificuldades, a universidade tem cumprido seu papel de formar e transformar pessoas e o meio em que atua.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como fechamento à análise da primeira categoria empírica em estudo – Periferia do Capital e Degradação do Trabalho Docente -, observou-se que aspectos de ordem objetiva e subjetiva circunscrevem as principais “dores e delícias” que se apresentam ao mister docente. Dentre os fatores objetivos, figuram o distanciamento geográfico e a falta de equipamentos e recursos financeiros para pesquisa, ensino e extensão; os elementos de ordem subjetiva identificados foram o preconceito, a desvalorização do pesquisador e das produções periféricas. Neste cenário, o protagonismo docente constitui-se como mecanismo de superação das dificuldades interpostas à Academia.

Os resultados indicam que os docentes pesquisados, em sua maioria ($f=9$; 52,94%) são remanescentes do grupo de docentes aprovados no primeiro *concurso público* para o cargo de *professor* de ensino superior, realizado no ano de 1993. Deste modo, representam a “memória viva” da Universidade, pois acompanharam o seu nascimento, seus percalços e avanços. Estes profissionais mesclam sua história, seus feitos e sua trajetória profissional aos da própria Universidade. Afinal, os entrevistados perceberam a condição periférica da IFES em que trabalham em duas perspectivas: alguns a veem como janela de oportunidade e realização profissional e, outros, como desafios que devem ser superados. Ambas as possibilidades parecem exercer influência no desejo de continuar trabalhando e, por conseguinte, na percepção sobre as perdas e ganhos da aposentadoria.

3.2 O LEGADO DA “MÁQUINA MERCANTE” PARA TRABALHO DOCENTE: afinal, o que se perde e o que se ganha na aposentadoria?

Com o aporte de narrativas que sopraram ventos favoráveis à marcha capitalista, é chegada, enfim, a hora da “máquina mercante”, citada na subseção anterior, apontar e/ou criar estratégias que rumem para a sua própria reestruturação. Sobre isso, Antunes (2001) afirma que nas últimas décadas esta reestruturação vem estimulando a substituição do padrão produtivo *taylorista/fordista*¹⁸ pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas da *acumulação flexível*, na qual o modelo japonês ou *toyotismo*¹⁹ tornou-se o seu mais fiel representante.

Neste caso, Alves (2011) diz que a substituição do modelo de *chão de fábrica da produção taylorista-fordista*, pelos ideais da empresa enxuta e flexível, acabou por fortalecer os mecanismos de controle e organização racional do trabalho. Essa lógica, ao romper as fronteiras *materiais* impostas pelo trabalhador, rumou à *captura da sua subjetividade* - última instância a ser conquistada pela “máquina mercante”. Tal ideário reestruturador, com o tempo encontrou repouso ao colo do *toyotismo*, que embalou as transformações necessárias ao som da cantinela da ineficiência do Estado e da urgência de reformas, ensejadas pela modernização gerencial, pelo uso dos recursos técnico-científicos em contraposição ao aviltamento das condições de trabalho e restrição de direitos, além do aumento da informalidade.

¹⁸ *Taylorismo e fordismo* correspondem ao “padrão produtivo capitalista, desenvolvido ao longo do séc. XX, que se fundamentou basicamente na produção em massa, em unidades produtivas concentradas e verticalizadas, com um controle rígido dos tempos e dos movimentos, desenvolvidos por um proletariado coletivo e de massa, sob forte despotismo e controle fabril.” (ANTUNES, 2001, p.47).

¹⁹ Antunes (2001) entende o *toyotismo* como forma de organização do trabalho que nasce a partir da fábrica da Toyota, no Japão, tendo como características básicas: produção vinculada à demanda; produção variada e bastante heterogênea; fundamento no trabalho operário em equipe – com polivalência de funções; e produção baseada no princípio *just in time*, ou seja, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção.

Este discurso espoliador da criatividade intelectual – ou emocional –, alimentado pela classe burguesa, tem o fiel propósito de hastear bandeira de domínio sobre o território intelectual do trabalho, processo que Alves (2011), apoiado em Mészáros (2008) e Marx (2015), denominou de *metabolismo social*. Trata-se de fenômeno psicossocial que causa impacto, inclusive, no processo de renovação da força de trabalho, posto que impõe como imperativo categórico a “captura” da subjetividade dos novos trabalhadores, por intermédio do incremento de valores-fetice, os quais provocam os seguintes sintomas:

O esquecimento de experiências passadas, o apagar da memória de lutas e resistências e a construção ideopolítica de um novo mundo de colaboração e de consentimento com os ideais empresariais. A nova geração de trabalhadores possui uma maior disposição de incorporar a linguagem empresarial, em que o trabalhador deixa de ser ‘operário’ e ‘empregado’ e torna-se ‘colaborador’. Ao mudar a *linguagem*, elemento crucial do metabolismo social, o capital constitui um novo universo locucional adequado ao admirável mundo novo da colaboração de classe (ALVES, 2011, p.125).

O descrito cenário pode se configurar como um entrave na adesão de professores à aposentadoria, principalmente para aqueles que tenham um histórico de engajamento político e de lutas em prol da Educação, em sentido geral e, mantenham, em sentido estrito, firme resistência à entrada dos ideais mercantilistas no espaço universitário. Contrariamente, esses mesmos elementos podem facilitar a busca por aposentadoria entre aqueles que, desencantados com a nova ordem, não conseguem se adaptar aos ditames modernos, preferindo deixar o caminho livre para os docentes mais novos. Ao que parece, a conjunção desses fatores retroalimenta a teia de valores-fetice que aprisiona a subjetividade dos trabalhadores, envolvendo-os antes, durante e após a despedida do trabalho formal.

É certo que a ruptura laboral, provocada pela aposentadoria, apresenta para o postulante ao cargo de “inativo” um contexto de perdas e de ganhos que assume feições e magnitudes distintas, dependendo do sentido, significado e *status* atribuídos ao ofício e também das relações estabelecidas no ambiente de trabalho, da renda auferida, dentre outros. Frente a tudo isso, uma das ameaças que povoa o imaginário daqueles que se aposentam, sem dúvida, é o medo do consequente esquecimento institucional, elemento apresentado por Sobral e Francisco (2019), redimensionado em Alves (2011) que, ao que indica, encontrou amparo no depoimento da docente E14 - Dra. EUNICE sobre uma das perdas colocadas pela aposentadoria:

A desvantagem eu vejo que seria assim, eu perder essa vida social que eu tenho junto com meus alunos, com meus colegas. Essa relação que a gente tem e também eu acho que até mesmo assim, com o tempo, eu vou me sentir esquecida, depois de uma trajetória todinha que você contribuiu, aí você de repente, se sente assim, esquecida, e eu não quero ser esquecida logo, não!

A referida docente, ao vislumbrar sua trajetória profissional, fitando os aspectos subjetivos de suas conquistas, avalia que o afastamento do ambiente acadêmico – seu *locus* de realizações profissionais e interpessoais –, a sentenciará ao esquecimento. Por consequência,

ancora seu temor na constatação de que tal prática é recorrente: *eu já vi isso com alguns colegas que se aposentaram*, conclui a entrevistada.

O depoimento de E14 - Dra. EUNICE indica que a chegada da aposentadoria pode evocar lembranças sobre o processo do jubilamento de outras pessoas. A personificação desse evento acaba, de algum modo, interferindo na percepção do postulante ao cargo de aposentado. Tratando-se de experiência traumática, cresce o temor de que esta saga acabe se reproduzindo.

Situação parecida foi encontrada nos depoimentos de E9 - Ms. SÁ e E12 - Dr. FRANK, que estruturam a percepção sobre aposentadoria, remetendo sua memória afetiva ao processo de perdas e enlutamentos experimentado por outros personagens. E9 - Ms. SÁ lembra que: [...] *a gente batalhou pela aposentadoria e meu pai morreu antes de sair o Decreto. Então, tem estas coisas assim que estão aqui para trás, que talvez me impulsionem a não pensar no dia que sair a minha aposentadoria.* E12 - Dr. FRANK da mesma maneira, espelha-se numa experiência pregressa para antever as perdas a serem enfrentadas na sua aposentadoria: [...] *meu pai tinha toda uma sociabilidade, perdeu isso quando se aposentou [...] parece que essa perda afetou o processo de envelhecimento dele*, lamenta o docente.

Baseado em tais percepções, torna-se lícito dizer que as memórias afetivas também fervilham diante da aposentadoria. Neste cenário em ebulição, cresce o temor de que a “desmemoriada” troque de cadeiras, não demore em apagar as marcas deixadas por seu antigo ocupante. Nesta dinâmica, o evidente temor do esquecimento, contrasta com o medo de que memórias passadas, reavivadas às vésperas da aposentadoria, ganhem força de repetição e encontrem materialidade no futuro.

De tal panorama depreende-se que aposentadoria e envelhecimento revestem-se numa bruma de crise objetiva e subjetiva cujas convergências permanecem ainda obscuras. Não fosse tudo isso, no plano político-econômico campeia o discurso burguês de “crise”, arauto recheado de apelos alarmo-renovadores que escondem um projeto privatista que, ao que parece, necessita da tão propagandeada “crise” para reinventar-se.

Assim, as pistas apontam que tal lógica, na verdade, integra um plano de sucateamento do setor público, que tem como alvo a desresponsabilização do Estado na garantia de uma série de direitos sociais, dentre eles o de uma educação pública, gratuita e de qualidade e de uma aposentadoria que possibilite um envelhecimento digno aos servidores públicos.

Para Motta e Leher (2017) a análise de como se estabelecem as relações entre o discurso da Ordem (o dito e o não dito), o pacote de reformas prescritas (o idealizado) e o conjunto de ações implementadas (o realizado), tem potencial para desnudar os meandros do trabalho docente nas sociedades capitalistas contemporâneas. Trata-se de vislumbrar com maior nitidez

os fundamentos teóricos que sustentam a ordem estabelecida, que organizam e sustentam o trabalho em geral, bem como os fundamentos e as metodologias que regulam a vida social.

É possível descortinar, enfim, os efeitos nefastos que a adoção de mecanismos privado-mercantis têm impingido à Educação – como direito social –, e a trabalhadores/as dessa área – na condição de entraves ao livre desenvolvimento do capitalismo moderno. Vale dizer, ainda, que o vislumbre da relação entre o dito e o não dito, o idealizado e o realizado, partir do discurso de docentes que se despedem do Serviço Público, pode indicar caminhos para um desenlace, quiçá menos turbulento, no qual as perdas sejam elaboradas com maior resiliência.

De todo modo, o contexto ora evidenciado acaba direcionando-se à captura da subjetividade do trabalhador, visando assentá-la nos preceitos da produção, da precariedade e da competição. Por extensão, criam-se as condições necessárias para o fortalecimento do ideário neoliberal, enraizado inicialmente na iniciativa privada, mas que oportunamente, expande seus tentáculos para a esfera pública, que passa a remodelar e a disseminar essa lógica.

Isso parece mais claro à medida em que o termo *governança*, por exemplo, construído amplamente cultuado pelo neoliberalismo, vai fincando as suas raízes nas instituições públicas, misturando ou substituindo os modos de gerir do Estado pelo jeito de condução e/ou gerenciamento das empresas, de modo que o ideário empresarial passa a cristalizar-se nas organizações como um todo. Assim, a lógica gerencialista adentra aos espaços educacionais e, embalada pela desfaçatez da noção de competência, se dissemina na formação social das pessoas, passando a legitimar “novas formas” de educar os trabalhadores e de gerir o trabalho nas organizações.

Esse novo ideário acaba, por fim, subjungando trabalhadores/as da educação ao binômio competitividade-productividade, cujos efeitos colaterais se manifestam na perda de autonomia e saúde, e no esfacelamento do caráter coletivo e das possibilidades político-organizativas da categoria. Toda essa transmutação ocorre, exclusivamente, em razão das necessidades mercadológicas – soberanas nessa nova ordem.

Não obstante, os ataques à categoria docente, na instaurada sociedade do conhecimento, não cessaram. As intenções que alimentaram os interesses de Organismos Internacionais (OI) – que do alto de sua Teoria do capital humano se apressaram em prescrever um conjunto de inovações e outros modismos –, abriram caminho à cultura de uma nova gestão pública, o que imprimiu mais um capítulo à longa saga da precarização do trabalho docente.

Com base nesse processo de aviltamento das condições de trabalho, levado a cabo pelas profundas transformações ocorridas nos processos produtivos, Linhart (2013) chama atenção para o conceito de precariedade subjetiva, fenômeno que se ramifica, inclusive, para os

trabalhadores estáveis (servidores públicos), que pressionados a produzirem em maior escala, se veem obrigados a provarem, continuamente, o seu valor e sua capacidade em meio a este contexto de desestabilização e precarização. Tal fenômeno se alimenta do avanço do capital e acaba moldando a subjetividade do trabalhador, assentando-o nos preceitos da produção, da precariedade e da competição:

Eu minimizei todo esse problema buscando integração[...], com as parcerias a gente melhora a produção científica, se torna mais competitivo na captação de recursos. (E3-Dr.REGIS).

Só amando muito o que se faz para poder fazer bem feito, porque a gente depende de orçamento para realizar nossas pesquisas, para fazer o nosso trabalho... (E2-Dra. ELIETE).

Olha, aqui é complicado, não tem nada pronto, tudo está em construção. Nós sofremos muito por isso, pela falta de condições. (E8 - Dr. ALEX).

Não sei como está agora, não tenho acessado, mas os editais são para poucos. (E4 - Dra. SUZY).

Os trabalhadores da educação ora retratados atravessam este mar de instabilidade sozinhos, uma vez que os referenciais de coletividade sindical estão em crise, arrefecendo as possibilidades de contestação. Por fim, instaura-se uma insegurança generalizada, caracterizando o mal-estar e o sofrimento verificados nos trabalhadores modernos.

O que se observa no cenário ora descortinado é que subjaz a esse processo uma forte tendência de a atividade intelectual ser colocada como ferramenta de produção, o que lhe outorga um valor de mercadoria, sujeitando-lhe aos mesmos sortilégios da produção material. Nessa configuração, a atividade intelectual passa a ser oferecida em “balcões de negócios” de livre circulação de valores, no qual aquele que vende, pela lógica comercial, perde o direito de posse sobre o seu produto.

No que concerne à sua produção imaterial, o docente não se reconhece mais em seu produto, pois sua produção científica ao passar pelo *processo de estranhamento*²⁰ perde o sentido, transforma-se em número, um produto em série (ALVES, 2011). O professor, assim como os demais trabalhadores que veem capturadas as suas subjetividades, forjam a sua “sub-existência” em um labor, por vezes alienado, abstrato e distante do sentido ontológico do ser.

A aposentadoria docente, advento que anuncia a desobrigação do Servidor com o trabalho formal, em seu aspecto de despedida tem algo importante a dizer sobre as indelévels marcas do mundo do trabalho impressas em sua subjetividade. Tal subscrição, aos moldes do sentido ontológico do ser, foi muito bem evidenciada por Marx (2015), reafirmada em Alves (2011), bem como em Antunes (2009b).

²⁰ Para Alves (2011, p.19), o processo de subsunção real do trabalho ao capital agudiza o fenômeno social do estranhamento, posto como condição histórico-ontológica da classe dos trabalhadores assalariados e do mundo do trabalho vivo.

Ainda no que se refere à seara do não-trabalho, convoca-se Bacal (1988), Cardoso (2007) e Soares (2019) para empreender debate sobre o caráter funcional-utilitarista do lazer e de sua inserção na cadeia de consumo capitalista. Assim, os argumentos de 11 participantes da pesquisa convergiram para a identificação de um dos grandes ganhos da aposentadoria. Disso resultou que os docentes (E1-Esp. BENTO, E2-Dra. ELIETE, E4 - Dra. SUZY, E5- Dra. VILMA, E7 - Ms. OTO, E8 - Dr. ALEX, E10 - Dra. DANIELA, E12 - Dr. FRANK, E13- Dra. RITA, E14 - Dra. EUNICE e E15- Dra. IZABEL) ilustraram o senso de liberdade e tempo livre – contraposto ao tempo dedicado ao trabalho – como a chance objetiva para realização dos desejos e projetos adormecidos pelo labor. A percepção dessa lacuna em suas agendas de trabalho levou tais docentes a concordarem que o cessar das amarras impostas pelo trabalho, configura-se num dos mais significativos ganhos da aposentadoria.

No passo seguinte, que consistiu na montagem de estratégias para o preenchimento desse tempo livre desfrutável, a convergência inicialmente demonstrada diluiu-se em meio a projetos individuais diversos, mas que ao final, convergiram para o ponto inicial: a assunção de novas e velhas responsabilidades, agora com uma pitada de ressignificação imposta pelo advento do tempo livre, o que corrobora a ideia defendida por Bacal (1988), Cardoso (2007) e Soares (2019) sobre o caráter funcional-utilitarista ao tempo livre que, em tese, seria destinado ao lazer no advento da aposentadoria.

Revestida desse caráter, a percepção dos participantes sobre as vantagens da aposentadoria pode ser comparada, sem a pretensão de mensurar tal fenômeno, a uma relação de grandezas inversamente proporcionais, na qual os participantes apontaram que *menos preocupação e/ou responsabilidade com algo significa ter mais liberdade e/ou tempo livre para...* Tal possibilidade aponta para os ganhos subjetivos da aposentadoria, posto que o alívio das responsabilidades laborais, segundo esse raciocínio, potencializará a fruição do lazer, bem como o deleite de outras atividades ocupacionais. Na realidade, o caminho que leva ao usufruto do tempo livre, segundo a percepção dos docentes, não apareceu tão retilínea como se supunha.

A percepção de E14 - Dra. EUNICE e E15- Dra. IZABEL segue essa trilha, posto que as referidas docentes afirmam que livres da agenda laboral, terão mais tempo para o autocuidado, para o convívio com seus familiares e se lançar, quem sabe, em outras atividades gratificantes ou, ainda, ao cuidado de outras pessoas (trabalho voluntário).

O dissenso, no caso, reside na segunda frase, ou seja, na maneira com que cada um pensa em usufruir o seu tempo livre na aposentadoria. O participante E1-Esp. BENTO pretende, com o tempo que lhe resta na ativa, se qualificar para retornar ao trabalho, na iniciativa privada, por consequência das perdas salariais impostas pela adesão à aposentadoria.

A lógica da qualificação como moeda de troca, subjacente ao discurso do docente, corrobora o ideário da Teoria do Capital Humano, denunciada por Laval (2018), cujos tentáculos vêm modificando o jeito de pensar a Educação, em todas as instâncias e enraizando-se, inclusive, na subjetividade das pessoas. No mesmo seguimento, a decisão de BENTO corrobora os argumentos defendidos por Bhering Fialho *et al.* (2019), bem como os de Carrera-Fernandez e Menezes (2001), que apontam o incentivo financeiro como a principal causa de retorno de aposentados ao mercado de trabalho.

A docente E5- Dra. VILMA enxerga no tempo que lhe resta na ativa, a oportunidade para planejar a continuidade de seus projetos, seja na Universidade ou em outros espaços que manifestem interesse em acolhê-la. E8 - Dr. ALEX pensa em utilizar o tempo livre da aposentadoria para conciliar tempo livre, produção e prazer, materializados em livros e música. E4 - Dra. SUZY acredita que a aposentadoria inaugura uma fase de autonomia em relação ao seu tempo livre, que pode ser usado de maneira mais tranquila e equilibrada. E9 - Ms. SÁ e E10 - Dra. DANIELA percebem como vantagem, na aposentadoria, a disposição de maior tempo livre para se dedicar à família e ao lazer (viagens). E12 - Dr. FRANK revela que a grande vantagem da aposentadoria reside na liberdade para escolher as atividades que irão afastar o (in)desejado ócio.

Cardoso (2007) adverte sobre as diferenças que cercam a vivência do tempo livre entre homens e mulheres. Para a autora, entre as mulheres fica mais evidente a indissociabilidade entre o trabalho formal e o trabalho realizado na esfera do lar, a produção e a reprodução, o trabalho e a família. Dessa forma, a divisão entre tempo de trabalho e de não-trabalho assume peso, medida e significado distinto, em relação ao gênero de quem os executa.

Claro exemplo disso, vislumbra-se no depoimento de E15- Dra. IZABEL, cujo tempo livre mostra-se imbricado com as obrigações que sócio e culturalmente são imputadas às mulheres: *com aposentadoria eu vou ter mais tempo para cuidar da minha família, mais tempo para pensar em fazer outras coisas, como uma coisa que eu tenho na minha cabeça, fazer trabalhos voluntários[...]você tem que ter algo que também vai lhe dar prazer*. Percebe-se nas narrativas femininas uma preocupação com o cuidado de outrem. Isso ganha reforço nas projeções que elas construíram para a vida pós-adesão à aposentadoria, Categoria Empírica a ser apresentada nos próximos segmentos deste texto.

Nas declarações que se seguem transparece uma aura de inconformismo com a perda de algo prestimoso, digno de cuidado, que urge por substitutos que se deixem cuidar e, ao mesmo tempo, assumem uma conotação terapêutica. Dito de outra maneira, cuidar de plantas, na aceção das docentes E10 - Dra. DANIELA e E5- Dra. VILMA assemelha-se simbolicamente

ao mister do magistério, com todas as suas “dores e delícias”. Portanto, não ao acaso, as primeiras incursões na esfera educacional, davam-se nos “jardins de infância”, viridário que fertilizava o crescimento e o desenvolvimento das crianças no mundo do saber. Analogia que, na égide do tempo livre e das relações de gênero, reveste-se de novos sentidos.

Quando eu me aposentar, acho que vou ter um pouco mais de tempo para cuidar das minhas plantas. Acho que vou começar a fazer coisas que eu não gosto, que é esse lado mais doméstico. Não sei, acho que vou ter mais tempo, é isso que eu imagino, para fazer algumas coisas que eu não fiz, que eu não tive tempo de fazer. (E10 - Dra. DANIELA).

De maneira parecida, o simbolismo erigido por E5- Dra. VILMA afirma a seguinte reflexão: *eu sei que nunca irei morrer, porque serei um pedacinho em cada pessoa que eu contribuí para que crescesse, para que se desenvolvesse. Se um dia não conseguir essa aspiração, eu ainda vou trabalhar, vou insistir, não vou abandonar, vou trabalhar com as plantas, cuidar das plantas, mas nunca abandonar nada, vou me dedicar a cuidar delas, também é um serviço, também um trabalho e de grande importância, que dá brilho, dá vida, dá cor, ou seja, a predileção por cuidar, reinventa-se.*

Em relação às perdas e/ou desvantagens da aposentadoria, todos os entrevistados a percebem como sinônimo de *sair, perder, abrir mão de alguma coisa* nos âmbitos objetivos ou subjetivos. E1-Esp. BENTO, E3-Dr. REGIS, E4 - Dra. SUZY, E15- Dra. IZABEL refletem sobre as perdas salariais (objetivas), que se acentuaram com o advento da aposentadoria. Para E3-Dr. REGIS o afastamento do trabalho e de sua importância objetiva e subjetiva, representa outra grande perda. Neste caso, a questão financeira fica em segundo plano. Conforme E2-Dra. ELIETE, a maior desvantagem da aposentadoria (perda) está relacionado à dolorosa ruptura laboral, desenlace que requer adaptação a uma nova fase (incerta, indesejada) e à aceitação de uma nova identidade (aposentada/inativa), percebida como desagradável.

Devidamente calcado nessa premissa é que a relação do homem com o trabalho tem sido amplamente pesquisada sob diferentes perspectivas teóricas. Neste aspecto, há de se considerar a perspectiva marxiana, que originalmente concebeu o labor como uma atividade humana auto realizadora, artífice da indissociabilidade entre homem, trabalho e sociedade, apresenta significativa influência nos postulados que tentam, à luz do capital, explicar seus desdobramentos e contradições.

Alguns pesquisadores seguiram o caminho teórico cimentado por Karl Marx (2015), analisando o solo fértil deixado pelo filósofo, a exemplo de Antunes (2009b), que concebe o labor como o principal organizador da vida em sociedade, o ponto de referência a partir do qual tudo o mais se estrutura. Carlos *et al.* (1999) e Santos (1990) enxergam o trabalho como elemento constitutivo/fundante da identidade do homem. Estudos como os de Codo, Soratto e

Vasques-Menezes (2004) também destacam a importância da profissão para a construção da identidade do trabalhador e como o desligamento do mundo do trabalho pode gerar a “perda” dessa identidade, ocasionando uma sensação de abandono social e conseqüentes manifestações de mal-estar e adoecimento.

Na esteira desses autores, os depoimentos de E5- Dra. VILMA, E8 - Dr. ALEX, E10 - Dra. DANIELA, E11 - Dra. JOICE e E12 - Dr. FRANK também apontam o afastamento, a quebra do vínculo institucional como uma perda imposta pela aposentadoria. Na acepção de E5- Dra. VILMA a perda do vínculo relaciona-se diretamente com a sua produção científica. No caso de E8 - Dr. ALEX, essa perda repercute no (des)enlace entre o seu legado profissional e o desenvolvimento da Universidade. Para E11 - Dra. JOICE e E12 - Dr. FRANK a perda da convivência no ambiente de trabalho rebate diretamente na sobrevivência de seu círculo de interações sociais. E10 - Dra. DANIELA argumenta que deixar de trabalhar, por si só, caracteriza uma desvantagem/perda.

Por conta disso, E14 - Dra. EUNICE lamenta a perda do convívio social, além da possibilidade de esquecimento institucional. E16- Dr. CÉSAR também demonstra pesar por abrir mão do prazer que subjaz ao ambiente acadêmico. E17- Ms. CREUZA sofre com o encerramento de suas pesquisas e o pouco tempo que lhe resta para concluir o Doutorado. E9 - Ms. SÁ manifesta temor diante das incertezas que o esperam na aposentadoria. Dra. RITA conclui que não se pode fazer a transição para a aposentadoria sem que haja um estágio/etapa que prepare os trabalhadores para essa nova fase.

Ao efetuar análise dessa atmosfera laboral cheia de antagonismos que cerca a Academia, Hargreaves (2001) considera que, do ponto de vista emocional, trata-se de um ambiente de grande complexidade, posto que professores exercem seu ofício em um espaço carregado de afetos, de sentimentos e de conflitos. Destarte, percebe-se que embora os docentes saiam objetivamente dessa atmosfera, ela persiste, impregnada em suas subjetividades. Em consequência do panorama ora retratado, Dra. RITA entende que há necessidade imanente de preparação para o desenlace inevitável com a atmosfera acadêmica. No quadro a seguir apresentado, consta o fundamento empírico das discussões que foram travadas neste texto:

Quadro 12 - Síntese Horizontal da Categoria Empírica Perdas e Ganhos da Aposentadoria

Categoria empírica: Perdas e Ganhos da aposentadoria
A vantagem é continuar trabalhando na iniciativa privada, agora, com qualificação. Eu também vejo que com a aposentadoria você pode fazer aquilo que você gostaria e que não deu de fazer durante o trabalho A desvantagem é a perda salarial. (E1-Esp. BENTO).
Não penso em procurar outro emprego, isso nem passa pela minha cabeça, quero viver[...] É nesse momento que você pensa em fazer aquilo que realmente gosta... A aposentadoria talvez possa ser entendida como uma perda, porque seu ciclo encerrou[...]você sabe que tem que tomar outro rumo, outro caminho, mas não é um caminho que vai fazer mal, é um caminho para o bem, mas em termos profissionais vai haver um rompimento, sim. (E2-Dra. ELIETE).
Nessa instabilidade da política brasileira, aposentar, garantindo os direitos já adquiridos, essa é a vantagem. A desvantagem é perder o trabalho, perder o foco da produção [...]porque ainda tenho força física e muita vontade para trabalhar. [...] e as perdas salariais. (E3-Dr. REGIS).
A vantagem, acho que é um senso assim de liberdade, de poder, dessa vez sim, ir e vir [...] o senso de você ser dono do próprio tempo. O que eu vejo das pessoas, que todo mundo reclama...são as perdas salariais. Eu acho que a principal desvantagem é financeira. (E4 - Dra. SUZY).
A vantagem é que terei mais tempo para dar continuidade a atividade que eu queira realizar, como colaboradora, seja dentro da universidade, ou fora. A desvantagem é uma perda direta, com toda a produção da universidade, por mais que eu queira contribuir, mas eu não vou estar ligada diretamente à universidade. A aposentadoria perpassa psicologicamente por esse medo de você perder esse vínculo, essa relação, que te dá saber, que dá poder de crítica, que dá conhecimento. É o único momento de tensão quando a gente pensa em se aposentar. (E5- Dra. VILMA).
Não apontou as vantagens e desvantagens da aposentadoria. (E6 - Dra. LIZETE).
A vantagem que eu vejo é você ficar com mais liberdade de tempo. Essa questão de ter mais autonomia para fazer, não ter uma rigidez de rotina obrigatória. E trabalhar até menos um pouco, mas não parar em termo de atividade. A desvantagem, eu acho que é essa questão aí de ficar um pouco ocioso. E a questão salarial, que vai diminuir bastante, tem uma perda salarial grande. (E7 - Ms. OTO).
A vantagem é agora ter essa disponibilidade para realizar um projeto que eu tenho, vou escrever meu livro. A desvantagem é parar de conviver nesse ambiente que a gente ajudou a criar, até porque eu pretendo me aposentar e não morar mais aqui no Estado. (E8 - Dr. ALEX).
A vantagem é poder viajar, conviver com meus filhos e meus netos. A desvantagem da aposentadoria é que, por mais que mentalmente eu me prepare para enfrentar essa nova realidade, ocorrerá uma queda brusca entre aquelas coisas que eu fazia oficialmente, daquelas coisas que eu não sei... o que vai acontecer comigo[...]. No caso de meu pai, lutou-se por sua aposentadoria e ele morreu antes de sair o decreto. Então, o passado talvez me impulsione a não pensar no dia que sair a minha aposentadoria. Essa é a desvantagem que eu vejo: o medo de coisas novas (E9 - Ms. SÁ).
Não sei, eu acho que um pouquinho mais de tempo. Talvez até para mim, para o meu marido, para viajar, acho que essa é a vantagem. A desvantagem da aposentadoria, eu acho que é deixar de ir para o trabalho. Acho que não tem muita desvantagem, não! (E10 - Dra. DANIELA).
A vantagem é a satisfação de dever cumprido com a sociedade, com a família [...] E dizer: meu Deus, eu contribuí, fiz a minha parte! A desvantagem é que é solitário! Ter um sentimento de que você vai estar ali, buscando amizade, um lazer, mas que você vai sair daquele campo de compartilhamento que era do teu trabalho, dos teus colegas. E essa sensação, posso dizer de solidão, eu acho que esse é um fator que nós temos que trabalhar muito. (E11 - Dra. JOICE).
A vantagem é ter liberdade, talvez, para uma coisa melhor[...]até acostumar com a rotina diferente, a de quem está aposentado. A desvantagem é você se sentir perdido, se não tiver outra coisa para fazer, se tiver que ficar em casa [...] Então, eu acho que esse é o lado negativo [...] De qualquer maneira, a perda maior está ligada à questão da sociabilidade [...]. Meu pai tinha toda uma sociabilidade, perdeu isso quando se aposentou [...] parece que essa perda afetou o processo de envelhecimento dele (E12 - Dr. FRANK).
A vantagem da aposentadoria é que eu estaria desligada de tudo que eu faço, não me preocuparia com os processos que eu tenho que fazer, aulas que eu tenho que preparar, o lançamento de notas, a participação em diversas comissões. Então, tudo sairia das minhas costas e eu poderia me dedicar mais ao que eu quero. A desvantagem de pedir aposentadoria é justamente sair de tudo que eu faço, porque eu acho que eu tenho que sair devagar, eu faço parte de várias comissões e, de repente você pega e fecha aquela porta...e vira as costas e vai embora! (E13- Dra. RITA).
A vantagem é você ter mais liberdade para planejar a sua vida pessoal. Acho que vou ter mais tempo para me cuidar, ficar mais próxima da minha família [...] oportunidade de estudar uma outra coisa, esse é outro desafio que eu posso colocar na minha vida. A desvantagem eu vejo que seria assim, eu perder essa vida social que eu tenho junto com meus alunos, com meus colegas. Essa relação que a gente tem e também eu acho que até mesmo assim, com o tempo, eu vou me sentir esquecida, depois de uma trajetória todinha que você contribuiu, aí você de repente, se sente assim, esquecida, e eu não quero ser esquecida logo, não! (E14 - Dra. EUNICE).
Aposentada terei mais tempo para cuidar da minha família, para fazer outras coisas, como uma coisa que eu tenho na minha cabeça, fazer trabalhos voluntários[...]você tem que ter algo que também vai lhe dar prazer, não é? Agora, as desvantagens, logicamente, a gente pensa na questão salarial, porque vai perdendo algumas vantagens, o orçamento tem um impacto, e isso faz com que a gente pense ainda em não se aposentar. (E15- Dra. IZABEL).

O trabalho na universidade não atrapalha a minha vida pessoal, então, jamais eu poderia dizer assim: Ah! Quando eu deixar de dar aula eu vou ter mais tempo para isso, mais tempo para aquilo. [...] Então, hoje eu não vejo nenhuma outra vantagem. Só vejo vantagem em continuar. Os alunos [...] são pessoas que eu troco experiência, que eu aprendo o tempo todo, então, isso eu vou perder [...] Dar aula é um prazer, a decisão tem sido difícil por isso, porque eu vou ter que abrir mão desse prazer para conhecer o que tem do outro lado... (E16- Dr. CÉSAR).

Não vejo vantagem na aposentadoria, porque se tivesse vantagem eu já tinha me aposentado. Eu não vejo vantagem, porque o que eu vou fazer como aposentada, eu faço hoje, por exemplo, viajar: de vez em quando eu estou viajando para apresentar trabalhos e eu faço essas viagens como lazer também, eu faço os dois. Se eu sair da universidade, eu **perco** muito isso aí, essa questão da pesquisa, das publicações, porque para gente que está dentro da universidade é dado uma condição melhor de publicação [...]. E eu ainda estou pensando em fazer o Doutorado, aí como é que eu vou sair da universidade se eu ainda quero ir fazer Doutorado? (E17- Ms. CREUZA).

Hermenêutica - Síntese Horizontal das Estruturas de Relevância

Convergência: E1-Esp. BENTO, E2-Dra. ELIETE e E4 - Dra. SUZY, E5- Dra. VILMA, E7 - Ms. OTO, E8 - Dr. ALEX, E10 - Dra. DANIELA, E12 - Dr. FRANK, E13- Dra. RITA, E14 - Dra. EUNICE e E15- Dra. IZABEL, manifestam que a sensação de liberdade e tempo livre (em contraposição aos compromissos do trabalho), apresentadas como possibilidade para a realização de desejos e projetos adormecidos, configura-se como uma significativa vantagem da aposentadoria. Assim, imaginam alternativas para o preenchimento desse tempo disponível. **Complementaridade:** E1-Esp. BENTO concebe a aposentadoria como o momento propício para a satisfação dos desejos e/ou projetos arrefecidos pela agenda laboral. Vislumbra, ainda, a oportunidade de reinserção laboral. E2-Dra. ELIETE, ao contrário do seu antecessor, demonstra que o inevitável encerramento da carreira, aliado à sua fidelidade institucional, diminuem as chances de outra reinserção laboral, restando-lhe vislumbrar, sob novos aspectos, os frutos que a vida pós-trabalho lhe apresentará. E4 - Dra. SUZY acredita que a aposentadoria inaugura uma fase de autonomia em relação ao seu tempo livre, que pode ser usado de maneira mais tranquila. E5- Dra. VILMA enxerga no tempo que lhe resta na ativa, a oportunidade para planejar a continuidade de seus projetos, seja na Universidade ou em outros espaços que manifestem interesse em acolhê-la. E7 - Ms. OTO, aponta que as vantagens da aposentadoria estão na liberdade e autonomia em relação a sua agenda de compromissos, que será mais flexível. E8 - Dr. ALEX pensa em utilizar o tempo livre da aposentadoria para conciliar produção e prazer, materializados em livros e música. E9 - Ms. SÁ e E10 - Dra. DANIELA veem como vantagem, na aposentadoria, a disposição de maior tempo livre para se dedicar à família e ao lazer (viagens). E12 - Dr. FRANK revela que a vantagem da aposentadoria reside na liberdade para escolher alternativas que afastem o indesejado ócio. E13- Dra. RITA, E14 - Dra. EUNICE e E15- Dra. IZABEL concebem as vantagens da aposentadoria em duas perspectivas: 1) **mais liberdade e/ou tempo para...**, versus 2) **menos preocupação e/ou responsabilidade com...** Ambas assumem o caráter de ganhos subjetivos na aposentadoria, posto que E13- Dra. RITA acredita que o alívio das responsabilidades laborais, potencializará o seu lazer e o deleite de outras atividades ocupacionais. E14 - Dra. EUNICE e E15- Dra. IZABEL afirmam que livres da agenda laboral, terão mais tempo para o autocuidado, para o convívio com seus familiares e se lançar, quem sabe, em outras atividades gratificantes ou, ainda, ao cuidado de outras pessoas (trabalho voluntário). **Diferença:** E3-Dr. REGIS reconhece que neste cenário de instabilidade política, aposentar-se garantindo seus direitos adquiridos, constitui-se em uma grande vantagem. **Diferença:** E11 - Dra. JOICE considera-se satisfeita em chegar à aposentadoria levando consigo a sensação de dever cumprido. **Divergência:** E16- Dr. CÉSAR e E17- Ms. CREUZA não veem vantagem na aposentadoria, pois, realizam, na vigência do trabalho, tudo aquilo que as pessoas sonham em fazer na aposentadoria. A dificuldade para ambos consiste em encontrar, na aposentadoria, algo tão prazeroso quanto o seu trabalho. Em relação às desvantagens da aposentadoria, todos os entrevistados percebem a aposentadoria como sinônimo de **sair, perder e/ou abrir mão de alguma coisa**, seja objetiva ou subjetivamente. **Convergência:** E1-Esp. BENTO, E3-Dr. REGIS, E4 - Dra. SUZY, E15- Dra. IZABEL refletem sobre as perdas salariais, que se acentuaram com o advento da aposentadoria. **Complementaridade:** para E3-Dr. REGIS o afastamento do trabalho e de sua importância objetiva e subjetiva, representa outra grande perda. Neste caso, a questão financeira fica em segundo plano. Para E2-Dra. ELIETE, a maior desvantagem da aposentadoria (perda) está relacionado a dolorosa ruptura laboral, desenlace que a impele a se adaptar a uma nova fase (incerta, indesejada) e à aceitação de uma nova identidade (aposentada/inativa). **Convergência:** E5- Dra. VILMA e E8 - Dr. ALEX, E10 - Dra. DANIELA, E11 - Dra. JOICE e E12 - Dr. FRANK também apontam o afastamento, a quebra do vínculo institucional como uma desvantagem da aposentadoria. **Complementaridade:** Para E5- Dra. VILMA a perda do vínculo relaciona-se diretamente com a sua produção científica. No caso E8 - Dr. ALEX, essa perda repercute no (des)enlace entre o seu legado profissional e o desenvolvimento da Universidade. Para E11 - Dra. JOICE e E12 - Dr. FRANK a perda da convivência no ambiente de trabalho rebate diretamente na sobrevivência de seu círculo de interações sociais. E10 - Dra. DANIELA argumenta que deixar de trabalhar, por si só, caracteriza uma desvantagem. Por conta disso, E14 - Dra. EUNICE lamenta a perda do convívio social, além da possibilidade de esquecimento institucional. E16- Dr. CÉSAR também demonstra pesar por abrir mão do prazer que subjaz ao ambiente acadêmico. E17- Ms. CREUZA sofre com o encerramento de suas pesquisas e o pouco tempo que lhe resta para concluir o Doutorado. E9 - Ms. SÁ manifesta temeridade diante das incertezas que o esperam na aposentadoria. Dra. RITA conclui que não se pode fazer a transição para a aposentadoria sem que haja um estágio/etapa que prepare os trabalhadores para essa nova fase.

A análise da *Categoria Empírica Perdas e Ganhos da Aposentadoria*, segundo a percepção de docentes do Ensino Superior que postergaram o abandono de suas cátedras, traz importantes reflexões. Os achados indicam que a falta de preparação para o desenlace com o mundo do trabalho, e seu respectivo valor-fetiche, pode gerar sentimentos conflitantes nas diferentes fases do processo de encerramento da carreira, tais como:

1) na pré-aposentadoria, a sensação de estabilidade na própria saúde e/ou na de familiares aumenta as chances de continuar trabalhando ou até mesmo de assumir um novo trabalho, pós-aposentadoria *versus* percepção de adoecimento pessoal ou na família pode gerar adesão à aposentadoria;

2) na fase de concretização da aposentadoria, a facilidade em usufruir o “tesouro” que representa o tempo livre e bem-estar *versus* insucesso em lidar com a liberdade recém-conquistada, concorre para a perpetuação de envolvimento do aposentado num círculo vicioso de velhas e novas obrigações/problemas.

O conflito ora exposto corrobora os argumentos de Bacal (1988), Cardoso (2007) e Soares (2019) no que concerne ao caráter funcional e utilitarista do tempo livre em detrimento de seu usufruto como sinônimo de lazer, já que os sujeitos deste estudo apresentaram sentimentos conflitantes em relação ao usufruto deste ganho da aposentadoria. Os dados obtidos revelaram, ainda, que a utilização do tempo livre, na aposentadoria, assume peso, medida e significados distintos, entre homens e mulheres. O sentido atribuído simbolicamente ao mister do magistério, segundo a percepção de docentes do gênero feminino – cuidar, ver crescer e se desenvolver – é retomado e ressignificado como uma forma de exercitar o cuidado com outrem e consigo mesma.

Reforça-se que a grande vantagem da aposentadoria consistiu nos ganhos objetivos e subjetivos em relação ao tempo livre, o que requer preparação para o seu usufruto. Por sua vez, as desvantagens da aposentadoria repercutiram entre os docentes por meio de inúmeras perdas, no entanto, transparece que a maior delas consiste na perda do vínculo institucional; as demais decorrem desse infortúnio primordial.

Não se pode esquecer, ainda, que Monte (2015) adverte sobre o organizado conjunto de ações de controle tácito que amordaçam as Universidades públicas, causando rebaixamento das condições de ensino, pesquisa e extensão, patrocinando a estagnação de áreas específicas do conhecimento e a redução da remuneração dos docentes das IFES brasileiras. Desse conjunto de fatores é possível depreender que o fazer do docente da Educação Superior agrega uma série de elementos que o diferencia do fazer de outras categorias de professores.

Daí a compreensão de que o desenlace com a cátedra – ritual eivado de dilemas –, ora robustecido pela ausência de políticas efetivas de preparação para aposentadoria, circuncreve essa temática direta ou indiretamente no rol das políticas de educação, considerando, sobretudo, os limites transfronteiriços interpostos entre o trabalho formal na Educação e a aposentadoria.

Assim é que Mészáros (2008, p. 60) adverte que estamos sob o jugo de um processo histórico de auto alienação escravizante, que nos força a ver a ordem social da maneira que ela tendenciosamente é descrita. Por este ângulo, se a alienação ao trabalho e outros dilemas sociais nos parecem irremediáveis, sofridos e demorados é porque ainda não se percebeu concretamente que “é pelo próprio trabalho que é possível superar a alienação com uma reestruturação radical das nossas condições de existência há muito estabelecidas e, por conseguinte, de ‘toda a nossa maneira de ser.’ ”. Neste aspecto consiste o argumento inicial do filósofo húngaro.

Em prosseguimento, Mészáros (2008) defende que a resolução de determinadas questões relativas ao sistema capitalista deve ser vista com referência ao sistema como um todo, o qual se transmuta e se renova constantemente. Aliada neste processo, tanto no sentido de manter a ordem vigente como no sentido de superá-la, a Educação constitui-se numa ferramenta inquebrantável o suficiente para influenciar na mudança social que nos leve para “além do capital”, termos literais nos quais se expressa o estudioso em apreço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto ora produzido, desde o esboço panorâmico das produções acadêmicas sobre a aposentadoria de docentes das Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras /IFES – estagnado nas últimas décadas-, sinaliza para um campo fértil de pesquisa. Nesta vertente, leva-se em conta, sobretudo, a assimetria que nutre o (des)interesse de algumas áreas do conhecimento por este tema, quando equiparado a outros. Há que se considerar, também, as disparidades históricas e sócio-regionais que imprimem ao labor dos referidos docentes, particularidades que escapam ao poder de números frugais e ao alcance de análises extrínsecas.

Dito isto, toma-se como apontamento a relação deste pesquisador com a temática ora apresentada, cuja justificativa indica não se tratar de algo recente. Além disso, este mestrandu teve a grata satisfação de ser orientado por uma professora que, na iminência da aposentadoria, abraçou com muito apreço este objeto de investigação, fazendo-se representada por aqueles pesquisadores que, de bom grado, se deixaram pesquisar. Registra-se, ainda, o fato de que o autor desta Dissertação trabalha na Instituição-*locus* de realização do estudo, contingência que propicia compartilhamento do mesmo espaço com os participantes da pesquisa. Ainda que no exercício do cargo de psicólogo, com função técnico-administrativa, os requisitos em pauta aproximam o pesquisador do universo laboral dos sujeitos da pesquisa, embora que ainda se trate de “um olhar de fora”.

A pesquisa consistiu em trabalho desenvolvido no contexto acadêmico, sob orientação de docente pré-aposentada, com a qual este pesquisador não-docente compartilhou saberes, redundando em um mútuo *feedback*. Semelhante dinâmica propiciou que a aposentadoria docente fosse estudada por um prisma endógeno, a exemplo do estudo luso-brasileiro realizado pela docente Maria da Conceição Cabral (2019), citada no texto, que investigou o processo de encerramento da carreira no magistério superior, considerando as “dores e delícias” de compor, assim como os sujeitos de sua pesquisa, a classe-que-vive-da-educação.

Há de se considerar que essa produção acadêmica soma-se aos poucos textos que versam em torno da aposentadoria de docentes de IFES, contrariando a força numérica das produções científicas, cuja incidência maior recai sobre aposentadoria de profissionais que não atuam no universo acadêmico. Tal situação é indicativa que urge um olhar exógeno da Academia para o tema ora apreciado.

Conforme anunciado no texto, o problema de pesquisa indagava sobre a maneira pela qual a política de aposentadoria docente, em contexto de reformas previdenciárias, influencia na percepção de perdas e ganhos entre docentes em Abono de Permanência. Para responder a

essa questão testou-se a premissa de que a turbulência biopsicossocial característica do encerramento da carreira associada a questões político-econômicas instiga docentes da Educação Superior a postergar tal decisão, enquanto equilibram a relação perdas e/ou ganhos com a aposentadoria, à espera do melhor momento para pendurar “chuteiras ou sapatilhas” ou até que motivos de força maior assim o exijam.

Ressalta-se que o teste da referida premissa foi realizado em campo à luz das Categorias Empíricas formuladas, com o devido respaldo em concepções teóricas relacionadas ao tema de estudo. Daí a pertinência em sintetizar os principais resultados obtidos e seus desdobramentos:

Na primeira Categoria, denominada *Estado e (des)proteção na Velhice*, a percepção de desamparo a essa fase da vida fez-se comprovada no crepitar do tempo sobre os corpos dos sujeitos deste estudo e no temor de que infortúnios possam acontecer-lhes no futuro. Neste cenário de sucessivas perdas – objetivas e subjetivas, a permanência ao trabalho e o Abono de Permanência simbolizam a última instância objetiva de proteção do Estado, em contraposição à percepção de (des)proteção à velhice, sacramentada pelo advento da aposentadoria.

A premissa de que professores que têm percepção de perdas – objetivas ou subjetivas – e não se prepararam para a consumação da aposentadoria, preferindo continuar na ativa, foi validada por meio da segunda Categoria, intitulada *Vantagens e Desvantagens da Permanência na Ativa*, fez sobressair que a principal vantagem de continuar trabalhando é, justamente, manter-se na cátedra. O restante (visibilidade, reconhecimento, prazer, retorno financeiro do Abono) apresenta-se como bônus, quem sabe secundário, terciário. Quanto à maior desvantagem, trata-se de perder o vínculo com a Academia. Consideram-se, ainda, variáveis que podem influenciar na permanência na ativa: percepção de saúde e vitalidade; senso de utilidade; possibilidade de ascensão na carreira; vantagem financeira do Abono de Permanência; satisfação com a docência...

Por outro lado, fatores desvantajosos, como ageísmo, além do adoecimento docente ou de familiares, podem influenciar na adesão à aposentadoria. De todo modo, a dilatação da vida útil desses trabalhadores consubstancia-se na máxima de que prejuízos/desvantagens/perdas da permanência não podem ser maiores que os benefícios/vantagens/ganhos, sejam eles materiais ou imateriais. A ressignificação dessa equação, imersa em dilemas, sugere que os participantes recorreram à proteção do Abono de Permanência, avaliando o momento propício para arriscar caminho à aposentadoria, salvo alguma intercorrência alheia à vontade do pré-aposentado.

No que se refere ao pressuposto de que docentes com percepção de ganhos na aposentadoria encerram a sua carreira sem maiores dificuldades, esta premissa não foi confirmada. Acredita-se que uma amostra composta por docentes em Abono de Permanência e

docentes aposentados, proposta inicial deste estudo, poderia apontar, comparativamente, a percepção preponderante em cada grupo e, quem sabe, o grupo de docentes que fez a passagem para aposentadoria responda a tal proposição.

Quanto à capilarização da lógica neoliberal sobre as condições objetivas e subjetivas desses docentes que continuam na ativa, no descortinar da terceira Categoria, *Periferia do Capital e Degradação do Trabalho Docente*, verificou-se que aspectos de ordem objetiva e subjetiva compõem as “dores e delícias” apresentadas à classe-que-vive-da-educação, na periferia do capital. No conjunto dos aspectos objetivos, constam o distanciamento geográfico e a falta de equipamentos e recursos para pesquisa, ensino e extensão, dentre os aspectos de ordem subjetiva, figuram o preconceito, a desvalorização do pesquisador e das produções periféricas – elementos que podem até estigmatizar, mas não anulam o protagonismo destes profissionais, que acompanharam os percalços e avanços interpostos à Educação Superior do *Meio do Mundo* [o Estado do Amapá].

Durante a saga da trajetória profissional, tais docentes entrelaçaram sua história, seus feitos aos da própria Instituição, constituindo-se, por fim, em “memória viva que dá vida à Universidade e vivifica um passado/presente que ainda pulsa.” Portanto, considera-se que a riqueza de sentidos e significados subjacente ao contexto acadêmico afeta aqueles que nele laboram, estudam e deixam marcas indelévels naqueles que, após anos de luta e resistência, abandonam, pela aposentadoria, este espaço plural, carregado de afetos e de conflitos que, apesar das ingerências, não perdeu seu *status* de agente privilegiado de transformação social.

Na abordagem em epígrafe, a quarta Categoria designada como *Perdas e Ganhos da Aposentadoria*, indicou que os participantes revestiram o jubramento numa perspectiva de perdas, preponderantemente. Transpareceu que a maior delas consiste na perda do vínculo institucional – as demais decorrem desse infortúnio primordial.

Por outro lado, o tempo livre consistiu no maior ganho da aposentadoria. Todavia, a este tempo livre são justapostas outras obrigações profissionais, além das demandas familiares e sociais. Além disso, o usufruto do tempo livre assume significados distintos entre os docentes pesquisados, considerando simbolicamente o mister do magistério. Para o gênero feminino, toma o sentido de cuidar, ver crescer e se desenvolver, ressignificando a aposentadoria como forma de exercitar o cuidado com outrem e consigo mesma, enquanto para o gênero masculino assume uma representação simbólica vinculada à manutenção do *status* de ser produtivo.

A maneira com que esta Dissertação foi organizada – cada seção com dinâmica própria, composta por sínteses, descrições, interpretações e resultados parciais, à luz dos pressupostos Hermenêuticos-dialéticos, trouxe resultados positivos e imediatos. Isto porque viabilizou o

aceite da Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação (Qualis A1/2017-2020) para publicação do artigo científico intitulado APOSENTADORIA DOCENTE EM XEQUE: o E(e)stado das reformas previdenciárias na Educação Superior brasileira (1998-2019). O referido artigo, cuja editoração encontra-se agendada para o v. 18 da referida Revista, discute os meandros da Categoria empírica “Estado e (Des)proteção na velhice,” caracterizada na seção 2 deste texto.

Com referência a documentos, em consulta aos PDI de três quadriênios (2010-2014), (2015-2019) e (2020-2024), não se constatou política institucional específica para aposentadoria. Tal lacuna implica na vida do funcionário: Servidor prestes a se aposentar não recebe qualquer tipo de orientação durante o referido processo, ocorrendo o mesmo àquele que perante a iminente aposentadoria opte pelo Abono de Permanência. A lacuna estende-se ao Servidor aposentado, que igualmente não usufrui de nenhum apoio institucional diferenciado.

Diante de tais apontamentos, recomenda-se que a gestão da IFES em que este trabalho foi realizado atente para alguns aspectos político-institucionais voltados ao público que se encontra em via de aposentadoria. Neste caso, é importante que envide esforços no sentido de implementar o disposto nas Portarias Normativas n. 3/13 (BRASIL, 2013) e n. 12/2018 (BRASIL, 2018b) que orientam Órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal a promover saúde e educação para a aposentadoria aos Servidores públicos federais.

Sugere-se, ainda, que as dificuldades enfrentadas pelos sujeitos, no que tange ao desenlace com a Academia – imerso em perdas –, sejam consideradas como indicador de que medidas institucionais de valorização dessa mão de obra qualificada sejam implementadas. Procedimento salutar, haja vista a identificação com o mister do magistério e a disponibilidade de alguns em continuarem úteis à Universidade, seja na Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e/ou Extensão, conforme a liberalidade do aposentado.

No transcurso deste estudo, foi possível verificar espaço para o aperfeiçoamento e continuidade deste e/ou de outros trabalhos, devidamente ancorado em algumas observações, que incluem os seguintes aspectos:

a) processo de perdas experimentado pelos sujeitos, por intermédio de enlutamentos objetivos e subjetivos, que parece se encontrar na fase de negação e/ou raiva em relação à aposentadoria, guarda semelhança com os estágios do processo de luto, evidenciado por Elisabeth Kübler-Ross (1926-2004). O que sugere a necessidade de aprofundamento, em estudos posteriores, da relação entre as perdas da aposentadoria e o luto, inclusive avaliando em que estágio encontram-se docentes que já se aposentaram;

b) percepção de docentes quanto às mudanças tecnológicas e a consequente necessidade de acomodação do ambiente acadêmico e das políticas de educação a esses ditames, constituem variáveis que repercutem no trabalho daqueles que se encontram na fase de encerramento da carreira, resvalando, inclusive, para o aligeiramento da opção pela aposentadoria.

c) estudos consultados durante a pesquisa, apontaram algumas categorias que protagonizam a temática aposentadoria (Velhice, Perdas, Ganhos, Instituição, Lugar, Manter, Vínculo, dentre outras). Os resultados obtidos corroboram esses indicativos, posto que tais categorias permearam as discussões ora empreendidas. Neste aspecto, as categorias Tempo e Permanência, que emergiram das especificidades do sujeitos desta pesquisa – prestes a se aposentar –, bem como as reportadas anteriormente, gozam de significativa carência em termos conceituais, o que enseja a necessidade de estudos epistemológicos que as caracterizem no âmbito da aposentadoria e da permanência e/ou retorno de trabalhadores ao ofício;

d) a riqueza experiencial que envolve a aposentadoria indica a necessidade de pesquisas que acompanhem, ao longo do tempo, os rituais de despedida do trabalho, sendo recomendado estudos longitudinais para esse fim.

Isto porque a permanência no trabalho, por intermédio do Abono de Permanência, tem-se configurado como um ritual de passagem/despedia carregado de simbolismos que se institucionaliza à margem do Serviço Público, posto que acolhe, em seu caráter de moratória, os conflitos ensejados pela aposentadoria. Silenciados por empregados e empregadores, tais conflitos acomodam e resignificam a percepção de desproteção à velhice, o que enseja a noção de aposentadoria compatível com envelhecimento social e economicamente indesejável.

Por fim, ressalta-se que tanto os achados documentais quanto os empíricos acenam que os objetivos formulados foram atingidos. Tal *status* reforça a importância de estudos voltados à compreensão do processo de aposentadoria docente, posto que no panorama atual, trabalhos como o que ora se encerra, concorrem para minimizar a escassez de pesquisas que retratem o ocaso do magistério, cujo desamparo reflete-se na postura desresponsabilizadora do Estado para com o Servidor-aposentado, mas também no olhar exógeno da Academia para com aqueles que, após a vida inteira dedicada à batalha em suas fileiras, experimentam seus dilemas sozinhos, saindo de cena sem o reconhecimento objetivo a que fazem jus. Ah, que falta fazem os ensinamentos do povo nipônico para com os seus mestres...

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. *In*: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2001. p. 35-48.
- ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2009a.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009b.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- APPLE, Michael W. **Educando à direita**: mercados, padrões, Deus e desigualdade. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.
- ASSIS, Marluce M., A.; JORGE, Maria S. B. Método de análise em pesquisa qualitativa no campo da Saúde Coletiva. *In*: SANTANA, Judith S. da S.; NASCIMENTO, Maria A. (org.). **Pesquisa**: técnicas de conhecimento da realidade social. Feira de Santana: UEFS. 2006 .
- BACAL, Sarah S. **Lazer**: teoria e pesquisa. São Paulo: Loyola, 1988.
- BARRETO, Selva M. G. **As condições subjetivas e objetivas do trabalho docente no processo de inclusão de crianças na educação infantil**: uma análise sob a perspectiva da Defectologia de Vigotsky. 2009. 135f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Carlos, 2009.
- BASSO, Itacy Salgado. Significado e sentido do trabalho docente. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 19, n. 44, p. 19-32, 1998.
- BASTOS, Rodrigo Barbosa. **O trabalho docente na UNIFAP**: contrarreforma e expansão na Educação Superior (2003 a 2016). 2019. 192f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), Macapá, 2019.
- BEHRING, Elaine R. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BÍSCARO, Ferruccio J. Da legalidade da aposentadoria por tempo de contribuição do professor universitário. *In*: **Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania**. 2016. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/cbpcc/article/view/755>. Acesso em: 19 jan. 2020.
- BHERING FIALHO, Adriana Aparecida.; MAFRA, Simone C. T.; PIO, Emília da S.; SILVA, Ambrozina de A. P.; ZANUNCIO, Sharinna Z. V. A pessoa idosa e o mercado de trabalho: uma análise a partir da PED 2014 da região metropolitana de Belo Horizonte.

Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 9-29, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevEnvelhecer/article/view/60550>. Acesso em: 21 fev. 2023.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**: para uma teoria geral da política. Tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOTELHO, Louise L. R.; CUNHA, Cristiano de A.C.; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Revista gestão e sociedade**, Belo Horizonte, v.5, n.11, p.121-136, 2011.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE/CNS. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **DOU** 98, de 24 de maio de 2016, Brasília, DF. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 22 dez. 2020.

BRASIL. [**Constituição (1988)**]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 26 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 53.831**, de 25 de março de 1964. Dispõe sobre a aposentadoria especial instituída pela Lei 3.807, de 26 ago.1960. Brasília, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d53831.htm. Acesso em: 15 dez. 2022.

BRASIL. **Emenda Constitucional 18**, de 30 de junho de 1981. Dispõe sobre a aposentadoria especial para professores e professoras. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=EMC&numero=18&ano=1981&ato=235ITUq10MrRVT130>. Acesso em: 1 abr. 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional 20**, de 15 de dezembro de 1998. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=725531&filename=LegislacaoCitada+-PL+6613/2009. Acesso em: 21 abr.2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional 41**, de 19 de dezembro de 2003. Modifica os Art. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 - CF/88; revoga o inciso IX, § 3º, Art. 142 - CF/88 e dispositivos da EC 20/1998 [...]. Brasília, 2003a. Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/emenda-constitucional-41-03>. Acesso em: 29 abr. 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional 88**, de 7 de maio de 2015b. Altera o art. 40 da Constituição Federal, relativamente ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral, e acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc88.htm. Acesso em: 17 mar. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional 103**, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em: 7 mar. 2021.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. **Portal cidades Brasil/Amapá**, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/panorama>. Acesso em: 23 fev. 2023.

BRASIL. IBGE. **Projeções da população**: Brasil e Unidades da Federação, versão 2018. 2.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-dapopulacao.html?edicao=21830&t=notas-tecnicas>. Acesso em: 15 fev.2022.

BRASIL. **Lei 8.842**, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso [...]. Brasília, 1994. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/lei-no-8-842-de-04-de-janeiro-de-1994>. Acesso em: 8 mar. 2020.

BRASIL. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Senado Federal,1996.

BRASIL. **Lei 10.741**, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso [...]. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm. Acesso em: 5 mar. 2020.

BRASIL. **Lei [Complementar] 152**, de 3 de dezembro de 2015a. Dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da CF Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp152.htm. Acesso em: 23 fev. 2020.

BRASIL. **Lei 13.183**, de 4 de novembro de 2015. Altera as Leis 8.212/1991 e 8.213/1991, para [...] estabelecer regra de não incidência do fator previdenciário [...]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13183.htm. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Painel estatístico de pessoal**. 2018a. Disponível em: <http://painel.pep.planejamento.gov.br/QvAJAZZfc/opendoc.htm?document=painelpep.qvw&lang=en-US&host=Local&anonymous=true>. Acesso em: 2 jan. 2020.

BRASIL. Portaria Normativa 3, de 25 de março de 2013. Institui diretrizes gerais de promoção da saúde do servidor público federal [...]. **DOU** 59, de 27 março de 2013. Disponível em: file:///C:/Users/User.DESKTOP-QO1EPQC/Downloads/130326_on_08.pdf. Acesso em: 19 jan. 2020.

BRASIL. **Portaria Normativa 12**, de 20 de novembro de 2018b. Institui diretrizes gerais de promoção da educação para aposentadoria do servidor público federal [...].Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2018/11/PORTARIA-N%C2%BA-12-2018.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2023.

CABRAL, Maria da C. R. **A permanência de docentes de universidade pública no trabalho após o direito à aposentadoria**: um estudo no Brasil e em Portugal. 2019. 240 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará / ICED, Belém, 2019.

CARDOSO, Ana Claudia Moreira. **Tempos de trabalho, tempos de não trabalho**: vivências cotidianas de trabalhadores. 2007. 354 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, São Paulo, 2007.

CARLOS, Sérgio A.; JACQUES, Maria G. C.; LARRATÉA, Sandra V.; HERÉDIA, Olga C. Identidade, aposentadoria e terceira idade. **Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento**, Porto Alegre, v. 1, p. 77-89, 1999.

CARNOY, Martins. **Educação, economia e Estado** (base e superestrutura relações e mediações). 3. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

CARRERA-FERNANDEZ, José; MENEZES, Wilson F. O idoso no mercado de trabalho: uma análise a partir da região metropolitana de Salvador. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, n. 1, p. 52-67, 2001. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/ped_estudos_especiais/idoso_mercado_trabalho.pdf. Acesso: 21 fev. 2023.

CAVALLIERI, Maria P. **Estado, Políticas Públicas e Previdência Social**: uma análise a partir da aposentadoria por tempo de contribuição. 2009. 104f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, 2009.

CODO, Wanderley; SORATTO, Lúcia; VASQUES-MENEZES, Ione. Saúde mental e trabalho. In: ZANELLI, José C.; BORGES-ANDRADE, Jairo E.; BASTOS, Antônio V. B. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 277-299.

COELHO, Aline T. V. **A contrarreforma do Ensino Superior Brasileiro nos governos FHC, Lula e Dilma**. 2014. 151 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2018.

DONATO, Helena; DONATO, Mariana. Etapas na condução de uma Revisão Sistemática. **Acta Médica Portuguesa**, Lisboa, v. 32, n. 3, p. 227-235, 2019.

DUARTE, Camila V.; MELO-SILVA, Lucy L. Expectativas diante da aposentadoria: um estudo de acompanhamento em momento de transição. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 10, n. 1, p. 45-54, 2009.

ESTEVES, Glenda; SANTOS, Leticia dos; DIONÍSIO, Maria Beatriz R.; MAZZOCA, Rafael H.H. **Cartilha de orientação a pesquisadores para coleta de dados online**. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). 2020. Disponível em: https://ppgps-fscar.com.br/images/cantinho_etica/Turma2020/Cartilha_de_orientacao_coleta_de_dados_online.pdf. Acesso em: 22 dez. 2020.

EVANGELISTA, Olinda (org.). **O que revelam os slogans na política educacional**. São Paulo: Junqueira e Marin, 2014.

FALEIROS, Vicente de Paula. A questão da reforma da Previdência Social no Brasil. **SER social**, Brasília, n. 7, p. 97-116, 2010. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12855. Acesso em: 2 dez. 2022.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Adalcimira J. C.; MATOS, Álbia P.; ARAÚJO, Diná G.; SOUZA, Revan A.; BARBAGELATA-GÓES, Sérgio; KHOURY, Hilma T. T. **Retorno ao trabalho remunerado entre aposentados**: alguns fatores psicossociais. [Relatório de pesquisa]. UFPA, Belém, 2005. Mimeo.

FERREIRA, Norma-Iracema de B. **Escola pública em Macapá**: como, até quando e por quê. 1993. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação, Rio de Janeiro, 1993.

FRANÇA, Lúcia Helena de F. P. Influências sociais nas atitudes dos ‘top’ executivos em face da aposentadoria: um estudo transcultural. **Rev. Adm. Contemp.**, Curitiba, v.13, n.1, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/KVr9mn87ST4bCg4yZqyL9Rz/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2018.

FRANÇA, Lucia Helena de F. P. **Repensando a aposentadoria com qualidade**: um manual para facilitadores de programas de educação para aposentadoria em comunidades. Centro de Referência e Documentação sobre Envelhecimento – UnATI; Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

FRANÇA, Lucia Helena de F. P.; SOARES, Dulce Helena P. S. Preparação para a aposentadoria como parte da educação ao longo da vida. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 29, n. 4, 738-751, 2009.

HARGREAVES, A. **Os professores em tempos de mudança**: o trabalho e a cultura dos professores na idade pós-moderna. Lisboa: McGraw-Hill, 2001.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

HOPF, Ana C. O. Fico ou vou embora? Os sentimentos expressos por professores diante da aposentadoria. **Revista de Educação Física**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 89-96, 2002.

KHOURY, Hilma T.T; FERREIRA, Adalcimira J.C; SOUZA, Revan A.; MATOS, Álbia P.; BARBAGELATA-GÓES Sérgio. Por que os aposentados retornam ao trabalho? **Revista Kairós de Gerontologia**, Sorocaba, v.13, n.1, p.147-165, 2010.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2018.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEANDRO-FRANÇA, Cristineide; MURTA, Sheila G.; IGLESIAS, Fabio. Planejamento da aposentadoria: uma escala de mudança de comportamento. **Rev. Bras. Orientac. Prof.**, São Paulo, v. 15, n.1, p.75-84, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902014000100009&lng=pt&nrm=isso. Acesso em: 2 fev. 2020.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LIMA, Daniele G. de; LIMA, Rita L. de. A precarização do trabalho docente no contexto da universidade operacional e suas inflexões na condição do Professor Substituto. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 60, p. 86-99, 2017. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/374553036/A-Precarizacao-Do-Trabalho-Docente-No-Contexto-Da-niversidadeOperacional>. Acesso em: 22 abr. 2020.

LIMA, Kátia R. de Souza. **Reforma da Educação Superior nos anos de contra-revolução neoliberal**: de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva. 2005. 469 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

LINHART, Danièle. Modernização e precarização da vida no trabalho. Tradução Fernanda Murad Machado. *In*: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 45-54.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

LOBATO, Sidney da S. **Educação na fronteira**: a política educacional no Amapá (1944-1956). 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, São Paulo, 2009.

MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MARANGONI, Vivian S. L.; NEVES, Luiz M. N.; SOUZA FILHO, Zilmar A. de. MARTINS, Gizelly de C. Afastamento laboral por transtornos mentais entre os servidores da Prefeitura Municipal de Manaus: uma análise preliminar. **Semina: Ciências Biológicas e da Saúde**, Londrina, v. 37, n. 2, p. 13-24, 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital**. v. I. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARTINS, Marcos Francisco. Conhecimento e disputa pela hegemonia: reflexões em torno do valor ético-político e pedagógico do senso comum e da filosofia em Gramsci. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (org.). **Marxismo e educação**: debates contemporâneos. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 123-160.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de S.; DESLANDES, Suely F. Hermenêutica-dialética como caminho do pensamento social. *In*: MINAYO, Maria Cecília; DESLANDES, Suely (org.). **Caminhos do pensamento**: epistemologia e método. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, p. 83-107, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de S.; DESLANDES, Suely F.; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2011.

MONTE, Emerson Duarte. **Políticas públicas de carreira docente nas universidades federais**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2015.

Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8372>. Acesso em: 2 fev. 2020.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

MOREIRA, Jaqueline de O. Imaginários sobre aposentadoria, trabalho, velhice: estudo de caso com professores universitários. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 16, n. 4, p. 541-550, 2011.

MOTA NETO, João Colares da. **Educação popular e pensamento decolonial latino-americano em Paulo Freire e Orlando Fals Borda**. 2015. 368 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

MOTTA, Vania Cardoso da; LEHER, Roberto. Trabalho docente no contexto do retrocesso do retrocesso. *In*: MACEDO, Jussara M. de; MELLO, Miriam Morelli L. **RTPS-Revista Trabalho, Política e Sociedade**, Rio de Janeiro v. 2, n. 3, p. 243-258, 2017. *Dossiê* Precarização do Trabalho Docente.

NASCIMENTO, Pamela D. M.; POLIA, Andreza A. Planos para o futuro: uma análise da perspectiva ocupacional de professores universitários para o período da aposentadoria. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 27, n. 2, p. 390-402, 2019.

NOZICK, Robert. **Anarquia, Estado e Utopia**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

OLIVATTI, Layla G. J. **Metodologias ativas, porque sim ou por que não?**: Fatores que favorecem ou inibem o uso de metodologias ativas no ensino da contabilidade. 2019. 69f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Maringá, 2019.

OLIVEIRA, Amanda da S. D.; PEREIRA, Maristela de S.; LIMA, Luana Mundim de. Trabalho, produtivismo e adoecimento dos docentes nas universidades públicas brasileiras. **Psicologia Escolar e Educacional**, Uberlândia, v. 21, n. 3, p. 609-619, 2017.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Previsões sobre a população mundial**. 2006. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/onu-preve-92-mil-milhoes-de-habitantes-no-mundo-em-2050_n135608. Acesso em: 15 jan. 2019.

PASSOS, Rachel G.; ARRUDA, Jerillee S. Trabalho docente em tempos neoliberais: implicações para a formação do Serviço Social brasileiro. *In*: MACEDO, Jussara M. de; MELLO, Miriam Morelli L. **RTPS-Revista Trabalho, Política e Sociedade**, Rio de Janeiro v. 2, n. 3, p. 325-342, 2017. *Dossiê* Precarização do Trabalho Docente.

PERONI, Vera Maria V.; LIMA, Paula Valim; KADER, Carolina R. (org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado**: implicações para a democratização da educação. Rio Grande do Sul: *Oikos*, 2018.

PORTO, Jadson Luís R.; TOSTES, José Alberto. Construções simbólicas no Meio do Mundo: entre observações, passagens e construções equinociais e solsticiais. *In*: PORTO, Jadson L.R. (org). **Encontros e percepções geográficas: diálogos e provocações**. Maringá: Uniedusul, 2022, p. 11-22. Disponível em: <https://www.uniedusul.com.br/wp-content/uploads/2022/10/Percepcoes-20-anos-Versao-Final.pdf#page=12>. Acesso: 15 mar. 2023.

RIBEIRO, Leda J. B; SMEHA, Luciane N. O que me leva a continuar? A permanência do professor universitário aposentado no exercício de sua profissão. *Disciplinarum Scientia*, Santa Maria, v. 10, n. 1, p. 179-194, 2009.

SANTOS, Maria de Fátima S. **Identidade e aposentadoria**. São Paulo: EPU, 1990.

SARNEY, José; COSTA, Pedro. **Amapá: a terra onde o Brasil começa**. Brasília: Senado Federal, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2019.

SILVA, Maria da G. S. Idosos aposentados: representações do cotidiano. **Estudos Interdisciplinares do Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 1, p. 91-104, 1999.

SILVA, Selma Gomes da. **Travessias entre a sala de aula e o consultório: trajetórias docentes, adoecimento e narrativas de sofrimento psíquico de professores no Amapá**. Macapá: UNIFAP, 2018.

SHIROMA, Eneida O.; EVANGELISTA, Olinda. Estado, capital e educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. *Revista Educação e Fronteiras On-Line*, Dourados/MS, v.4, n.11, p.21-38, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/viewFile/4359/2246>. Acesso em: 11 nov. 2021.

SOARES, Dulce H. P.; COSTA, Aline B.; ROSA, Alexandre M.; de OLIVEIRA, Maria L. S. Aposenta-ção: programa de preparação para aposentadoria. **Estudos Interdisciplinares sobre Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 12, p. 143-161, 2007.

SOARES, José Montanha. O lazer e o tempo do não trabalho no capitalismo: as ilusões do consumo. **LICERE-Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 603-622, 2019.

SOBRAL, Maria N.; FRANCISCO, Deise J. O (não) lugar do aposentado na instituição: memórias de docentes. **Educação em Questão**, Natal, v. 57, n. 52, p.1-30, 2019.

SOUZA, Ângelo R. A política educacional e seus objetos de estudo. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa (ReLePe)**, v. 1, n. 1, p. 75-89, 2016.

SOUZA, Iully Stephane Caetano de. **Uma breve trajetória das reformas previdenciárias no Brasil**. 2017. 30f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

TROTSKY, Leon. **A história da Revolução Russa**. Trad. E. Huggins. Brasília, DF: Senado Federal, Edição do Centenário, 2017.

UNIFAP. Conselho Universitário. **Resolução n. 1**, de 6 de fevereiro de 2020. Aprova *ad referendum* o Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIFAP (2020-2024). Macapá: UNIFAP, 2020a.

UNIFAP. Conselho Universitário. **Resolução n. 05**, de 30 de maio de 2012. Aprova *ad referendum* o Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIFAP (2010-2014). Macapá: UNIFAP, 2012.

UNIFAP. Conselho Universitário. **Resolução n. 022**, de 14 de agosto de 2015. Aprova *ad referendum* o Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIFAP (2015-2019). Macapá: UNIFAP, 2015.

UNIFAP. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos/SIGRH. **Ficha de Assentamento Funcional**. Macapá: UNIFAP, 2020b.

VASCONCELLOS-SILVA, Paulo; ARAÚJO-JORGE, Tânia. Análise de conteúdo por meio de nuvem de palavras de postagens em comunidades virtuais: novas perspectivas e resultados preliminares. **CIAIQ**, Lisboa, v. 2, n. 8, p. 41-48, 2019.

VAZ, Marta Rosani Taras. Teorias sobre o Estado moderno e contribuições para a análise das políticas educacionais. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Espírito Santo, v. 7, n. 1, p. 71-89, 2019.

VIEIRA, Emília Peixoto. Gramsci e suas contribuições para a compreensão do trabalho docente. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 153-165, 2008.

ZANELLI, José C.; SILVA, Narbal; SOARES, Dulce, H. P. **Orientação para aposentadoria nas organizações de trabalho**: construção de projetos para o pós-carreira. São Paulo: Artmed, 2010.

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa DES/CAMINHOS DA APOSENTADORIA: dilemas do encerramento da carreira docente na Educação Superior (1998-2019), sob a responsabilidade do pesquisador *Revan Araújo de Souza*, que pretende compreender os meandros da política de aposentadoria docente, com ênfase nas transmutações estatais que remodelaram o caráter protetor da seguridade social, reconfigurando as condições objetivas e subjetivas do trabalho e do não-trabalho, bem como as inflexões disto na educação, por consequência da permanência de 17 docentes do Ensino Superior que atingiram os critérios objetivos (idade e tempo de contribuição) para se aposentar, mas continuam trabalhando, na Universidade Federal do Amapá/UNIFAP. Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista, que será agendada conforme a disponibilidade do(a) Sr(a). Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa podem ser de ordem emocional, visto que relatar suas experiências frente ao advento da aposentadoria pode aflorar lembranças, sentimentos de alegria, saudade, tristeza, ansiedade. Caso isso aconteça, o(a) Sr(a) terá o suporte psicológico necessário, dispensado por este pesquisador-psicólogo. Caso aceite participar, estará contribuindo para o fortalecimento das políticas de promoção à saúde do servidor, preenchendo uma lacuna existente na política desta IFES, no que se refere à preparação para a aposentadoria – item indispensável ao processo de envelhecimento ativo do trabalhador. Se depois de consentir sua participação, queira declinar de seu aceite, o(a) Sr(a) terá o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O(a) Sr(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. As informações coletadas serão utilizadas unicamente para fins científicos e o uso das informações serão submetidos à ética e ao rigor acadêmico, sendo garantido total sigilo e confidencialidade dos seus dados pessoais, relatos e críticas. Este pesquisador tomará as providências necessárias para que tais informações sejam arquivadas em local apropriado e incineradas após 5 anos da publicação do estudo. Para qualquer outra informação, o(a) Sr(a) poderá entrar em contato com o pesquisador na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas/PROGEP, Divisão de Qualidade de Vida/DQV, na Universidade Federal do Amapá, Rodovia Josmar Chaves Pinto, km 02 - Jardim Marco Zero, Macapá - AP, 68903-419, telefones (96) 3312-1728 e (96) 98106-1288, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNIFAP, telefone (96) 4009-2804/2805.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Macapá, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do participante _____

Assinatura do Pesquisador Responsável _____

APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista aplicada aos participantes da pesquisa

DES/CAMINHOS DA APOSENTADORIA: dilemas do encerramento da carreira docente na Educação Superior (1998-2019)

1. Caracterização

Nome: _____
 Gênero: _____
 Naturalidade: _____
 Estado Civil: _____
 Idade _____
 Tempo serviço UNIFAP _____ Outros locais _____
 Graduação: _____
 Titulação: _____
 Classe/Nível: _____
 Lotação: _____
 Nº Dependentes _____ idade dos dependentes _____

2. Questões norteadoras:

2.1 Estado e (des) proteção na velhice;

Investigar a influência da lógica desresponsabilizadora do Estado na percepção de “desproteção” na velhice.

2.2 Vantagens e desvantagens da permanência no trabalho;

Verificar as vantagens e as desvantagens de continuar na ativa e seus possíveis impactos na permanência no trabalho.

2.3 Periferia do capital e degradação do trabalho docente;

Investigar os meandros da lógica neoliberal sobre o trabalho e o não-trabalho docente

2.4 Vantagens e desvantagens da aposentadoria;

Analisar as vantagens e desvantagens da aposentadoria e seus possíveis impactos na permanência no trabalho.

Agradecer. Reforçar questões sobre anonimato. Solicitar *e-mail*, número telefone para eventual contato.

APÊNDICE C - Síntese Vertical das Estruturas de Relevância, por participante

<p>SÍNTESE VERTICAL E1-Esp. BENTO</p>	<p>Vê no retardo da aposentadoria, a chance de investir na progressão da carreira, com posterior melhora financeira para compensar as perdas salariais advindas da aposentadoria. Concebe a aposentadoria como o momento propício para a satisfação dos desejos aplacados pela agenda de trabalho. Considera que o ambiente em que está exposto favorece a ansiedade, independentemente da iminente aposentadoria. Percebe que a IFES em que atua tem enfrentado diversas dificuldades, contudo, mantém-se produtiva, graças ao empenho de seus pesquisadores. No tocante a figura do Estado na (des)proteção na velhice, considera-se desprotegido em toda a sua trajetória laboral e isso tende a piorar no advento da aposentadoria. Considera o ócio o grande fantasma da aposentadoria. Vislumbra a vida na aposentadoria sob o prisma das limitações e obstáculos. Demonstra ânimo para enfrentá-los.</p>
<p>SÍNTESE VERTICAL E2-Dra. ELIETE</p>	<p>Não se vê improdutiva e aposentada. Daí o gosto por continuar trabalhando, independente do retorno objetivo do abono permanência. Tenta resgatar os aspectos positivos da aposentadoria, todavia, a ruptura institucional – sua perda mais significativa – obscurece, sobremaneira, sua tentativa de construção de uma imagem mais aprazível da aposentadoria. O inevitável encerramento da carreira, aliado à sua fidelidade institucional, diminuem as chances de outra reinserção laboral, restando-lhe vislumbrar, sob novos aspectos, os frutos que a vida pós-trabalho lhe apresentará. Considera que as alterações sentidas no corpo são reflexos da idade. A despeito das dificuldades impostas ao seu labor, considera que o amor ao ofício aplaca o cansaço e o desânimo que, vez ou outra, lhe sobrevém, justamente deste cenário. Em relação ao Estado e (des) proteção na velhice, adota uma postura empática com os novos servidores, por considerar-se menos prejudicada que tais agentes nas inúmeras reformas da previdência. Considera a mudança nos propósitos e na intensidade de seu prazeroso ofício de estudar, o seu grande dilema face à aposentadoria. Afirma que a aposentadoria não encerra as suas fontes de prazer. Elas serão redirecionadas para os cuidados com a saúde, família, leituras, etc.</p>
<p>SÍNTESE VERTICAL E3-Dr. REGIS</p>	<p>Aponta a questão financeira como a principal vantagem de sua permanência na ativa. No seu caso, continuar trabalhando significa adiar as perdas, sobretudo, as salariais advindas da aposentadoria. Considera que a saída de cena significa dar adeus à produtividade e ao universo acadêmico e um “desperdício”, uma vez que se julga com saúde e vigor físico suficientes para enfrentar a rotina de trabalho. Reconhece que neste cenário de instabilidade política, aposentar-se garantindo os direitos já adquiridos, é uma grande vantagem para aqueles que conseguem chegar à aposentadoria. Relata que os sintomas ansiosos que supostamente apresenta, estejam ligados à entrega de seu relatório memorial. Concernente a localização periférica de sua IFES, em relação ao capital e degradação do trabalho docente, afirma que tal situação pode ser minimizada com a formação de parcerias institucionais. Confessa que a sensação de desproteção na velhice, ganha forças ante a ameaça de uma reforma da previdência que reduza os seus rendimentos a um patamar incompatível com suas necessidades na velhice. Nutre como dilema todas as incertezas que giram em torno da condição de aposentado. A saída seria construir alternativas para driblar a inatividade.</p>
<p>SÍNTESE VERTICAL E4 - Dra. SUZY</p>	<p>Pondera que as vantagens de sua permanência na ativa consistem na manutenção do vínculo institucional e na vantagem pecuniária do abono de permanência. Considera que as perdas salariais, provocada pela quebra do contrato empregatício, materializam o lado negativo da aposentadoria. Apesar disso, a aposentadoria inaugura uma fase de autonomia em relação ao seu tempo livre. Acredita que as alterações físicas ou psicológicas que têm apresentado, estejam ligadas à resignificação de algumas situações pessoais e simbólicas de luto. Deduz que a relação entre a localização periférica de sua IFES e a degradação do trabalho docente, não se trata de algo novo e que isso reverbera para a qualidade da produção científica. Enquadra a questão da (des) proteção na velhice no cenário cultural de desresponsabilização das pessoas e dos entes estatais com a pessoa idosa. Sente-se vítima do preconceito intergeracional, (dos seus seus pares) e teme que isso se naturalize. Admite que seus impasses em relação a decisão de aposentar ou não, envolvam aspectos financeiros (perdas objetivas), o que leva a sentimentos de insegurança na velhice. Projeta um futuro de autocuidados físico e mental, realização de projetos pessoais e de fortalecimento espiritual.</p>

<p>SÍNTESE VERTICAL E5 - Dra. VILMA</p>	<p>Considera a delimitação etária imposta pela compulsoriedade como um penoso obstáculo àqueles que, espontaneamente, desejam prolongar a sua vida útil no serviço público. Admite que a perda do vínculo institucional e das benesses subjetivas que essa relação traz ao professor-pesquisador, constituem-se em fatores de maior tensão frente a possibilidade de encerramento da carreira. Vê no tempo que lhe resta na ativa, a oportunidade para planejar a continuidade de seus projetos, seja na Universidade ou em outros espaços que manifestem interesse em acolhê-la. Desconfia que o surgimento de algumas alterações orgânicas esteja relacionado à ebulição emocional provocado pelo emaranhado da tríade: auge da carreira <i>versus</i> demandas familiares <i>versus</i> aposentadoria. Em relação às narrativas sobre o capital de periferia e degradação do trabalho docente, revela que não se deixa levar por tais discursos que, por vezes, naturalizam o imobilismo e vitimizam pessoas e instituições. Prefere ser agente de mudança, principalmente, quando as condições não lhe sejam favoráveis. No que se refere ao estatuto de proteção na velhice, lamenta que aposentados sejam, econômica e socialmente injustiçados pelas instituições que deveriam protegê-los. Considera-se, neste aspecto, integrante desse grupo, todavia, acredita que seu estilo de vida, excetuando eventualidades de força maior, não compromete a sua proteção na velhice. Apesar de seu otimismo, não descarta um futuro de dificuldades, sobretudo econômicas, em razão de algumas demandas familiares que precisam de resolução. Projeta uma longevidade para a sua existência, pelo menos na memória daqueles com quem conviveu e teve a oportunidade de contribuir no seu crescimento pessoal e profissional.</p>
<p>SÍNTESE VERTICAL E6 - Dra. LIZETE</p>	<p>Revela não haver nenhuma desvantagem em continuar trabalhando. Por isso, prefere permanecer na ativa, pois o abono de permanência ajuda em sua renda; o ofício ajuda na manutenção de sua saúde, sobretudo, mental; e a visibilidade mantém a sua condição de memória viva da educação amapaense. Relata que não percebeu nenhuma alteração orgânica associada à iminência da aposentadoria. Concebe a localização periférica de sua IFES como uma janela de oportunidades para aqueles que desejam avançar na produção de conhecimento e crescer profissionalmente. Espera que a referida instituição, como um todo, continue avançando no cenário acadêmico. Observa que a onda neoliberal tem afetado os idosos, em todos os lugares. Considera-se, neste universo, umas das pessoas “privilegiadas”, pois, com muito esforço, conseguiu estudar e progredir na carreira, assegurando na aposentadoria, um ganho superior ao daqueles que não tiveram tais oportunidades. Afiança que não nutre dilemas em relação à aposentadoria, espera, tão somente, alcançar o último nível da sua carreira. Espera que na aposentadoria consiga ajudar as pessoas, valendo-se da expertise que adquiriu em sua trajetória acadêmico-profissional.</p>
<p>SÍNTESE VERTICAL E7 - Ms. OTO</p>	<p>Afiança não vê nenhuma desvantagem em “abonar” a sua vida laboral no serviço público. Concorde que o retorno pecuniário do abono de permanência, aliado à oportunidade de continuar na docência, são os grandes atrativos para a postergação de sua aposentadoria. Enumera o ócio e as perdas salariais como desvantagens da aposentadoria. Aponta que as vantagens da aposentadoria estão na liberdade e autonomia em relação a sua agenda de compromissos, ora, mais flexível. Sugere que o “tic-tac da expulsória” tem lhe causado certa ansiedade. No que concerne à condição periférica da IFES em que atua e os possíveis reflexos dessa situação na degradação do trabalho docente, opina que o território amapaense sente os efeitos das amarras impostas às universidades locais, ou seja, universidade desenvolvida, Estado desenvolvido, e vice-versa. Isso corrobora, inclusive, no absentismo e rotatividade do quadro docente de sua IFES. Lamenta por não enxergar, a médio ou longo prazo, perspectivas de mudanças neste cenário. Demonstra certa tranquilidade em relação a proteção na velhice, posto que chega à aposentadoria com salário próximo ao integral, em detrimento de seus pares mais novos, o que lhe causa preocupação com os rumos da carreira docente. Seus dilemas, com o passar do tempo, tem se transformado em certezas, quais sejam: continuar trabalhando (com maior liberdade e flexibilidade) e espantar o “fantasma” da inatividade.</p>
<p>SÍNTESE VERTICAL E8 - Dr. ALEX</p>	<p>Sugere que entre as vantagens de sua permanência, constam o incentivo financeiro, a possibilidade de continuar produzindo e útil à universidade. Aponta a convivência acadêmica como a principal perda imposta pela aposentadoria. Pensa em utilizar o tempo livre da aposentadoria para escrever livros. Relata não ter notado nenhuma alteração física e/ou psicológica ligada à iminente aposentadoria, a não ser aquelas relativas à idade. Admite que em sua IFES tudo está em construção e que isso vem correndo em meio a essa eterna crise. Todavia, os revezes deste cenário são utilizados como combustível na luta por melhores condições objetivas de trabalho. Sobre a influência deste cenário sobre a sensação de (des) proteção na velhice, admite que as novas gerações serão bem mais afetadas que a sua, posto que as novas regras da aposentadoria, preservaram-lhe alguns direitos. Porém, considera que incertezas cercam a aposentadoria de todos. Antecipa o que vai fazer na aposentadoria e planeja como ser útil profissionalmente. Pensa em escrever e se dedicar à música, na aposentadoria.</p>

<p>SÍNTESE VERTICAL E9 - Ms. SÁ</p>	<p>Aponta o afastamento de seus familiares(esposa, filhos e netos) como a desvantagem de continuar trabalhando. Situação compensada pelos ganhos subjetivos provenientes da interação com o ambiente acadêmico – motivo de sua permanência na ativa. Acredita que a quebra dessa relação(simbiótica) e as incertezas quanto ao futuro, consistem nas desvantagens da aposentadoria. Argumenta que seja, na aposentadoria, o momento ideal para permanecer mais tempo com a família e realizar viagens com maior liberdade. Reflete que não parou para pensar na aposentadoria, sente-se jovem e saudável e que por isto, não percebeu nenhuma alteração física ou psicológica ligada à iminente aposentadoria. Cita que a superação da cultura periférica dentro da Universidade perpassa pela instauração da descrença na incapacidade local, pela união e trabalho daqueles que sofrem esse tipo de estigma. Sobre a percepção de desproteção na velhice, assevera que a questão o afeta na condição de estudioso e ser humano e que é preciso dar visibilidade aos “desprotegidos que protegem”. Percebe que o verdadeiro dilema em relação à aposentadoria parte de alguns de seus pares, ao estigmatizar os docentes mais velhos. No futuro, prefere continuar relacionando-se com a Academia, sobretudo, com os discentes.</p>
<p>SÍNTESE VERTICAL E10 - Dra. DANIELA</p>	<p>Lamenta que ao protelar a saída do cargo, atrapalhe os planos de quem intenciona carreira na docência superior. Esta seria, portanto, a desvantagem de sua permanência. Todavia, justifica a decisão de continuar na cadeira, apoiada na possibilidade de ascender ao nível mais alto de sua carreira (professor titular). Anuncia que abandonar o trabalho e tudo o que isso acarreta, seria a desvantagem da aposentadoria. Vê como vantagem, na aposentadoria, o tempo livre para se dedicar à família e ao lazer (viagens). Percebe que nutre certa indiferença em relação à aposentadoria. Assim sendo, prefere acreditar que seja algo longínquo, que atinge outras pessoas. Daí não sentir nenhuma alteração física ou psicológica frente a esse advento. Acredita que a IFES em que trabalha precisa avançar em sua infraestrutura física, principalmente. Isto repercutiria na pesquisa, ensino e extensão que, apesar das limitações, apresentou melhora no decorrer dos anos, com a chegada da internet. Demonstra preocupação com a aposentadoria das novas gerações, em detrimento dos aspectos de proteção implícitos na sua aposentadoria. Nutre dilemas relativos à gestão do tempo livre na aposentadoria e, se algumas coisas e/ou pessoas importantes, viverão até lá para serem recompensadas com todo o cuidado e atenção que merecem. Na vida de aposentada, terá que encarar as indesejadas tarefas domésticas. Por outro lado, terá mais tempo para realizar as coisas prazerosas que, na vigência do trabalho, não usufruiu em sua plenitude.</p>
<p>SÍNTESE VERTICAL E11 - Dra. JOICE</p>	<p>Ressalta que a defasagem salarial e a falta de reais incentivos àqueles que permanecem, caracterizam a desvantagem de continuar trabalhando. A compensação advém da manutenção da rotina de trabalho, que proporciona saúde mental, produtividade e convivência com seus pares e discentes. A desvantagem consiste no vazio e solidão que se carrega para aposentadoria, provocada pelo sentimento de ter deixado muita coisa para trás. De tal sensação, abstrai o consolo de ter cumprido o dever que assumiu perante a sociedade, família e amigos. Tem experimentado uma leve sensação de ansiedade, que atribui às incertezas perante o futuro e às transformações físicas atinentes à idade. Observa que os discentes são mais afetados do que os docentes no que tange a condição periférica de sua IFES, sobretudo, aqueles que residem na parte fronteira do Estado. Reconhece como desumano o tratamento que o Estado dispensa aos idosos, após uma vida inteira de prestação de serviços e contribuição previdenciária. Sente-se afetada por tal desproteção. Observa que está sob o controle da contagem regressiva e, vez ou outra, questiona o que fará na aposentadoria, posto que sente não estar psicologicamente preparada para a aposentadoria. Espera que, nesta nova etapa, coisas boas aconteçam, que a compensação da aposentadoria virá da convivência mais intensa e saudável consigo mesma, familiares e amigos.</p>
<p>SÍNTESE VERTICAL E12 - Dr. FRANK</p>	<p>Afirma que manter inalterada a rotina docente daquele que envelhece é a grande desvantagem de continuar trabalhando. A permanência no labor, por outro lado, garante sobrevida à sua rede de sociabilidade(elemento mais importante do trabalho), além da possibilidade de ascensão na carreira. Adverte que a falta de preparação para aposentadoria leva ao ócio, à solidão e à perda da inestimável rede de relações que frutificou de seu trabalho. Manter esta sociabilidade envolvente, apesar das adversidades, constitui a grande vantagem de continuar na ativa. Acredita que o fato de não ter alimentado grandes expectativas em relação à aposentadoria, tenha colaborado para que não sinta alterações físicas ou psicológicas significativas. Concorde que o trabalho seja mais degradante na periferia da capital. Fazer ciência em tais condições e com um nível de exigência equiparado aos grandes centros acadêmicos, têm exposto os docentes de sua IFES a um processo de intensificação da carga de trabalho. Quanto à percepção de desproteção na velhice, considera-se, em termos monetários, menos afetado pelas reformas da previdência do que os seus pares mais novos, pelos quais demonstrou empatia. Projeta para o futuro uma maior aproximação com a natureza, entretanto, teme que o investimento nessa relação enfraqueça a rede de interação afetiva-institucional que construiu ao longo de sua trajetória docente.</p>

<p>SÍNTESE VERTICAL E13- Dra. RITA</p>	<p>Vê como desvantajosa a sobrecarga de trabalho (administrativo, acadêmico e doméstico) que acumula, mesmo estando na pré-aposentadoria. Todavia, advém dessa relação com o trabalho e com os professores a grande vantagem de permanecer na ativa. O abandono abrupto da função docente e de alguns espaços de discussão e luta da categoria, figura entre as desvantagens da aposentadoria. Afiança que a vantagem da aposentadoria reside na possibilidade de realizar algumas atividades (ler, assistir filmes, etc.) com maior intensidade e despreocupação. Assente que não parou para pensar na aposentadoria, a imersão no trabalho não deixa espaço para que isso aconteça. Reconhece que os sintomas físicos e/ou psicológicos que surgiram, em dado momento, estavam ligados à manutenção de excessiva carga laboral. Em relação à situação periférica de sua IFES, reflete que historicamente, os reflexos dessa condição já foram muito piores. A situação melhorou em vários aspectos, contudo, a referida instituição ainda é pequena, considerando, inclusive, outras IFES da região amazônica. Sobre a percepção de (des) proteção na velhice, opina que a adesão à aposentadoria expõe o trabalhador a vários prejuízos, o econômico, inegavelmente, é um deles. Desconfia que a natureza e o volume das atribuições que assume na instituição, têm dificultado o “encaixe” da aposentadoria em sua vida, mas, vez ou outra, sente que está na hora de parar e pensar em organizar a sua saída. Planeja, na aposentadoria, dedicar seu tempo livre aos cuidados com a saúde do corpo (atividades físicas) e da mente (costura e bordado).</p>
<p>SÍNTESE VERTICAL E14 - Dra. EUNICE</p>	<p>Prefere continuar trabalhando (motivo de sua permanência), pois tem saúde e disposição para a lida diária. Sente-se produtiva e conserva o gosto pelo conhecimento e pela docência. Considera desvantajoso, na aposentadoria, a perda das interações sociais relativas ao exercício da docência. Vê a aposentadoria como sinônimo de afastamento desse convívio e posterior esquecimento institucional. Cita, entre os ganhos da aposentadoria, a oportunidade de experimentar novos desafios e dispor de mais tempo e liberdade para conviver consigo mesma, com a família e amigos. Confessa não ter percebido nenhuma alteração física e/ou psicológica associada à aposentadoria. Acredita que isto se deve ao fato de não pensar muito na aposentadoria. Revela que a condição periférica de sua IFES requer um esforço maior da comunidade acadêmica, posto que a valorização e o protagonismo científico tem se tornado algo longínquo. Reflete ainda que essa cultura é internalizada de tal forma que professores conseguem maior reconhecimento externo do que interno. Admite que os trabalhadores precisam se organizar para aposentadoria, pois, nesta etapa os cuidados com a saúde se intensificam e, lamentavelmente, alguns ficam à mercê do Estado. Deseja permanecer mais tempo trabalhando. A estratégia é, neste ínterim, ir digerindo a aposentadoria, aos poucos. Quando, finalmente, estiver aposentada vai realizar coisas que ainda não fez, desfrutar do seu tempo livre e se lançar em empreitadas, que antes, eram mais difíceis de realizar.</p>
<p>SÍNTESE VERTICAL E15- DRA. IZABEL</p>	<p>Demonstra que sua permanência na instituição, significa, antes, aquilatar a sensação prazerosa que advém do exercício da docência. Neste caso, o retorno financeiro, por melhor que seja, não se sobrepõe às benesses desse “salário emocional”. No geral, o equilíbrio remuneratório ocorre quando uma recompensa soma-se ao outro. Na aposentadoria, ocorre a perda dessa recompensa emocional, sublevando-se o peso objetivo(financieiro) da retirada do abono de permanência. Acredita, porém, que na aposentadoria, desfrutará de tempo suficiente para se lançar em outras atividades gratificantes, restaurando o seu “equilíbrio homeostático”. O trabalho voluntário surge como uma possibilidade. Admita que algumas alterações orgânicas, ligadas à idade, têm diminuído a sua qualidade de vida, o que a faz pensar na possibilidade de adesão à aposentadoria. Argumenta que o cenário periférico de sua IFES a torna refém de um orçamento que não atende às suas reais necessidades. Essa situação contribui para a precarização de seus serviços. Ao refletir sobre aposentadoria, no âmbito social, lamenta que servidores que se aposentarão pelas novas regras da previdência, arcarão com as maiores perdas. Reforça a necessidade de preparação, inclusive psicológica, para aposentadoria, em função da mudança de identidade que se aproxima e da importância do despertar para a continuidade da vida, apesar da idade e da aposentadoria. Pretende, no futuro, dedicar-se ao trabalho voluntário. Acredita que o ser humano deve se manter ativo, produtivo e fazendo as coisas que lhe dão prazer. Essa é a condição para a manutenção de sua saúde social, física e mental.</p>

<p>SÍNTESE VERTICAL E16 – DR. CÉSAR</p>	<p>Analisa sua permanência no trabalho como algo prazeroso, portanto, isento de desvantagens. Argumenta que o fato de realizar seu ofício, com zelo e responsabilidade, em uma instituição pública, de sabido potencial de transformação social, consubstanciada em trocas afetivas significativas, recebe como pagamento, além dos proventos oficiais, uma “gratificação emocional” de valor inestimável. Isso tem pesado, principalmente, ao refletir se deve ou não se aposentar. A aproximação da aposentadoria acende o alerta sobre tais perdas. Uma delas, a mais difícil talvez, diz respeito à ruptura da relação com os discentes e com a docência propriamente dita. Ao pensar nessa possibilidade, se esforça em projetar algo que possa compensar essa perda, ou seja, encontrar algo que facilite a dinâmica de fechar uma porta – já conhecida, e abrir outra – a conhecer. A Última, requer desprendimento e preparação, acredita. Consegue inserir o trabalho docente na cadeia prazerosa que inclui outras áreas da sua vida. Dessa feita, não encara a aposentadoria como o momento ideal para usufruir as coisas prazerosas que o trabalho atrapalhou ou não permitiu. Faz isso durante o processo, não aguarda o resultado final para receber a merecida gratificação. Revela que mantém uma rotina ativa e saudável, sem o comprometimento de suas atividades rotineiras. Atribui a isso, a ausência de alterações orgânicas e/ou psicológicas ligadas à iminente aposentadoria. No que concerne à condição periférica de sua IFES, sustenta que apesar de todas as dificuldades, ela tem cumprido o seu papel, renovando o seu quadro docente é formado, sobretudo, alunos provenientes de contextos socioeconômicos vulneráveis. Reflete que a escolha por uma vida simples e pautada em investimentos a longo prazo, afastam de seu horizonte a sensação de desproteção na velhice. Isso, no entanto, não o exime do dilema que interpõe a aposentadoria entre o gratificante exercício da docência e o vácuo deixado por ela. Tenta ecoar para si mesmo que “existe vida” além da docência.</p>
<p>SÍNTESE VERTICAL E17- MS. CREUZA</p>	<p>Lamenta a infeliz coincidência entre o advento da aposentadoria e o auge da sua carreira acadêmica. Daí a notória dificuldade em internalizar o encerramento da carreira docente como o fechamento de um ciclo, apenas. Encara a permanência na ativa como uma chancela para potencializar a sua produtividade, aproveitar ao máximo o tempo que lhe resta na IFES e fortalecer a sua ligação com o ambiente acadêmico. Assim, as vantagens de continuar trabalhando adquirem contornos ainda mais significativos. Entende que ao encerrar este ciclo, fecha-se, também, as “janelas de oportunidades” que o cargo e a instituição ajudaram a pavimentar. Declara, com isso, não haver vantagem na aposentadoria, pois, o prazer que supostamente obteria após o encerramento de sua vida laboral, é experimento no momento atual, na vigência do seu prazeroso cargo de professora-pesquisadora. Observa que a manutenção de sua concorrida agenda de trabalho, tira o foco do fantasma da aposentadoria e desvia o olhar sobre eventuais alterações físicas e/ou psicológicas relativas à iminente aposentadoria. Revela que a cultura periférica que se enraizou no espaço acadêmico, incentivando a competição docente, acabou por enfraquecer a categoria, estigmatizando grupos e pessoas. Exemplifica que os diálogos e trocas internas são obstaculizadas e que alguns docentes preferem firmar parcerias externas, sendo mais valorizados naqueles espaços acadêmicos do que em sua “própria casa”. Em relação a percepção de (des) proteção na velhice, afirma que as reformas da previdência não isentaram ninguém. Sente os efeitos das perdas oriundas de tais reformas à medida em que outras pessoas, com menos condições financeiras, pagam o maior preço pelo funcionamento dessa engrenagem. Nutre dilemas relativos a suas perdas e como amenizá-las, além de dúvidas quanto à continuidade de suas pesquisas. Confessa que pensar em finitude não é fácil. Findar a carreira significa a sua morte, por isso, não deseja aposentadoria. Vai continuar trabalhando e produzindo, não sabe como. A aposentadoria serviria, pelos menos, para descobrir como fazê-lo.</p>

APÊNDICE D – Síntese Horizontal das Estruturas de Relevância, por grupo participante

NÚCLEOS DE SENTIDO	SÍNTESE HORIZONTAL <i>E1-Esp. BENTO; E2-Dra. ELIETE; E3-Dr.REGIS; E4 - Dra. SUZY</i>
Estado e (des) proteção na velhice	<i>E1-Esp. BENTO</i> sente-se desprotegido em todo o seu percurso laboral, assim, a desproteção na velhice é encarada com relativa naturalidade. Divergência: <i>E2-Dra. ELIETE</i> acredita estar mais protegida na velhice do que seus pares mais novos, que estão sob a vigência de outro regime previdenciário. Complementaridade: <i>E3-Dr.REGIS</i> Apesar dos direitos adquiridos, demonstra apreensão, visto que não descarta a possibilidade de futuros governos reduzirem o valor da sua aposentadoria <i>E4 - Dra. SUZY</i> sente a desproteção, de maneira geral, relacionada a ausência de políticas públicas para a categoria de aposentados (indivíduos propensos aos preconceitos, ao descarte e às doenças).
Vantagens da permanência	Convergência: <i>E1-Esp. BENTO</i> e <i>E3-Dr.REGIS</i> apontam o retorno financeiro do Abono de Permanência como principal vantagem em continuar trabalhando. Ambos secundarizam as outras vantagens. Complementaridade: <i>E1-Esp. BENTO</i> (menos qualificado que <i>E3-Dr.REGIS</i>), vê na progressão funcional, a saída para compensar o decréscimo salarial ocasionado na aposentadoria, em função da perda do abono de permanência, Diferença: <i>E2-Dra. ELIETE</i> e <i>E4 - Dra. SUZY</i> , em oposição aos seus colegas, secundariza a importância do incentivo financeiro do abono de permanência em detrimento da manutenção do vínculo institucional e da produtividade acadêmica. Divergência: Para <i>E2-Dra. ELIETE</i> a conservação do vínculo institucional, mantém afastado o estigma da inatividade. Para <i>E4 - Dra. SUZY</i> , a permanência na instituição tem mostrado o lado preconceituoso de alguns de seus pares, no trato com os docentes mais velhos.
Desvantagens da permanência	Em relação a essa categoria, os entrevistados não apontaram as desvantagens de continuar trabalhando.
Periferia do capital e Degradação do trabalho docente	Convergência: todos os entrevistados relacionam produção científica e dificuldade de acesso a recursos (infraestrutura, financeiro) no contexto periférico da IFES em que atuam. Complementaridade: os relatos concorrem para o protagonismo docente como contraponto a esse estado de coisas e como mecanismo de superação das dificuldades interpostas à academia.
Vantagens da aposentadoria	Diferença: <i>E1-Esp. BENTO</i> considera vantajosa a possibilidade de trabalhar noutra instituição (complementar renda) na aposentadoria. Por seu turno, <i>E2-Dra. ELIETE</i> , não cogita seu retorno ao mercado de trabalho. Divergência: <i>E3-Dr.REGIS</i> acha vantajoso aposentar-se com direitos assegurados. Convergência: <i>E1-Esp. BENTO</i> , <i>E2-Dra. ELIETE</i> e <i>E4 - Dra. SUZY</i> manifestam que a sensação de liberdade (em contraposição aos compromissos de trabalho) configura-se como uma significativa vantagem da aposentadoria.
Desvantagens da aposentadoria	Convergência: Todos os entrevistados vislumbram as desvantagens da aposentadoria como sinônimo de perdas. <i>E1-Esp. BENTO</i> e <i>E4 - Dra. SUZY</i> apontam a perda salarial como a principal desvantagem da aposentadoria. Divergência: para <i>E3-Dr.REGIS</i> o afastamento do trabalho e de sua importância objetiva e subjetiva, representa a maior desvantagem(perda) na aposentadoria. Neste caso, a questão financeira fica em segundo plano. Para <i>E2-Dra. ELIETE</i> a maior desvantagem da aposentadoria(perda) está relacionado à dolorosa ruptura laboral e à necessidade de adaptação a uma nova fase (incerta, indesejada) e à aceitação de uma nova identidade (aposentada).

NÚCLEOS DE SENTIDO	SÍNTESE HORIZONTAL <i>E5- Dra. VILMA; E6 - Dra. LIZETE; E7 - Ms. OTO; E8 - Dr. ALEX</i>
Estado e (des) proteção na velhice	Convergência: <i>E6 - Dra. LIZETE, E7 - Ms. OTO e E8 - Dr. ALEX</i> vêm a questão da desproteção na velhice sob uma ótica empática, ao se solidarizar com as pessoas que não tiveram as mesmas oportunidades acadêmicas e profissionais que as suas, além da situação de seus pares e entes, que irão se aposentar em outro regime previdenciário. Estes estarão bem mais desprotegidos na velhice. Diferença: <i>E5 - Dra. VILMA</i> analisa essa questão numa perspectiva mais pessoal, reafirmando o seu estilo de vida (simples) como contraponto a possibilidade de desproteção na velhice. Reafirma a sua indignação em relação aos proventos da aposentadoria no Brasil. Não desconsidera eventualidades (doenças, cuidados médicos) que possam ocorrer no futuro. Nestas situações, a percepção de desproteção na velhice assume outros contornos e dimensões.
Vantagens da permanência	Convergência: todos os entrevistados citam a possibilidade de prosseguimento de suas produções científicas como uma das vantagens da permanência na ativa. Complementaridade: <i>E6 - Dra. LIZETE, E7 - Ms. OTO e E8 - Dr. ALEX</i> colocam, em primeiro plano, o incentivo financeiro do abono de permanência e <i>E8 - Dr. ALEX</i> acrescenta, ainda, o sentir-se útil como uma das vantagens da permanência na ativa.
Desvantagens da permanência	Convergência: <i>E6 - Dra. LIZETE e E7 - Ms. OTO</i> não veem desvantagens em suas permanências do serviço público. Diferença: <i>E5 - Dra. VILMA</i> assevera que a desvantagem da permanência é a sua finitude, com a compulsoriedade. <i>E8 - Dr. ALEX</i> não opinou.
Periferia do capital e Degradação do trabalho docente	Convergência: <i>E6 - Dra. LIZETE e E8 - Dr. ALEX</i> percebem a Universidade numa perspectiva de desafios e de oportunidades, sobretudo, para os docentes locais, que mesclam sua história, seus feitos e sua trajetória profissional, estes, a história da universidade. Complementaridade: <i>E7 - Ms. OTO</i> parte da premissa de que características da Universidade (nova e periférica), por extensão, misturam-se à feição geral do Estado. Local em que muitos vêm, progridem, crescem junto com o Estado, ou se desencantam, abandonando-o. Por analogia, ocorre o mesmo à Universidade. Complementaridade: <i>E5 - Dra. VILMA</i> apresenta-se como uma fiel representante daqueles que vêm, se deparam com as dificuldades da periferia e permanecem, não desistem de seus sonhos e lutam por fazer história.
Vantagens da aposentadoria	Convergência: os entrevistados <i>E5 - Dra. VILMA, E7 - Ms. OTO e E8 - Dr. ALEX</i> consideram que dispor de mais tempo livre, consiste na grande vantagem da aposentadoria. Para isso, imaginam alternativas para o preenchimento desse tempo disponível. <i>E6 - Dra. LIZETE</i> não opinou.
Desvantagens da aposentadoria	Convergência: <i>E5 - Dra. VILMA e E8 - Dr. ALEX</i> apontam o afastamento, a quebra do vínculo institucional como desvantagem da aposentadoria. Divergência: para <i>E5 - Dra. VILMA</i> a perda do vínculo relaciona-se diretamente com a sua produção científica. No caso de <i>E8 - Dr. ALEX</i> , essa perda repercute no (des)enlace entre o seu legado profissional e o desenvolvimento da universidade. Diferença: <i>E7 - Ms. OTO</i> assevera que ócio é a grande desvantagem da aposentadoria, juntamente com as perdas salariais. <i>E6 - Dra. LIZETE</i> não opinou.

NÚCLEOS DE SENTIDO	SÍNTESE HORIZONTAL <i>E9 - Ms. SÁ; E10 - Dra. DANIELA; E11 - Dra. JOICE; E12 - Dr. FRANK</i>
Estado e (des) proteção na velhice	Convergência: <i>E10 - Dra. DANIELA</i> e <i>E12 - Dr. FRANK</i> demonstram maior preocupação com os novos servidores, cujas perdas salariais, lamentavelmente, concorrem para a diminuição de seu padrão de vida na aposentadoria. Divergência: <i>E9 - Ms. SÁ</i> reflete sobre as desigualdades sociais e seus reflexos na aposentadoria. Critica o papel das políticas públicas na proteção das pessoas mais vulneráveis, tornadas invisíveis pela inépcia do Estado. Complementaridade: <i>E11 - Dra. JOICE</i> manifesta angústia diante do tratamento destinado, pelo Estado, aos aposentados. Sente que pode, em algum momento, ficar à mercê deste Estado (des) protetor.
Vantagens da permanência	Convergência: para <i>E9 - Ms. SÁ</i> e <i>E12 - Dr. FRANK</i> continuar trabalhando significa aumentar a sobrevida de suas relações interpessoais e institucionais, o que lhes permite saborear em tom de despedida, os frutos de tais conquistas. Complementaridade: <i>E12 - Dr. FRANK</i> acrescenta que além dessa vantagem, ao dilatar a sua permanência, ganha mais tempo para progredir ao último nível da carreira. Convergência: <i>E10 - Dra. DANIELA</i> também planeja alcançar o mesmo nível e a permanência na ativa é o caminho. Divergência: <i>E11 - Dra. JOICE</i> acredita que continuar trabalhando corrobora com a sua saúde mental e a faz sentir-se útil.
Desvantagens da permanência	Divergência: <i>E9 - Ms. SÁ</i> acredita que a dilatação de sua vida laboral, prolonga também, o distanciamento de sua família. Isso é desvantajoso. Divergência: <i>E10 - Dra. DANIELA</i> assevera que ao continuar ocupando uma cadeira docente, impede a renovação na academia. Divergência: <i>E11 - Dra. JOICE</i> aponta para a defasagem salarial como uma desvantagem de sua continuidade. Divergência: <i>E12 - Dr. FRANK</i> reclama das amarras impostas pelo trabalho, que não isenta nem aqueles que estão prestes a se aposentar.
Periferia do capital e Degradação do trabalho docente	Divergência <i>E9 - Ms. SÁ</i> acredita que o grande desafio é suplantar a cultura alienante que enraizou a ideia de dependência e de incapacidade na periferia do capital. A universidade não está imune. Divergência: <i>E10 - Dra. DANIELA</i> revela que as dificuldades impostas pela condição periférica de sua IFES eram muito piores, a chegada da <i>internet</i> minimizou o isolamento político e geográfico da universidade. Divergência: <i>E11 - Dra. JOICE</i> que trabalha na região de fronteira, percebe que essa condição periférica afeta mais a categoria discente, que sofre inúmeras mazelas econômicas e sociais. <i>E12 - Dr. FRANK</i> conclui que o peso da degradação do trabalho docente é sentido no esforço que estes empregam para produzir o mesmo que se produz nas regiões centralizadoras do capital.
Vantagens da aposentadoria	Convergência: para <i>E9 - Ms. SÁ</i> e <i>E10 - Dra. DANIELA</i> a aposentadoria é vantajosa na medida em que proporciona condições (maior tempo) para a convivência com seus familiares. Complementaridade: <i>E12 - Dr. FRANK</i> revela que a vantagem da aposentadoria reside na liberdade para escolher as medidas que serão adotadas para afastar o indesejado ócio. Diferença: <i>E11 - Dra. JOICE</i> considera-se satisfeita quando chegar à aposentadoria com a sensação do dever cumprido.
Desvantagens da aposentadoria	Convergência: <i>E11 - Dra. JOICE</i> e <i>E12 - Dr. FRANK</i> refletem que a aposentadoria provoca a ruptura da convivência no ambiente de trabalho, sobretudo, das interações sociais, configurando-se, portanto, numa desvantagem. Complementaridade: <i>E10 - Dra. DANIELA</i> argumenta que deixar de trabalhar, por si só, caracteriza uma desvantagem. Diferença <i>E9 - Ms. SÁ</i> manifesta temeridade diante das incertezas que o esperam na aposentadoria.

NÚCLEOS DE SENTIDO	SÍNTESE HORIZONTAL <i>E13- Dra. RITA; E14 - DRA. EUNICE - Dra. EUNICE; E15- DRA. IZABEL-; E16 - DR. CÉSAR- Dr. CÉSAR; E17- MS. CREUZA</i>
Estado e (des) proteção na velhice	Convergência: <i>E15- DRA. IZABEL e E17- MS. CREUZA</i> refletem sobre o panorama das reformas estatais e lembram dos servidores mais novos, cujas perdas previdenciárias são maiores do que as suas. Temem que este grupo de servidores sofra os dissabores da ausência do Estado no tocante à proteção da velhice. Divergência: <i>E13- DRA. RITA e E14 - DRA. EUNICE</i> demonstram preocupação com as perdas financeiras advindas de sua adesão à aposentadoria e o reflexo disso nos infortúnios (doenças) que possam acontecer no futuro. Diferença: <i>E16 - DR. CÉSAR</i> argumenta que o seu estilo de vida simples, além das suas reservas para a velhice afastam preocupações relativas à desproteção da velhice.
Vantagens da permanência	Convergência: todos os entrevistados assumem que a vantagem de continuar trabalhando é, justamente, continuar em plena atividade. Complementaridade: <i>E14 - DRA. EUNICE</i> justifica a sua permanência afirmando que se sente saudável, produtiva e que exerce o seu ofício com muito prazer. Complementaridade: <i>E17- MS. CREUZA</i> também se sente produtiva, motivada e deseja contribuir com a Universidade. Complementaridade: <i>E15- DRA. IZABEL e E16 - DR. CÉSAR</i> afirmam que exercem o seu ofício com muito prazer. Esse é o principal motivo de sua permanência. Complementaridade: <i>E13- DRA. RITA</i> reforça, ainda, a importância do contato/relação com seus pares na sua decisão de continuar trabalhando.
Desvantagens da permanência	Divergência: <i>E13- DRA. RITA</i> aponta a sobrecarga de trabalho (administrativo/ doméstico/docente) como desvantagem. <i>E16 - DR. CÉSAR</i> não vê desvantagem em continuar fazendo aquilo que lhe é prazeroso (docência). Os demais não apontaram desvantagens.
Periferia do capital e Degradação do trabalho docente	Convergência: <i>E14 - DRA. EUNICE e E17- MS. CREUZA</i> concordam que o apego à cultura externa tem impregnado o espaço acadêmico, estigmatizando grupos e pessoas. Isto está enraizado de tal forma que alguns pesquisadores são mais valorizados externamente do que na sua “própria casa.” Divergência: <i>E13- DRA. RITA e E15- DRA. IZABEL</i> experimentam os dissabores de ser Universidade periférica apontando os retrocessos e avanços (orçamentários e infraestruturais) que mudaram a feição da universidade. <i>E13- DRA. RITA</i> reconhece que historicamente, muito se avançou, graças ao esforço e empenho do corpo docente. Complementaridade: <i>E16 - DR. CÉSAR</i> afirma que apesar das dificuldades, a Universidade pública tem cumprido seu papel de formar e transformar pessoas e o meio.
Vantagens da aposentadoria	Convergência: <i>E13- DRA. RITA, E14 - DRA. EUNICE e E15- DRA. IZABEL</i> concebem as vantagens da aposentadoria em duas perspectivas: 1) <i>mais liberdade e/ou tempo para..., versus, 2) menos preocupação e/ou responsabilidade com...</i> Ambas perspectivas sinalizam como ganhos subjetivos, principalmente. <i>E13- DRA. RITA</i> acredita que, aposentada e com menos responsabilidades, isso potencializará o seu lazer e outras atividades ocupacionais. <i>E14 - DRA. EUNICE e E15- DRA. IZABEL</i> afirmam que, livres da agenda laboral, terão mais tempo para cuidar de seus familiares e se lançar, quem sabe, ao cuidado de outras pessoas (trabalho voluntário). Diferença: <i>ter mais liberdade e/ou tempo para... e menos preocupação e/ou responsabilidade com...</i> não possui funcionalidade para <i>E16 - DR. CÉSAR e E17- MS. CREUZA</i> , que não veem vantagem na aposentadoria, pois, realizam, na vigência do trabalho, tudo aquilo que as pessoas sonham em fazer na aposentadoria. A dificuldade, para ambos, consiste em encontrar, na aposentadoria, algo tão prazeroso quanto o seu trabalho.
Desvantagens da aposentadoria	Convergência: As argumentações dos entrevistados partem da premissa de que aposentadoria significa <i>sair, perder e/ou abrir mão de alguma coisa</i> . Complementaridade: <i>E13- DRA. RITA</i> afirma que não se pode fazer a transição para a aposentadoria sem que haja um estágio/etapa preparatória. Complementaridade: <i>E14 - DRA. EUNICE</i> lamenta a perda do convívio social, além da possibilidade de esquecimento institucional. Complementaridade: <i>E16 - DR. CÉSAR</i> também demonstra pesar por abrir mão do prazer que subjaz ao ambiente acadêmico. <i>E17- MS. CREUZA</i> lamenta, por fim, o encerramento de suas pesquisas e o pouco tempo que lhe resta para concluir o doutorado. Divergência: <i>E15- DRA. IZABEL</i> reflete sobre as perdas salariais, que se acentuarão na aposentadoria.

APÊNDICE E – Núcleos de sentido (Categorias Empíricas) e Estruturas de Relevância, por Síntese Horizontal e Vertical

NÚCLEOS DE SENTIDO	<i>E1-Esp. BENTO</i>	<i>E2-Dra. ELIETE</i>	<i>E3-Dr.REGIS</i>	<i>E4 - Dra. SUZY</i>	SÍNTESE HORIZONTAL
Estado e (des) proteção na velhice	<i>Eu me sinto assim desprotegido, e isso não começa só quando a gente aposenta não. É durante todo o período de trabalho</i>	<i>Como servidora pública, fui menos prejudicada do que os meus colegas que virão a se aposentar, porque eles vão cair no teto da Previdência</i>	<i>Uma das coisas que me sufoca é exatamente na aposentadoria [...] entrar um governo que reduza nosso salário.</i>	<i>Afeta a falta de política para atender o aposentado, que é descartado nesse país, sofre preconceitos. Quem está na velhice sabe!!</i>	<i>E1-Esp. BENTO</i> sente-se desprotegido em todo o seu percurso laboral, assim, a desproteção na velhice é encarada com relativa naturalidade. Divergência: <i>E2-Dra. ELIETE</i> acredita estar mais protegida na velhice do que seus pares mais novos, que estão sob a vigência de outro regime previdenciário. Complementaridade: <i>E3-Dr.REGIS</i> Apesar dos direitos adquiridos, demonstra apreensão, visto que não descarta a possibilidade de futuros governos reduzirem o valor da sua aposentadoria <i>E4 - Dra. SUZY</i> sente a desproteção, de maneira geral, relacionada a ausência de políticas públicas para a categoria de aposentados (indivíduos propensos aos preconceitos, ao descarte e às doenças).
Vantagens da permanência	<i>Hoje, eu vejo que tem muitas perdas ao se aposentar, então, estou me qualificando para me aposentar em melhores condições de qualificação e de progressão na carreira.</i>	<i>O abono de permanência é um incentivo a mais, porque ainda há muito a realizar no ambiente de trabalho. Se eu não tivesse esse abono de permanência, ainda assim, acho que permaneceria trabalhando, por causa que ainda não consigo me ver aposentada.</i>	<i>A vantagem é financeira. Me aposentar, garantindo os direitos já adquiridos.</i>	<i>Eu acho que é se manter no vínculo institucional, receber o abono permanência.</i>	Convergência: <i>E1-Esp. BENTO</i> e <i>E3-Dr.REGIS</i> apontam o retorno financeiro do Abono de Permanência como principal vantagem em continuar trabalhando. Ambos secundaram as outras vantagens. Complementaridade: <i>E1-Esp. BENTO</i> (menos qualificado que <i>E3-Dr.REGIS</i>), vê na progressão funcional, a saída para compensar o decréscimo salarial ocasionado na aposentadoria, em

					função da perda do abono de permanência, Diferença: E2-Dra. ELIETE e E4 - Dra. SUZY, em oposição aos seus colegas, secundariza a importância do incentivo financeiro do abono de permanência em detrimento da manutenção do vínculo institucional e da produtividade acadêmica. Divergência: Para E2-Dra. ELIETE a conservação do vínculo institucional, mantém afastado o estigma da inatividade. Para E4 - Dra. SUZY, a permanência na instituição tem mostrado o lado preconceituoso de alguns de seus pares, no trato com os docentes mais velhos.
Desvantagens da permanência	NÃO OPINOU	NÃO OPINOU	NÃO OPINOU	NÃO OPINOU	Em relação a essa categoria, os entrevistados não apontaram as desvantagens de continuar trabalhando.
Periferia do capital e Degradação do trabalho docente	<i>Eu vejo a universidade muito desconfortável em relação à produtividade em comparação às outras universidades da região[...] Mas com toda essa dificuldade ela está produzindo[...] se tivesse uma melhor infraestrutura, certamente produziria melhor.</i>	<i>Só amando muito o que se faz para poder fazer bem feito, porque a gente depende de orçamento para realizar nossas pesquisas, para fazer o nosso trabalho... a gente depende muito desse recurso.</i>	<i>Eu minimizei todo esse problema buscando integração[..]. Com as parcerias a gente melhora a produção científica e a gente se torna mais competitivo na captação de recursos.</i>	<i>Falta principalmente recursos. Não sei como é que está agora, eu nem tenho acessado, mas os editais são para poucos [...] Mas isso não é de agora. Isso aí é o que marca o nosso trabalho...a nossa profissão, é essa dificuldade, não é? Antes era muito pior[...]. Isso é motivo de desânimo e reflete um pouco no desenvolvimento científico da universidade, reflete na baixa produção.</i>	Complementaridade: todos os entrevistados relacionam produção científica e o acesso a recursos (infraestrutura, financeiro) ao contexto periférico da IFES em que atuam. Convergência: os relatos concorrem para o protagonismo docente como contraponto a essa crise e como mecanismo de superação das dificuldades interpostas à academia.
Vantagens da aposentadoria	<i>A vantagem é continuar trabalhando na iniciativa privada, com qualificação. Eu também vejo que com a aposentadoria você poder fazer aquilo que você gostaria e que não deu de fazer durante o trabalho</i>	<i>Não penso em procurar outro emprego de jeito nenhum, isso nem passa pela minha cabeça, quero viver[...] Eu acho que é nesse momento que você pensa em fazer aquilo que realmente gosta.</i>	<i>Nessa instabilidade da política brasileira, aposentar, garantindo os direitos já adquiridos, essa é a vantagem.</i>	<i>A vantagem, acho que é um senso de liberdade, de poder, dessa vez sim, ir e vir [...] o senso de você ser dono do próprio tempo</i>	Diferença: E1-Esp. BENTO considera vantajosa a possibilidade de trabalhar noutra instituição (complementar renda) na aposentadoria. Por seu turno, E2-Dra. ELIETE, não cogita seu retorno ao mercado de trabalho. Divergência: E3-Dr.REGIS acha

					vantajoso aposentar-se com direitos assegurados. Convergência: <i>E1-Esp. BENTO, E2-Dra. ELIETE e E4 - Dra. SUZY</i> manifestam que a sensação de liberdade (em contraposição aos compromissos de trabalho) configura-se como uma significativa vantagem da aposentadoria.
Desvantagens da aposentadoria	<i>A desvantagem é a perda salarial.</i>	<i>A aposentadoria talvez possa ser entendida como uma perda, porque seu ciclo encerrou[...]. Você sabe que tem que tomar outro rumo, outro caminho, mas não é um caminho que vai fazer mal, é um caminho para o bem, mas em termos profissionais vai haver um rompimento, sim.</i>	<i>A desvantagem é perder o trabalho, perder o foco da produção [...]porque ainda tenho força física e muita vontade para trabalhar. [...] e as perdas salariais.</i>	<i>O que eu vejo das pessoas, que todo mundo reclama...são as perdas salariais. Eu acho que a principal desvantagem é financeira.</i>	Convergência: Todos os entrevistados vislumbram as desvantagens da aposentadoria como sinônimo de perdas. <i>E1-Esp. BENTO e E4 - Dra. SUZY</i> apontam a perda salarial como a principal desvantagem da aposentadoria. Divergência: para <i>E3-Dr. REGIS</i> o afastamento do trabalho e de sua importância objetiva e subjetiva, representa a maior desvantagem(perda) na aposentadoria. Neste caso, a questão financeira fica em segundo plano. Para <i>E2-Dra. ELIETE</i> a maior desvantagem da aposentadoria(perda) está relacionado à dolorosa ruptura laboral e à necessidade de adaptação a uma nova fase (incerta, indesejada) e à aceitação de uma nova identidade.(aposentada).
SÍNTESE VERTICAL	Vê no retardo da aposentadoria, a chance de investir na progressão da carreira, com posterior melhora financeira para compensar as perdas salariais advindas da aposentadoria. Concebe a aposentadoria como o momento propício para a satisfação dos desejos aplacados pela agenda de trabalho. Considera que o	Não se vê improdutiva e aposentada. Daí o gosto por continuar trabalhando, independente do retorno objetivo do abono permanência. Tenta resgatar os aspectos positivos da aposentadoria, todavia, a ruptura institucional – sua perda mais significativa – obscurece, sobremaneira, sua tentativa de construção de uma imagem mais aprazível da	Aponta a questão financeira como a principal vantagem de sua permanência na ativa. No seu caso, continuar trabalhando significa adiar as perdas, sobretudo, salariais advindos da aposentadoria. Considera que a saída de cena significa dar adeus à produtividade e ao universo acadêmico e um “desperdício”, uma vez que se julga com saúde e vigor físico suficientes para	Pondera que as vantagens de sua permanência na ativa consistem na manutenção do vínculo institucional e na vantagem pecuniária do abono de permanência. Considera que as perdas salariais, provenientes da quebra do contrato empregatício, materializam o lado negativo da aposentadoria. Apesar disso, a aposentadoria inaugura uma fase de maior	

	<p>ambiente em que está exposto favorece a ansiedade, independentemente da iminente aposentadoria. Percebe que a IFES em que atua tem enfrentado diversas dificuldades, contudo, mantém-se produtiva, graças ao empenho de seus pesquisadores. No tocante a figura do Estado e (des) proteção na velhice, considera-se desprotegido em toda a sua trajetória laboral e isso tende a piorar no advento da aposentadoria. Considera o ócio o grande fantasma da aposentadoria. Vislumbra a vida na aposentadoria sob o prisma das limitações e obstáculos. Demonstra ânimo para enfrentá-los.</p>	<p>aposentadoria. O inevitável encerramento da carreira, aliado à sua fidelidade institucional, diminuem as chances de outra reinserção laboral, restando-lhe vislumbrar, sob novos aspectos, os frutos que a vida pós-trabalho lhe apresentará. Considera que as alterações sentidas no corpo sejam reflexos da idade. Apesar das dificuldades impostas ao seu labor, considera que o amor ao ofício aplaca o cansaço e o desânimo que, vez ou outra, lhe sobrevém, justamente deste cenário. Em relação ao Estado e (des) proteção na velhice, adota uma postura empática com os novos servidores, por considerar-se menos prejudicada que tais agentes em relação às inúmeras reformas da previdência. Considera a mudança de perspectiva no seu prazer pelo estudo (propósitos e intensidade) como seu grande dilema face à aposentadoria. Afirma que a aposentadoria não encerra as suas fontes de prazer. Elas serão redirecionadas para os cuidados com a saúde, família, leituras, etc.</p>	<p>enfrentar a rotina de trabalho. Reconhece que neste cenário de instabilidade política, aposentar-se garantindo os direitos já adquiridos, é uma grande vantagem para aqueles que conseguem chegar à aposentadoria. Relata que os sintomas ansiosos que supostamente apresenta, estejam ligados à entrega de seu relatório memorial. Concernente a localização periférica de sua IFES, em relação ao capital e degradação do trabalho docente, afirma que tal situação pode ser minimizada com a formação de parcerias institucionais. Confessa que a sensação de desproteção na velhice, ganha forças ante a ameaça de uma reforma da previdência que reduza os seus rendimentos a um patamar incompatível com suas necessidades na velhice. Nutre como dilema todas as incertezas que giram em torno da condição de aposentado. A saída, conclui, seria construir alternativas para driblar a inatividade.</p>	<p>autonomia em relação ao seu tempo livre. Acredita que as alterações físicas ou psicológicas que têm apresentado, estejam ligadas à resignificação de algumas situações pessoais e simbólicas de luto. Deduz que a relação entre a localização periférica de sua IFES e a degradação do trabalho docente, não se trata de algo novo e que isso reverbera para a qualidade da produção científica. Enquadra a questão da (des) proteção na velhice no cenário cultural de desresponsabilização das pessoas e dos entes estatais com a pessoa idosa. Sente-se vítima do preconceito intergeracional, (dos seus seus pares) e teme que isso se naturalize. Admite que seus impasses em relação a decisão de aposentar ou não, envolvam aspectos financeiros (perdas objetivas), o que leva a sentimentos de insegurança na velhice. Projeta um futuro de autocuidados físico e mental, realização de projetos pessoais e de fortalecimento espiritual.</p>	
--	---	---	--	---	--

NÚCLEOS DE SENTIDO	E5- Dra. VILMA	E6 - Dra. LIZETE	E7 - Ms. OTO	E8 - Dr. ALEX	SÍNTESE HORIZONTAL
Estado e (des) proteção na velhice	<i>Se tirarem essa simbólica aposentadoria, não vou me sentir desprotegida [...] Eu sou uma pessoa que trabalha e investe a partir do que eu posso ter. Agora se eu for analisar politicamente, eu acho tamanha injustiça você ser uma profissional que você dá vida a tanta gente e você enfrentar os últimos dias de sua vida com um salário que não condiz [...] Eu não sei, amanhã se eu precisar fazer altos gastos de saúde e isso pode acontecer, a gente nunca sabe o dia de amanhã e você não terá condições de investir na sua saúde na velhice...</i>	<i>A possibilidade de se aposentar com um salário, como doutora, me garante ter uma qualidade de vida melhor do que aqueles que não tiveram acesso a um curso superior.</i>	<i>Estou vendo a situação do pessoal que está entrando [...] Eu acho que nós ainda vamos sair com salário integral ou bem próximo, talvez. Então, em relação a isso, estou confiante que não vai afetar.</i>	<i>Afeta, mas talvez não afete tanto a mim, sabe? Quer dizer, meus filhos, meus colegas, meus netos, podem me afetar dessa forma. Não, tudo bem, eu posso ter uma boa aposentadoria, que eu já estou próximo, mas e um colega meu, que não tenha a mesma condição?</i>	Convergência: E6 - Dra. LIZETE, E7 - Ms. OTO e E8 - Dr. ALEX vêem a questão da desproteção na velhice sob uma ótica empática, ao se solidarizar com as pessoas que não tiveram as mesmas oportunidades acadêmicas e profissionais que as suas, além da situação de seus pares e entes, que irão se aposentar em outro regime previdenciário. Estes estarão bem mais desprotegidos na velhice. Diferença: E5 - Dra. VILMA analisa essa questão numa perspectiva mais pessoal, reafirmando o seu estilo de vida (simples) como contraponto a possibilidade de desproteção na velhice. Reafirma a sua indignação em relação aos proventos da aposentadoria no Brasil. Não desconsidera eventualidades (doenças, cuidados médicos) que possam ocorrer no futuro. Nestas situações, a percepção de desproteção na velhice assume outros contornos e dimensões.
Vantagens da permanência	<i>A vantagem de permanecer na ativa é a continuidade de minha produção acadêmica.</i>	<i>Para mim é vantagem, porque estimula você a seguir. Esse benefício, ele ajuda na sua renda e o fato de continuar na ativa também ajuda a trabalhar os neurônios, para não irem morrendo. Então, essa vantagem que eu vejo em permanecer é ter condições de ainda ser uma memória viva na educação do Estado.</i>	<i>Com relação ao abono em si, essa questão da devolução da contribuição (valor devolvido ao servidor). E também de continuar em atividade, que é uma coisa que eu não queria ficar, digamos parado, sair, me aposentar, na verdade...</i>	<i>Olha as vantagens que a gente tem, a vantagem do abono, é a vantagem financeira, também de estar produzindo [...] Continuar trabalhando, produzindo e se sentindo útil, à universidade.</i>	Convergência: todos entrevistados citam a possibilidade de prosseguimento de suas produções científicas como uma das vantagens da permanência na ativa. Complementaridade: E6 - Dra. LIZETE, E7 - Ms. OTO e E8 - Dr. ALEX colocam primeiro o incentivo financeiro do abono de permanência e E8 - Dr. ALEX acrescenta, ainda, o sentir-se útil como uma das vantagens da permanência na ativa.

Desvantagens da permanência	<i>A desvantagem é o limite de tempo (compulsoriedade).</i>	<i>Olha, eu, particularmente, não vejo desvantagem. Para mim é vantagem, porque estimula você a seguir.</i>	<i>Não tem desvantagens, nesse caso não.</i>	NÃO OPINOU	Convergência: E6 - Dra. LIZETE e E7 - Ms. OTO não veem desvantagens em suas permanências do serviço público. Diferença: E5- Dra. VILMA assevera que a desvantagem da permanência é a sua finitude, com a compulsoriedade. E8 - Dr. ALEX não opinou.
Periferia do capital e Degradação do trabalho docente	<i>A gente sabe que isso é mais um discurso para que os entes externos exerçam poder econômico sobre a América Latina. Isso é um fato, prejudica a nossa produção. Agora, eu não parto desse princípio para não fazer nada e justificar que não dá para fazer determinada atividade, porque nós não recebemos recurso, porque não é destinado mais recursos para uma universidade do Norte, porque ela é periférica em relação a São Paulo [...] Tudo isso é verdade, mas eu não uso esse discurso para paralisar os sonhos e minhas aspirações dentro da instituição.</i>	<i>Foi por estar na universidade que eu senti o desejo de crescer [...] Então, eu não tenho percebido essa degradação do trabalho docente da universidade, muito pelo contrário, eu tenho percebido as oportunidades que a Universidade tem dado aos professores e técnicos crescerem no Mestrado, Doutorado, Pós-doutorado... O fato de ser uma Universidade que esteja localizada na periferia da periferia e esquecida, talvez pelo poder público, mas eu entendo que ela contribuiu para que eu crescesse e meu trabalho também fosse profícuo. Agora as condições materiais que a universidade me possibilita, elas não têm impedido de eu trabalhar a construção do conhecimento [...] A minha compreensão, enquanto universidade periférica, é que ela tem muito que avançar.</i>	<i>Eu acho que essa condição de a gente ser uma universidade recente e periférica, isso repercute muito, até no desenvolvimento do próprio Estado: a gente é considerado um Estado desenvolvido, mas pobre. Eu não vejo a curto prazo, nenhuma perspectiva de mudança. A gente vai continuar, por algum tempo, nessa condição, apesar da gente ter feito muito esforço [...]. Muitos professores que vem fazer concurso aqui, vêm por interesse talvez, eles vêm de fora e depois de algum tempo vão embora, tem vários que fazem isso aqui. Os nossos daqui tem muitas reclamações, professores desiludidos com o curso e com a Universidade.</i>	<i>Olha, aqui é complicado, não tem nada pronto, tudo está em construção. Nós sofremos muito por isso, pela falta de condições[...] Mas isso não nos desmotiva. A gente está sempre lutando para que possa melhorar...para fazer um curso, uma universidade cada vez melhor.</i>	Convergência: E6 - Dra. LIZETE e E8 - Dr. ALEX percebem a Universidade numa perspectiva de desafios e de oportunidades, sobretudo, para os docentes locais, que mesclam sua história, seus feitos e sua trajetória profissional, estes, a história da universidade. Complementaridade: E7 - Ms. OTO parte da premissa de que características da Universidade (nova e periférica), por extensão, misturam-se à feição geral do Estado. Local em que muitos vêm, progridem, crescem junto com o Estado, ou se desencantam, abandonando-o. Por analogia, ocorre o mesmo à Universidade. Complementaridade: E5- Dra. VILMA apresenta-se como uma fiel representante daqueles que vêm, se deparam com as dificuldades da periferia e permanecem, não desistem de seus sonhos e lutam por fazer história.
Vantagens da aposentadoria	<i>No caso da aposentadoria, a vantagem é que terei mais tempo para fazer a opção de continuidade de alguma atividade que eu queira realizar, como colaboradora, seja dentro da universidade,</i>	NÃO OPINOU	<i>A vantagem que eu vejo é você ficar com mais liberdade de tempo. Essa questão de ter mais autonomia para fazer, não ter uma rigidez de rotina obrigatória. E trabalhar até menos um pouco, mas não parar</i>	<i>A vantagem é agora ter essa disponibilidade para realizar um projeto que eu tenho, vou escrever meu livro</i>	Convergência: os entrevistados E5- Dra. VILMA, E7 - Ms. OTO e E8 - Dr. ALEX consideram que dispor de mais tempo livre, consiste na grande vantagem da aposentadoria. Para isso, imaginam alternativas para o preenchimento desse tempo

	<i>ou fora.</i>		<i>em termo de atividade.</i>		disponível. E6 - Dra. LIZETE não opinou.
Desvantagens da aposentadoria	<i>A desvantagem é uma perda direta, com toda a produção da universidade, por mais que eu queira contribuir, mas eu não vou estar ligada diretamente à universidade. A aposentadoria perpassa psicologicamente por esse medo de você perder esse vínculo, essa relação, que te dá saber, que dá poder de crítica, que dá conhecimento. É o único momento de tensão quando a gente pensa em se aposentar</i>	<i>NÃO OPINOU</i>	<i>A desvantagem, eu acho que é essa questão aí de ficar um pouco ocioso. E a questão salarial, que vai diminuir bastante, tem uma perda salarial grande.</i>	<i>A desvantagem é parar de conviver nesse ambiente que a gente ajudou a criar, até porque eu pretendo me aposentar e não morar mais aqui no Estado.</i>	Convergência: E5- Dra. VILMA e E8 - Dr. ALEX apontam o afastamento, a quebra do vínculo institucional como desvantagem da aposentadoria. Divergência: para E5- Dra. VILMA a perda do vínculo relaciona-se diretamente com a sua produção científica. No caso de E8 - Dr. ALEX, essa perda repercute no (des)enlace entre o seu legado profissional e o desenvolvimento da universidade. Diferença: E7 - Ms. OTO assevera que ócio é a grande desvantagem da aposentadoria, juntamente com as perdas salariais. E6 - Dra. LIZETE não opinou..
SÍNTESE VERTICAL	Considera a delimitação etária imposta pela compulsoriedade como obstáculo àqueles que, espontaneamente, desejam prolongar a sua vida útil no serviço público. Admite que a perda do vínculo institucional e das benesses subjetivas que essa relação traz ao professor-pesquisador, constituem-se em fatores de maior tensão frente a possibilidade de encerramento da carreira. Vê no tempo que lhe resta na ativa, a oportunidade para planejar a continuidade de seus projetos, seja na Universidade ou em outros espaços que manifestem interesse em acolhê-la. Desconfia que o surgimento de algumas alterações orgânicas esteja relacionado à ebulição emocional provocado pelo emaranhado da tríade:	Revela não haver nenhuma desvantagem em continuar trabalhando. Por isso, prefere permanecer na ativa, pois o abono de permanência ajuda em sua renda; o ofício ajuda na manutenção de sua saúde, sobretudo, mental; e a visibilidade mantém a sua condição de memória viva da educação amapaense. Relata que não percebeu nenhuma alteração orgânica associada à iminência da aposentadoria. Concebe a localização periférica de sua IFES como uma janela de oportunidades para aqueles que desejam avançar na produção de conhecimento e crescer profissionalmente. Espera que a referida instituição, como um todo, continue avançando no cenário acadêmico. Observa que a onda neoliberal tem afetado os idosos, em todos os	Afiança não vê nenhuma desvantagem em “abonar” a sua vida laboral no serviço público. Concorda que o retorno pecuniário do abono de permanência, aliado à oportunidade de continuar na docência, são os grandes atrativos para a postergação de sua aposentadoria. Enumera o ócio e as perdas salariais como desvantagens da aposentadoria. Aponta que as vantagens da aposentadoria estão na liberdade e autonomia em relação a sua agenda de compromissos, ora, mais flexível. Sugere que o “tático da expulsória” tem lhe causado certa ansiedade. No que concerne à condição periférica da IFES em que atua e os possíveis reflexos dessa situação na degradação do trabalho docente, opina que o território amapaense sente os efeitos das	Sugere que entre as vantagens de sua permanência, constam o incentivo financeiro, a possibilidade de continuar produzindo e útil à universidade. Aponta a convivência acadêmica como a principal perda imposta pela aposentadoria. Pensa em utilizar o tempo livre da aposentadoria para escrever livros. Relata não ter notado nenhuma alteração física e/ou psicológica ligada à iminente aposentadoria, a não ser aquelas relativas à idade. Admite que em sua IFES tudo está em construção e que isso vem correndo em meio a essa eterna crise. Todavia, os revezes deste cenário são utilizados como combustível na luta por melhores condições objetivas de trabalho. Sobre a influência deste cenário sobre a sensação de (des) proteção na velhice,	

	<p>auge da carreira <i>versus</i> demandas familiares <i>versus</i> aposentadoria. Em relação às narrativas sobre o capital de periferia e degradação do trabalho docente, revela que não se deixa levar por tais discursos que, por vezes, naturalizam o imobilismo e vitimizam pessoas e instituições. Prefere ser agente de mudança, principalmente, quando as condições não lhe sejam favoráveis. No que se refere ao estatuto desproteção na velhice, lamenta que aposentados sejam, econômico e socialmente injustiçados pelas instituições que deveriam protegê-los. Considera-se, neste aspecto, integrante desse grupo, todavia, acredita que seu estilo de vida, excetuando eventualidades de força maior, não compromete a sua proteção na velhice. Apesar de seu otimismo, não descarta um futuro de dificuldades, sobretudo econômicas, em razão de algumas demandas familiares que precisam de resolução. Projeta uma longevidade para a sua existência, pelo menos na memória daqueles com quem conviveu e teve a oportunidade de contribuir no seu crescimento pessoal e profissional.</p>	<p>lugares. Considera-se, neste universo, umas das pessoas “privilegiadas”, pois, com muito esforço, conseguiu estudar e progredir na carreira, assegurando na aposentadoria, um ganho superior ao daqueles que não tiveram tais oportunidades. Afiança que não nutre dilemas em relação à aposentadoria, espera, tão somente, alcançar o último nível da sua carreira. Espera que na aposentadoria consiga ajudar as pessoas, valendo-se, principalmente, da expertise que adquiriu em sua trajetória acadêmico-profissional.</p>	<p>amarras impostas às universidades locais, ou seja, universidade desenvolvida, Estado desenvolvido, e vice-versa. Isso corrobora, inclusive, no absenteísmo e rotatividade do quadro docente de sua IFES. Lamenta por não enxergar, a médio ou longo prazo, perspectivas de mudanças neste cenário. Demonstra certa tranquilidade em relação a proteção na velhice, posto que chega à aposentadoria com salário próximo ao integral, em detrimento de seus pares mais novos, o que lhe causa preocupação com os rumos da carreira docente. Seus dilemas, com o passar do tempo, tem se transformado em certezas, quais sejam: continuar trabalhando (com maior liberdade e flexibilidade) e espantar o “fantasma” da inatividade.</p>	<p>admite que as novas gerações serão bem mais afetadas que a sua, posto que as novas regras da aposentadoria, preservaram-lhe alguns direitos. Porém, considera que incertezas cercam a aposentadoria de todos. Antecipa o que vai fazer na aposentadoria, ao mesmo tempo, planeja como ser útil profissionalmente. Pensa em escrever e se dedicar à música na aposentadoria.</p>	
--	--	--	---	--	--

NÚCLEOS DE SENTIDO	E9 - Ms. SÁ	E10 - Dra. DANIELA	E11 - Dra. JOICE	E12 - Dr. FRANK	SÍNTESE HORIZONTAL
Estado e (des) proteção na velhice	<i>A divisão de renda no Brasil é muito desigual [...] Viver com um salário mínimo e ainda ajudar neto, filho! O Estado não enxerga isso. Tudo isso fica na invisibilidade. Isso me afeta? Sim, afeta, como estudioso do assunto...me afeta pela preocupação com a dignidade do ser humano.</i>	<i>Isso me preocupa, até por esse pessoal que está entrando agora.... Não só no caso do meu filho, por exemplo, mas na sociedade de um modo geral [...]. Os velhos estão voltando a trabalhar hoje, imagina daqui a vinte anos.</i>	<i>De maneira geral afeta [...]. Chega a ser até desumano, porque você fez uma prestação de serviços para sociedade. Você teve, por um momento, a saúde debilitada, mas em contrapartida, as políticas públicas do Estado, elas não recompensam. Se você não tiver um plano de saúde, se não tiver dinheiro para, pelo menos, sair daquele estado de doença, você fica à mercê da sorte.</i>	<i>As reformas mais contundentes, praticamente, eu fiquei isento. Então, agora para quem entrou depois, essas perdas vão ser muito maiores [...]. Vai ter uma perda, mas espero que seja pequena em relação aos meus colegas, que estão em outra situação.</i>	Convergência: E10 - Dra. DANIELA e E12 - Dr. FRANK demonstram maior preocupação com os novos servidores, cujas perdas salariais, lamentavelmente, concorrem para a diminuição de seu padrão de vida na aposentadoria. Divergência: E9 - Ms. SÁ reflete sobre as desigualdades sociais e seus reflexos na aposentadoria. Crítica o papel das políticas públicas na proteção das pessoas mais vulneráveis, tornadas invisíveis pela inépcia do Estado. Complementaridade: E11 - Dra. JOICE manifesta angústia diante do tratamento destinado, pelo Estado, aos aposentados. Sente que pode, em algum momento, ficar à mercê deste Estado (des) protetor.
Vantagens da permanência	<i>A vantagem é você interagir com as ciências, interagir com a Academia, como um todo..</i>	<i>A única vantagem, assim que eu vejo, é porque eu tenho o objetivo de chegar a titular. [...] que eu devo chegar daqui há quatro anos, três anos e pouco [...] Então, eu vou esperar mais um pouquinho, mais esse tempinho</i>	<i>A vantagem de estar trabalhando é porque contribui para a saúde mental, para a dignidade humana....</i>	<i>Em relação às vantagens, existe uma questão que eu acho que é fundamental, que é a questão da sociabilidade[...], manter o vínculo com o trabalho [...] e encerrar a carreira como titular.</i>	Convergência: para E9 - Ms. SÁ e E12 - Dr. FRANK continuar trabalhando significa aumentar a sobrevida de suas relações interpessoais e institucionais, o que lhes permite saborear em tom de despedida, os frutos de tais conquistas. Complementaridade: E12 - Dr. FRANK acrescenta que além dessa vantagem, ao dilatar a sua permanência, ganha mais tempo para progredir ao último nível da carreira. Convergência: E10 - Dra. DANIELA também planeja

					alcançar o mesmo nível e a permanência na ativa é o caminho. Divergência: E11 - Dra. JOICE acredita que continuar trabalhando corrobora com a sua saúde mental e a faz sentir-se útil.
Desvantagens da permanência	<i>A desvantagem que eu vejo, é esse afastamento assim, da família, dos filhos.</i>	<i>A desvantagem é que eu fico ocupando uma vaga que poderia ser de outra pessoa. Eu acho que isso é uma desvantagem para a sociedade, e não para mim</i>	<i>Uma desvantagem em continuar trabalhando [...] é o salário defasado [...] porque é uma coisa que não depende de você.</i>	<i>A desvantagem é você continuar amarrado, ter que cumprir todo aquele ritual que é colocado para quem trabalha. Você não está livre!</i>	Divergência: E9 - Ms. SÁ acredita que a dilatação de sua vida laboral, prolonga também, o distanciamento de sua família. Isso é desvantajoso. Divergência: E10 - Dra. DANIELA assevera que ao continuar ocupando uma cadeira docente, impede a renovação na academia. Divergência: E11 - Dra. JOICE aponta para a defasagem salarial como uma desvantagem de sua continuidade. Divergência: E12 - Dr. FRANK reclama das amarras impostas pelo trabalho, que não isenta nem aqueles que estão prestes a se aposentar.
Periferia do capital e Degradação do trabalho docente	<i>O que está dentro dessa chamada periferia [...], nós ajudamos a quebrar, não só esse olhar periférico, esse olhar colonizado, esse olhar de inferiorizado, mesmo estando numa Universidade Federal. Nós conseguimos mostrar [...] que nós poderíamos, sim, fazer uma evolução [...] mostrar que não podemos nos prender, que nós somos menos capacitados de quem mora no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro [...] É</i>	<i>Eu acho que uma coisa que contribuiu positivamente para o nosso trabalho[...] foi a internet, que se você quiser, você está em todo lugar, você tem acesso a todas as produções[...] A gente talvez não tenha a infraestrutura, por exemplo, a biblioteca desejada[...]Então, aqui precisa melhorar, o nosso meio de trabalho precisa melhorar [...]Então, eu acho que ser periferia é um problema, mas não é tão grave quanto era.. sei</i>	<i>De uma maneira direta ou indiretamente influencia, [...] porque os alunos eles são de lá, [...] é uma área de fronteira[...] Você vê muita entrada de drogas, o fluxo de bebidas é muito intenso [...] O custo de vida é altíssimo. Isso é um fator muito negativo para a gente que mora lá, estuda e trabalha.</i>	<i>Isso evidentemente afeta um monte de coisas. As interações, o esforço científico para atingir o mesmo patamar de alguém que está onde as interações são maiores, onde tem toda uma condição, que é garantida pela centralização do capital, ou seja, faz com que o trabalho seja mais degradante de quem está numa região como a nossa. O mais degradante é se gastar mais para fazer a mesma coisa de quem está no centro do capitalismo</i>	Divergência E9 - Ms. SÁ acredita que o grande desafio é suplantiar a cultura alienante que enraizou a ideia de dependência e de incapacidade na periferia do capital. A universidade não está imune. Divergência: E10 - Dra. DANIELA revela que as dificuldades impostas pela condição periférica de sua IFES eram muito piores, a chegada da internet minimizou o isolamento político e geográfico da universidade. Divergência: E11 -

	<i>isso que eu acho que falta aqui para nós.</i>	<i>lá, há vinte, trinta anos atrás.</i>			<i>Dra. JOICE</i> que trabalha na região de fronteira, percebe que essa condição periférica afeta mais a categoria discente, que sofre inúmeras mazelas econômicas e sociais. <i>E12 - Dr. FRANK</i> conclui que o peso da degradação do trabalho docente é sentido no esforço que estes empregam para produzir o mesmo que se produz nas regiões centralizadoras do capital.
Vantagens da aposentadoria	<i>A vantagem é que eu vou poder viajar, ter a minha família, conviver com meus filhos, meus netos</i>	<i>Não sei, eu acho que um pouquinho mais de tempo. Talvez até para mim, para o meu marido, para viajar, acho que essa é a vantagem.</i>	<i>Olha, a vantagem é você ter aquela satisfação de dever cumprido com a sociedade, com a família [...] E dizer: meu Deus, eu contribuí, fiz a minha parte!</i>	<i>A vantagem é ter liberdade, talvez, para uma coisa melhor[...]até acostumar com a rotina diferente, a de quem está aposentado</i>	Convergência: para <i>E9 - Ms. SÁ</i> e <i>E10 - Dra. DANIELA</i> a aposentadoria é vantajosa na medida em que proporciona condições (maior tempo) para a convivência com seus familiares. Complementaridade: <i>E12 - Dr. FRANK</i> revela que a vantagem da aposentadoria reside na liberdade para escolher as medidas que serão adotadas para afastar o indesejado ócio. Diferença: <i>E11 - Dra. JOICE</i> considera-se satisfeita quando chegar à aposentadoria com a sensação do dever cumprido.
Desvantagens da aposentadoria	<i>A desvantagem da aposentadoria é [...] Eu ajudei muito um tio, que era como se fosse meu pai, a se aposentar. Poxa vida, no dia que eu consegui a aposentadoria, ele morreu. Do meu pai, a gente batalhou para aposentadoria e meu pai morreu, antes de sair o decreto. Então, tem estas coisas assim que estão aqui para trás, que talvez me</i>	<i>A desvantagem da A desvantagem da aposentadoria, eu acho que é deixar de vir para o trabalho. Acho que não tem muita desvantagem, não!</i>	<i>A desvantagem é que é solitário! Ter um sentimento de que você vai estar ali, buscando amizade, um lazer, mas que você vai sair daquele campo de compartilhamento que era do teu trabalho, dos teus colegas. E essa sensação, posso dizer de solidão, eu acho que esse é um fator que nós temos que trabalhar muito.</i>	<i>A desvantagem é você se sentir perdido, se não tiver outra coisa para fazer, se tiver que ficar em casa [...] Então, eu acho que esse é o lado negativo [...] De qualquer maneira, a perda maior está ligada à questão da sociabilidade [...]. Meu pai tinha toda uma sociabilidade, perdeu isso quando se aposentou [...] parece que essa perda afetou o processo de envelhecimento</i>	Convergência: <i>E11 - Dra. JOICE</i> e <i>E12 - Dr. FRANK</i> refletem que a aposentadoria provoca a ruptura da convivência no ambiente de trabalho, sobretudo, das interações sociais, configurando-se, portanto, numa desvantagem. Complementaridade: <i>E10 - Dra. DANIELA</i> argumenta que deixar de trabalhar, por si só, caracteriza uma desvantagem. Diferença <i>E9 - Ms. SÁ</i> manifesta temeridade

	<i>impulsione a não pensar no dia que sair a minha aposentadoria. Então, a desvantagem que eu vejo, é o medo do que eu vou encontrar [...], assim, das coisas que serão novas. Por mais que mentalmente eu me prepare para enfrentar essa nova realidade, ocorrerá uma queda brusca entre aquelas coisas que eu fazia oficialmente, daquelas coisas que eu não sei... o que vai acontecer comigo serão novas.</i>			dele.	diante das incertezas que o esperam na aposentadoria.
SÍNTESE VERTICAL	Aponta o afastamento de seus familiares(esposa, filhos e netos) como a desvantagem de continuar trabalhando. Situação compensada pelos ganhos subjetivos provenientes da interação com o ambiente acadêmico – motivo de sua permanência na ativa. Acredita que a quebra dessa relação(simbiótica) e as incertezas quanto ao futuro, consistem nas desvantagens da aposentadoria. Argumenta que seja, na aposentadoria, o momento ideal para permanecer mais tempo com a família e realizar viagens com maior liberdade. Reflete que não parou para pensar na aposentadoria, sente-se jovem e saudável e que por isto, não percebeu nenhuma alteração física ou psicológica ligada à iminente aposentadoria. Cita que a superação da cultura periférica dentro da Universidade perpassa pela	Lamenta que ao protelar a saída do cargo, atrapalhe os planos de quem intenciona carreira na docência superior. Esta seria, portanto, a desvantagem de sua permanência. Todavia, justifica a decisão de continuar na cadeira, apoiada na possibilidade de ascender ao nível mais alto de sua carreira (professor titular). Anuncia que abandonar o trabalho e tudo o que isso acarreta, seria a desvantagem da aposentadoria. Vê como vantagem, na aposentadoria, o tempo livre para se dedicar à família e ao lazer (viagens). Percebe que nutre certa indiferença em relação à aposentadoria. Assim sendo, prefere acreditar que seja algo longínquo, que atinge outras pessoas. Daí não sentir nenhuma alteração física ou psicológica frente a esse advento. Acredita que a IFES em que trabalha precisa avançar em sua infraestrutura física,	Ressalta que a defasagem salarial e a falta de reais incentivos àqueles que permanecem, caracterizam a desvantagem de continuar trabalhando. A compensação vem por meio das benesses que advêm da manutenção da rotina de trabalho (saúde mental, produtividade e convivência com seus pares e discentes). A desvantagem consiste no vazio e solidão que se carrega para aposentadoria, provocado pelo sentimento de ter deixado muita coisa para trás. De tal sensação, abstrai o consolo de ter cumprido o dever que assumiu perante a sociedade, família e amigos. Tem experimentado uma leve sensação de ansiedade, que atribui às incertezas perante o futuro e às transformações físicas atinentes à idade. Observa que os discentes são mais afetados do que os docentes no que tange a condição periférica de sua IFES,	Argumenta que o cumprimento da rotina docente que, aliás, permanece inalterada para aqueles que envelhecem, consiste na desvantagem de continuar trabalhando. A permanência no labor, por outro lado, garante sobrevida à sua rede de sociabilidade(elemento mais importante do trabalho), além da possibilidade de ascensão na carreira. Adverte que a falta de preparação para aposentadoria leva ao ócio, à solidão e à perda da inestimável rede de relações que frutificou de seu trabalho. Continuar mantendo esta sociabilidade envolvente, apesar das adversidades, constitui a grande vantagem de continuar na ativa. Acredita que o fato de não ter alimentado grandes expectativas em relação à aposentadoria, tenha colaborado para que não sinta alterações físicas ou psicológicas significativas. Concorde que o trabalho seja	

	<p>instauração da descrença na incapacidade local, pela união e trabalho daqueles que sofrem esse tipo de estigma. Sobre a percepção de desproteção na velhice, assevera que a questão o afeta na condição de estudioso e ser humano e que é preciso dar visibilidade aos “desprotegidos que protegem”. Percebe que o verdadeiro dilema em relação à aposentadoria parte de alguns de seus pares, ao estigmatizar os docentes mais velhos. No futuro, prefere continuar relacionando-se na Academia, sobretudo, com os discentes.</p>	<p>principalmente. Isto repercutiria na pesquisa, ensino e extensão que, apesar das limitações, apresentou melhora no decorrer dos anos, com a chegada da internet. Demonstra preocupação com a aposentadoria das novas gerações, em detrimento dos aspectos de proteção implícitos na sua aposentadoria. Nutre dilemas relativos à gestão do tempo livre na aposentadoria e, se algumas coisas e/ou pessoas importantes, viverão até lá para serem recompensadas com todo o cuidado e atenção que merecem. Projeta que na vida de aposentada, terá que encarar as indesejadas tarefas domésticas. Por outro lado, terá mais tempo para realizar as coisas prazerosas que, na vigência do trabalho, não usufruiu em sua plenitude.</p>	<p>sobretudo, aqueles que residem na parte fronteira do Estado. Reconhece como desumano o tratamento que o Estado dispensa aos idosos, após uma vida prestação de serviços e contribuição previdenciária. Sente-se afetada por tal desproteção. Observa que está sob o controle da contagem regressiva e, vez ou outra, questiona o que fará na aposentadoria, posto que sente não estar psicologicamente preparada para a aposentadoria. Conclui que, nesta nova etapa, coisas boas acontecerão, a compensação da aposentadoria virá da convivência mais intensa e saudável consigo mesma e com as pessoas de quem se gosta.</p>	<p>mais degradante na periferia do capital. Fazer ciência em tais condições e com um nível de exigência equiparado aos grandes centros acadêmicos, têm exposto os docentes de sua IFES a um processo de intensificação da carga de trabalho. No que concerne a percepção de desproteção na velhice, considera-se, em termos monetários, menos afetado pelas reformas da previdência do que os seus pares mais novos, pelos quais demonstrou empatia. Projeta para o futuro uma maior aproximação com a natureza, entretanto, teme que o investimento nessa relação enfraqueça a rede de interação afetiva-institucional que construiu ao longo de sua trajetória docente.</p>	
--	---	--	---	---	--

NÚCLEOS DE SENTIDO	E13- Dra. RITA	E14 - Dra. EUNICE	E15- Dra. IZABEL	E16- Dr. CÉSAR	E17- Ms. CREUZA	SÍNTESE HORIZONTAL
Estado e (des) proteção na velhice	<i>Olha, eu acho que nesse momento não afetaram, mas a partir do momento em que eu me aposentar vão afetar, sim [...]. É o valor do INSS que vai passar a ser descontado[...]. Então, isso vai ser uma grande desvantagem para qualquer pessoa que vai fazer a opção pela Aposentadoria.</i>	<i>Quando você vai envelhecendo, você vai precisando de mais coisas: é um plano de saúde que aumenta, é um remédio que você tem que comprar, é um exame a mais, é uma porção de coisas [...]. Tudo é muito mais difícil, então, essa é uma preocupação, assim, quando você vai se aposentar, você precisa estar organizado bastante para isso.</i>	<i>Nós que estamos numa lei anterior às reformas neoliberais, assim, em relação àqueles que irão se aposentar no futuro, nós estamos nos aposentando em um momento, posso dizer, melhor para nossas vidas, no sentido de qualidade de vida, mas a gente tem que pensar no social, nessas reformas que, realmente, vêm prejudicando a aposentadoria.</i>	<i>Eu cuidei de fazer as minhas reservas [...] A minha vida é muito simples e o que eu ganho é suficiente. Ah! Eu não vou me aposentar porque vai diminuir 30%, 40%? Não, essa redução não vai alterar em nada.</i>	<i>Olha, eu acho que a reforma da previdência vem afetar todo mundo, né? Apesar de que, no meu caso, eu acho que o impacto eu praticamente não sinto, é bem menor, mas a gente se sente afetado, porque vai afetar o outro. Tudo que a gente também, porque a gente vive numa engrenagem, né?</i>	Convergência: E15- DRA. IZABEL e E17- MS. CREUZA refletem sobre o panorama das reformas estatais e lembram dos servidores mais novos, cujas perdas previdenciárias são maiores do que as suas. Temem que este grupo de servidores sofra os dissabores da ausência do Estado no tocante à proteção da velhice. Divergência: E13- DRA. RITA e E14 - DRA. EUNICE demonstram preocupação com as perdas financeiras advindas de sua adesão à aposentadoria e o reflexo disso nos infortúnios (doenças) que possam acontecer no futuro. Diferença: E16 - DR. CÉSAR argumenta que o seu estilo de vida simples, além das suas reservas para a velhice afastam preocupações relativas à desproteção da velhice.
Vantagens da permanência	<i>No momento, a grande vantagem para mim é estar trabalhando, estar em contato com os professores.</i>	<i>Então, no momento, eu vejo como vantagem continuar trabalhando, porque eu tenho saúde, tenho disposição, me sinto muito motivada, faço o planejamento das aulas com muito carinho e eu quero sempre fazer algo novo</i>	<i>A vantagem é o prazer de estar na sala de aula, de estar pesquisando, de ter realmente uma relação profissional [...]. Isso independe da questão salarial, porque existe um prazer de estar na sala de aula, de estar discutindo, conhecendo, e isso aí é uma das vantagens. Então, é bem mais vantajoso eu estar na sala de aula, não porque eu tenho o abono de permanência, mas</i>	<i>Quando é muito bom, então, eu não vejo desvantagem. É vantajoso em dois aspectos: primeiro: é nível de responsabilidade que se assume. Você não vai encontrar um atestado médico meu na universidade [...] O segundo aspecto é que para mim é muito prazeroso. Quando o seu trabalho é um prazer, você pensa, o que é que eu vou trocar que vai me dar mais</i>	<i>Só vejo vantagem porque eu não tenho vontade de me aposentar, porque, primeiro, eu acho muito ruim quando a gente chega num determinado momento da vida, que a gente se sente muito mais produtivo, muito mais capaz, a gente se sente muito mais maduro, muito mais em condições de contribuir com o trabalho da gente, contribuir com aquilo que a gente gosta de fazer, aí dizem que a gente já tem que parar!</i>	Convergência: todos os entrevistados assumem que a vantagem de continuar trabalhando é, justamente, continuar em plena atividade. Complementaridade: E14 - DRA. EUNICE justifica a sua permanência afirmando que se sente saudável, produtiva e que exerce o seu ofício com muito prazer. Complementaridade: E17- MS. CREUZA também se sente produtiva, motivada e deseja contribuir com a Universidade. Complementaridade: E15- DRA. IZABEL e E16 - DR. CÉSAR

			<i>porque além disso, existe prazer em estar na sala de aula. O dinheiro não é mais o que conta, logicamente que ele tem a sua importância na vida de todos nós...</i>	<i>prazer? Então é muito bom, e é um dos motivos porque hoje eu analiso se eu devo ou não me aposentar.</i>		afirmam que exercem o seu ofício com muito prazer. Esse é o principal motivo de sua permanência. Complementaridade: E13- DRA. RITA reforça, ainda, a importância do contato/relação com seus pares na sua decisão de continuar trabalhando.
Desvantagens da permanência	<i>A desvantagem é porque eu sempre estou fazendo várias coisas ao mesmo tempo [...], me sinto bem no que eu faço e não tracei o plano B, que seria aquele plano que você vai sair[...] porque não vai ter jeito, ou vou ficar até a expulsória ou eu vou sair antes.</i>	NÃO OPINOU	NÃO OPINOU	<i>Quando é muito bom, então, eu não vejo desvantagem</i>	NÃO OPINOU	Divergência: E13- DRA. RITA aponta a sobrecarga de trabalho (administrativo/ doméstico/docente) como desvantagem. E16 - DR. CÉSAR) não vê desvantagem em continuar fazendo aquilo que lhe é prazeroso (docência). Os demais não apontaram desvantagens.
Periferia do capital e Degradação do trabalho docente	<i>Olha, eu posso dizer assim que hoje a UNIFAP já melhorou bastante em relação ao que nós tínhamos em 2005, ou mesmo quando ela se implantou [...] Agora é lógico, a nossa universidade em relação a outras, ainda é pequena, isso não é por conta de nenhum gestor, isso tudo é uma questão histórica...</i>	<i>O professor é do Norte, é de uma universidade pequena, mas, você produz tanto, você tem a mesma titulação, você faz, mas ele não se compara com o professor que está lá [...] numa outra que tenha mais protagonismo nacional. Então, a gente que está numa universidade de periferia, a gente faz um esforço danado, a gente se dedica muito para dar formação com qualidade para nossos alunos, a gente estuda, a gente faz investimento, mas eu vejo que mesmo</i>	<i>Os recursos que chegam para a pesquisa, que chegam para a universidade, são recursos mínimos, e isso certamente contribui para a degradação do ensino, contribui para a precarização do trabalho, e logicamente a universidade vai ficar cada vez mais refém de um orçamento que não chega para que ela possa desenvolver a pesquisa, para que ela possa desenvolver a extensão, para que ela possa realmente funcionar como uma universidade que</i>	<i>Uma das coisas que mais me surpreende na universidade federal é que ela cumpre o papel dela[...] Eu acho assim, a universidade pública deve ser para os mais necessitados e eu vejo a dificuldade de alguns alunos [...] Eu vejo os meus colegas[...] que hoje estão dando aula lá, com Doutorado, alguns foram meus alunos.</i>	<i>Esses problemas que nós temos na Universidade, exatamente por sermos um escolão de terceiro grau. É uma das coisas que eu questiono muito com meus colegas, a gente é desvalorizada, a gente é desrespeitada pelos nossos próprios colegas [...] A gente não tem diálogo aqui, aí para eu ter esse diálogo, eu tenho que sair daqui [...] aqui eu não tenho trocas [...] Eis mais uma dificuldade da gente ser da periferia, não é?</i>	Convergência: E14 - DRA. EUNICE e E17- MS. CREUZA concordam que o apego a cultura externa tem impregnado o espaço acadêmico, estigmatizando grupos e pessoas. Isto está enraizado de tal forma que alguns pesquisadores são mais valorizados externamente do que na sua “própria casa. ” Divergência: E13- DRA. RITA e E15- DRA. IZABEL experimentam os dissabores de ser Universidade periférica apontando os retrocessos e avanços (orçamentários e infraestruturais) que mudaram a feição da universidade. E13- DRA. RITA reconhece que historicamente, muito se avançou, graças ao esforço e empenho do corpo

		<p>assim, não há essa valorização... a gente está numa zona periférica, tudo aqui para a gente é mais difícil. Eu fui para UNICAMP, tinha preconceito. Na Espanha, meu Deus, eu fui tratada como uma deusa.</p>	<p>prepara profissionais, que prepara pesquisadores.</p>			<p>docente. Complementaridade: E16 - DR. CÉSAR afirma que apesar das dificuldades, a Universidade pública tem cumprido seu papel de formar e transformar pessoas e o meio.</p>
<p>Vantagens da aposentadoria</p>	<p>A vantagem da aposentadoria é que eu estaria desligada de tudo que eu faço, eu iria fazer outras coisas, não estaria preocupada com a quantidade de processos que eu tenho que fazer, aulas que eu tenho que preparar, o lançamento de notas, a participação em diversas comissões. Então, tudo sairia das minhas costas e eu poderia me dedicar mais ao que eu quero.</p>	<p>A vantagem é você ter mais liberdade para planejar a tua vida pessoal. Acho que vou ter mais tempo para me cuidar, ficar mais próxima da minha família [...] oportunidade de estudar uma outra coisa, esse é outro desafio que eu posso colocar na minha vida</p>	<p>Com aposentadoria eu vou ter mais tempo para cuidar da minha família, mais tempo para pensar em fazer outras coisas, como uma coisa que eu tenho na minha cabeça, fazer trabalhos voluntários[...]você tem que ter algo que também vai lhe dar prazer, não é?</p>	<p>O trabalho na universidade não atrapalha a minha vida pessoal, então, jamais eu poderia dizer assim: Ah! Quando eu deixar de dar aula eu vou ter mais tempo para isso, mais tempo para aquilo. [...] Então, hoje eu não vejo nenhuma outra vantagem. Só vejo vantagem em continuar. Os alunos [...] são pessoas que eu troco experiência, que eu aprendo o tempo todo, então, isso eu vou perder [...] Dar aula é um prazer, a decisão tem sido difícil por isso, porque eu vou ter que abrir mão desse prazer para conhecer o que tem do outro lado.</p>	<p>Olha, acho que eu não vejo vantagem na aposentadoria, porque se tivesse vantagem eu já tinha me aposentado. Eu não vejo vantagem, porque o que eu vou fazer como aposentada, eu faço hoje, por exemplo, viajar: de vez em quando eu estou viajando para apresentar trabalhos e eu faço essas viagens como lazer também, eu faço os dois.</p>	<p>Convergência: E13- DRA. RITA, E14 - DRA. EUNICE e E15- DRA. IZABEL concebem as vantagens da aposentadoria em duas perspectivas: 1) <i>mais liberdade e/ou tempo para...</i>, versus, 2) <i>menos preocupação e/ou responsabilidade com...</i> Ambas perspectivas sinalizam como ganhos subjetivos, principalmente. E13- DRA. RITA acredita que, aposentada e com menos responsabilidades, isso potencializará o seu lazer e outras atividades ocupacionais. E14 - DRA. EUNICE e E15- DRA. IZABEL afirmam que, livres da agenda laboral, terão mais tempo para cuidar de seus familiares e se lançar, quem sabe, ao cuidado de outras pessoas (trabalho voluntário). Diferença: <i>ter mais liberdade e/ou tempo para... e menos preocupação e/ou responsabilidade com...</i> não possui funcionalidade para E16 - DR. CÉSAR e E17- MS. CREUZA, que não vêm vantagem na aposentadoria, pois, realizam, na vigência do trabalho, tudo aquilo que as pessoas sonham em fazer na aposentadoria. A dificuldade, para</p>

						ambos, consiste em encontrar, na aposentadoria, algo tão prazeroso quanto o seu trabalho.
Desvantagens da aposentadoria	<i>A desvantagem de pedir aposentadoria é justamente sair de tudo que eu faço, porque eu acho que eu tenho que sair devagar, eu faço parte de várias comissões e, de repente você pega e fecha aquela porta...e vira as costas e vai embora!</i>	<i>A desvantagem é perder essa vida social que eu tenho junto com meus alunos, com meus colegas [...] é você ficar com esse distanciamento, até cair no esquecimento, porque é isso que a gente vê. Eu já vi isso com alguns colegas que se aposentaram</i>	<i>Agora, as desvantagens, logicamente, a gente pensa na questão salarial, porque vai perdendo algumas vantagens, o orçamento tem um impacto, e isso faz com que a gente pense ainda em não se aposentar.</i>	<i>Os alunos [...] são pessoas que eu troco experiência, que eu aprendo o tempo todo, então, isso eu vou perder [...] Dar aula é um prazer, a decisão tem sido difícil por isso, porque eu vou ter que abrir mão desse prazer para conhecer o que tem do outro lado...</i>	<i>Se eu sair da universidade, eu perco muito isso aí, essa questão da pesquisa, das publicações, porque para gente que está dentro da universidade é dado uma condição melhor de publicação [...]. E eu ainda estou pensando em fazer o Doutorado, aí como é que eu vou sair da universidade se eu ainda quero ir fazer Doutorado?</i>	Convergência: As argumentações dos entrevistados partem da premissa de que aposentadoria significa sair, perder e/ou abrir mão de alguma coisa. Complementaridade: E13- DRA. RITA afirma que não se pode fazer a transição para a aposentadoria sem que haja um estágio/etapa preparatória. Complementaridade: E14 - DRA. EUNICE lamenta a perda do convívio social, além da possibilidade de esquecimento institucional. Complementaridade: E16 - DR. CÉSAR também demonstra pesar por abrir mão do prazer que subjaz ao ambiente acadêmico. E17- MS. CREUZA lamenta, por fim, o encerramento de suas pesquisas e o pouco tempo que lhe resta para concluir o doutorado. Divergência: E15- DRA. IZABEL reflete sobre as perdas salariais, que se acentuarão na aposentadoria.
SÍNTESE VERTICAL	Vê como desvantajosa a sobrecarga de trabalho (administrativo, acadêmico e doméstico) que acumula, mesmo estando na pré-aposentadoria. Todavia, advém dessa relação com o trabalho e professores a grande vantagem de	Prefere continuar trabalhando (motivo de sua permanência), pois tem saúde e disposição para a lida diária. Sente-se produtiva e conserva o gosto pelo conhecimento e pela docência. Considera desvantajoso, na aposentadoria, a perda das interações sociais relativas ao exercício da	Demonstra que sua permanência na instituição, significa, antes, aquilatar a sensação prazerosa que advém do exercício da docência. Neste caso, o retorno financeiro, por melhor que seja, não se sobrepõe às benesses desse “salário emocional”. No geral, o equilíbrio remuneratório	Analisa sua permanência no trabalho como algo prazeroso, portanto, isento de desvantagens. Argumenta que o fato de realizar seu ofício, com zelo e responsabilidade, em uma instituição pública, de sabido potencial de transformação social, consubstanciada em trocas afetivas significativas,	Lamenta a infeliz coincidência entre o advento da aposentadoria e o auge da sua carreira acadêmica. Daí a notória dificuldade em internalizar o encerramento da carreira docente como o fechamento de um ciclo, apenas. Encara a permanência na ativa como uma chancela para potencializar a sua produtividade, aproveitar ao	

	<p>permanecer na ativa. O abandono abrupto da função docente e de alguns espaços de discussão e luta da categoria, figura entre as desvantagens da aposentadoria. Afiança que a vantagem da aposentadoria reside na possibilidade de realizar algumas atividades (ler, assistir filmes, etc.) com maior intensidade e despreocupação. Assente que não parou para pensar na aposentadoria, a imersão no trabalho não deixa espaço para que isso acontecesse. Reconhece que os sintomas físicos e/ou psicológicos que surgiram, em dado momento, estavam ligados à manutenção de excessiva carga laboral. Em relação à situação periférica de sua IFES, reflete que historicamente, os reflexos dessa condição já foram muito piores. A situação melhorou em vários aspectos, contudo, a referida instituição ainda é pequena, considerando,</p>	<p>docência. Vê a aposentadoria como sinônimo de afastamento desse convívio e posterior esquecimento institucional. Cita, entre os ganhos da aposentadoria, a oportunidade de experimentar novos desafios e dispor de mais tempo e liberdade para conviver consigo mesma, com a família e amigos. Confessa não ter percebido nenhuma alteração física e/ou psicológica associada à aposentadoria. Acredita que isto se deve ao fato de não pensar muito na aposentadoria. Revela que a condição periférica de sua IFES requer um esforço maior da comunidade acadêmica, posto que a valorização e o protagonismo científico tem se tornado algo longínquo. Reflete ainda que essa cultura é internalizada de tal forma que professores conseguem maior reconhecimento externo do que interno. Admite que os trabalhadores precisam se organizar para aposentadoria, pois, nesta etapa os cuidados</p>	<p>ocorre quando uma recompensa soma-se ao outro. Na aposentadoria, ocorre a perda dessa recompensa emocional, sublevando-se o peso objetivo (financeiro) da retida do abono de permanência. Acredita, porém, que na aposentadoria, desfrutará de tempo suficiente para se lançar em outras atividades gratificantes, restaurando o seu “equilíbrio homeostático”. O trabalho voluntário surge como uma possibilidade. Admita que algumas alterações orgânicas, ligadas à idade, têm diminuído a sua qualidade de vida, o que a faz pensar na possibilidade de adesão à aposentadoria. Argumenta que o cenário periférico de sua IFES a torna refém de um orçamento que não atende às suas reais necessidades. Essa situação contribui para a precarização de seus serviços. Ao refletir sobre aposentadoria, no âmbito social, lamenta que servidores que se aposentaram pelas novas regras da previdência, arcarão com as maiores</p>	<p>recebe como pagamento, além dos proventos oficiais, uma “gratificação emocional” de valor inestimável. Isso tem pesado, principalmente, ao refletir se deve ou não se aposentar. A aproximação da aposentadoria acende o alerta sobre tais perdas. Uma delas, a mais difícil, talvez, diz respeito à relação com os discentes, com a docência propriamente dita. Ao pensar nessa possibilidade, se esforça em projetar algo que possa compensar essa perda, ou seja, encontrar algo que facilite a dinâmica de fechar uma porta – já conhecida, e abrir outra – à conhecer. A Última, requer desprendimento e preparação, acredita. Conseguir inserir o trabalho docente na cadeia prazerosa que inclui outras áreas da sua vida. Dessa feita, não encara a aposentadoria como o momento ideal para usufruir as coisas prazerosas que o trabalho atrapalhou ou não permitiu. Faz isso durante o processo, não aguarda o resultado final para receber a merecida gratificação. Revela que mantém uma rotina ativa e saudável, sem</p>	<p>máximo o tempo que lhe resta e fortalecer a sua ligação com o ambiente acadêmico. Assim, as vantagens de continuar trabalhando adquirem contornos ainda mais significativos. Entende que ao encerrar este ciclo, fecha-se, também, as “janelas de oportunidades” que o cargo e a instituição ajudaram a pavimentar. Declara, com isso, não haver vantagem na aposentadoria, pois, o prazer que supostamente obteria após o encerramento de sua vida laboral, é experimentado no momento atual, na vigência do seu prazeroso cargo de professora-pesquisadora. Observa que a manutenção de sua concorrida agenda de trabalho, tira o foco do fantasma da aposentadoria e desvia o olhar sobre eventuais alterações físicas e/ou psicológicas relativas à iminente aposentadoria. Revela que a cultura periférica que se enraizou no espaço acadêmico, incentivando a competição docente, acabou por enfraquecer a categoria, estigmatizando grupos e pessoas. Exemplifica que os diálogos e trocas internas são obstaculizadas e que alguns docentes preferem firmar parcerias externas, sendo mais valorizados</p>
--	--	---	---	---	---

	<p>inclusive, outras IFES da região amazônica. Sobre a percepção de (des) proteção na velhice, opina que a adesão à aposentadoria expõe o trabalhador a vários prejuízos, o econômico, é um deles. Desconfia que a natureza e o volume das atribuições que assume na instituição, têm dificultado o “encaixe” da aposentadoria em sua vida, mas, vez ou outra, sente que está na hora de parar e pensar em organizar a sua saída. Planeja, na aposentadoria, dedicar seu tempo livre aos cuidados com a saúde do corpo (atividades físicas) e da mente (costura e bordado).</p>	<p>com a saúde se intensificam e, lamentavelmente, alguns ficam à mercê do Estado. Deseja permanecer mais tempo trabalhando. A estratégia é, neste ínterim, ir digerindo a aposentadoria, aos poucos. Quando, finalmente, estiver aposentada vai realizar coisas que ainda não fez, desfrutar do seu tempo livre e se lançar em empreitadas, que antes, eram mais difíceis de realizar.</p>	<p>perdas. Reforça a necessidade de preparação, inclusive psicológica, para aposentadoria, em função da mudança de identidade que se aproxima e da importância do despertar para a continuidade da vida, apesar da idade e da aposentadoria. Pretende, no futuro, dedicar-se ao trabalho voluntário. Acredita que o ser humano deve se manter ativo, produtivo e fazendo as coisas que lhe dão prazer. Essa é a condição para a manutenção de sua saúde social, física e mental</p>	<p>comprometimento de suas atividades rotineiras. Atribui a isso, a ausência de alterações orgânicas e/ou psicológicas ligadas à iminente aposentadoria. No que concerne à condição periférica de sua IFES, sustenta que apesar de todas as dificuldades, ela tem cumprido o seu papel, renovando o seu quadro docente e formando, sobretudo, alunos provenientes de contextos socioeconômicos vulneráveis. Reflete que a escolha por uma vida simples e pautada em investimentos a longo prazo, afastam de seu horizonte a sensação de desproteção na velhice. Isso, no entanto, não o exime do dilema que interpõe a aposentadoria entre o gratificante exercício da docência e o vácuo deixado por ela. Tenta ecoar para si mesmo que “existe vida além da docência”, no entanto, seu clamor não encontrou ressonância, pelos menos por enquanto.</p>	<p>naqueles espaços acadêmicos do que em sua “própria casa”. Em relação a percepção de (des) proteção na velhice, afirma que as reformas da previdência não isentaram ninguém. Sente os efeitos das perdas oriundas de tais reformas à medida em que outras pessoas, com menos condições financeiras, pagam o maior preço pelo funcionamento dessa engrenagem. Nutre dilemas relativos à suas perdas e como amenizá-las, além de dúvidas em relação à continuidade de suas pesquisas. Confessa que pensar em finitude não é fácil. Findar a carreira significa a sua morte, por isso, não deseja a aposentadoria. Vai continuar trabalhando e produzindo, não sabe como. A aposentadoria serviria, pelos menos, para descobrir como fazê-lo.</p>	
--	---	---	---	--	--	--